SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016 2

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO 2
BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA 4
NOSSOS NEGÓCIOS 6
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS 9
AMBIENTE REGULATÓRIO 25
RELACIONAMENTO COM NOSSOS CLIENTES 31
INVESTIMENTOS 33
MERCADO DE CAPITAIS E DIVIDENDOS 38
POLÍTICA DE PAGAMENTO DE DIVIDENDOS 41
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO 42
GOVERNANÇA CORPORATIVA 42
RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES 43
AUDITORIA E GERENCIAMENTO DE RISCOS 44
GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO 45
RESPONSABILIDADE SOCIAL 47
RECONHECIMENTOS – PRÊMIOS 57
CONSIDERAÇÕES FINAIS 58
BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO 59
COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA 61

BALANÇOS PATRIMONIAIS 62
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS 64
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES 65
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO 66
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA 68
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO 70

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 71
1. CONTEXTO OPERACIONAL 71
2. BASE DE PREPARAÇÃO 82
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO 97
4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES 99
5. SEGMENTOS OPERACIONAIS 111
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 115
7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS 115
8. CONSUMIDORES E REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTES DE ENERGIA 116
9. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS 117
10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL 118
11. FUNDOS VINCULADOS 121
12. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS 121
13. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE) 122
14. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO 122
15. INVESTIMENTOS 130
16. IMOBILIZADO 158
17. INTANGÍVEIS 160
18. FORNECEDORES 162
19. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL 162
20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES 163
21. ENCARGOS REGULATÓRIOS 169
22. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO 169
23. PROVISÕES 174
24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS 186
25. RECEITA 193
26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS 197
27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS 200
28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS 201
29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS 204
30. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO 213
31. SEGUROS 215
32. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS 217
33. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA 217
34. EVENTOS SUBSEQUENTES 217

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS **ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.**

PARECER DO CONSELHO FISCAL 230

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELOS DIRETORES 231

DECLARAÇÃO DE REVISÃO PELOS DIRETORES DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 232

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016

Senhores acionistas,

A Companhia Energética de Minas Gerais ("Companhia" ou "Cemig") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras, o parecer do Conselho Fiscal e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e as declarações dos diretores que revisaram as demonstrações financeiras e o respectivo relatório dos auditores independentes.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A persistência das dificuldades no ambiente macroeconômico em 2016 continuaram a exigir das companhias brasileiras um grande esforço de gestão, e no nosso caso em especial, tendo que lidar com um mercado de energia ainda retraído e com custos financeiros para rolagem de nossa dívida ainda muito elevados em função da maior percepção de risco em relação ao País.

Entretanto, entendemos que esses períodos econômicos são cíclicos e a Companhia está fazendo os ajustes necessários, neste momento de instabilidade, para aumentar a sua solidez financeira e operacional, que sempre foram a sua marca nos seus 65 anos de história.

Mesmo com investimentos expressivos em 2016, mantivemos a nossa dívida nos mesmos patamares de 2015, mesmo sem considerar ajustes pela inflação. Ainda temos um volume relevante de dívidas com vencimento nos próximos dois anos, mas já estamos implementando iniciativas que visam o alongamento do perfil de endividamento e buscando a redução do custo de captação de recursos. Temos a expectativa de que nos próximos anos venhamos a atingir o nível de endividamento previsto em nosso Estatuto Social, que é uma relação entre Lajida e Dívida líquida de no máximo 2,5 vezes.

Essa mesma disciplina financeira na gestão da dívida também faz parte da busca da melhoria da eficiência operacional. Os nossos custos gerenciáveis com serviços de terceiros, materiais e outros apresentaram redução em 2016. No que se refere aos custos de pessoal, implementamos um programa de desligamento voluntário que teve a adesão de aproximadamente 800 empregados e que contribuirá para a redução na nossa despesa nos próximos anos.

Nosso lucro líquido foi de R$334 milhões, abaixo do verificado no ano anterior, em função de ajustes no nosso investimento na Renova e principalmente, de não termos em 2016, no nosso portfólio de energia própria para revenda a usina de São Simão, tendo em vista a discussão judicial com o Governo Federal a respeito da prorrogação das concessões de Jaguara, Miranda e São Simão.

No que se refere a essa questão da discussão judicial envolvendo as usinas, continuamos dialogando com o Governo Federal a prorrogação dessas concessões. Temos a expectativa de encontrarmos uma alternativa de prorrogação dos contratos que possa convergir os interesses do Governo Federal com os direitos da Companhia, presentes de forma inequívoca, em nossa opinião, nos contratos de concessão dessas usinas.

Conforme já mencionamos, temos a expectativa que o 2017 represente uma mudança de ciclo, um ambiente macroeconômico mais favorável, com aumento na confiança dos investidores e da sociedade, com a consequente melhoria no ambiente de investimentos.

Essa expectativa já se materializa na redução nas taxas de juros, o que traz benefícios na diminuição do custo financeiro da nossa dívida e também melhora a expectativa com relação às condições financeiras das rolagens e captações de recursos futuras.

O crescimento econômico do País tem como efeito positivo direto para o nosso negócio de distribuição uma expectativa de melhoria no mercado de energia. Em 2016, investimos mais de R$ 1 bilhão na área de concessão da Cemig Distribuição, lembrando que esses investimentos expressivos nos últimos anos farão parte do processo de revisão tarifária previsto para 2018.

No que se refere ao negócio de transmissão, a boa notícia de 2016 foi a definição das regras de indenização dos ativos, consequência da nossa adesão aos termos da Lei 12.783/13 (MP 579). Essa definição foi importante para podermos incluir em nossas projeções de caixa as entradas dos recursos, garantindo assim a sustentabilidade dos investimentos em transmissão, agora com expectativas de taxas de retorno mais atrativas.

Apesar de todos os desafios, continuamos a ser reconhecidos pela sustentabilidade e responsabilidade social presente em nossas operações. Fomos mais uma vez incluídos no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&F/Bovespa e no Índice Dow Jones de Sustentabilidade, no qual estamos presentes desde 1999. Somos signatários do Pacto Global da Organização das Nações Unidas e temos posição de destaque em vários outros *ratings* de sustentabilidade nacionais e internacionais que representam o reconhecimento de nossas ações nesse sentido.

Concluindo, ressaltamos mais uma vez a nossa confiança no futuro e na nossa capacidade de gestão para concluirmos a implementação dos ajustes necessários que aumentarão a solidez financeira da Cemig, o retorno adequado ao investimento e confiança dos nossos quase 130 mil acionistas, espalhados por mais de 40 países, em todos os continentes.

Agradecemos o comprometimento e talento dos nossos colaboradores, acionistas e demais partes interessadas no esforço convergente de manter o reconhecimento da Cemig como a melhor energia do Brasil.

BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA

A Companhia Energética de Minas Gerais ("Cemig") é uma empresa de capital aberto, controlada pelo Governo de Minas Gerais e suas ações são negociadas nas bolsas de São Paulo, Nova Iorque e Madri (Latibex) e seu valor de mercado no final de 2016 era de aproximadamente R$9,7 bilhões. Pelo 17º ano consecutivo, a Cemig integra a carteira do Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI World) no período 2016/2017 e se consolida como uma das empresas mais sustentáveis do mundo, mantendo-se como a única Companhia do setor elétrico da América Latina a fazer parte do *DJSI World* desde a sua criação, em 1999.

Permanecer no *DJSI World* por 17 anos consecutivos reitera a determinação da Cemig em prosseguir com o crescimento sustentável, direcionado para criação de valor para os seus acionistas, empregados e fornecedores e ao bem-estar da sociedade.

Essa conquista é o resultado conjunto das ações adotadas pela Cemig com o objetivo de prospectar e implantar novos negócios, criar valor aos seus acionistas no longo prazo e aprimorar suas práticas de sustentabilidade empresarial.

O Grupo Cemig é constituído por 232 sociedades, 16 consórcios e 2 Fundos de Investimento em Participações e é controlado por uma holding, com ativos e negócios em 23 estados brasileiros e no distrito federal. A Cemig atua também na área de transmissão de dados, por meio da Cemig Telecomunicações S.A., e no provimento de soluções energéticas, por meio da Efficientia S.A..

Nossa missão, visão e valores

Missão: Atuar no setor de energia com rentabilidade, qualidade e responsabilidade social.

Visão: Consolidar-se, nesta década, como o maior grupo do setor elétrico nacional em valor de mercado, com presença em gás, líder mundial em sustentabilidade, admirado pelo cliente e reconhecido pela solidez e performance.

Valores: Integridade, ética, riqueza, responsabilidade social, entusiasmo no trabalho e espírito empreendedor.

Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional

Para disciplinar os comportamentos, atuações e decisões profissionais, a Cemig adota, desde 2004, a Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional, disponível na Internet, no site *http://www.cemig.com.br*, consolidada em 11 princípios que traduzem condutas e valores éticos incorporados à nossa cultura.

Área de Atuação

Conforme pode ser observado no mapa a seguir, a Cemig atua em várias regiões do País, com uma maior concentração na Região Sudeste.

NOSSOS NEGÓCIOS

Geração

Considerando suas controladas, controladas em conjunto e coligadas, a Cemig possui em operação 121 usinas, com capacidade instalada de 8.201 MW, conforme segue:

Usinas da Cemig

Usinas	Capacidade Instalada (MW)	Produção Efetiva (MW médio)
Emborcação	1.192	497
Nova Ponte	510	276
Jaguara	424	336
Miranda	408	202
Volta Grande	380	229
Irapé	399	211
Aimorés	149	77
Santo Antônio	571	402
Outras	1.143	786
Geração Light	290	381
Eólicas	182	66
Termelétricas	144	83
	5.792	3.546
Operação em regime de cotas de garantia física (*)		
São Simão	1.710	-
Três Marias	396	-
Salto Grande	102	-
Outras	201	-
	2.409	**-**
Total	**8.201**	**3.546**

(*) Operação em regime alocação de cotas de garantia física de energia e de potência, onde a Companhia somente recebe uma remuneração (Receita Anual de Geração - RAG) pela operação e manutenção da usina.

A Cemig possui projetos de geração em andamento, dentre os quais destacamos:

Usinas	Capacidade Instalada (MW)	Participação Cemig	Em operação com capacidade total
Santo Antônio	3.568	18,13%	2016
Belo Monte	11.233	5,13%	2018

Transmissão

Em 2016, a controlada Cemig Geração e Transmissão ("Cemig GT") operou e manteve 37 subestações e 4.927 km de linhas de transmissão, nas tensões de 230, 345 e 500 kV, integrantes do Sistema Interligado Nacional (SIN). Além disso, é acessante em 6 subestações de outras transmissoras, onde opera e mantém ativos de transmissão. Para 2017, estão previstas a efetivação das transferências das subestações Guilman Amorim e Nova Lima 6 para a controlada Cemig GT.

A controlada Cemig GT opera e mantém ativos de transmissão de outras 10 empresas, com as quais têm Contratos de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção, em 14 subestações (das quais 4 não são subestações da Cemig GT) e 360 km de linhas de transmissão.

Destaques da Transmissão

No reajuste da Receita Anual Permitida ("RAP"), em julho de 2016, a receita aumentou em 23,7%, passando de R$270 milhões para R$334 milhões.

Em 22 de abril de 2016, o Ministério de Minas e Energia – MME publicou a Portaria nº 120, definindo que os valores homologados pela ANEEL passem a compor a Base de Remuneração Regulatória a partir da próxima revisão tarifária, em 2017, através da inclusão dos saldos na RAP.

As parcelas de remuneração e depreciação não incorporadas às tarifas desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário de 2017 serão atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e remuneradas pelo custo do capital próprio, real, do segmento de transmissão, definido pela ANEEL nas metodologias de Revisão Tarifária Periódica das Receitas das Concessionárias Existentes, atualmente de 10,44% ao ano, a ser pago pelo prazo de 8 anos, com ressarcimento pela RAP.

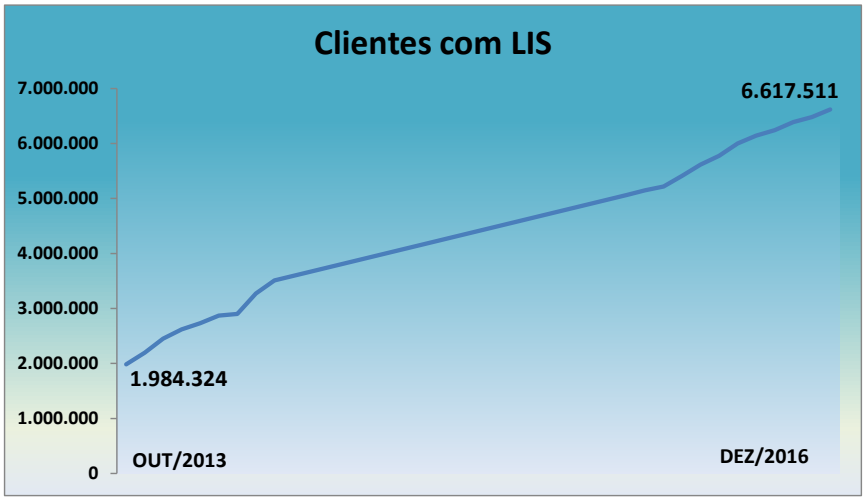
Distribuição

Somos o maior grupo de distribuição de energia do País, com papel de destaque em Minas Gerais e Rio de Janeiro através da Cemig Distribuição S.A ("Cemig D") e da controlada em conjunto Light S.A. ("Light"), atendendo mais de 11 milhões de consumidores.

Cemig Distribuição

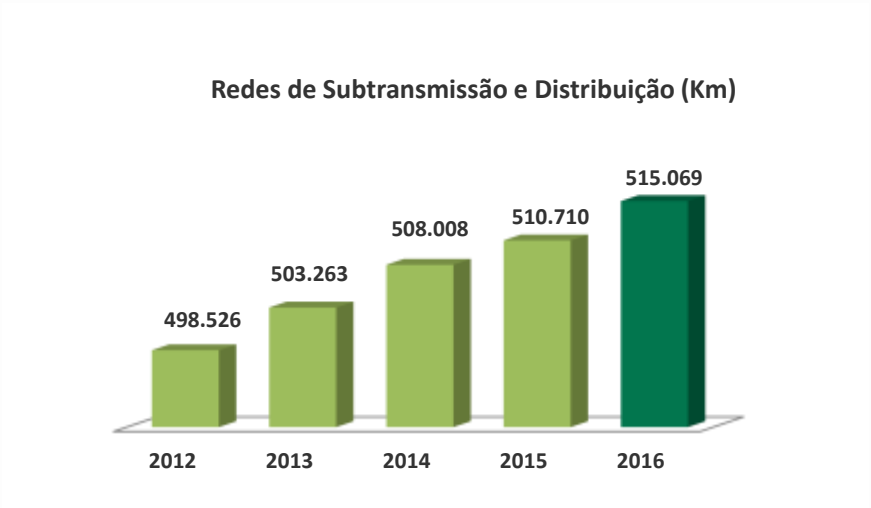
A Cemig D é a maior empresa distribuidora da América Latina, com 515.069 km de redes de distribuição (102.301 km em área urbana e 396.326 km de redes rurais) e 16.442 km de linhas de distribuição, com 8.332.613 milhões de consumidores faturados em 2016. Desse total de consumidores, 6.617.511 foram faturados na modalidade de leitura com impressão simultânea, onde o consumidor recebe a fatura no ato da leitura do medidor. A implantação desta modalidade no processo de faturamento da Cemig D reduziu em, aproximadamente, 20,8% seus gastos com materiais, serviços e outras despesas.

Evolução do número de consumidores na modalidade Leitura com Impressão Simultânea (LIS):



A Cemig D possui um dos maiores índices de atendimento a consumidores beneficiados com a Tarifa Social do Brasil. Do total de consumidores faturados na classe residencial em dezembro de 2016 (6.689.365 consumidores) 10% são consumidores de baixa renda (667.629 consumidores).

Evolução das linhas de subtransmissão e de distribuição da Cemig D nos últimos 5 anos.



Comercialização de Energia Elétrica

A Cemig é líder no atendimento ao mercado livre de energia elétrica. Expandimos nossa área de atuação para outros estados, consolidando a nossa posição com a agregação de novos clientes nos estados em que já atuamos, com destaque para Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Atualmente possuímos clientes em 15 estados.

No atendimento final aos grandes clientes livres, a liderança da Cemig é decorrente de um volume de vendas equivalente a 20% do mercado livre.

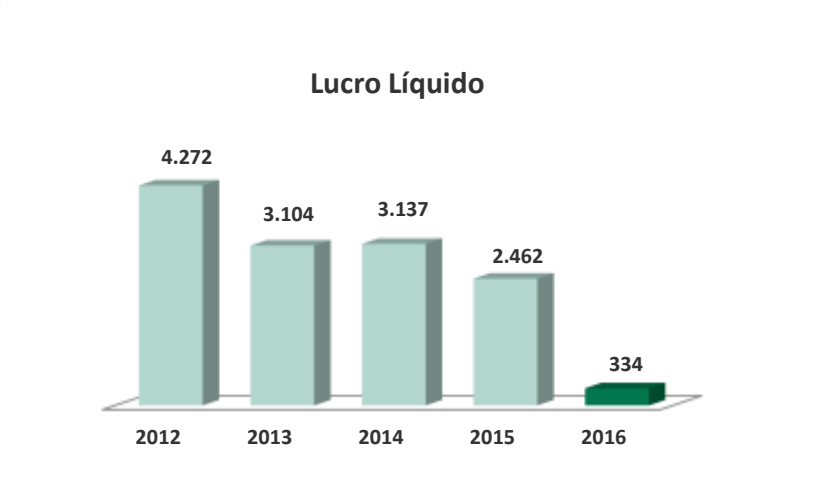
No atendimento aos clientes especiais, a posição da Cemig vem sendo ampliada a cada ano, com um crescimento médio de 20% por ano nos últimos 4 anos. Atualmente temos uma participação de 22% no mercado de energia incentivada.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

(As informações operacionais não foram objeto de exame por parte dos auditores independentes)

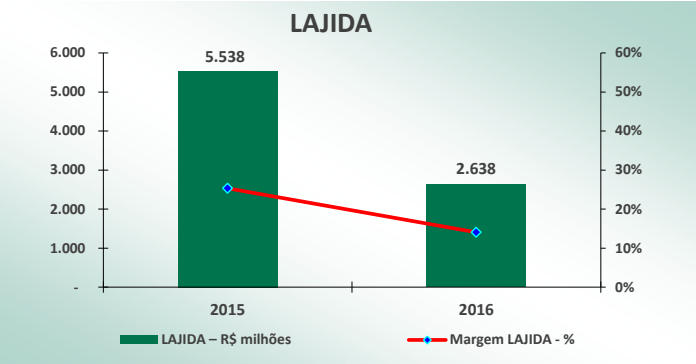
Resultado do Exercício

A Cemig apresentou, no exercício de 2016, um lucro líquido de R$334 milhões em comparação ao lucro líquido de R$2.469 milhões no exercício de 2015, representando uma redução de 86,47%.



Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

LAJIDA - R$ mil	2016	2015	Var %
Resultado do Exercício	334	2.469	(86,47)
+ Despesa de IR e Contribuição Social	33	893	(96,30)
+ Resultado Financeiro	1.437	1.341	7,16
+ Depreciação e Amortização	834	835	(0,12)
= LAJIDA	**2.638**	**5.538**	**(52,37)**



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP n° 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A Companhia apresentou uma redução de 52,37% no LAJIDA. Esse resultado decorreu, principalmente, da redução do lucro líquido em 2016 comparado ao de 2015. Em linha com a variação do LAJIDA, a margem do LAJIDA da Companhia apresentou redução, passando de 25,32% em 2015 para 14,05% em 2016.

As principais variações no resultado estão descritas a seguir:

Receita operacional

A composição das receitas operacionais é como segue:

R$ milhões	2016	2015	Variação %
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	23.430	22.526	4,01
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	1.705	1.465	16,38
CVA e Outros Componentes Financeiros (1)	(1.455)	1.704	(185,39)
Receita de Transmissão			
Receita de Concessão de Transmissão	312	261	19,54
Receita de Construção de Transmissão	54	146	(63,01)
Receita de Indenização de Transmissão	751	101	643,56
Receita de Construção de Distribuição	1.139	1.106	2,98
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	8	576	(98,61)
Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga (1)	299	-	-
Transações com energia na CCEE	161	2.425	(93,36)
Fornecimento de Gás	1.444	1.667	(13,38)
Outras Receitas Operacionais	1.422	1.441	(1,25)
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita	(10.497)	(11.549)	(9,11)
Receita Operacional Líquida	18.773	21.868	(14,15)

(1) Mais detalhes na nota explicativa nº 14.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R$23.430 milhões em 2016 em comparação a R$22.526 milhões em 2015, o que representa um aumento de 4,01%.

Consumidores Finais

A receita com Energia Vendida a Consumidores Finais, excluindo consumo próprio, foi de R$20.458 milhões em 2016 comparada a R$20.319 milhões em 2015, um aumento de 0,68%.

Os principais itens que afetaram esta receita são como segue:

- Reajuste Tarifário Extraordinário da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 28,76%, aplicável a partir de 02 de março de 2015 (efeito integral em 2016);

- Reajuste Tarifário Anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 7,07%, aplicável a partir de 8 de abril de 2015 (efeito integral em 2016);

- Reajuste Tarifário Anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 3,78%, aplicável a partir de 28 de maio de 2016;

- redução da receita com bandeiras tarifárias, sendo R$360 milhões em 2016, em comparação a R$1.067 milhões em 2015, em função da melhoria do nível dos reservatórios, o que permitiu a menor cobrança em 2016 de encargos adicionais relacionados às bandeiras tarifárias;

- redução de 6,49% no volume de energia vendida.

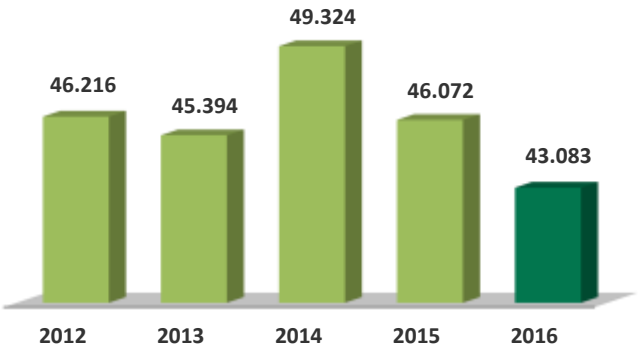
Evolução do Mercado

O mercado consiste na venda de energia para *(I)* consumidores cativos, na área de concessão no estado de Minas Gerais; *(II)* clientes livres no estado de Minas Gerais e em outros estados brasileiros, no ACL - Ambiente de Contratação Livre; *(III)* outros agentes do setor elétrico - comercializadores, geradores e produtores independentes de energia, no ACL e *(IV)* distribuidoras no ACR - Ambiente de Contratação Regulada.

A energia comercializada pelo grupo Cemig, em 2016, totalizou 55.601 GWh, em comparação a 56.904 GWh em 2015, uma redução de 2,3%, enquanto que o volume de energia transportada para clientes livres, por meio dos sistemas de transmissão e de distribuição, teve crescimento de 9,7%, atingindo o montante de 16.338 GWh.

As variações no fornecimento de energia elétrica a consumidores finais nos últimos cinco anos podem ser observadas no gráfico a seguir:

GWh faturados - consumidores finais



O mercado da Cemig encontra-se detalhado a seguir:

	MWh (1)		
	2016	2015	Var %
Residencial	9.915.807	9.829.992	0,87
Industrial	19.494.391	22.968.931	(15,13)
Comércio, Serviços e Outros	6.572.980	6.433.728	2,16
Rural	3.574.724	3.379.734	5,77
Poder Público	885.748	892.368	(0,74)
Iluminação Pública	1.350.405	1.325.525	1,88
Serviço Público	1.252.043	1.204.461	3,95
Subtotal	**43.046.098**	**46.034.739**	**(6,49)**
Consumo Próprio	37.140	37.661	(1,38)
	43.083.238	**46.072.400**	**(6,49)**
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	12.508.453	10.831.194	15,49
Total	**55.591.691**	**56.903.594**	**(2,31)**

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes;
(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) e contratos bilaterais com outros agentes.

O consumo de energia elétrica vem sendo afetado principalmente pelas condições adversas das conjunturas política e econômica nacionais, adicionando-se os relevantes aumentos de tarifas de energia elétrica que ocorreram especialmente em 2015.

O desempenho das principais classes de consumo de energia elétrica está descrito a seguir:

Residencial: O consumo residencial apresentou um pequeno aumento de 0,87% em relação a 2015. Este aumento decorre de incorporação de 160 mil novas instalações em 2016, parcialmente compensado por uma redução de 1,35% no consumo médio mensal por consumidor, que foi de 124,6 kWh/mês em 2016 comparado a 126,3 kWh/mês em 2015.

Industrial: A energia consumida pelos clientes cativos e livres apresentou uma redução de 15,13% em relação a 2015. Esta redução decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- menor disponibilidade de energia para comercialização devido às condições de renovação das concessões, cuja energia foi redirecionada para modalidade de Cota de Garantia Física;
- redução de consumo dos clientes industriais em função da contínua retração da atividade econômica estadual, principalmente a mineradora, e nacional e do desempenho da economia internacional.

Comercial, Serviços e Outros: A energia consumida aumentou 2,16%, decorrente, basicamente, do crescimento do volume de energia faturada pela Cemig GT e suas subsidiárias integrais aos clientes livres, compensado parcialmente pela redução no volume faturado aos consumidores cativos da Cemig D.

Rural: O consumo dessa classe aumentou 5,77%. O aumento de consumo deve-se ao baixo volume de chuvas no período úmido, nos meses de fevereiro a abril de 2016, e temperaturas mais altas ao longo do 1º semestre de 2016, levando ao maior uso dos sistemas de irrigação.

Demais classes: As demais classes (Poder Público, Iluminação Pública, Serviço Público e Consumo Próprio), aumentaram 1,89% no ano de 2016.

Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (TUSD)

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida. Em 2016, a receita foi de R$1.705 milhões comparada a R$1.465 milhões em 2015, um aumento de 16,38%.

Os principais impactos na Receita de Uso da Rede em 2016 decorreram dos seguintes fatores:

- impacto tarifário de 96,21% em 2015, devido ao Reajuste Tarifário Extraordinário a partir de 02 de março de 2015 e ao Reajuste Tarifário Anual de abril de 2015 (efeito integral em 2016);
- redução de 0,52% na tarifa para os consumidores livres devido ao Reajuste Tarifário Anual de 28 de maio de 2016;
- aumento de 10,92% no volume de energia distribuída devido, principalmente, à retomada de produção do setor Ferroligas em 2016.

CVA e Outros Componentes Financeiros

A Companhia reconhece em suas Demonstrações Financeiras a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser repassados nos próximos reajustes tarifários da Cemig D, o que representou uma redução de receitas de R$1.455 milhões em 2016, em comparação a um aumento de receita de R$1.704 milhões em 2015. Essa variação deve-se, principalmente, à redução em 2016 dos custos com energia adquirida em leilão, em relação aos custos utilizados como base para as tarifas, o que gerou um passivo financeiro para a Companhia, que representa o montante a ser restituído aos consumidores no próximo reajuste tarifário.

Vide maiores informações na nota explicativa nº 14 das Demonstrações Financeiras.

Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de Distribuição

A Receita relacionada ao ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição foi de R$8 milhões em 2016, comparados a R$576 milhões em 2015. Essa variação deve-se à redução na estimativa dos ativos financeiros a serem indenizados ao final da concessão após a renovação do contrato de concessão em dezembro de 2015. Maiores detalhes na Nota Explicativa nº 14.

Receita de Indenização da Transmissão

Em 2016 a Companhia reconheceu receita no valor de R$751 milhões, conforme eventos descritos a seguir:

- R$20 milhões referente à diferença entre o valor da revisão preliminar da ANEEL do Laudo enviado pela Companhia, que foi de R$1.157 milhões em 23 de fevereiro de 2015 e a revisão final;
- R$90 milhões referentes à diferença entre as variações dos índices IGP-M e IPCA, considerando que a companhia havia atualizado o saldo a receber, até maio de 2016, pelo IGP-M;
- R$438 milhões referentes ao custo de capital próprio considerando a taxa de 10,44% a.a..
- R$44 milhões referentes à atualização pelo IGP-M, até maio de 2016, do saldo de indenização a receber;
- R$159 milhões referentes à atualização do saldo de indenização a receber, pelo IPCA e pelo custo de capital próprio, conforme Portaria MME nº120, no período de julho a dezembro de 2016.

O montante a receber, em 31 de dezembro de 2016, corresponde a R$1.805 milhões (R$1.054 milhões em 31 de dezembro de 2015). Mais detalhes na nota explicativa nº 14 das Demonstrações Financeiras.

Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R$161 milhões em 2016 comparada a R$2.425 milhões em 2015, redução de 93,36%.

Em 2016 houve uma redução da quantidade de energia disponível para liquidação no mercado atacadista em 2016 em função, principalmente, da alocação da energia gerada pela Usina de São Simão para atendimento ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR) a partir de 16 de setembro de 2015, de acordo com o regime de quotas, considerando os requerimentos da Portaria 432/2015. A Companhia passou a reconhecer apenas as receitas referentes à prestação de serviços de operação e manutenção da referida usina. Dessa forma, a quantidade de energia disponível pela Companhia foi utilizada basicamente no atendimento aos seus contratos com consumidores finais e outras concessionárias.

Receita de Fornecimento de Gás

A Companhia registrou uma receita de fornecimento de gás no montante de R$1.444 milhões em 2016 comparada a R$1.667 milhões em 2015, uma redução de 13,38%. Decorrente, basicamente, da diminuição no volume de gás vendido (1.066.351m³ em 2016 comparados a 1.414.464 m³ em 2015), sendo compensado parcialmente pelos reajustes nas tarifas.

Receita de Construção

As receitas de construção de ativos relacionados às infraestruturas das concessões de transmissão e de distribuição foram de R$1.193 milhões em 2016 comparadas a R$1.252 milhões em 2015, apresentando redução de 4,71%. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no período, em ativos da concessão.

Demais itens de receitas operacionais

As demais receitas da Companhia, em conjunto, apresentaram um aumento de 1,82% nos períodos comparados (R$1.733 milhões em 2016 em comparação a R$1.702 milhões em 2015).

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R$10.497 milhões em 2016 comparados a R$11.549 milhões em 2015, representando uma redução de 9,11%, decorrente dos fatores destacados a seguir:

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e Conta de Consumo de Combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R$2.074 milhões em 2016 comparados a R$2.870 milhões em 2015. Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos do Consumidor Bandeiras Tarifárias

Houve uma redução dos Encargos do Consumidor relacionados às Bandeiras Tarifárias, sendo R$360 milhões em 2016, em comparação a R$1.067 milhões em 2015, em função da melhoria do nível dos reservatórios, o que permitiu a menor cobrança em 2016 de encargos adicionais relacionados às bandeiras tarifárias.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da variação da Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais, excluindo Resultado Financeiro, representaram em 2016 o montante de R$15.903 milhões comparados a R$18.288 milhões em 2015, uma redução de 13,04%. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais estão disponíveis na Nota Explicativa nº 26 das Demonstrações Financeiras.

As principais variações estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R$8.273 milhões em 2016 comparada a R$9.542 milhões em 2015, representando uma redução de 13,30%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- redução de 36,15% na despesa com energia adquirida em leilão, que foi de R$2.540 milhões em 2016, comparados a R$3.978 milhões em 2015, decorrente, principalmente, do desligamento de parte das usinas termelétricas em 2016 em função da melhoria do nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas do sistema, com a consequente redução dos gastos com combustível dessas usinas;
- redução de 34,03% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R$1.144 milhões em 2016, comparados a R$1.734 milhões em 2015. Essa variação decorre principalmente, da redução da tarifa, que era de U$38,07/kW/mês em 2015 e passou para U$25,78/kW/mês, a partir de janeiro de 2016;
- aumento de 18,72% da despesa com energia adquirida no ambiente livre que foi de R$3.279 milhões em 2016 comparado a R$2.762 milhões em 2015. Esta variação é decorrente, basicamente, do aumento de 24,41% no volume de compra realizado pela Cemig GT (19.002.578 MWh em 2016 em comparação a 15.273.685 MWh em 2015), em função da redução da capacidade de geração própria, tendo em vista o término da concessão de determinadas usinas da Cemig GT, que passaram a ser operadas pelo regime de cotas de garantia física, refletindo no aumento de 118,25% da compra de energia da Cemig D através de contratos por cota de garantia fisica (R$550 milhões em 2016 e R$252 milhões em 2015);

- redução de 18,61% da compra de energia de curto prazo, em função basicamente da redução dos preços da energia no mercado atacadista (R$761 milhões em 2016 e R$935 milhões em 2015).

Este é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 26 destas Demonstrações Financeiras.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R$947 milhões em 2016, comparados a R$999 milhões em 2015, representando uma redução de 5,21%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Provisões e Ajustes para Perdas Operacionais

As Provisões e Ajustes para Perdas Operacionais foram de R$704 milhões em 2016, comparadas a R$1.401 milhões em 2015, uma redução de 49,75%. Esta variação decorre, principalmente, do ajuste nas perdas referentes às opções de investimento da Parati, no montante de R$55 milhões, em comparação a uma provisão de R$1.079 milhões em 2015, devido, principalmente, à valorização de 76,24% nas ações da Light em 2016, importante variável para o cálculo do valor justo da opção de venda com base no modelo Balck-Scholes-Merton, bem como o pagamento de R$498 milhões de dividendos das empresas do grupo Parati ao longo do exercício de 2016, que possibilitou uma redução de R$702 milhões no valor do preço de exercício. Mais detalhes sobre os critérios de constituição dessas provisões podem ser obtidos na nota explicativa nº 15 (Opções de Venda).

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R$1.643 milhões em 2016 comparada a R$1.435 milhões em 2015, representando um aumento de 14,48%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- reajustes salariais de 3% a partir de março de 2015, como resultado de ação judicial ajuizada por entidades representativas dos empregados da Companhia (efeito integral em 2016);

- reajustes salariais de 10,33% a partir de novembro de 2015, em função de Acordo Coletivo (efeito integral em 2016);
- reajuste salarial de 8,50% a partir de novembro de 2016, em função de Acordo Coletivo;
- reconhecimento, em 2016, de despesa com o programa de desligamento voluntário de pessoal, no montante de R$93 milhões.

Participação dos Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação dos Empregados e Administradores no Resultado foi de R$7 milhões em 2016 comparada a R$137 milhões em 2015. Esta variação decorre da redução do resultado da Companhia, base de cálculo para o pagamento da Participação, tendo em vista que os acordos coletivos são unificados.

Obrigações Pós-Emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado representou uma despesa no valor de R$345 milhões em 2016, em comparação a uma despesa de R$156 milhões em 2015.

Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia

As despesas com Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia foram de R$84 milhões em 2015. Com o desligamento da UTE Igarapé a partir de agosto de 2015, em atendimento à determinação do Operador Nacional do Sistema (ONS), a Companhia cessou a compra de óleo combustível necessário à operação de geração de energia elétrica.

Custo de Construção

Os Custos de Construção de Infraestrutura foram de R$1.193 milhões em 2016 comparados a R$1.252 milhões em 2015, uma redução de 4,71%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão de transmissão e de distribuição de energia elétrica.

Gás Comprado para Revenda

Em 2016 a Companhia registrou uma despesa com aquisição de gás no montante de R$877 milhões, comparada a uma despesa de R$1.051 milhões em 2015, representando uma redução de 16,56%. Esta variação decorre, basicamente, da redução da quantidade de gás comprado (1.063.677m³ em 2016 comparados a 1.405.732m³ em 2015).

Ajuste para perdas por desvalorização em investimentos

A Companhia registrou, em 2016, ajuste para perdas por desvalorização em investimentos no valor total de R$763 milhões envolvendo os investimentos na Renova. Mais informações na nota explicativa nº 15.

Resultado de valor justo em operação societária

A Companhia registrou, em 2015, um ganho de R$729 milhões envolvendo a constituição da Aliança Geração de Energia, conforme descrito em mais detalhes na nota explicativa nº 15.

Resultado de Equivalência Patrimonial

No exercício de 2016 a Companhia apurou uma perda com equivalência patrimonial no montante de R$302 milhões, comparados a um ganho de R$393 milhões em 2015. Essa variação reflete, de acordo com as participações detidas pela Companhia, principalmente, o prejuízo de R$373 milhões da Renova Energia em 2016, em função, basicamente, de ajuste para perdas por desvalorização em investimento na Terraform e baixa de opção de venda com a SunEdison, somado ao ajuste para perdas por desvalorização em ativos de R$68 milhões realizado pela Guanhães. Mais detalhes na nota explicativa nº15.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado em 2016 foi uma Despesa Financeira Líquida de R$1.437 milhões comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R$1.341 milhões em 2015 (Reapresentado). Os principais fatores que impactaram o Resultado Financeiro estão relacionados a seguir:

- aumento de 39,11% nos encargos de Empréstimos e Financiamentos, sendo R$1.928 milhões em 2016 comparados a R$1.386 milhões em 2015. Este resultado decorre do aumento em 2016 do custo da dívida indexada ao CDI, e da maior variação deste indexador, que foi de 14,06% em 2016 em comparação a 13,23% em 2015;
- redução de 36,69% nas despesas de variações monetárias com Empréstimos e Financiamentos, no montante de R$245 milhões em 2016, comparados a R$387 milhões em 2015, decorrente, principalmente, da menor variação do IPCA em 2016 (6,29% em 2016 comparado a 10,67% em 2015).
- redução de 79,65% nas despesas com variações cambiais, no montante de R$35 milhões em 2016, comparados a R$172 milhões em 2015, decorrente, substancialmente, da menor variação do Dólar em 2016 (desvalorização de 16,54% em 2016 em comparação à valorização de 47,01% em 2015).

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 27 e mais detalhes sobre a reclassificação de saldos contábeis na Nota Explicativa nº 2.8 das Demonstrações Financeiras.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2016, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$33 milhões em relação ao Resultado de R$368 milhões antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 8,97%. A Companhia apurou em 2015 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$893 milhões em relação ao Resultado de R$3.362 milhões, antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 26,55%. Estas alíquotas efetivas de impostos estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 10 das Demonstrações Financeiras.

Liquidez e Recursos de Capital

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da construção de novas instalações de geração e da expansão e modernização das instalações de geração, transmissão e distribuição existentes.

Nossas exigências de liquidez também são afetadas por nossa política de dividendos. Financiamos nossa liquidez e necessidades de capital principalmente com caixa gerado por operações e, em menor escala, com fundos provenientes de financiamento.

A Companhia assumiu um valor significativo de dívida para financiar os gastos de capital necessários para cumprir os objetivos de crescimento de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2016, o passivo circulante consolidado da Cemig excedeu o ativo circulante consolidado em R$3.162 milhões. Em 31 de dezembro de 2016, os empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo e debêntures da Cemig totalizaram R$4.837milhões e R$10.342 milhões, com vencimento no primeiro, segundo, terceiro e quarto trimestres de 2017, nos montantes de R$783 milhões, R$1.017 milhões, R$579 milhões e R$2.458 milhões, respectivamente. A Companhia apresentou fluxos de caixa operacionais consolidados positivos nos valores de R$1.213 milhões, R$3.007 milhões em 2016 e 2015.

Se, por qualquer razão, a Cemig apresentar dificuldades em obter financiamentos, isto poderia comprometer suas condições para realizar investimentos nos montantes necessários para manter o atual nivel de investimentos ou seus objetivos de longo prazo e poderia comprometer suas condições de pagamento no prazo das obrigações financeiras de principal e juros junto aos seus credores, considerando que o fluxo de caixa advindo das suas operações seria insuficente para cobrir o seu programa de investimentos e todo o seu serviço da dívida. Uma redução no programa de investimentos ou a venda de ativos poderia afetar de forma significativa o resultado das suas operações.

Mais detalhes na nota explicativa nº 1 destas Demonstrações Contábeis.

Caixa e Equivalentes a Caixa

O caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2016 totalizaram R$995 milhões, em comparação com R$925 milhões em 31 de dezembro de 2015, e não foram mantidos em outras moedas que não o real. As razões para esta variação são apresentadas a seguir:

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado das atividades operacionais em 2016 e 2015 totalizou R$1.213 milhões e R$3.007 milhões, respectivamente. A redução no caixa gerado por atividades operacionais em 2016 em comparação com 2015 deveu-se, principalmente, do pagamento, em 2016, pela Cemig GT, da bonificação de outorga das concessões de 18 usinas hidrelétricas arrematadas no leilão da Aneel ocorrido em dezembro de 2015, no montante de R$2.216 milhões.

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento em 2016 totalizou R$614 milhões, comparado a um caixa líquido consumido nas atividades de investimento em 2015 de R$3.217 milhões. O caixa consumido nas atividades de investimento em 2016 decorre, principalmente, de aportes feitos em investidas no montante de R$1.455 milhões, parcialmente compensado pelos recursos aplicados em Títulos e Valores Mobiliários no montante de R$1.401 milhões.

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

O fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento durante 2016 totalizou R$529 milhões, e foi composto pela amortização de R$5.592 milhões de financiamentos, pagamento de R$675 milhões em dividendos e juros sobre o capital próprio, parcialmente compensado pelos recursos de financiamentos no montante de R$5.737 milhões.

O fluxo de caixa gerado nas atividades de financiamento durante 2015 totalizou R$247 milhões, e foi composto pela amortização de R$4.696 milhões de financiamentos, pagamento de R$796 milhões em dividendos e juros sobre o capital próprio, parcialmente compensado pelos recursos de financiamentos no montante de R$5.739 milhões.

Política de Captação de Recursos e Gestão da Dívida

A Companhia mantém o seu compromisso de assegurar sua qualidade de crédito em níveis satisfatórios que denotem baixo risco de crédito, para se beneficiar de custos financeiros compatíveis com a rentabilidade do negócio, bem como para assegurar a sustentabilidade da Empresa.

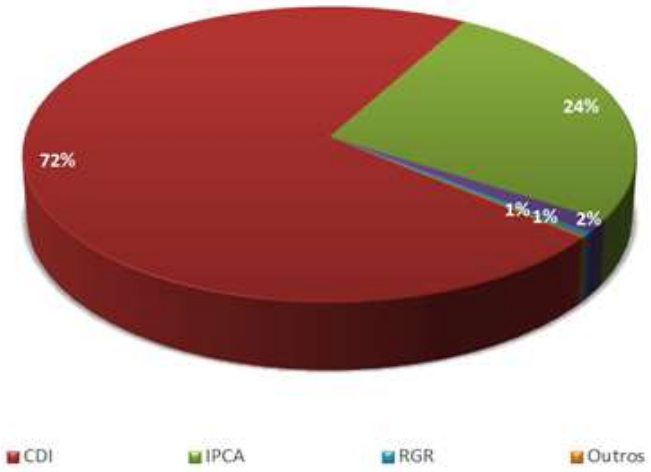
O ano de 2016, entretanto, reservou para a Companhia um grande desafio que foi o de refinanciar a dívida vincenda no curto prazo. Havia uma grande concentração de dívida vencendo no primeiro semestre, no caso da Cemig D, e no segundo semestre, no caso da Cemig GT. As duas subsidiárias da Companhia, entretanto, conseguiram realizar o refinanciamento dessa dívida, distribuindo a nova dívida num período de até 5 anos, demonstrando a capacidade das empresas acessarem o mercado para captação de recursos, mesmo em cenários de crédito e macroeconômicos mais desafiadores.

Enquanto a Cemig D reduziu em R$822 milhões o seu endividamento em 2016, a Cemig GT, em função da dívida contratada pela empresa para financiar o pagamento da bonificação de outorga das concessões de 18 usinas hidrelétricas arrematadas no leilão da Aneel ocorrido em dezembro de 2015 (Leilão Aneel nº 12/2015), acabou elevando seu endividamento em 2016 em cerca de R$922 milhões.

Ou seja, apesar do investimento expressivo no ano, destacando-se o pagamento da outorga mencionado no parágrafo anterior, de R$2,2 bilhões, a Companhia busca a redução do seu endividamento para atingir os referenciais constantes do seu Estatuto Social.

Os detalhes das captações de recursos da Companhia, incluindo os custos e os prazos, estão presentes na nota explicativa nº 20 das Demonstrações Financeiras.

Principais indexadores da dívida em 31 de dezembro de 2016



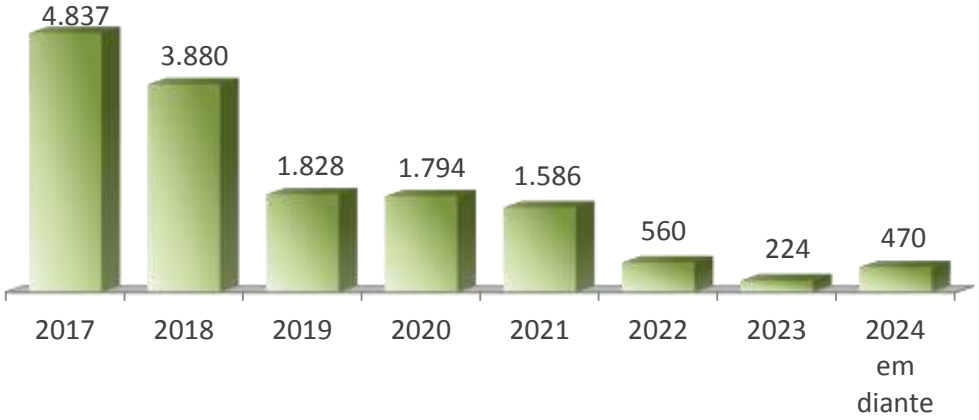
A composição da dívida da Companhia é reflexo das fontes de recursos à disposição das suas subsidiárias através de papéis referenciados à taxa de juros local, bem como de sua intenção de evitar a exposição da dívida à moeda estrangeira (atualmente em 0,20%). O custo médio da dívida da Cemig GT, influenciado, portanto, pela política de taxa de juros em vigor no país, é de 8,40% a.a. a preços constantes e de 15,89% a.a. em custo nominal.

Apesar das condições atuais de mercado, a Administração tem promovido a gestão da sua dívida com foco no alongamento do prazo, para evitar pressões no fluxo de caixa que possam afetar a liquidez e sugerir risco de refinanciamento.

O endividamento da Companhia, em 31 de dezembro de 2016, no valor de R$15.179 milhões, tem seu cronograma de amortizações com prazo médio de 2,8 anos. Mais detalhes na Nota Explicativa nº 20 das Demonstrações Financeiras.

O cronograma de amortizações da dívida pode ser visto no gráfico a seguir:

Cronograma de Amortizações da Dívida
Posicionamento em Dezembro/2016 (R$ milhões)



A Cemig continua tendo grande parte de sua dívida vencendo no curto prazo, em razão das condições de mercado dos últimos anos, mais restritas, mas já estamos implementando iniciativas que visam o alongamento do perfil de endividamento e buscando a redução do custo de captação de recursos. Exemplo disso, a Cemig GT realizou, em 29 de dezembro de 2016, sua 7ª emissão de Debêntures simples no valor de R$ 2.240 milhões, em série única, com prazo de vigência de 5 anos.

No ano de 2016, as agências de classificação de risco realizaram movimentos de rating da Cemig, da Cemig D e da Cemig GT seguindo a deterioração do quadro econômico no país. A Standard & Poor's rebaixou o rating das 3 empresas de brAA- para brBBB+na classificação nacional e de BB para B+ na classificação global. A Fitch também rebaixou o rating das 3 empresas de AA-(bra) para A(bra) na classificação nacional. Já a Moody’s rebaixou, em fevereiro, o rating das 3 empresas de Aa2.br para Baa1.br na classificação nacional e de Ba1 para B1 na classificação global.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Geração de Energia Elétrica

Usina Hidrelétrica de Jaguara ("Usina Jaguara") e Usina Hidrelétrica de São Simão ("Usina São Simão")

Para as concessões das usinas de Jaguara, São Simão e Miranda, cujas concessões tem o seu prazo de vencimento do 1º termo, não considerando o período de renovação previsto contratualmente, em agosto de 2013, janeiro de 2015 e dezembro de 2016, respectivamente, a Companhia entende que tem direito a prorrogação das concessões nas condições anteriores a Lei 12.783/13 (MP 579), conforme cláusulas estabelecidas nos contratos de concessão e no art. 19 da Lei nº 9.074/1995.

Em 21 de dezembro de 2015, o Ministro Dias Toffoli, deferiu o pedido liminar realizado pela Companhia para que sejam suspensos os efeitos do julgamento da 1ª Seção do STJ, mantendo a Cemig GT na titularidade da concessão da UHE Jaguara, sob as bases iniciais do Contrato de Concessão, até deliberação em sentido contrário do STF.

A Cemig operou a usina de São Simão através do regime de cotas em 2016, onde somente recebeu uma remuneração (Receita anual de geração - RAG) pela operação e manutenção da usina.

Em 06 de março de 2017, o Superior Tribunal de Justiça concedeu liminar para manter a Cemig GT na titularidade da concessão da usina hidrelétrica de São Simão nas bases iniciais do Contrato de Concessão nº 007/1997, até a conclusão do julgamento do mandado de segurança impetrado pela Companhia. Em 28 de março e 2017 a liminar foi revogada.

Mais detalhes sobre essa questão estão apresentados na Nota Explicativa nº 4 das Demonstrações Financeiras.

Pedido de Prorrogação de Prazo da UHE Miranda

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) protocolou, junto ao Poder Concedente, pedido de prorrogação do prazo de concessão da UHE Miranda com base no Contrato de Concessão nº 007/1997, usina que teve o termo final de concessão em 23 de dezembro de 2016.

Considerando que esse pedido não foi aceito pelo Ministério de Minas e Energia (MME), a Cemig GT entrou com um pedido de liminar no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A liminar foi concedida em 22 de dezembro de 2016, mantendo o controle da UHE Miranda com a empresa, nas bases iniciais do Contrato de Concessão nº 007/1997, até a conclusão do julgamento do mandado de segurança impetrado pela Companhia. Em 21 de março de 2017 a liminar foi revogada.

Conjuntura Hidrológica Brasileira

Após dois anos seguidos com um períodos úmido (novembro a março) abaixo da média, anos de 2014 e 2015 com 67% e 70% da média histórica respectivamente, o ano de 2016 verificou-se dentro da média histórica, o que possibilitou um ganho de armazenamento significativo nos principais reservatórios. A melhora da hidrologia, no armazenamento e o cenário de baixo consumo de energia levaram a redução na geração térmica do sistema e consequentemente uma queda no PLD (preço de curto prazo) ficando em média 67% abaixo do PLD médio de 2015.

A melhora nas condições do sistema no ano de 2016 reduziu a exposição do gerador hidráulico no mercado de curto prazo, reduzindo o impacto do GSF (Generation Scaling Factor) que fechou o ano em média 0,96 contra 0,85 de 2015.

Distribuição de Energia Elétrica

Renovação dos contratos de concessão

Os contratos de concessão de distribuição da Cemig D foram prorrogados por mais 30 anos, agora consolidados em apenas um, conforme termos da Lei nº 12.783/13. A prorrogação, com início de vigência a partir de 1º de janeiro de 2016, trouxe alterações em relação ao contrato atual, condicionando a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da Distribuidora, de novos critérios de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira.

A prorrogação está condicionada ao cumprimento de indicadores contidos no próprio contrato, que têm o objetivo de garantir a qualidade do serviço prestado e a sustentabilidade econômico-financeira da empresa e são determinantes para a efetiva prorrogação da concessão nos primeiros cinco anos de contrato, uma vez que seu descumprimento em dois anos consecutivos ou no quinto ano acarreta na extinção da concessão.

Os indicadores de sustentabilidade econômico-financeira começam a ser avaliados ao término de 2017 e a meta para esse ano é que a distribuidora tenha um LAJIDA maior ou igual à zero. Importante ressaltar que esse resultado tem que se manter também nos anos de 2018, 2019 e 2020.

Em relação aos indicadores de qualidade do serviço prestado, a ANEEL, a partir de 2016, iniciou a avaliação anual da duração (DECi) e da frequência (FECi) das interrupções ocorridas no sistema de distribuição de energia elétrica.

Reajuste Tarifário Anual – Cemig D

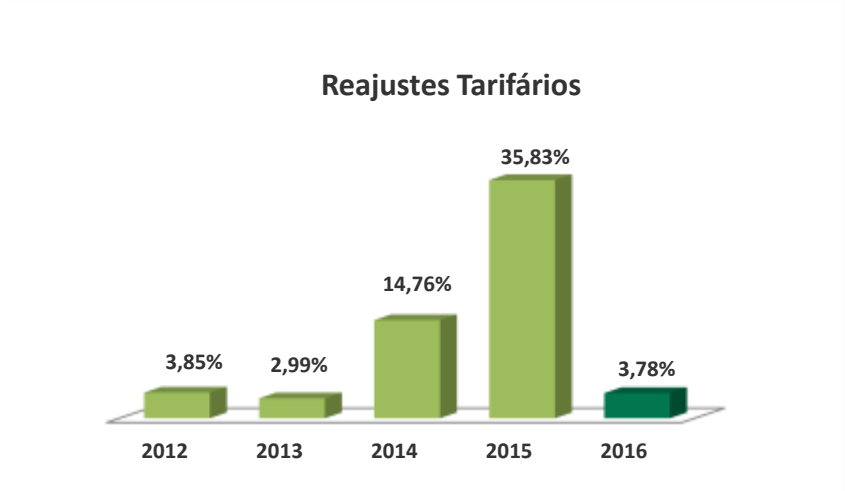
O reajuste tarifário anual da Cemig D foi transferido de 8 de abril para 28 de maio a partir de 2016. Esse processo tem o objetivo de repassar integralmente os custos não gerenciáveis e corrigir monetariamente os custos gerenciáveis, que foram estabelecidos na Revisão Tarifária. O índice de reajuste dos custos gerenciáveis é o IGP-M, mas sobre esse é deduzido o Fator X para captura da produtividade, seguindo a metodologia do modelo regulatório de price-cap.

A ANEEL homologou o índice médio de reajuste de 3,78% para vigorar a partir de 28 de maio de 2016, com vigência até 27 de maio de 2017.

O aumento para o consumidor residencial foi de 4,21%. Para os consumidores industriais e do setor de serviços, atendidos em média e alta tensão, o aumento médio percebido foi de 2,06 %. Para os consumidores atendidos em baixa tensão o aumento médio foi de 4,63%.

Do valor cobrado na fatura, 21,4% fica com a Cemig Distribuição para remunerar o investimento, cobrir a depreciação e o custeio da concessionária. Essa parcela é chamada de Parcela B. Os demais 78,6% são repassados para cobrir a Parcela A, composta pela compra da energia (28,7%), encargos setoriais (18,3%), encargos de transmissão (2,9%), além dos tributos, representados pelo ICMS (22,1%) e PASEP/COFINS (6,5%).

Nos 774 municípios de Minas Gerais, onde há distribuição de energia feita pela Cemig, mais de 689 mil consumidores são rurais e cerca de 724 mil são classificados como de baixa renda. Esses clientes são beneficiados por um subsídio que os permitem pagar um valor inferior ao custo da energia consumida. No caso dos consumidores de baixa renda com consumo até 30 kWh/mês, o benefício resulta em um desconto aproximado de 65%. Para o consumo entre 31 kWh e 100 kWh, 40%, e para a faixa de 101 kWh a 220 kWh o desconto é de 10%.



Obs: O reajuste tarifário de 2015 está composto de 7,07%, em vigor a partir de 08 de abril de 2015 e 28,76% de reajuste extraordinário em vigor a partir de 02 de março de 2015.

Bandeiras Tarifárias

As Bandeiras Tarifárias são um sistema instituído pela ANEEL para sinalizar aos consumidores as condições e os custos reais da geração de energia elétrica no mês de consumo, permitindo que o cliente responda de forma mais racional ao preço da energia. O mecanismo entrou em vigor em janeiro de 2015.

O repasse dos recursos provenientes do faturamento das Bandeiras Tarifárias é feito pelas distribuidoras para a Conta Centralizadora, gerida pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. Os recursos disponíveis nessa conta são repassados para as distribuidoras, conforme a necessidade de cobertura dos custos com geração de energia por fonte termelétrica e das exposições ao mercado de curto prazo.

Além do sinal tarifário, o Sistema de Bandeiras Tarifárias está sendo um importante mecanismo para mitigar o descasamento entre despesa e cobertura tarifária de compra de energia.

Em função da melhoria do nível dos reservatórios durante o ano de 2016, ocorreu uma redução nos encargos das bandeiras nesse ano. Em 2015 recebemos R$1.066 milhões de recursos das bandeiras em comparação a R$360 milhões em 2016.

Gestão das perdas

O Índice de Perdas Totais da Distribuição em 2016 foi de 13,52% em relação à energia total injetada no sistema de distribuição (acréscimo de 1,83% em relação ao valor de 2015) sendo a meta regulatória estabelecida para o final de 2016 de 10,92%.

As Perdas Totais da Distribuição são compostas pelas Perdas Técnicas mais as Perdas Comerciais (Perdas Não Técnicas). O Índice de Perdas Técnicas em 2016 foi de 9,56% em relação à energia total injetada no sistema de distribuição (acréscimo de 0,66%. em relação ao valor realizado em 2015) para uma meta regulatória de 7,84%.

Para ter um nível de Perdas Técnicas regulatórias mais aderentes às reais características do sistema elétrico da Cemig D na próxima revisão tarifária (2018), foi instituído desde 2014 um grupo de trabalho que tem conduzido diversos estudos e trabalhado na implementação da nova metodologia de cálculo de Perdas Técnicas válida para o 4º CRTP (módulo 7 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica - Prodist).

O aumento das Perdas Comerciais em 2016 foi impulsionado pelo cenário macroeconômico desfavorável com alta da inflação e do desemprego associado aos reajustes.

Em 2016, visando coibir o aumento das Perdas Comerciais e educar a população sobre os diversos prejuízos causados pelas irregularidades, a Cemig realizou vários mutirões de inspeções em pontos estratégicos de Belo Horizonte e do interior do estado, com atuação simultânea da mídia e divulgação de várias notícias a partir dos diferentes meios de comunicação (mídia escrita, rádio e televisão).

Adicionalmente, foram implementadas melhorias nos softwares de seleção de alvos de inspeção, aperfeiçoamentos na qualidade do processo de cobrança de consumo irregular, blindagem da receita dos consumidores de médio e grande porte, sendo que a Cemig mantém desde 2012 uma estrutura dedicada de telemedição, a partir do seu Centro Integrado de Medição, que possibilita o monitoramento remoto de cerca de 13 mil grandes clientes que representam cerca de 45% do faturamento da companhia.

Outra ação importante para mitigação de Perdas Comerciais diz respeito ao programa de modernização do parque de medição dos consumidores em todo o estado. Em 2016, a partir desse programa, 153 mil medidores obsoletos e depreciados foram substituídos por medidores novos com tecnologia eletrônica, permitindo uma medição mais precisa e reduzindo a susceptibilidade à realização do furto de energia nesses equipamentos.

Light

O ano foi marcado pela definição de um novo modelo de combate às perdas não-técnicas. Considerando as condições macroeconômicas e um novo diagnóstico das causas e localização das perdas, a Light revisitou sua estratégia e intensificou sua atuação em bairros de média e alta rendas ("Áreas Possíveis"), por meio de medidas de gestão que visam à recuperação e incorporação de maiores volumes de energia por cliente e menor gasto por MWh combatido. Anteriormente, o combate às perdas era intensivo em CAPEX e nas áreas com índice de perdas mais elevadas, que se localizam nos bairros e comunidades com renda mais baixa e maior incidência de violência ("Áreas de Risco").

Transmissão de energia elétrica

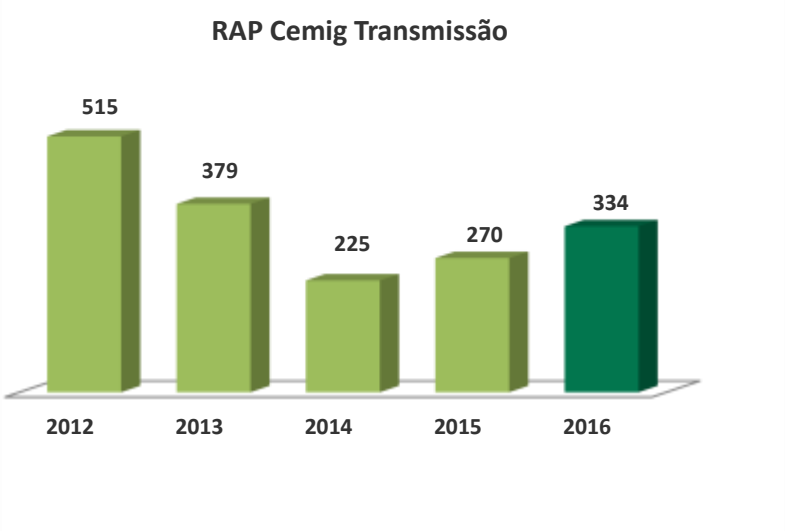
Por atuar em um mercado regulado, a receita dos ativos de transmissão da Cemig GT é estabelecida pela ANEEL, sendo atualizada nos processos de revisão tarifária periódica, revisão tarifária extraordinária e reajuste tarifário anual. Semelhante ao que ocorre na Distribuidora, a Empresa atua junto ao Órgão Regulador para o reconhecimento de seus custos nos processos de revisões, reajustes e de homologação das RAPs para novos ativos.

O reajuste anual da receita de transmissão ocorre em 1º de julho de cada ano, exceto quando houver Revisão Tarifária, prevista para 2017. Esse processo tem o objetivo de corrigir a RAP homologada pela inflação, adicionar à RAP a receita oriunda dos reforços e melhorias que entraram em operação comercial no último ciclo tarifário (julho do ano anterior a junho do ano de reajuste) e calcular a Parcela de Ajuste. A metodologia do modelo regulatório é o *Revenue-cap.*

Em julho de 2016, a RAP da Cemig GT (contrato 006/97) foi reajustada em 26,5%, em função da aplicação do IPCA sobre a receita homologada com o acréscimo da receita de novos reforços e melhorias.

A Cemig GT ainda possui a concessão de uma subestação licitada, SE Itajubá, cujo reajuste também ocorre em julho, tendo como índice de atualização o IGP-M.

A Receita homologada para o ciclo 2016/17, das duas concessões, soma R$334 milhões, sendo R$297 milhões da Cemig GT e R$37 milhões da SE Itajubá.

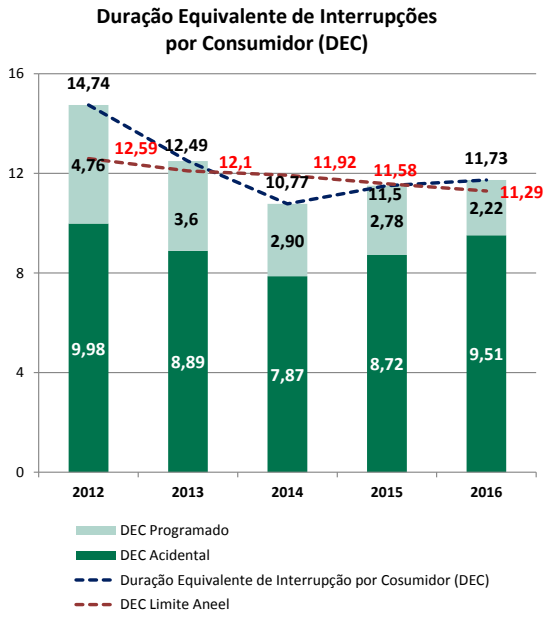


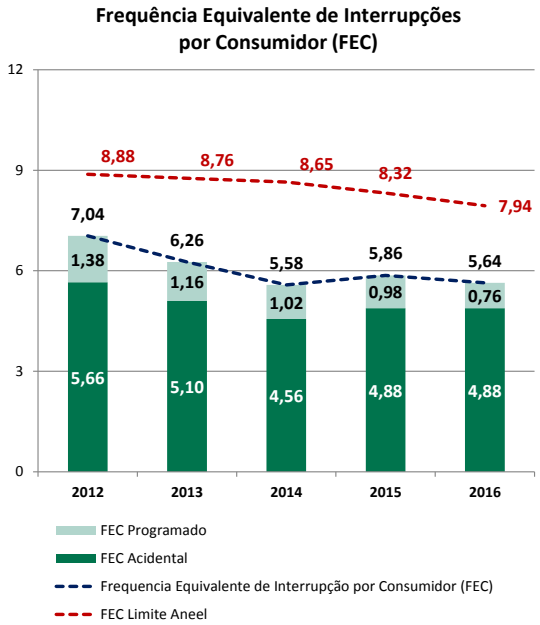
Deve ser ressaltado que a redução na RAP verificada em 2013 decorre da adesão da Companhia aos termos da Lei 12.783/13 (MP 579), com a prorrogação da concessão por 30 anos e a remuneração a partir daquela data apenas pela operação e manutenção dos ativos existentes naquele época.

RELACIONAMENTO COM NOSSOS CLIENTES

Qualidade no fornecimento

Os gráficos abaixo mostram a evolução dos indicadores de continuidade DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) e FEC (Frequência Equivalente Interrupções por Consumidor).





Política de atendimento

Com o objetivo de proporcionar um atendimento de qualidade, além de facilitar o acesso aos consumidores, a Cemig disponibiliza um mix de canais de atendimento que congrega vários meios de comunicação, tanto presencial como telefônico e virtual.

A Cemig está presente em todos os 774 municípios da sua área de concessão. O atendimento presencial é realizado pela "Rede Cemig Fácil de Atendimento", através das 156 Agências e 622 Postos de Atendimento. Em 2016 foram registrados 9,76 milhões de contatos através deste canal.

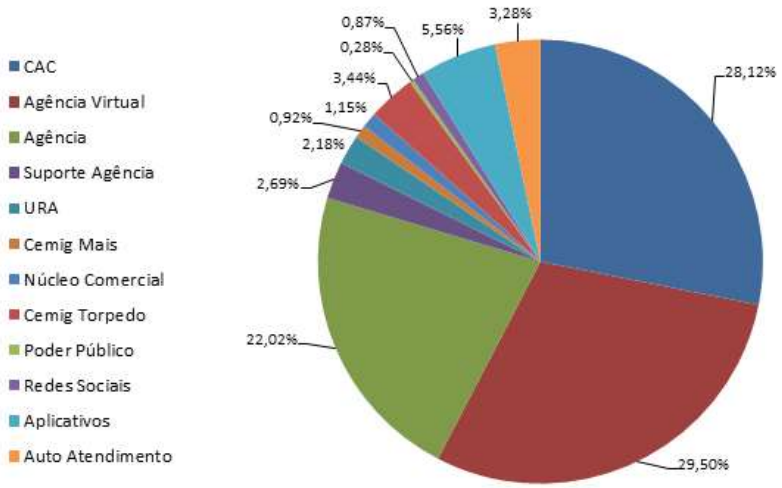
O atendimento telefônico é realizado pelo "Fale com a Cemig", inclusive com a disponibilização de número para atendimento a deficientes auditivos. Este canal também é responsável pelo atendimento via Redes Sociais (Facebook e Twiter) chat e e-mail. O número de contatos registrados em 2016 foi de 11,1 milhões.

O Cemig Torpedo possibilita ao consumidor solicitar o serviço de falta de energia, consulta a débito e envio de leitura através de mensagens de texto – SMS. Em 2016 foram recebidas 1,36 milhões de mensagens.

Para os canais virtuais, destacamos o aplicativo Cemig Atende disponível para Smartphones e Tablets, nas plataformas Android e IOS.

No site da Cemig e também através do aplicativo de serviços via Facebook e Telegram o cliente pode solicitar os serviços mais requisitados como segunda via de conta, consulta de débitos, alterar data de vencimento, cadastrar o envio da fatura por e-mail, dentre outros. A Agência Virtual da Cemig registrou em 2016 mais de 11,6 milhões de contatos.

Dessa forma, a Cemig teve mais de 39,5 milhões de atendimentos em 2016, através dos seus diversos canais, conforme demonstrado abaixo:



INVESTIMENTOS

Com base no Plano Diretor, documento que norteia os negócios da Cemig (2005-2035), são definidas as metas de crescimento para o Grupo Cemig bem como as estratégias utilizadas para alcançá-las. Um dos direcionadores estratégicos da Cemig é o crescimento sustentável, com foco no crescimento da geração de eletricidade proveniente de fontes renováveis.

Para assegurar a continuidade de seus negócios, sua progressão no mercado e a confiabilidade e disponibilidade de energia elétrica aos clientes e consumidores, a Cemig acompanha suas participações, supervisionando a gestão e o desenvolvimento das controladas e coligadas através de participação ativa nos órgãos de administração, dentro dos critérios de boa governança corporativa, zelando pelo cumprimento de seus planos de negócios e pelo planejamento do programa de investimentos. A seguir, serão apresentadas as principais participações que a Cemig tem e seus destaques.

Investimentos em Geração:

A Companhia fez os seguintes investimentos em geração no exercício de 2016:

Leilão Aneel (Lote D)

O Conselho de Administração deliberou autorizar a constituição de sete Sociedades de Propósito Específico – SPEs (Três Marias, Salto Grande, Itutinga, Camargos, Sul, Leste e Oeste), que receberam um aporte inicial de R$ 15.783 mil para operar as usinas hidrelétricas do Leilão Aneel nº 12/2015 (Lote D). O pagamento da outorga foi de R$ 2.216 milhões.

Renova Energia S.A. - Renova:

Em 2016, a Renova baseou sua estratégia em três pontos principais: foco na execução de projetos em construção, adequação da estrutura de capital e revisão do plano de negócios, com o objetivo de garantir a sustentabilidade dos seus negócios no longo prazo.

1 - Foco na Execução de Projetos em Construção:

Em janeiro de 2016, a Renova conectou integralmente os parques eólicos do complexo Alto Sertão II, iniciando a operação comercial de mais cinco parques do leilão de 2011. Após o vencimento dessa etapa, passou a ter um portfólio em operação de 463,1 MW de capacidade instalada em energia eólica/solar e 190,2 MW em PCHs. Outro ponto importante no ano foram os esforços concentrados na conclusão do projeto Alto Sertão III fase A que se encontra em fase avançada de execução (87% de compleição).

Quando concluído, o projeto adicionará 411 MW de capacidade instalada ao portfólio da Renova (que totalizará 1,1 GW em operação). Em adição, a Renova já concluiu 100% da montagem dos painéis solares e torres eólicas do projeto Híbrido, aguardando apenas a conexão da subestação para energização dos parques.

2 - Adequação da Estrutura de Capital:

A Renova vem atuando intensamente na adequação da sua estrutura de capital ao perfil de longo prazo de seus projetos. O primeiro passo foi dado em fevereiro de 2016, quando a Renova anunciou um aumento de capital. Esse processo foi concluído em junho de 2016 com um volume total de subscrições de R$280 milhões, sendo R$240 milhões da Cemig GT e R$40 milhões da Light Energia principalmente destinados às obras do Alto Sertão III, reforçando o comprometimento dos sócios controladores com o futuro da Renova. Em dezembro de 2016, a Renova anunciou um novo aumento de capital com volume total de até R$300 milhões que será concluído em 2017. Além disso, a Renova recebeu antecipadamente o montante de R$118 milhões decorrentes de contratos de energia para endereçar compromissos financeiros e operacionais de curto prazo e vem negociando o alongamento de dívida com seus principais financiadores.

3 - Revisão do plano de negócios:

A Renova tem buscado se adaptar aos novos desafios e desde o quarto trimestre de 2015 vem otimizando seus processos e implantando novos sistemas com o objetivo de melhorar seus resultados. No segundo trimestre de 2016 cancelou o contrato de 676 MW de capacidade instalada com a Cemig GT e negociou a postergação da entrega de 67% da energia do contrato Light II para janeiro de 2020. Essas medidas foram tomadas com o intuito de otimizar e reduzir a sua necessidade de investimentos no curto prazo e melhorar a sua posição de liquidez.

Investimento na usina de Santo Antônio:

A Usina Hidrelétrica Santo Antônio (UHE Santo Antônio) encerrou o ano de 2016 com todas as suas 50 turbinas em operação e alcançou, assim, sua capacidade plena de produção de energia. Somente em 2016, a hidrelétrica colocou quinze novas unidades geradoras em operação. A construção da UHE Santo Antônio representou um investimento de cerca de R$ 24 bilhões.

A usina possui capacidade para gerar 3.568 MW de energia, de fonte limpa e renovável, suficiente para o consumo de mais de 45 milhões de brasileiros. Das suas 50 turbinas, 44 abastecerão o Sistema Interligado Nacional (SIN), enquanto as outras 6 serão dedicadas exclusivamente aos estados de Rondônia e do Acre, contribuindo para a segurança e estabilidade do sistema elétrico daquela região.

A UHE Santo Antônio alcançou, entre todos os projetos analisados, o maior número de notas máximas na categoria Implantação em avaliação realizada pela IHA – International Hydropower Association, uma organização sem fins lucrativos, fundada há quase vinte anos, com suporte da Unesco, que mede a sustentabilidade de empreendimentos hidrelétricos. Essa avaliação reforça o compromisso da Hidrelétrica Santo Antônio com as melhores práticas globais de sustentabilidade.

Belo Monte:

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte) administrada pela empresa Norte Energia S.A., em que a Cemig tem uma participação indireta de 5,13%, está localizada no Rio Xingu, nas proximidades das cidades de Altamira e Vitória do Xingu, ambas no estado do Pará.

A UHE Belo Monte conta com duas casas de força: Belo Monte e Pimental. A primeira é a principal, com dezoito turbinas, com capacidade de geração de cerca de 11.000 MW, e a segunda, auxiliar, com capacidade de geração de cerca de 233 MW. Dessa forma, a UHE Belo Monte será responsável por 7,5% do potencial instalado do país, sendo a maior hidrelétrica inteiramente brasileira e a quarta maior do mundo, atrás apenas das chinesas Three Gorges (22.000 MW) e Xilodu (13.860 MW), e da brasileira e paraguaia Itaipu (14.000 MW). O empreendimento está demandando um investimento de R$35,3 bilhões (em moeda corrente) que incluem R$3,4 bilhões em ações sociais compensatórias.

No primeiro semestre de 2016, entraram em operação comercial as primeiras unidades geradoras de Belo Monte. A geração da primeira unidade da casa de força principal e da primeira unidade da casa de força complementar teve início no mês de abril. Em 31 de dezembro de 2016, havia quatro unidades em operação no sítio Belo Monte e quatro unidades em operação no sítio Pimental, agregando 2.600 MW médios de garantia física ao Sistema Interligado Nacional.

Guanhães Energia:

A Guanhães Energia S.A é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) criada com a finalidade de implantar as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) Dores de Guanhães, Senhora do Porto, Jacaré e Fortuna II, todas situadas no estado de Minas Gerais totalizando 44 MW de Potência Instalada. Esta empresa tem como acionistas a Light Energia S.A (51%) e a Cemig Geração e Transmissão S.A (49%).

Desde dezembro de 2015 as obras de implantação das PCHs foram paralisadas em decorrência da rescisão do Contrato de implantação, motivada por inadimplência do fornecedor. Encontram-se em andamento estudos para reestruturar o projeto e viabilizar a retomada das obras.

Apesar dos atrasos nas obras, pode-se destacar o avanço nas ações socioambientais, tendo sido aprovadas compensações florestais e espeleológicas, que possibilitarão a proteção e a recuperação de áreas maiores que as áreas atingidas pelo empreendimento.

Com as ações ambientais em fase de conclusão, aguarda-se a obtenção das Licenças de Operação das quatro PCHs em 2017.

Maiores informações sobre os investimentos em geração, incluindo os aportes realizados, podem ser obtidos na nota explicativa nº 15 das demonstrações financeiras.

Investimentos em Transmissão

Plano de Melhorias da Transmissão (PMT)

O Conselho de Administração aprovou a revisão da curva de investimentos do Plano de Melhorias da Transmissão - PMT, para o ciclo 2013/2017, mantendo-se o montante original aprovado de R$170 milhões, expresso em moeda de junho de 2015. No ano de 2016, destaca-se no Sistema Elétrico um planejamento de R$ 36 milhões e uma realização de R$ 32 milhões.

Taesa

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – Taesa é uma companhia privada controlada pela Cemig, que detém 42,72% do capital votante e 31,54% do capital total, e pelo FIP Coliseu. A Taesa tem sido o vetor de crescimento da Cemig no segmento de transmissão, dedicando-se à construção, operação e manutenção de linhas de transmissão em todas as regiões do país.

Em 2016, a Taesa sagrou-se vencedora em cinco lotes para transmissão de energia. Em abril, a companhia adquiriu o lote P no leilão 013/2015, com RAP de R$56 milhões e CAPEX de R$276 milhões. Já na segunda etapa do leilão 013/2015, realizada em outubro, a Taesa venceu quatro lotes: um de forma individual, dois como integrante do Consórcio Columbia (50% Taesa – 50% CTEEP) e um através de uma coligada (Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A – EATE). No total, considerando as participações proporcionalmente, a Taesa ganhou R$315,2 milhões de RAP, correspondente ao investimento de R$ 1,6 bilhão e extensão de 1,5 mil km.

Investimentos em Distribuição

Plano de Desenvolvimento da Distribuição – PDD

Investimentos no sistema elétrico:

Para o ciclo tarifário (2013/2017) os investimentos no sistema elétrico da Cemig D serão na ordem de R$4,7 bilhões.

Em 2016, os investimentos foram de R$844 milhões, sendo R$216 milhões no Sistema de Distribuição de Alta Tensão e R$601 milhões no Sistema de Distribuição de Média e Baixa tensão e R$27 milhões em outros projetos.

Além desses expressivos valores referente aos investimentos, outro destaque é para o número de novos clientes que atingirá a marca de 1,2 milhão de novas ligações no período de 2013 a 2017.

Investimentos da Light Distribuição

O ano de 2016 foi marcado pela finalização das obras de transformação do Rio de Janeiro e pela operacionalização da estrutura requerida para a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos.

A Light se mobilizou para que o fornecimento de energia nesse período ocorresse de uma forma segura e confiável, cumprindo os planos de manutenção das redes, as obras de expansão da rede e novas ligações, os planos de operação e contingências, além do seu envolvimento na construção da Subestação Olímpica, controlada em conjunto pela Light S.A. e por Furnas Centrais Elétricas S.A., e da instalação da energia temporária.

A melhoria no atendimento, a presença nas ruas no combate às perdas e a realização de mutirões para a melhoria da rede elétrica deixaram claro para o cliente que a empresa está empenhada em prestar um serviço de qualidade.

Rio Minas Energia Participações S.A. e Luce Empreendimentos e Participações S.A.

O Conselho de Administração autorizou, em 11 de novembro de 2016, o aumento do Capital Social, a subscrição e a integralização de ações da Rio Minas Energia Participações S.A. - RME no montante de R$222 milhões e da Luce Empreendimentos e Participações S.A. - LEPSA no montante R$226 milhões, sendo o efetivo desembolso ocorrido em 21 de novembro de 2016. Adicionalmente, a CEMIG adquiriu, em 30 de novembro de 2016, a totalidade das ações de emissão da RME e LEPSA detidas pelo BTG Pactual S.A. – BTG, pelo valor de R$202 milhões.

Gás Natural

O ano de 2016 foi de grandes mudanças e, principalmente, desafios para a Gasmig, que aumentou sua base de clientes em 267,5%, saltando de 4.215, em 2015, para 15.490 unidades consumidoras em 2016.

A Gasmig investiu o montante de R$50 milhões na expansão das Redes de Distribuição de Gás Natural (RDGNs) no Estado de Minas Gerais, com a construção de 58,9 km de gasodutos na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), no Sul de Minas, e em Juiz de Fora, visando ao atendimento de consumidores dos segmentos comercial e industrial.

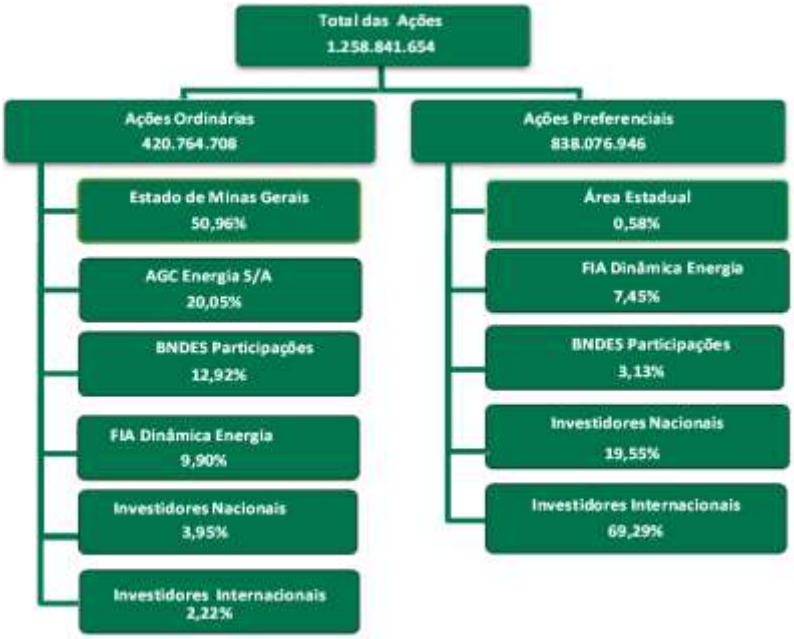
Em dezembro, a Gasmig apresentou os resultados do "Projeto Frota Verde", que tem como meta reduzir em até 60% os gastos com combustível e em mais de 20% as emissões de CO2, implantado na cidade de Andradas, no II Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas, promovido pelo Instituto Rui Barbosa – instituto que agrega todos os tribunais de contas do País – com o objetivo de discutir a melhoria da administração e políticas públicas.

MERCADO DE CAPITAIS E DIVIDENDOS

A Cemig teve suas ações inicialmente listadas na Bolsa de Valores do Estado de Minas Gerais a partir de 14 de outubro de 1960 e a partir de 1972 na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) com os símbolos CMIG3 (ON) e CMIG4 (PN). Desde outubro de 2001, estamos listados no Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa. Além disso, as ações da Companhia são negociadas desde 1993 na Bolsa de Nova Iorque (CIG e CIG/C), sendo a partir de 2001 no Nível 2 de governança corporativa, e na Bolsa de Madri (XCMIG) desde 2002.

Composição Acionária

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2016, totalizou R$9.773 milhões, conforme composição abaixo demonstrada.



Cotações das Ações

A seguir, as cotações de fechamento, dos anos 2015 e 2016, das ações em São Paulo (Bovespa), Nova Iorque (NYSE) e Madri (LATIBEX).

Denominação	Símbolos	Moeda	Fechamento 2015	Fechamento 2016
Cemig PN	CMIG4	R$	5,97	7,71
Cemig ON	CMIG3	R$	6,28	7,88
ADR PN	CIG	US$	1,46	2,28
ADR ON	CIG.C	US$	1,74	2,53
Cemig PN (Latibex)	XCMIG	Euro	1,43	2,25

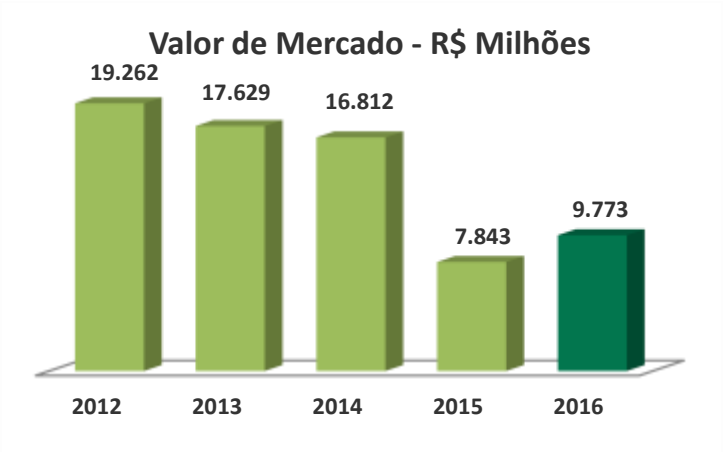
Em 2016, as ações preferenciais, CMIG4, apresentaram um volume de negociação de R$13,3 bilhões, com uma média diária de R$53,5 milhões. Esse volume negociado é 18% maior do que o observado no ano anterior e faz com que nossa ação preferencial (PN) seja uma das mais negociadas da Bovespa, proporcionando segurança e liquidez aos investidores.

O volume médio diário de negociação com as ações preferenciais na Bolsa de Nova Iorque no ano de 2016 foi de US$9,7 milhões e movimentou US$2,45 bilhões, o que reforça a posição da Cemig como opção global de investimento.

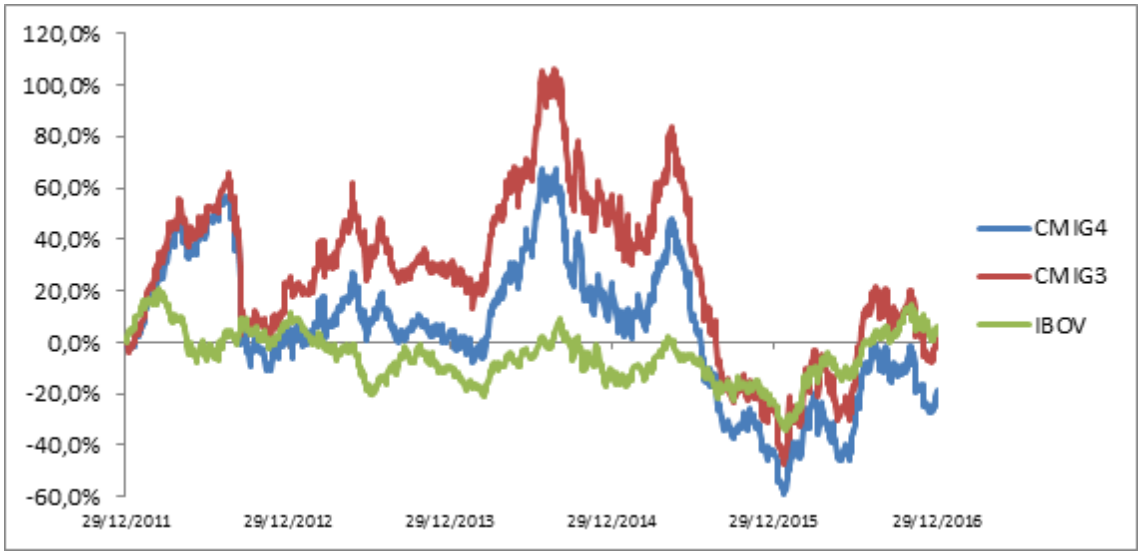
Em termos de desempenho, a empresa foi a 3ª mais negociada do setor elétrico na Bovespa. Entre os ADRs do setor elétrico brasileiro negociados na NYSE, a Cemig apresentou o maior volume negociado em 2016. Segue tabela com a variação na cotação das ações da Cemig em 2016 na comparação com índices de desempenho de ações:

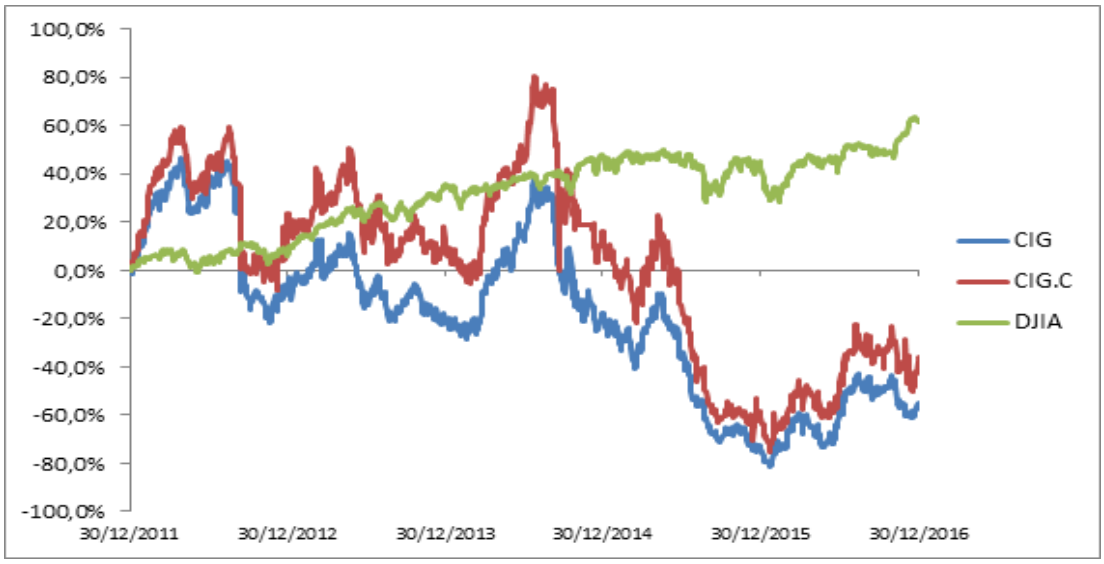
	CMIG4	CMIG3	CIG	CIG.C	IBOV	DJIA	IEE
2016	44%	37%	76%	71%	39%	14%	47%

O valor de mercado está representado pela totalidade das ações da Companhia ao valor de mercado das ações no último dia de negociação de cada ano.



Os gráficos a seguir ilustram a evolução das nossas ações, ao longo dos últimos anos, em comparação a outros indicadores:



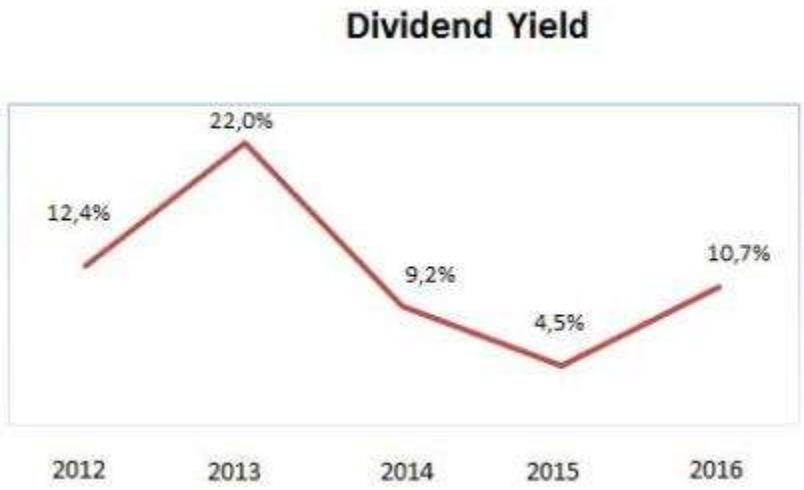


Fonte: Economática

POLÍTICA DE PAGAMENTO DE DIVIDENDOS

A Cemig, através do Estatuto Social, assume o compromisso de distribuir dividendo mínimo correspondente a 50% do lucro líquido apurado no exercício anterior. Além disto, serão distribuídos dividendos extraordinários a cada dois anos ou em menor periodicidade, se a disponibilidade de caixa permitir.

Os dividendos são pagos, geralmente, em duas parcelas iguais: a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente ao exercício a que se referem.



PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

O Conselho de Administração deliberou encaminhar à Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada até 12 de maio de 2017, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido de 2016, no montante de R$334 milhões e do saldo de Lucros Acumulados de R$37 milhões:

- R$204 sejam destinados como dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas da Companhia, a serem pagos em duas parcelas iguais, sendo a primeira até 30 de junho de 2017 e a segunda até 30 de dezembro de 2017, fazendo jus os acionistas das ações preferenciais que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas na data da realização da AGO;

- R$161 sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir os investimentos consolidados da Companhia previstos para o exercício de 2017, conforme orçamento de capital;

- R$7 sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Incentivos Fiscais referente aos incentivos fiscais obtidos em 2016 em função dos investimentos realizados na região da Sudene.

Adicionalmente, em dezembro de 2016 a Companhia declarou o pagamento de R$380 milhões na forma de Juros sobre o Capital Próprio ("JCP"), a serem pagos em duas parcelas iguais, sendo a primeira até 30 de junho de 2017 e a segunda até 30 de dezembro de 2017, fazendo jus os acionistas possuidores de ações preferenciais e ordinárias que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas em 26 de dezembro de 2016. O valor total do JCP terá como contrapartida a conta reserva de retenção de lucros.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Conselho de Administração da Companhia é composto de 15 membros efetivos e igual número de suplentes, indicados pelos acionistas. O Estatuto Social contempla mandato unificado de dois anos, podendo os conselheiros ser reeleitos ao término do mandato. Em 2016, foram realizadas 32 reuniões para deliberação sobre diversos assuntos como planejamento estratégico e orçamentário, projetos de investimento e aquisições, entre outros.

Conta ainda com 6 Comitês que apoiam o Conselho de Administração, cuja finalidade é assegurar objetividade, consistência e qualidade do processo decisório, analisando com profundidade as matérias de sua especialidade e emitindo sugestões de decisões ou ações e pareceres ao Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal é permanente e constituído de 5 membros e, como constituído, atende aos requisitos de isenção da constituição de um comitê de auditoria em conformidade ao Securities Act e Lei Sarbanes-Oxley. Em 2016 foram realizadas 13 reuniões do Conselho Fiscal.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

As políticas da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses e perda de independência ou objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Para evitar que haja subjetividade na definição de princípios de independência nos serviços prestados pelos auditores externos, foram estabelecidos procedimentos para a aprovação da contratação desses serviços, definindo expressamente (i) os serviços previamente autorizados, (ii) os serviços sujeitos à aprovação prévia do Conselho Fiscal/Comitê de Auditoria e (iii) os serviços proibidos.

E adotado o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, atendendo à determinação da CVM. As Demonstrações Financeiras são auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. Os serviços prestados pelos auditores independentes da Cemig e da maior parte de suas controladas foram como segue:

Serviços	2016	% em relação à auditoria	2015	% em relação à auditoria
Serviços de Auditoria:				
Auditoria de Demonstrações Financeiras	1.570	100,00	1.551	100,00
Serviços Adicionais:				
Revisão de ECF e das provisões trimestrais de IR e CSLL	82	5,22	78	5,03
Total Geral	**1.652**	**105,22**	**1.629**	**105,03**

Os serviços adicionais foram contratados para o período de abril de 2012 a março de 2015, em conjunto com os serviços de auditoria externa, e são restritos a revisão dos procedimentos tributários adotados pela Companhia na apuração do imposto de renda e contribuição social, não representando nenhum tipo de consultoria, planejamento tributário ou conflito de interesse. Este contrato foi prorrogado em abril de 2015 para vencimento em março de 2017.

Deve ser ressaltado que qualquer serviço adicional a ser prestado pelos auditores independentes, incluindo o mencionado acima, é obrigatoriamente aprovado de forma prévia pela Diretoria e Conselho de Administração, sendo observada a eventual existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos auditores, em conformidade aos termos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e Instrução CVM nº 381/2003.

AUDITORIA E GERENCIAMENTO DE RISCOS

O processo de gestão de riscos na Cemig vem sendo constantemente aprimorado. No que tange à estrutura organizacional destaca-se o Comitê de Monitoramento de Riscos Corporativos – CMRC, que tem como principais atribuições: (i) Recomendar, para aprovação da Diretoria Executiva, diretrizes e procedimentos a serem adotados no Processo de Monitoramento de Riscos Corporativos, visando a eficácia e a melhoria contínua do processo; (ii) Monitorar continuamente o cenário em que a Empresa está inserida e a matriz de riscos corporativos da Empresa, visando identificar os principais riscos e recomendar ações mitigadoras prioritárias a serem propostas à Diretoria Executiva; e (iii) Acompanhar a estrutura de controles internos e ações tomadas para minimizar a ocorrência de eventos que comprometam a realização dos objetivos estratégicos da CEMIG .

Em março de 2016, a estrutura de gestão de riscos da Empresa foi reforçada com a criação da Superintendência de Gestão de Compliance e Riscos Corporativos, seguindo as tendências de normas e melhores práticas nacionais e internacionais de valorização do assunto. Esta superintendência, subordinada à Presidência, tem como principais atribuições: desenvolver e implementar políticas e procedimentos para manter o nível de exposição a riscos dentro de um patamar planejado, zelar pela conformidade com leis e regulamentos, zelar pela conduta ética de nossos profissionais, coordenar e dar suporte às atividades corporativas de compliance e gestão de riscos, elevando esses processos a um novo patamar. Ainda neste ano, foram mapeados os Top Risks (riscos priorizados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração) e foi atualizada a Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos.

Política Antifraude

Em seus negócios e atividades, a Cemig não aceita a prática e a ocultação de atos de fraude ou corrupção, em todas as suas formas, incluindo os atos contra a administração pública definidos pela Lei 12.846/13, sendo aplicável a todos os membros do Conselho de Administração e Fiscal, Diretores, empregados e contratados. As suspeitas e denúncias de tais atos são rigorosamente apuradas e quando comprovadas, são aplicados procedimentos disciplinares previstos nas normas internas da Empresa, bem como ações legais e processos criminais, quando cabíveis.

Lei Sarbanes-Oxley e Certificação de Controles Internos

A Cemig obteve, sem ressalvas, a Certificação dos Controles Internos relativos aos procedimentos de elaboração e divulgação dos Relatórios Financeiros Consolidados, para o exercício social de 2015, conforme parecer dos auditores independentes, repetindo os resultados obtidos desde o exercício de 2006.

Anualmente, a Administração da Cemig, a partir da análise e revisão dos riscos dos processos, documenta e testa a efetividade dos controles internos sobre a elaboração e divulgação dos relatórios financeiros nos níveis de processos da entidade, dos negócios e da tecnologia da informação, conforme as normas da *Securities and Exchange Commission* (SEC) e com base nos critérios do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO) - 2013.

Além de atender a Lei *Sarbanes-Oxley* (SOX), as atividades relacionadas à Certificação dos Controles Internos contribuem com a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controle e de governança corporativa, sendo realizadas e monitoradas de forma sistemática e permanente.

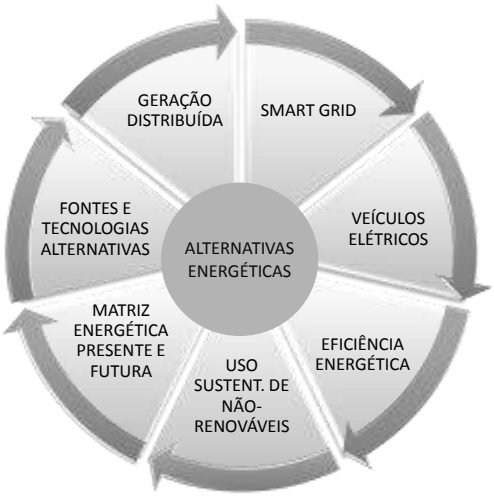
GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO

O investimento constante em inovação, tecnologia e eficiência, aliados ao pioneirismo é historicamente na Cemig um determinante para seu posicionamento no mercado.

Para alavancar sua missão, a Cemig utiliza como uma de suas ferramentas a Gestão Estratégica em Tecnologia que possui dois direcionadores: a coordenação do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e o investimento em seu desenvolvimento tecnológico, incluindo aqui a consolidação de parcerias bem sucedidas.

Alternativas energéticas

Na visão da Cemig, o termo "Alternativas Energéticas" abrange toda a cadeia energética, incluindo transporte, transformação, rotas tecnológicas, oferta e armazenamento, eficiência energética e uso final da energia. Por serem elementos integrantes e mutuamente dependentes na matriz energética, as alternativas energéticas se intercomunicam, conforme a figura seguinte.



Os impactos relativos às alternativas energéticas são essencialmente positivos ou têm intenções positivas, de acordo com as possibilidades elencadas abaixo:

- Redução do uso de combustíveis fósseis juntamente com a redução dos gases de efeito estufa;
- Minimização da carga sobre as fontes primárias e os recursos naturais com consequências diretas para as alterações climáticas decorrentes dos gases de efeito estufa;
- Desenvolvimento de tecnologias mais sustentáveis;
- Criação de competências científicas, técnicas e tecnológicas, sendo que os impactos diretos podem abranger a formação de recursos humanos juntamente com a publicação científica, o desenvolvimento de cadeias industriais com reflexos na produção industrial e de patentes. O conjunto destas atividades pode levar a reflexos econômicos;
- Criação de configurações energéticas;
- Desenvolvimento local e regional.

Programa de Pesquisa & Desenvolvimento

O Grupo CEMIG investe atualmente, cerca de R$40 milhões em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento P&D. Deseja-se promover e viabilizar o ciclo completo da cadeia da inovação, desenvolver conhecimento e transformar boas ideias, experimentos laboratoriais bem sucedidos e qualidade de modelos matemáticos em resultados práticos que melhorem o desempenho das organizações e a vida das pessoas.

Pesquisa & Desenvolvimento Cemig GT

Nos últimos 3 anos a Cemig Geração e Transmissão investiu mais de R$55 milhões em projetos de P&D, em diversos temas. Somente em 2016, foram executados mais de 60 projetos de pesquisa e desenvolvimento com investimentos de mais de R$13 milhões.

Pesquisa & Desenvolvimento Cemig D

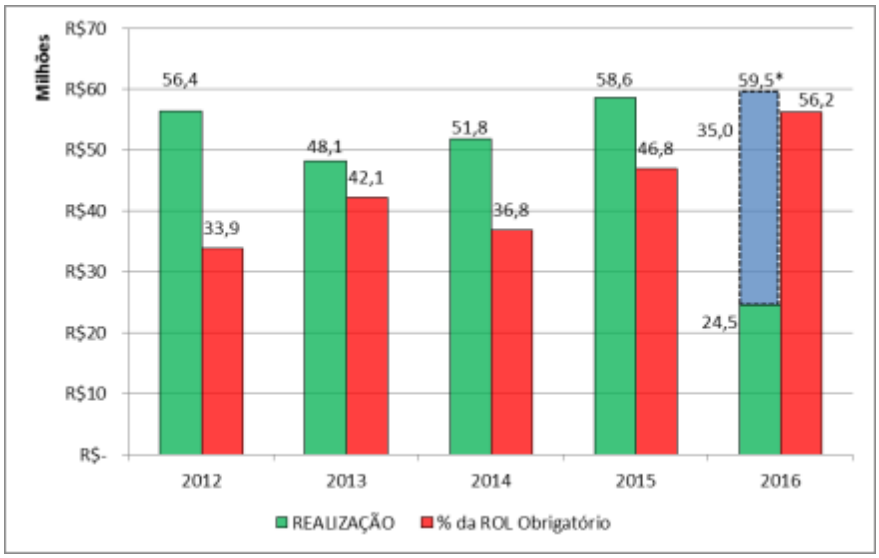
Nos últimos 3 anos a Cemig Distribuição investiu mais de 50 milhões de reais em projetos de P&D, em diversos temas. Somente em 2016, foram executados mais de 40 projetos de pesquisa e desenvolvimento com investimentos de mais de 10 milhões de reais.

Destacam-se os projetos para teste e diagnóstico básico de transformadores de distribuição de poste com proteção operada, sem desconexão da rede de Baixa tensão e o projeto de desenvolvimento de soluções inovadoras para viabilização de agências de atendimento com soluções automatizadas para os consumidores da Cemig, incluindo pessoas com diferentes tipos de necessidades especiais.

Programa de Eficiência Energética

A Cemig, por meio do Programa de Eficiência Energética vem desenvolvendo projetos com o objetivo de orientar corretamente a população sobre o correto uso da energia elétrica desde a década de 80.

A legislação específica regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em vigor, determina a aplicação por parte da distribuidora de um percentual mínimo da receita operacional líquida em projetos de eficiência energética, além da publicação anual de uma Chamada Pública de Projetos, aonde a sociedade tem a oportunidade de apresentar propostas a serem realizadas com o recurso da Eficiência Energética.



**Foram disponibilizados R$ 35 milhões na Chamada Pública de Projetos 2016, elevando o valor total disponibilizado para projetos de Eficiência Energética para R$ 59,5 milhões.*

RESPONSABILIDADE SOCIAL

O relacionamento com as comunidades vizinhas aos empreendimentos da Cemig é pautado pelo senso de corresponsabilidade e pelo estímulo ao desenvolvimento econômico e social local. Em todas as interações da Empresa há o cuidado de se respeitar e ouvir aqueles que são afetados por alguma atividade ou têm contato direto com a Cemig.

Alguns projetos de destaque no ano de 2016 são:

Programa de subvenção e apadrinhamento: Por meio do Programa de Subvenção, a Cemig concede 25% de desconto nas faturas de energia elétrica a instituições que prestam serviços de filantropia. Em 2016, 1.134 entidades foram beneficiadas, totalizando R$ 8,9 milhões em desconto em contas de energia.

O Programa de Apadrinhamento consiste na arrecadação de doações de terceiros (padrinhos) em favor das instituições, por meio da conta de energia elétrica, sendo essas doações repassadas integralmente para as instituições, via depósito bancário. Em 2016, 203 instituições receberam R$50,3 milhões em doações.

Programa AI6%: o programa incentiva empregados e aposentados a repassarem 6% de seu imposto de renda devido aos Fundos da Infância e da Adolescência (FIA).

A Campanha de 2016/2017, envolveu a participação de 2.133 empregados, que voluntariamente destinaram R$1.311 mil, com o intuito de beneficiar cerca de 25.000 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, atendidos por 199 instituições. A Cemig também destinou parte do imposto de renda devido para os mesmos FIAs. O valor investido pela Empresa foi de R$249,6 mil. No total, foram destinados R$1.561 mil para entidades distribuídas em 101 municípios da área de atuação da Empresa.

Programa Energia Inteligente: traduz a preocupação da Cemig em atender os clientes com qualidade e orientá-los sobre o uso correto e racional da energia elétrica. O investimento realizado em 2016 foi superior a R$ 23 milhões, com uma economia de energia de 8.292 MWh/ano e redução de demanda de ponta de 3.302 kW nos setores residencial, rural e comercial e serviços.

Este programa possui alguns subprogramas dos quais destacamos o Projeto Conviver, iniciado em 2006. O Projeto Conviver orienta clientes de baixa renda sobre ações e medidas de eficiência energética. São dois os projetos em andamento: Conviver Solar I e II. Nestes projetos, foram beneficiadas 2.264 famílias residentes em conjuntos habitacionais de baixa renda e houve substituição de 11.320 lâmpadas, totalizando um investimento de cerca de R$ 8,2 milhões ao longo de sua implementação, sendo R$ 594 mil em 2016. A economia de energia foi de 1.303 MWh/ano e a redução de demanda na ponta, de 1.033 kW.

Programa Campos de Luz II: tem como objetivo a instalação de iluminação elétrica em 250 campos de futebol amador e em 50 quadras poliesportivas, visando proporcionar a melhoria da qualidade de vida e a inclusão social de comunidades carentes com a prática de atividades esportivas, lazer e culturais, principalmente no período noturno.

O investimento programado é da ordem de R$ 15 milhões, e será utilizado para a elaboração dos projetos de iluminação, a aquisição dos materiais e a execução das obras. Dos 300 campos/quadras a serem iluminados, previstos no projeto, 65 foram concluídos e 24 encontram-se em execução. Foram investidos R$ 6 milhões em 2016.

Projetos culturais, esportivos e de saúde

O fortalecimento do setor cultural é uma das prioridades da Empresa voltada para a cidadania corporativa. Ao promover a cultura, a Cemig beneficia a sociedade local com a geração de oportunidades de lazer, além de preservar a memória e identidade das comunidades onde atua, bem como a própria história da Empresa, visto que a Cemig tem fortes raízes culturais nacionais e locais.

O ano de 2016 foi de grande desafio, principalmente em decorrência da crise financeira enfrentada em todo o País. Para dar continuidade aos projetos, mantendo-se como referência para a sociedade em investimento em cultura, esporte e outras Leis de Incentivo, a Cemig realizou parcerias com outras empresas do grupo: Taesa, Sá Carvalho e Aliança Energia, que também aplicaram recursos de Leis Federais em importantes projetos no Estado.

Saúde:

a Cemig participou dos Programas do Ministério da Saúde em conjunto com o Governo de Minas – Secretaria de Estado da Saúde, conforme segue:

- Pronas – Programa Nacional de Assistência à Saúde, beneficiando quatro entidades (APAE de Cristais, APAE de Três Pontas, APAE Dores de Campo e APAE de Caratinga);
- Pronon – Programa Nacional de Apoio Oncológico, beneficiando uma entidade de referência em tratamento oncológico no Estado de Minas Gerais, o Hospital Mário Penna, cujo projeto tem como objetivo a implantação de uma linha de pesquisa voltada à prospecção de biomarcadores em pacientes com câncer.

Fundo do Idoso:

O Fundo é gerido por Conselhos dos Direitos do Idoso Estaduais para realizar programas no âmbito da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos Direitos dos Idosos.

Um dos Projetos atendidos é o do Centro Mineiro de Alianças Intersetoriais (CeMAIS), por meio do projeto REDE CeMAIS 3i, que visa promover a melhoria da qualidade de vida dos idosos institucionalizados em Belo Horizonte, assim como o aprimoramento da gestão de 28 Instituições de Longa Permanência para Idosos do município.

Esportes:

O Programa gera benefícios de resgate social e cidadania, principalmente para as crianças e adolescentes, ao estimular a prática de esportes e gerar a possibilidade de se tornarem atletas. Para a Cemig, fortalece sua imagem como uma empresa comprometida com o desenvolvimento de hábitos saudáveis, bem-estar e desenvolvimento das comunidades locais. Em 2016, o total investido em esportes foi de R$ 1,22 milhão, sendo de R$ 752 mil através de recursos próprios da Cemig e R$ 469 mil por meio de empresas parceiras.

Cultura

O fortalecimento do Setor Cultural continua uma das prioridades da Empresa em Cidadania Corporativa. Ao promover a cultura, a Cemig beneficia a sociedade local com a geração de oportunidades de lazer, além de preservar a memória e a identidade das comunidades em que atua bem como a própria história da Empresa, visto que a Cemig tem fortes raízes culturais nacionais e mineiras. Além disto, fortalece sua reputação junto às diversas partes interessadas como uma empresa guardiã do patrimônio cultural e que estimula a expressão artística.

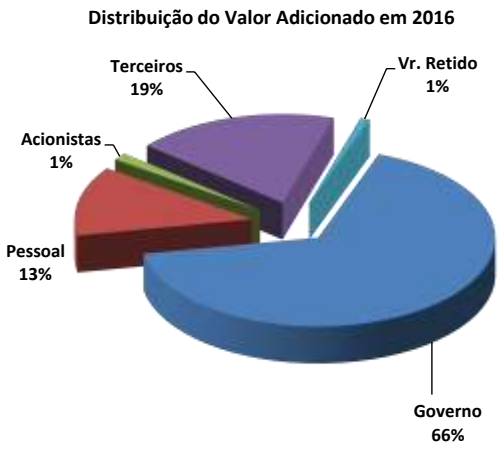
Para realização das iniciativas culturais, a Cemig é parceira da Secretaria de Estado da Cultura (MG), o que garante o alinhamento com as políticas públicas, fator estratégico para a assertividade na escolha dos projetos a serem patrocinados e também na participação e continuidade de ações estruturadoras da área.

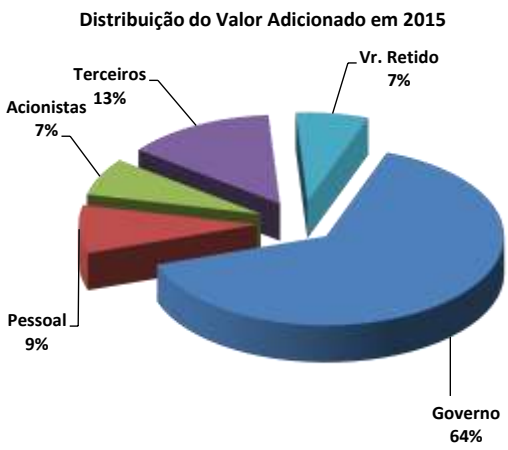
A Cemig preocupa-se em levar a cultura por todo o Estado de Minas Gerais, descentralizando as ações da capital. Estima-se que mais de um milhão de pessoas tiveram acesso a alguma ação sócio cultural por meio dos investimentos realizados na Empresa em mais de 100 cidades e em todas as regiões do estado.

Os patrocínios em cultura alcançaram o total de 123 projetos em 2016 com investimentos de R$ 15,25 milhões.

Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) evidencia a geração de riqueza e a representatividade da Companhia para a Sociedade, com R$14.754 milhões de valor adicionado em 2016 em comparação a R$18.165 milhões em 2015.



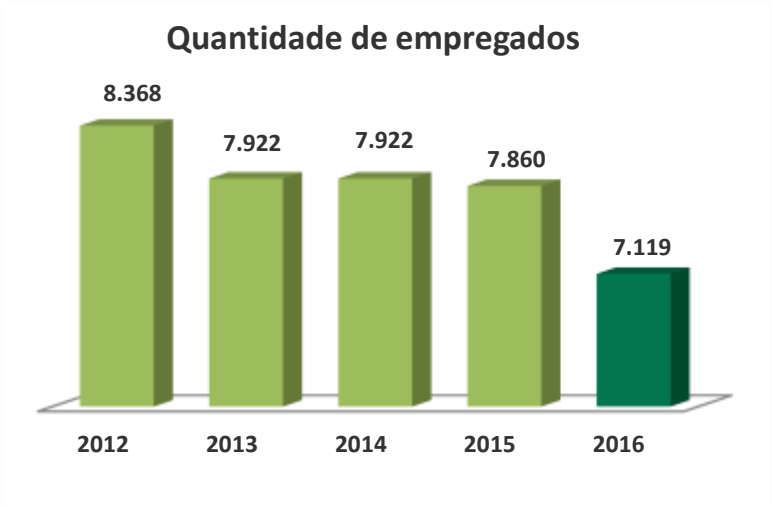


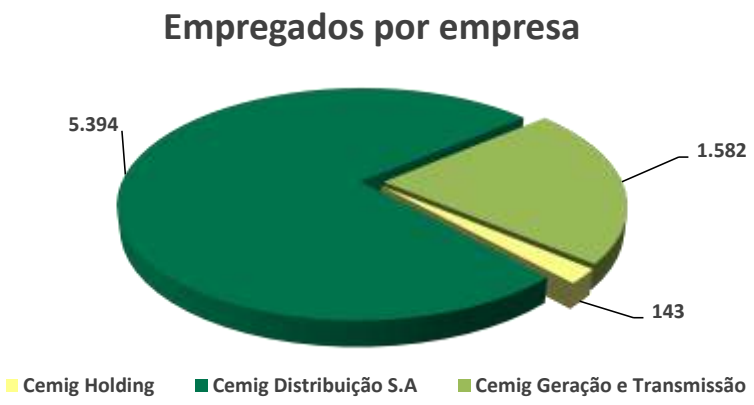
Recursos Humanos

A Cemig considera o seu capital humano fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, procura adotar as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

Quadro de empregados

Diante da realidade imposta pelas atuais condições de regulação do setor de energia, a Cemig segue trabalhando em busca de mais eficiência e maior alinhamento com as referências do setor. Em 2015 e em 2016 foram lançados Programas de Desligamento Voluntário Programado, com o total de 750 desligamentos ocorridos em 2016. A Companhia vem apresentando uma redução no quadro de empregados nos últimos 5 anos, conforme apresentado no gráfico a seguir:





-

Provimento

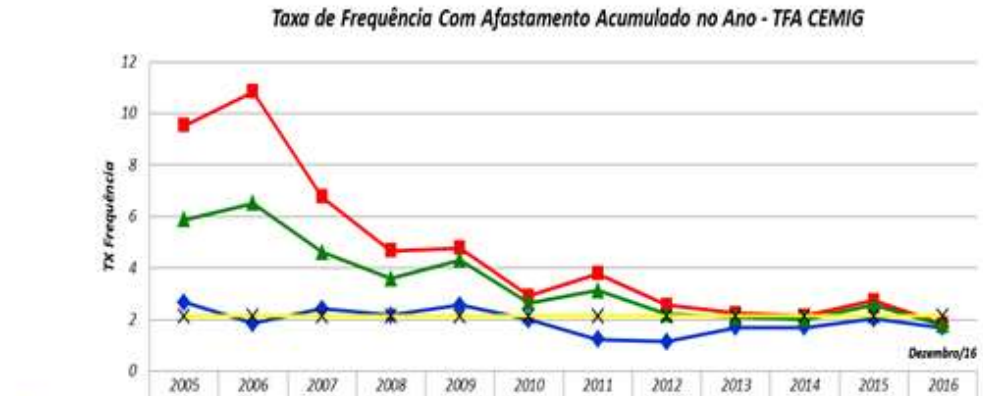
Com o objetivo de manter um quadro de pessoal equilibrado e eficiente, consolidando a atratividade da Empresa no mercado, a estratégia de remuneração da Cemig reflete um posicionamento compatível com o mercado, com benefícios competitivos e programas voltados para o bem-estar dos empregados.

O provimento de pessoal da Empresa é baseado em três pilares, sendo eles: a mobilidade interna, seleção interna e concurso público. A Seleção Interna é um importante instrumento motivador, que permite a progressão na carreira e a retenção de talentos, incentiva o desenvolvimento e aprimoramento da qualificação do quadro de pessoal, trazendo uma visão de longo prazo e perspectivas de crescimento, evitando a estagnação do profissional. Em março de 2016 foi finalizado o processo Seleção Interna, que viabilizou 144 promoções e houve uma participação efetiva de aproximadamente 1.000 empregados neste processo.

Cabe ressaltar que as ofertas internas de perfis na Empresa e as limitações legais às quais a organização está submetida restringem, em certa medida, o aproveitamento de parte dos empregados. Daí a necessidade de compatibilizar regularmente os processos internos de mobilidade e seleção com o Concurso Público, a fim de proporcionar a sustentabilidade requerida, em termos de força de trabalho, aos seus diversos negócios e em consonância com o perfil profissional que cada função requer. Por meio dos concursos públicos em vigor, em 2016, foram admitidos 67 novos empregados.

Saúde, Higiene e Segurança do Trabalho

Em decorrência das diversas ações e programas da Companhia voltados às questões de Saúde, Higiene e Segurança do Trabalho, os indicadores de acidentes apresentaram uma redução significativa nos últimos 11 anos. Em 2016, a Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento – TFA relativa à força de trabalho fechou em 1,79 acidentes por 1 milhão de horas trabalhadas, 30% menor que em 2015, ficando 16,36% abaixo do limite de 2,14.



	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Pessoal Próprio	2,67	1,85	2,42	2,17	2,56	1,99	1,23	1,14	1,70	1,70	2,04	1,70
Contratados	9,53	10,84	6,76	4,68	4,78	2,92	3,78	2,56	2,24	2,13	2,74	1,84
Força de Trabalho	5,88	6,51	4,62	3,59	4,32	2,66	3,13	2,20	2,10	2,01	2,56	1,79
Meta	2,14	2,14	2,14	2,14	2,14	2,14	2,14	2,14	2,14	2,14	2,14	2,14

Comparando com o histórico dos últimos anos, tivemos uma redução na TFA de 16,66% para Pessoal Próprio, 32,85% para Pessoal Contratado ao compararmos com os resultados obtidos em 2015. Diversas ações foram realizadas, de forma a possibilitar os excelentes resultados registrados em 2016, onde se destacam:

- ✓ Filiação à Organização Ibero-Americana de Seguridade Social - OISS;
- ✓ Criação do Grupo Integrado de Prevenção de Riscos de Acidentes de Trabalho;
- ✓ Implementação, em abril de 2016, do Plano Integral de Prevenção de Riscos e Acidentes de Trabalho, elaborado pela OISS, com o objetivo de atingir a "Meta Zero de Acidentes Graves, Fatais, e de Afastamento do Trabalho Superior a 15 dias".

<u>UniverCemig</u>

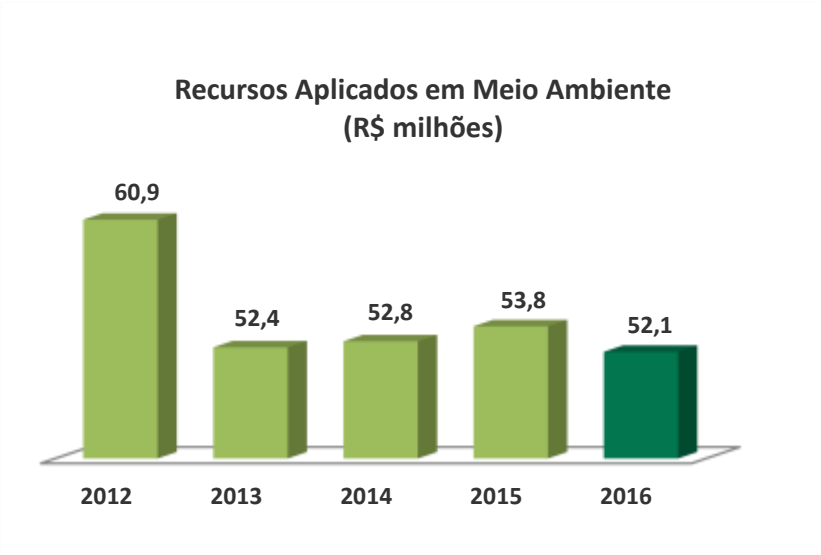
Responsável pela capacitação e desenvolvimento dos empregados da Cemig, a UniverCemig constrói soluções educacionais, ministra os treinamentos internos, contrata treinamentos externos e no exterior, além de fazer a gestão dos cursos de pós-graduação e idiomas. Além disso, atende cursos para outras empresas, principalmente empreiteiras fornecedoras da distribuição.

Para o ano de 2016, em função do cenário econômico e da crise do setor energético brasileiro, com consequente redução dos recursos financeiros, a estratégia adotada foi de atendimento de demandas prioritárias ao negócio da Empresa, tais como os cursos sobre segurança, os que impactam diretamente na eficiência operacional e os que atendem a requisitos legais.

Em relação aos resultados quantitativos, foram oferecidas pela UniverCemig, em 2016, 9.143 participações e 236.347 homens-hora de treinamento para os empregados do quadro próprio da Cemig e também para treinamento de empregados de outras empresas.

Meio Ambiente

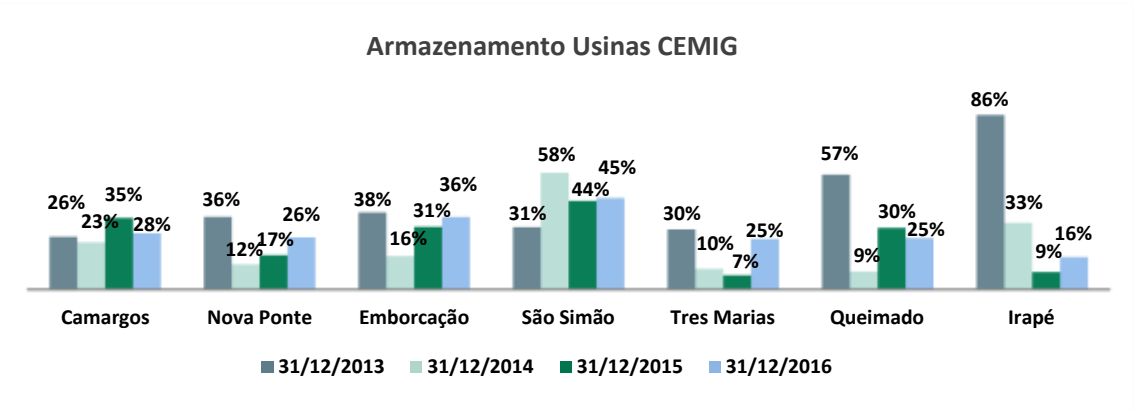
Em 2016, a Cemig investiu um total de R$52,1 milhões em projetos e ações ambientais, dos quais, R$2,9 milhões foram aplicados em projetos de pesquisa relacionados ao meio ambiente.



Recursos Hídricos

A Cemig possui uma área dedicada à gestão de recursos hídricos, que através do planejamento adota medidas operativas em suas usinas hidrelétricas que visam calcular a geração ótima de cada usina, garantindo o melhor aproveitamento da água para a geração, sem impactar os demais usos da bacia hidrográfica.

A Cemig monitora regularmente uma rede que contempla as principais bacias hidrográficas de Minas Gerais, em 42 reservatórios e mais de 180 estações de coleta de dados físicos, químicos e biológicos.



Gestão de Resíduos

A logística reversa e a destinação final de resíduos são feitas por área certificada em Sistema de Gestão Ambiental – SGA Nível 1, que recebe os resíduos devidamente identificados, separados e acondicionados pelas áreas que os geraram. Dentre as várias ações da Companhia em relação à gestão de resíduos destacamos:

No exercício de 2016, foram encaminhadas para destinação ambientalmente adequada 45,8 mil toneladas de resíduos industriais: 99,4% foram alienadas, recicladas ou regeneradas e 0,6% coprocessadas, incineradas ou dispostas em aterro industrial.

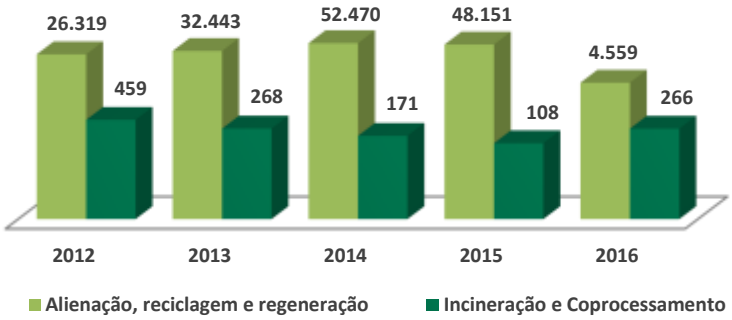
Os resíduos alienados são constituídos principalmente por cabos e fios, sucata de transformadores, sucatas metálicas, sucata de medidores, postes, cruzetas, aparas e resíduos de madeira.

A receita obtida com a venda de 45,5 mil toneladas alcançou R$11,1 milhões, sendo R$ 10,9 milhões provenientes da venda de resíduos da Cemig D e R$201,4 mil correspondentes a receita da Cemig GT.

Em relação a resíduos oleosos, em 2016 foram regeneradas pela Empresa 322,8 toneladas de óleo mineral isolante. Essa medida, além de proporcionar benefícios ambientais, como a não geração de resíduos perigosos, evitou um custo à Cemig de, aproximadamente, R$1,1 milhão, considerando apenas os valores de aquisição do óleo, sem considerar os custos para a destinação final dos resíduos.

Em relação aos resíduos impregnados com óleo, obtivemos uma redução de 22,7% em relação ao período anterior, devido ao maior controle nas atividades de manutenção dos equipamentos, o que contribuiu diretamente para a redução dos custos de destinação final em R$11,7 mil.

Destinação final de resíduos (t)



Programas para a Ictiofauna

O Programa Peixe Vivo atua na expansão e criação de medidas mais efetivas para a conservação da ictiofauna nas bacias hidrográficas onde estejam instaladas usinas da empresa, favorecendo as comunidades que utilizam os recursos hídricos como fator de desenvolvimento. Com o apoio dos diversos segmentos da comunidade, que auxiliaram no planejamento de alternativas preventivas incorporadas às diretrizes da Política Ambiental da Cemig, o Peixe Vivo atua em três frentes: os programas de conservação da ictiofauna e bacias hidrográficas; a produção de conhecimento científico para subsidiar esses programas; e a promoção do envolvimento da comunidade nas atividades previstas.

Em 2016, foram produzidos cerca de 160 mil alevinos, totalizando aproximadamente 5 toneladas, que foram soltos em 17 peixamentos, com a participação de 846 pessoas das comunidades locais, em 10 municípios.

Biodiversidade

Considerando a predominância de usinas hidrelétricas na matriz energética da Cemig, a estratégia ambiental da Companhia em relação à biodiversidade é direcionada aos programas de conservação do conjunto de espécies de peixes que vivem nos cursos d'água onde possui seus empreendimentos.

Mudanças Climáticas

A atuação da Cemig em relação às mudanças climáticas está alinhada à sua estratégia de negócios sendo formalizada, desde 2012, por meio do compromisso intitulado "10 iniciativas para o clima", em que estão definidas as linhas de ação da Empresa. O envolvimento da alta liderança e a discussão acerca das questões mais relevantes torna essa atuação mais efetiva, como evidenciado pelo estabelecimento de metas voluntárias de redução das emissões, do consumo de eletricidade e das perdas de energia, mesmo a Empresa apresentando baixa intensidade de emissões de GEE. Os detalhes sobre as iniciativas da Cemig relativas a mudanças climáticas podem ser obtidos no site da Companhia.

Em 2016 a Cemig publicou o Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa verificado por certificador independente. O documento completo pode ser acessado no site da Companhia.

Licenciamento Ambiental

O licenciamento ambiental contribui para a efetiva regularidade dos empreendimentos da Companhia, sendo conduzido de forma a assegurar a análise adequada de todos os estudos e relatórios desenvolvidos e o atendimento aos órgãos ambientais competentes e a legislação aplicável.

Para os empreendimentos dispensados de licenciamento ambiental formal são aplicados os requisitos mínimos de adequação ambiental da Cemig, que garantem a identificação, o controle e monitoramento dos impactos avaliados. Já os empreendimentos que iniciaram a operação antes de 1986 tiveram que passar pelo processo de licenciamento corretivo. A Cemig GT possui 75,3% dos seus empreendimentos devidamente licenciados e 24,7% em processo de obtenção das respectivas licenças ambientais. Já a Cemig D possui 68,66% de seus empreendimentos devidamente licenciados e 31,34% em processo de licenciamento.

RECONHECIMENTOS – PRÊMIOS

Como resultado dos esforços desenvolvidos pela Cemig em 2016, vários segmentos da Sociedade reconheceram a excelência de suas atividades, resultando em várias premiações, dentre as quais destacamos:

Índice Dow Jones de Sustentabilidade

Foi lançado em 1999 como o primeiro indicador da performance financeira das empresas líderes em sustentabilidade a nível global. As empresas que constam deste Índice, indexado à bolsa de Nova York, são classificadas como as mais capazes de criar valor para os acionistas, a longo prazo, através de uma gestão dos riscos associados tanto a fatores econômicos, como ambientais e sociais. A Cemig está presente pela 17ª vez consecutiva.

Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa - ISE

Promoção de uma lista de empresas que amplia o entendimento sobre as mesmas e grupos comprometidos com a sustentabilidade, diferenciando-os em termos de qualidade, nível de compromisso com o desenvolvimento sustentável, equidade, transparência e prestação de contas, natureza do produto, além do desempenho empresarial nas dimensões econômico-financeira, social, ambiental e de mudanças climáticas – 12º ano consecutivo.

Carbon Disclosure Project - CDP

A Cemig foi selecionada pelo Carbon Disclosure Project (CDP) pela qualidade da informação divulgada aos investidores e ao mercado global. O CDP Latin America é uma organização internacional sem fins lucrativos que incentiva as economias sustentáveis. Anualmente, milhares de empresas apresentam informações climáticas à organização e os melhores resultados indicam um alto nível de transparência na divulgação da informação relacionada ao tema, proporcionando aos investidores conteúdo consistente sobre a gestão em mudanças climáticas.

Índice Euronext Vigeo – Emerging 70

A Cemig foi selecionada como uma das melhores empresas do mercado emergente pelo índice Euronext Vigeo – Emerging 70. Este índice distingue as companhias que atingiram as mais avançadas performances ambientais e sociais, além de adotarem as melhores práticas em governança corporativa.

Top 100 Green Utilities

A Cemig foi incluída, na 24ª posição, no ranking Top 100 Green Utilities, divulgado pela consultoria norte-americana Energy Intelligence e que reúne as cem empresas do setor energético mundial com menores taxas de emissão de gases de efeito estufa (CO2) e maiores capacidades instaladas de geração de energia por fontes renováveis. Segundo o levantamento, 98% da capacidade de geração da Cemig corresponde a fontes de energia limpa, posicionando a companhia na 8ª posição em capacidade de geração de matrizes renováveis e em 9º lugar na emissão de gases de efeito estufa por MWh gerado, a melhor colocação entre as empresas de geração de energia elétrica do Brasil.

Índice Carbono Eficiente da BM&FBovespa e BNDES

A Empresa foi selecionada pela sexta vez consecutiva para compor a carteira do Índice Carbono Eficiente – ICO2, que agrupa empresas que atuam de forma eficiente em relação às emissões de gases de efeito estufa.

A nova carteira do ICO2, que passou a vigorar a partir de 06 de janeiro de 2016, é constituída por 31 ações de 29 empresas. Para o primeiro quadrimestre de 2016, a participação das ações da Cemig representará 0,582% da carteira.

Valor 100

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A – Taesa, empresa do Grupo Cemig, foi escolhida, pelo segundo ano consecutivo, como a Melhor Empresa do Setor Elétrico do Brasil pelo anuário "Valor 1000" do jornal Valor Econômico, que analisou 1.000 companhias em 25 setores da economia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig é grata ao Governo de Minas, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estendem também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, às comunidades servidas pela Companhia, aos acionistas e demais investidores e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO

1) Base de Cálculo	2016			2015 Reapresentado		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita Líquida (RL)			18.772.656			21.867.842
Resultado Operacional (RO)			2.373.279			4.702.202
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			1.333.171			1.272.568
2) Indicadores Sociais Internos	**Valor (Mil R$)**	**%Sobre FPB**	**%Sobre RL**	**Valor (Mil R$)**	**%Sobre FPB**	**%Sobre RL**
Alimentação	97.341	7,21	0,52	75.115	5,90	0,34
Encargos sociais compulsórios	342.269	25,36	1,82	306.272	24,07	1,40
Previdência privada	96.994	7,19	0,52	83.669	6,57	0,38
Saúde	56.615	4,19	0,30	46.145	3,63	0,21
Segurança e medicina no trabalho	26.119	1,93	0,14	23.483	1,85	0,11
Educação	187	0,01	-	896	0,07	-
Cultura	-	-	-	-	-	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	23.589	1,75	0,13	35.831	2,82	0,16
Creches ou auxílio-creche	3.034	0,22	0,02	2.477	0,19	0,01
Participação nos lucros ou resultados	26.480	1,96	0,14	130.198	10,23	0,59
Outros	14.541	1,08	0,08	17.112	1,34	0,08
Total - Indicadores Sociais Internos	**687.170**	**50,90**	**3,67**	**721.198**	**56,67**	**3,28**
3) Indicadores Sociais Externos	**Valor (Mil R$)**	**%Sobre RO**	**%Sobre RL**	**Valor (Mil R$)**	**%Sobre RO**	**%Sobre RL**
Educação	2.300	0,10	0,01	455	0,01	-
Cultura	10.985	0,46	0,06	19.035	0,40	0,09
Esporte	1.222	0,05	0,01	-	-	-
Outros Doações/Subvenções/Projeto ASIN/ Esporte	2.131	0,09	0,01	54.222	1,15	0,25
Total das Contribuições para a Sociedade	**16.638**	**0,70**	**0,09**	**73.712**	**1,56**	**0,34**
Tributos (excluídos encargos sociais)	10.053.044	423,59	53,55	12.017.068	255,56	54,88
Total – Indicadores Sociais Externos	**10.069.682**	**424,29**	**53,64**	**12.090.780**	**257,12**	**55,22**
4) Indicadores Ambientais	**Valor (Mil R$)**	**%Sobre RO**	**%Sobre RL**	**Valor (Mil R$)**	**%Sobre RO**	**%Sobre RL**
Relacionados com a operação da empresa	52.116	2,20	0,28	53.840	1,14	0,25
Em Programas e/ou projetos externos	-	**2,20**	-	-	-	-
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	**52.116**	2,20	**0,28**	**53.840**	**1,14**	**0,25**
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	(X) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50%	( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 76 a 100%		(X) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50%	( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 76 a 100%	

5) Indicadores do Corpo Funcional	2016	2015
Nº de empregados (as) ao final do período	7.119	7.860
Nº de admissões durante o período	77	22
Nº de empregados (as) terceirizados (as)	269	ND
Nº de estagiários (as)	277	326
Escolaridade dos empregados	-	-
- Superior e extensão universitária	1.553	1.654
- 2º Grau	5.513	6.136
- 1º Grau	53	70
Nº de empregados (as) acima de 45 anos	3.779	3.568
Nº de mulheres que trabalham na empresa	939	1.073
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	36,09	3,1
Nº de negros (as) que trabalham na empresa	340	2.528
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)	1,17	1,5
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais	192	-

6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2016			Metas 2017		
Relação entre maior e a menor remuneração na empresa	26,44			Não há meta		
Número total de acidentes de trabalho considerar com empregados	225			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)	( ) Todos (as) + CIPA	( ) direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)	( ) Todos (as) + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	( ) não se envolve	(X) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	( ) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(X) são Exigidos	( ) não serão considerados	( ) serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apoia	(X) organiza e incentiva	( ) não se envolverá	( ) apoiará	(X) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na empresa ___ND__	no Procon ___ND__	na Justiça ___ND__	na empresa ___ND__	no Procon ___ND__	na Justiça ___ND__
% de reclamações e críticas solucionadas:	na empresa ___ND__%	no Procon ___ND__%	na Justiça ___ND__%	na empresa ___ND__%	no Procon ___ND__%	na Justiça ___ND__%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$)	Em 2016: 14.780.152			Em 2015: 18.165.116		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	68,02% governo 3,95 % acionistas 9,00% colaboradores (as) 18,49% terceiros			64,09% governo 6,92% acionistas 8,78% colaboradores (as) 13,54% terceiros		

7) Outras Informações	2016	2015
Investimentos em questões ambientais	R$52,1 milhões	R$53,8 milhões
Monitoramento da qualidade da água dos reservatórios	42 reservatórios e 180 estações de coleta de dados físicos, químicos e biológicos	42 reservatórios e 180 estações de coleta de dados físicos, químicos e biológicos
·síduos e materiais inservíveis	45,8 mil toneladas	48,3 mil toneladas
eo mineral regenerado pela empresa	322,8 toneladas	362,1 toneladas
·ceita com as vendas dos resíduos	R$11,1 milhões	R$12,8 milhões

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTES
José Afonso Bicalho Beltrão da Silva	(Vago)
(Vago)	Samy Kopit Moscovich
Allan Kardec de Melo Ferreira	Luiz Guilherme Piva
Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz	Franklin Moreira Gonçalves
Helvécio Miranda Magalhães	Wieland Silberschneider
Marco Antônio de Rezende Teixeira	Antônio Dirceu Araújo Xavier
Marco Antônio Soares da Cunha Castello Branco	Ricardo Wagner Righi de Toledo
Nelson José Hubner Moreira	Carlos Fernando da Silveira Vianna
Marcelo Gasparino da Silva	Aloísio Macário Ferreira de Souza
Patrícia Gracindo Marques de Assis Bentes	(Vago)
Ricardo Coutinho de Sena	Bruno Magalhães Menicucci
Paulo Roberto Reckziegel Guedes	Carolina Alvim Guedes Alcoforado
Saulo Alves Pereira Junior	Marina Rosenthal Rocha
Daniel Alves Ferreira	Tarcísio Augusto Carneiro
José Pais Rangel	José João Abdalla Filho

CONSELHO FISCAL	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTES
Charles Carvalho Guedes	Bruno Cirilo Mendonça de Campos
Edson Moura Soares	Marcos Túlio de Melo
Rafael Amorim de Amorim	(Vago)
Manuel Jeremias Leite Caldas	Ronaldo Dias
Newton Brandão Ferraz Ramos	Rodrigo de Mesquita Pereira

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA	
NOME	CARGO
Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga	Diretor-Presidente
Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga	Diretor Vice-Presidente
Luís Fernando Paroli Santos	Diretor de Distribuição e Comercialização
Adézio de Almeida Lima	Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Franklin Moreira Gonçalves	Diretor de Geração e Transmissão
José de Araújo Lins Neto	Diretor de Gestão Empresarial
Raul Lycurgo Leite	Diretor Jurídico
Luís Fernando Paroli Santos	Diretor de Relações Institucionais e Comunicação
César Vaz de Melo Fernandes	Diretor de Desenvolvimento de Negócios
Maura Galuppo Botelho Martins	Diretor de Relações e Recursos Humanos
Dimas Costa	Diretor Comercial

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Superintendência de Relações com Investidores
Telefones: (31) 3506-5024 - 3506-5028
Fax: (31) 3506-5025 - 3506-5026

Endereço eletrônico
Site: www.cemig.com.br
E-Mail: ri@cemig.com.br

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

ATIVO
(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2016	2015	2016	2015
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	995.132	924.632	69.352	256.484
Títulos e Valores Mobiliários	7	1.014.188	2.426.746	133.359	127.390
Consumidores e Revendedores e Concessionários – Transporte de Energia	8	3.425.018	3.764.477	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	14	730.488	873.699	-	-
Tributos Compensáveis	9	236.284	175.330	-	4.821
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	10a	589.519	305.829	78.174	-
Dividendos a Receber		11.386	62.025	673.239	1.004.796
Fundos Vinculados	11	367.474	162	366.568	133
Estoques		49.473	37.264	12	10
Adiantamento a Fornecedores	28	1.059	87.241	-	-
Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)	13	63.751	71.695	-	-
Subvenção Baixa Renda		36.261	31.334		
Créditos junto à Eletrobrás - RGR	21	48.379	-	-	-
Créditos junto à Eletrobrás - CDE		90.065	-	-	-
Outros Créditos		626.993	616.304	20.435	10.224
TOTAL DO CIRCULANTE		**8.285.470**	**9.376.738**	**1.341.139**	**1.403.858**
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários	7	31.040	83.566	5.959	2.275
Adiantamento a Fornecedores	28	229.053	60.000	-	-
Consumidores e Revendedores e Concessionários – Transporte de Energia	8	146.367	133.691	-	-
Tributos Compensáveis	9	178.288	257.851	1.816	6.570
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	10a	112.060	205.620	112.060	205.620
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	10b	1.797.453	1.498.479	789.318	778.120
Depósitos Vinculados a Litígios	12	1.886.879	1.813.341	499.868	483.264
Outros Créditos		1.050.155	807.724	37.743	23.255
Ativo Financeiro da Concessão	14	4.971.244	2.659.805	-	-
Investimentos	15	8.753.088	9.744.847	12.627.857	13.412.081
Imobilizado	16	3.775.076	3.940.323	2.201	2.177
Intangível	17	10.819.680	10.275.104	1.852	1.918
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**33.750.383**	**31.480.351**	**14.078.674**	**14.915.280**
TOTAL DO ATIVO		**42.035.853**	**40.857.089**	**15.419.813**	**16.319.138**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

PASSIVO
(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2016	2015	2016	2015
Fornecedores	18	1.939.593	1.901.153	20.936	8.765
Encargos Regulatórios	21	380.586	516.983	-	-
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado		17.814	114.031	899	7.986
Impostos, Taxas e Contribuições	19a	793.587	740.113	83.634	53.123
Imposto de Renda e Contribuição Social	19b	26.866	10.646	-	-
Juros sobre capital próprio e Dividendos a Pagar	24	466.987	1.306.815	466.689	1.306.584
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures	20	4.836.923	6.300.359	-	-
Salários e Contribuições Sociais		224.741	220.573	9.970	10.382
Obrigações Pós-emprego	22	198.867	166.990	11.143	9.139
Concessões a Pagar		2.977	2.811	-	-
Passivo Financeiro da Concessão	14	481.835	-	-	-
Instrumentos Financeiros – Opções de Venda	15	1.149.881	1.245.103	1.149.881	1.245.103
Venda Antecipada de Energia Elétrica	8	181.200	-	-	-
Outras Obrigações		745.603	548.495	6.293	5.200
TOTAL DO CIRCULANTE		**11.447.460**	**13.074.072**	**1.749.445**	**2.646.282**
NÃO CIRCULANTE					
Encargos Regulatórios	21	454.625	226.413	-	-
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures	20	10.342.357	8.866.178	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	19a	723.922	739.711	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10b	582.206	689.247	-	-
Provisões	23	815.017	754.573	309.995	335.134
Obrigações Pós-emprego	22	4.042.544	3.086.381	386.321	294.052
Concessões a Pagar		19.026	18.578	-	-
Passivo Financeiro da Concessão	14	323.140	-	-	-
Instrumentos Financeiros – Opções de Venda	15	191.587	147.614	-	-
Outras Obrigações		159.598	266.646	43.771	59.972
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**17.654.022**	**14.795.341**	**740.087**	**689.158**
TOTAL DO PASSIVO		**29.101.482**	**27.869.413**	**2.489.532**	**3.335.440**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24				
Capital Social		6.294.208	6.294.208	6.294.208	6.294.208
Reservas de Capital		1.924.503	1.924.503	1.924.503	1.924.503
Reservas de Lucros		5.199.855	4.662.723	5.199.855	4.662.723
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(488.285)	102.264	(488.285)	102.264
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES		**12.930.281**	**12.983.698**	**12.930.281**	**12.983.698**
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTA NÃO-CONTROLADOR		**4.090**	**3.978**	**-**	**-**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**12.934.371**	**12.987.676**	**12.930.281**	**12.983.698**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**42.035.853**	**40.857.089**	**15.419.813**	**16.319.138**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2016	2015 Reapresentado	2016	2015
RECEITA LÍQUIDA	**25**	**18.772.656**	**21.867.842**	**665**	**292**
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	**26**				
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(8.272.911)	(9.541.940)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(947.479)	(998.756)	-	-
Gás Comprado para Revenda		(877.118)	(1.050.925)	-	-
		(10.097.508)	(11.591.621)	-	-
OUTROS CUSTOS	**26**				
Pessoal e Administradores		(1.348.203)	(1.143.290)	-	-
Materiais		(41.268)	(42.061)	-	-
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia		(40)	(83.723)	-	-
Serviços de Terceiros		(719.947)	(739.768)	-	-
Depreciação e Amortização		(802.049)	(811.263)	-	-
Provisões Operacionais		(171.225)	(22.518)	-	-
Custo de Construção de Infraestrutura		(1.193.140)	(1.251.836)	-	-
Outras		(55.450)	(97.118)	-	-
		(4.331.322)	(4.191.577)	-	-
CUSTO TOTAL		**(14.428.830)**	**(15.783.198)**	**-**	**-**
LUCRO BRUTO		**4.343.826**	**6.084.644**	**665**	**292**
DESPESAS OPERACIONAIS	**26**				
Despesas com Vendas		(382.368)	(175.595)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas		(666.577)	(673.802)	(67.447)	(44.749)
Ajustes para Perdas e Provisões Operacionais		(5.212)	(1.203.342)	83.190	(1.084.757)
Outras (Despesas) Receitas Operacionais		(420.016)	(452.135)	131.989	(28.019)
		(1.474.173)	(2.504.874)	147.732	(1.157.525)
Resultado de Equivalência Patrimonial	15	(301.844)	392.990	218.347	3.273.869
Ajuste referente desvalorização em Investimentos	15	(762.691)	-	-	-
Resultado de Valor Justo em Operação Societária	15	-	729.442	-	-
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos		**1.805.118**	**4.702.202**	**366.744**	**2.116.636**
Receitas Financeiras	**27**	1.041.304	863.728	72.930	65.180
Despesas Financeiras	**27**	(2.478.495)	(2.204.344)	(18.184)	(36.024)
Resultado antes dos Impostos		**367.927**	**3.361.586**	**421.490**	**2.145.792**
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	**10c**	(173.833)	(881.045)	(76.103)	(38.248)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	**10c**	140.660	(11.538)	(11.053)	360.956
RESULTADO DO EXERCÍCIO		**334.754**	**2.469.003**	**334.334**	**2.468.500**
Total do resultado do exercício atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores		334.334	2.468.500	334.334	2.468.500
Participação de acionista não-controlador		420	503	-	-
		334.754	**2.469.003**	**334.334**	**2.468.500**
Lucro Básico por ação preferencial	**24**	**0,35**	**1,96**	**0,35**	**1,96**
Lucro Básico por ação ordinária	**24**	**0,10**	**1,96**	**0,10**	**1,96**
Lucro Diluído por ação preferencial	**24**	**0,32**	**1,96**	**0,32**	**1,96**
Lucro Diluído por ação ordinária	**24**	**0,07**	**1,96**	**0,07**	**1,96**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
RESULTADO DO EXERCÍCIO	**334.754**	**2.469.003**	**334.334**	**2.468.500**
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Itens que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquido de impostos	(514.998)	(359.784)	(43.192)	(106.293)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	3.966	(972)	(467.840)	(254.663)
	(511.032)	(360.756)	(511.032)	(360.956)
Itens que poderão ser reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Ajuste de conversão de equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	(2.802)	53.961	(2.812)	54.424
Ajuste de conversão de operações no exterior	(10)	263	-	-
Reclassificação dos ajustes de conversão para o resultado decorrente da alienação da Transchile	(39.447)	-	(39.447)	-
	(42.259)	54.224	(42.259)	54.424
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**(218.537)**	**2.162.471**	**(218.957)**	**2.161.968**
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Participação dos acionistas controladores	**(218.957)**	**2.161.968**	**(218.957)**	**2.161.968**
Participação de acionista não-controlador	**420**	**503**	**-**	**-**
	(218.537)	**2.162.471**	**(218.957)**	**2.161.968**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação de acionista não Controlador	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	**6.294.208**	**1.924.503**	**4.662.723**	**102.264**	**-**	**12.983.698**	**3.978**	**12.987.676**
Resultado do exercício	-	-	-	-	334.334	334.334	420	334.754
Outros resultados abrangentes								
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	-	(514.998)	-	(514.998)	-	(514.998)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	-	-	-	(38.283)	-	(38.283)	-	(38.283)
Ajuste de conversão de operações no exterior	-	-	-	(10)	-	(10)	-	(10)
Total do resultado abrangente do exercício				**(553.291)**	**334.334**	**(218.957)**	**420**	**(218.537)**
Outras mutações no Patrimônio Líquido:								
Dividendos Adicionais Propostos referentes a não controlador	-	-	-	-	-	-	(10)	(10)
Reserva de Dividendos Obrigatórios não Distribuídos	-	-	622.530	-	-	622.530	-	622.530
Dividendos Estatutários (R$0,16 por ação)	-	-	126.996	-	(203.986)	(76.990)	(298)	(77.288)
Juros sobre capital próprio (R$0,30 por ação)	-	-	(380.000)	-	-	(380.000)	-	(380.000)
Constituição de Reservas								
Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	7.068	-	(7.068)	-	-	-
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	160.538	-	(160.538)	-	-	-
Realização de Reservas								
Ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(37.258)	37.258	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	**6.294.208**	**1.924.503**	**5.199.855**	**(488.285)**	**-**	**12.930.281**	**4.090**	**12.934.371**
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO-CONTROLADORES	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**4.090**	**4.090**
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES	**6.294.208**	**1.924.503**	**5.199.855**	**(488.285)**	**-**	**12.930.281**	**-**	**12.934.371**

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação de acionista não Controlador	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	**6.294.208**	**1.924.503**	**2.593.868**	**468.332**	**-**	**11.280.911**	**4.041**	**11.284.952**
Resultado do exercício	-	-	-	-	2.468.500	2.468.500	503	2.469.003
Outros resultados abrangentes								
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	-	(359.466)	-	(359.466)	-	(359.466)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	-	-	-	52.671	-	52.671	-	52.671
Ajuste de conversão de operações no exterior	-	-	-	263	-	263	-	263
Total do resultado abrangente do exercício	**-**	**-**	**-**	**(306.532)**	**2.468.500**	**2.161.968**	**503**	**2.162.471**
Outras mutações no Patrimônio Líquido:								
Dividendos Adicionais Propostos referentes a não controlador	-	-	-	-	-	-	(335)	(335)
Reserva de Dividendos Obrigatórios não Distribuídos	-	-	797.316	-	-	797.316	-	797.316
Dividendos Estatutários (R$0,84 por ação)					(1.056.497)	(1.056.497)	(231)	(1.056.728)
Juros sobre capital próprio (R$0,16 por ação)	-	-	-	-	(200.000)	(200.000)	-	(200.000)
Constituição de Reservas								
Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	20.696	-	(20.696)	-	-	-
Reserva de Retenção de Lucros (Reapresentado)	-		1.250.843	-	(1.250.843)	-	-	-
Realização de Reservas								
Ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(59.536)	59.536	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	**6.294.208**	**1.924.503**	**4.662.723**	**102.264**	**-**	**12.983.698**	**3.978**	**12.987.676**
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO-CONTROLADORES	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**3.978**	**3.978**
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES	**6.294.208**	**1.924.503**	**4.662.723**	**102.264**	**-**	**12.983.698**	**-**	**12.983.698**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado do Exercício	334.754	2.469.003	334.334	2.468.500
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa				
Impostos de Renda e Contribuição Social	33.173	892.583	87.156	(322.708)
Depreciação e Amortização	834.291	834.830	520	1.601
Perdas nas baixas de Imobilizado, Intangível e Investimentos	109.199	124.080	10.698	-
Ganho na Venda de Investimentos	(314.659)	-	(314.659)	-
Ajuste para Perdas em Investimentos	762.691	-	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	301.844	(392.990)	(218.347)	(3.273.869)
Juros e Variações Monetárias	809.715	817.826	(37.385)	(24.136)
Resultado de Valor Justo em Operação Societária	-	(729.442)	-	-
Ajustes referentes Perdas e Provisões Operacionais	703.979	1.401.455	66.570	1.084.757
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e Outros Componentes Financeiros	1.455.057	(1.703.627)	-	-
Obrigações Pós-emprego	447.155	284.645	41.944	10.196
	5.477.199	3.998.363	(29.169)	(55.659)
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	(63.521)	(1.470.260)	-	-
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e Outros Componentes Financeiros	341.244	1.528.795	-	-
Repasse de Recurso da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	7.944	273.201	-	-
Tributos Compensáveis	18.609	167.027	9.575	(7)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar e Diferido	(61.524)	(77.016)	37.063	1.484
Transporte de Energia	7.936	(5.182)	-	-
Depósitos Vinculados a Litígio	(27.814)	(66.958)	(8.727)	(6.576)
Dividendos recebidos de Participações	682.549	486.799	1.055.007	1.241.924
Ativo Financeiro da Concessão	(1.940.907)	10.250	-	-
Adiantamento a Fornecedores	(119.583)	(130.517)	-	-
Gás – Take or Pay	(192.682)	(141.102)	-	-
Outros	103.589	(248.206)	4.303	11.527
	(1.244.160)	326.831	1.097.221	1.248.352
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	38.440	297.437	12.171	2.999
Impostos, Taxas e Contribuições	37.685	201.940	30.511	(4.852)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	24.466	(105.300)	(19.939)	(35.575)
Salários e Contribuições Sociais	4.168	25.965	(412)	1.827
Encargos Regulatórios	91.815	385.901	-	-
Obrigações Pós-emprego	(239.241)	(207.571)	(13.115)	(11.135)
Instrumentos Financeiros – Opções de Venda	(149.760)	-	(149.760)	-
Outros	(168.865)	156.377	(29.857)	(12.651)
	(361.292)	754.749	(170.401)	(59.387)
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	3.871.747	5.079.943	897.651	1.133.306
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos pagos	(2.369.244)	(1.331.292)	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(289.120)	(741.415)	(56.164)	(2.673)
CAIXA LÍQUIDO GERADO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.213.383	3.007.236	841.487	1.130.633

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Em Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	1.400.556	(1.499.040)	(9.653)	(82.390)
Em Ativos Financeiros	-	(146.030)	-	-
Fundos Vinculados	(367.312)	948	(366.435)	140
Em Investimentos				
Aquisição de participação em investidas	-	(309.684)	-	-
Alienação de Investimentos	948.880		948.880	
Aporte em Investidas	(1.454.949)	(180.525)	(926.578)	(105.430)
Em Imobilizado	(119.843)	(125.708)	(444)	(2.360)
Em Intangível	(1.020.864)	(956.798)	(34)	(1.062)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(613.532)	(3.216.837)	(354.264)	(191.102)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Obtenção de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	5.736.776	5.739.463	-	-
Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(5.591.531)	(4.695.990)	-	-
Juros sobre capital próprio e Dividendos	(674.596)	(796.383)	(674.355)	(796.383)
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(529.351)	247.090	(674.355)	(796.383)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**70.500**	**37.489**	**(187.132)**	**143.148**
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No início do exercício	924.632	887.143	256.484	113.336
No fim do exercício	995.132	924.632	69.352	256.484
	70.500	**37.489**	**(187.132)**	**143.148**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais)

	Consolidado				Controladora			
	2016		2015 Reapresentado		2016		2015	
RECEITAS								
Venda de Energia, Gás e Serviços	27.017.968		31.489.211		733		321	
Receita de Construção de Distribuição	1.139.316		1.105.806		-		-	
Receita de Construção de Transmissão	53.824		146.030		-		-	
Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga	299.537		-		-		-	
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	7.582		575.631		-		-	
Receita de Indenização de Transmissão	751.101		100.529		-		-	
Investimento em Imobilizado	79.358		79.620		-			
Outras Receitas	21.574		3.657		-		-	
Ajuste para Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(382.368)		(175.595)		-		-	
	28.987.892		**33.324.889**		**733**		**321**	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(9.094.921)		(10.440.807)		-		-	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(1.054.333)		(1.103.805)		-		-	
Serviços de Terceiros	(1.309.061)		(1.409.516)		(31.263)		(10.991)	
Gás Comprado para Revenda	(877.118)		(1.050.925)		-		-	
Materiais	(669.278)		(740.688)		(89)		(262)	
Outros Custos Operacionais	(411.292)		(1.565.362)		211.319		(1.103.113)	
	(13.416.003)		**(16.311.103)**		**179.967**		**(1.114.366)**	
VALOR ADICIONADO BRUTO	**15.571.889**		**17.013.786**		**180.700**		**(1.114.045)**	
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	(834.291)		(834.830)		(520)		(1.601)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	**14.737.598**		**16.178.956**		**180.180**		**(1.115.646)**	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de Equivalência Patrimonial	(301.844)		392.990		218.347		3.273.869	
Receitas Financeiras	1.080.751		863.728		112.377		65.180	
Ajuste Referente a Desvalorização em Investimentos	(762.691)		-		-		-	
Receita de Valor Justo em Operação Societária	-		729.442		-		-	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**14.753.814**		**18.165.116**		**510.904**		**2.223.403**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
		%		%		%		%
Empregados	**1.872.310**	**12,69**	**1.595.391**	**8,78**	**65.130**	**12,75**	**37.211**	**1,67**
Remuneração direta	1.177.430	7,98	1.196.656	6,59	18.951	3,71	29.844	1,34
Benefícios	512.272	3,47	330.008	1,81	38.892	7,61	6.229	0,28
FGTS	89.689	0,61	68.727	0,38	1.964	0,38	1.138	0,05
Programa de Desligamento de Empregados	92.919	0,63	-	-	5.323	1,04	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	**9.813.465**	**66,51**	**11.640.835**	**64,09**	**90.873**	**17,79**	**(319.084)**	**(14,34)**
Federais	4.587.671	31,09	7.141.764	39,32	90.555	17,72	(319.329)	(14,35)
Estaduais	5.214.089	35,34	4.489.640	24,72	95	0,02	152	0,01
Municipais	11.705	0,08	9.431	0,05	223	0,04	93	-
Remuneração de Capitais de Terceiros	**2.733.285**	**18,53**	**2.459.887**	**13,54**	**20.567**	**4,03**	**36.776**	**1,65**
Juros	2.616.066	17,73	2.354.360	12,96	18.184	3,56	36.024	1,62
Aluguéis	117.219	0,79	105.527	0,58	2.383	0,47	752	0,03
Remuneração de Capitais Próprios	**334.754**	**2,27**	**2.469.003**	**13,59**	**334.334**	**65,44**	**2.468.500**	**111,02**
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos	203.986	1,38	1.256.497	6,92	203.986	39,93	1.256.497	56,51
Lucros Acumulados	130.348	0,88	1.212.003	6,67	130.348	25,51	1.212.003	54,51
Participação dos não-controladores nos Lucros Acumulados	420	-	503	-	-	-	-	-
	14.753.814	**100,00**	**18.165.116**	**100,00**	**510.904**	**100,00**	**2.223.403**	**100,00**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) A Companhia

A Companhia Energética de Minas Gerais ("Cemig", "Controladora" ou "Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, tem suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa ("Bovespa") e nas Bolsas de Valores dos Estados Unidos da América ("NYSE") e da Espanha ("LATIBEX"). A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG. Constituída com o objetivo principal de atuar como Holding, com participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

A Companhia assumiu um valor significativo de dívida para financiar os gastos de capital necessários para cumprir os objetivos de crescimento de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2016, o passivo circulante consolidado da Cemig excedeu o ativo circulante consolidado em R$3.162 milhões. Em 31 de dezembro de 2016, os empréstimos e financiamentos e debêntures, de curto e longo prazo, da Cemig totalizaram R$4.837 milhões e R$10.342 milhões, com vencimento no primeiro, segundo, terceiro e quarto trimestres de 2017, nos montantes de R$783 milhões, R$1.017 milhões, R$579 milhões e R$2.458 milhões, respectivamente. A Companhia apresentou fluxos de caixa operacionais consolidados positivos nos valores de R$1.213 milhões, R$3.007 milhões em 2016 e 2015.

O Passivo Circulante da Controladora excedeu o Ativo Circulante em R$408 milhões. Esse excesso foi decorrente, principalmente, da provisão para perda nas opções de venda no montante de R$1.150 milhões. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades. A Controladora apresentou fluxo de caixa operacional positivo nas suas operações de R$841 milhões em 2016 e R$1.131 milhões em 2015.

O volume substancial de dívida da Cemig poderia afetar, negativamente, os negócios, a condição financeira e o resultado das operações. De forma mais específica, a Cemig está sujeita a determinadas restrições sobre a sua capacidade de captar recursos de terceiros, o que pode impedir a Companhia de celebrar novos contratos para o financiamento das suas operações, ou para o refinanciamento das obrigações existentes, e que pode afetar adversamente seus negócios, resultados operacionais e situação financeira, conforme segue:

- O estatuto social da Companhia prevê a obrigação de manutenção de determinados indicadores financeiros consolidados, relacionados a fatores que incluem dívidas e investimentos, dentro de determinados limites para os valores consolidados do Grupo, o que poderia afetar sua flexibilidade operacional. Em 2015 e 2016, determinados limites e índices financeiros estabelecidos no estatuto social da Companhia foram excedidos, os quais foram previamente aprovados na Assembleia Geral de Acionistas. A Cemig obteve aprovação de seus acionistas para que a Companhia exceda esses limites e índices financeiros aplicáveis para 2017.

- Com relação aos empréstimos de terceiros: (i) na condição de empresa estatal, a Cemig está sujeita a regras e limites relacionados ao nível de crédito aplicável ao setor público, inclusive as regras estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil (BACEN); e (ii) uma vez que a Companhia opera no setor elétrico, a empresa está sujeita às regras e aos limites estabelecidos pela Aneel que abordam o endividamento de empresas do setor elétrico. Adicionalmente, (iii) as empresas estatais podem usar os recursos provenientes das transações com bancos comerciais apenas para refinanciar obrigações financeiras, ou em transações garantidas por duplicatas.

- Outra regra em vigor é a exigência de aprovação de determinadas operações financeiras internacionais pelo Tesouro Nacional (que faz parte do Ministério da Fazenda) e pelo Banco Central antes da sua execução; essa aprovação é normalmente concedida se o objetivo da operação for financiar a importação de mercadorias ou rolar a dívida estrangeira apenas. O objetivo dessas regras é impor limites sobre a capacidade de endividamento da Companhia.

- A Cemig está sujeita às cláusulas restritivas constantes dos seus contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures. Em caso de descumprimento de uma obrigação nos termos do contrato de financiamento, a Cemig deverá reforçar as garantias do financiamento, sob pena de vencimento antecipado do contrato. Qualquer evento de inadimplemento nos nossos instrumentos financeiros poderia levar os credores a fazer com que todos os valores relacionados àquela dívida se tornem imediatamente devidos. O vencimento antecipado das dívidas poderia ter efeito adverso relevante sobre a situação financeira da Companhia, e poderia também resultar na ativação das cláusulas de *cross-default* em outros instrumentos financeiros. Em caso de inadimplemento, os fluxos de caixa da Companhia poderiam ser insuficientes para liquidar completamente a dívida ou para cumprir o serviço dessas dívidas.

- As agências de classificação de risco de crédito atribuem uma nota ao Brasil, à Companhia e aos seus títulos da dívida a nível Brasil e também atribuem uma nota à Companhia a nível global. Se houver rebaixamento das notas devido a qualquer fator externo, ao desempenho operacional ou ao alto nível da dívida, o custo do capital poderá aumentar.

Para fins de amortização dos vencimentos programados da dívida, a Cemig deverá captar valores significativos de capital de terceiros através de uma ampla variedade de fontes de financiamento. Para fins de cumprimento do serviço da dívida da Companhia após atingir nossas metas de investimentos, a Cemig dependeu, e pode continuar a depender, de uma combinação de fluxos de caixa gerados pelas atividades operacionais, reduções nas nossas linhas de crédito disponíveis, saldo do nosso caixa e aplicações financeiras e contratação de dívidas adicionais.

A Cemig possui diversas iniciativas para aumentar a liquidez através da celebração de novos contratos de financiamento ou refinanciamento das obrigações existentes e possível alienação de ativos que não fazem parte da atividade-fim. Em 2016, a Cemig apresentou um programa de desinvestimento que contempla a venda de ativos para o período de 2017–2018, com o objetivo de melhorar nossa posição de liquidez de curto prazo através da melhoria da sua liquidez e redução do endividamento.

Apesar da Cemig estar com alavancagem significativa, a empresa espera que os saldos de caixa corrente, a liquidez da linha de crédito rotativo, o caixa gerado pelas iniciativas descritas acima, e o fluxo de caixa das atividades operacionais sejam suficientes para atender o capital de giro, os investimentos, o serviço da dívida, e outras necessidades de caixa do próximo exercício. A Administração acredita que seus planos serão bem-sucedidos.

Se, por qualquer razão, a Cemig apresentar dificuldades em obter financiamentos, isto poderia comprometer suas condições para realizar investimentos nos montantes necessários para manter o atual nivel de investimentos ou seus objetivos de longo prazo e poderia comprometer suas condições de pagamento no prazo das obrigações financeiras de principal e juros junto aos seus credores, considerando que o fluxo de caixa advindo das suas operações seria insuficente para cobrir o seu programa de investimentos e todo o seu serviço da dívida. Uma redução no programa de investimentos ou a venda de ativos poderia afetar de forma significativa o resultado das suas operações.

A Cemig possui participação societária nas seguintes controladas, controladas em conjunto e coligada (informações em MW não auditadas pelos auditores independentes):

- Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Cemig GT" ou "Cemig Geração e Transmissão") (Controlada) subsidiária integral de capital aberto, sem ações negociadas em bolsa, que possui participação em 60 usinas, sendo 56 usinas hidrelétricas, 3 eólicas e 1 termelétrica e linhas de transmissão pertencentes, em sua maior parte, à rede básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão. A Cemig Geração e Transmissão possui participação societária nas seguintes controladas, controladas em conjunto e coligada:

  Controladas, controladas conjunto e coligada em operação:

  - Hidrelétrica Cachoeirão S.A. ("Cachoeirão") (controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente através da Usina Hidrelétrica Cachoeirão, localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais;

  - Baguari Energia S.A. ("Baguari Energia") (controlada em conjunto) - Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de participação no Consórcio UHE Baguari (Baguari Energia - 49,00% e Neoenergia - 51,00%), localizada no Rio Doce, em Governador Valadares, no Estado de Minas Gerais;

  - Central Eólica Praias de Parajuru S.A. ("Central Eólica Praias de Parajuru") (controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada em Beberibe, no Estado do Ceará;

  - Central Eólica Praias do Morgado S.A. ("Central Eólica Praias de Morgado") (controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Município de Acaraú, no Estado do Ceará;

  - Central Eólica Volta do Rio S.A. ("Central Eólica Volta do Rio") (controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Município de Acaraú, no Estado do Ceará;

- Hidrelétrica Pipoca S.A. ("Pipoca") (controlada em conjunto) - Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, localizada no rio Manhuaçu, municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais;

- Madeira Energia S.A. ("Madeira") (coligada) – Implementação, construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio por meio da controlada Santo Antônio Energia S.A., localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia;

- Lightger S.A. ("Light Ger") (controlada em conjunto) – Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Paracambi, localizada no rio Ribeirão das Lages no município de Paracambi, no Estado do Rio de Janeiro;

- Renova Energia S.A. ("Renova") (Controlada em conjunto) – Sociedade de capital aberto, atua no desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes renováveis - eólica, pequenas centrais hidrelétricas ("PCHs") e solar, e na comercialização de energia a atividades relacionadas;

- Retiro Baixo Energética S.A. ("RBE") (Controlada em conjunto) - A RBE é titular da concessão de exploração da Usina Hidrelétrica de Retiro Baixo, localizada no rio Paraopeba, na bacia do rio São Francisco, entre os municípios de Curvelo e Pompeu, Estado de Minas Gerais. A usina possui potência instalada de 83,7 MW e energia assegurada de 38,5 MW médios;

- Aliança Norte Energia Participações S.A. ("Aliança Norte") (Controlada em conjunto) – Sociedade de Propósito Específico (SPE), constituída pela Cemig GT, que detém 49,9% de participação, e a Vale S.A., que detém os 50,1% restantes, com a finalidade de aquisição de participação de 9% na participação da Norte Energia S.A. ("NESA"), empresa detentora da concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte ("UHE Belo Monte"), no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. A primeira turbina da usina de Belo Monte entrou em operação em 20 de abril de 2016 e a segunda turbina entrou em operação em 16 de julho de 2016. Mais detalhes ver Nota Explicativa nº 15;

- Aliança Geração de Energia S.A. ("Aliança") (Controlada em conjunto) - Sociedade por ações de capital fechado, criada pela Cemig GT e Vale S.A. para se tornar uma plataforma de consolidação de ativos de geração detidos pelas partes em consórcios de geração, e investimentos em futuros projetos de geração elétrica. As duas partes subscreveram suas ações na empresa na forma de suas participações nos seguintes ativos de geração: Porto Estrela, Igarapava, Funil, Capim Branco I e II, Aimorés e Candonga. Com esses ativos a companhia tem uma capacidade instalada de geração hidrelétrica em operação de 1.158 MW (652 MW médios), entre outros projetos de geração. Vale e Cemig GT, detêm 55% e 45% do capital total, respectivamente;

- Cemig Geração Três Marias S.A - sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A., tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Três Marias, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Companhia possui 396 MW de potência instalada e 239 MW médios de Garantia Física;

- Cemig Geração Salto Grande S.A - sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A., tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Salto Grande, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Companhia possui 102 MW de potência instalada e 75 MW médios de Garantia Física;

- Cemig Geração Camargos S.A - sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A., tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Camargos, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Companhia possui 46 MW de potência instalada e 21 MW médios de Garantia Física;

- Cemig Geração Itutinga S.A - sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A., tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Itutinga, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Companhia possui 52 MW de potência instalada e 28 MW médios de Garantia Física;

- Cemig Geração Leste S.A, sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A., tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Cemig Geração Leste (PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti) possui 35,16 MW de potência instalada e 18,64 MW médios de Garantia Física;

- Cemig Geração Oeste S.A - sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A., tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Cemig Geração Oeste (PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins) possui 28,90 MW de potência instalada e 11,21 MW médios de Garantia Física;

- Cemig Geração Sul S.A - sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A., tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Cemig Geração Sul (PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau) possui 39,53 MW de potência instalada e 27,42 MW médios de Garantia Física.

Controladas e controladas em conjunto em fase pré-operacional:

- Guanhães Energia S.A. (“Guanhães Energia”) (controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica por meio da implantação e exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas Dores de Guanhães; Senhora do Porto; e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhães; e Fortuna II, localizada no Município de Virginópolis. Todas no Estado de Minas Gerais. As obras civis encontram-se 97% concluídas e o início da geração comercial está previsto para abril de 2017.

- Cemig Baguari Energia S.A. (“Cemig Baguari”) (controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, em futuros empreendimentos;

- Amazônia Energia Participações S.A ("Amazônia Energia") (controlada em conjunto) – Sociedade por ações de capital fechado que tem como objetivo participar, como acionista, do capital social da Norte Energia S.A. (NESA), sociedade esta titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará e administrar essa participação. Controlada em conjunto pela Light S.A. (25,5%) e pela Cemig GT (74,5%). A participação da Amazônia Energia na NESA é de 9,77% do capital. A primeira turbina da usina de Belo Monte entrou em operação em 20 de abril de 2016 e a segunda turbina entrou em operação em 16 de julho de 2016. Mais detalhes ver Nota Explicativa nº 15.

- Cemig Distribuição S.A. ("Cemig D" ou "Cemig Distribuição") (controlada) - Subsidiária integral de capital aberto, sem ações negociadas em bolsa, com distribuição de energia elétrica através de redes e linhas de distribuição, em praticamente todo Estado de Minas Gerais;

- Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("TAESA") (controlada em conjunto) - Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica em 17 Estados do País de forma direta e através de participação em investidas.

- Light S.A. ("Light") (controlada em conjunto) - Tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista, e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como de outros serviços correlatos. A Light possui as seguintes empresas controladas e controladas em conjunto:

  - Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Light SESA") (controlada) - Sociedade por ações de capital aberto que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica, com atuação em diversos municípios do Estado do Rio de Janeiro;

  - Light Energia S.A. ("Light Energia") (controlada) - Sociedade por ações de capital aberto que tem como atividades principais: estudar, planejar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos. A Light Energia possui participação societária na Central Eólica São Judas Tadeu Ltda, Central Eólica Fontainha Ltda, Guanhães Energia S.A. e Renova Energia S.A.;

  - Light Esco Prestação de Serviços Ltda. ("Light Esco") (controlada) - Empresa que tem como atividade principal a compra, venda, importação, exportação e prestação de serviços de consultoria no setor de energia. A Light Esco possui participação societária na EBL Companhia de Eficiência Energética S.A.;

- Itaocara Energia Ltda. ("Itaocara Energia") (controlada) - Empresa em fase pré-operacional, que terá como atividade principal a realização de projeto, construção, instalação, operação e exploração de usinas de geração de energia elétrica. Participa do consórcio UHE Itaocara de exploração da Usina Hidrelétrica de Itaocara (51%). A Cemig GT participa com 49%.

- Lightger S.A. ("Light Ger") (controlada em conjunto) – Conforme já descrito nas participações da Cemig GT;

- Light Soluções em Eletricidade Ltda. ("Light Soluções") (controlada) - Tem como atividade principal a prestação de serviço aos clientes de baixa tensão contemplando montagem, reforma e manutenção de instalações em geral;

- Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social ("Instituto Light") (controlada) - Tem como objetivo participar em projetos sociais e culturais e tem interesse no desenvolvimento econômico e social das cidades;

- Lightcom Comercializadora de Energia S.A. ("Lightcom") (controlada) - Tem como objetivos a compra, venda, importação e exportação de energia e a consultoria em geral nos mercados livre e regulado de energia;

- Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. ("Axxiom") (controlada em conjunto) – Sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a oferta de soluções de tecnologia e sistemas para gestão operacional de concessionárias de serviços públicos, incluindo empresas de energia elétrica, de gás, de água e esgoto e demais empresas de utilidades. Controlada em conjunto pela Light (51%) e pela Cemig (49%);

- Amazônia Energia Participações S.A. ("Amazônia Energia") (controlada em conjunto) – Conforme já descrito nas participações da Cemig GT;

- Renova Energia S.A. ("Renova Energia") (controlada em conjunto) - Conforme já descrito nas participações da Cemig GT.

- Sá Carvalho S.A. ("Sá Carvalho") (controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica, como Concessionária do serviço público de energia elétrica, através da Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho;

- Usina Térmica Ipatinga S.A. ("Ipatinga") (controlada) - Sem atividades operacionais atualmente;

- Companhia de Gás de Minas Gerais ("Gasmig") (controlada) - Aquisição, transporte e distribuição de gás combustível ou de subprodutos e derivados, mediante concessão para distribuição de gás no Estado de Minas Gerais;

- Cemig Telecomunicações S.A. ("Cemig Telecom") (anteriormente denominada Empresa de Infovias S.A.) (controlada) - Sociedade por ações de capital aberto, que atua na prestação e exploração de serviço especializado na área de Telecomunicações, através de sistema integrado, constituído de cabos de fibra ótica, cabos coaxiais, equipamentos eletrônicos e associados (rede de multisserviços). A Cemig Telecom participa em 19,6% no capital da Ativas Data Center ("Ativas") (controlada em conjunto) cuja principal atividade é a prestação de serviços de fornecimento de infraestrutura de TIC – Tecnologia de informação e comunicação, compreendendo hospedagem física e serviços relacionados para médias e grandes corporações;

- Efficientia S.A. ("Efficientia") (controlada) - Prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas, por meio de estudos e execução de projetos, além de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia;

- Horizontes Energia S.A. ("Horizontes") (controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através das Usinas Hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto do Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina;

- Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A. (anteriormente denominada Central Termelétrica de Cogeração S.A.) (controlada) - Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente em futuros empreendimentos;

- Rosal Energia S.A. ("Rosal") (controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da Usina Hidrelétrica Rosal, localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo;

- Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica S.A. (controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, em futuros empreendimentos;

- Cemig PCH S.A. ("PCH") (controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim;

- Cemig Capim Branco Energia S.A. ("Capim Branco") (controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através das Usinas Hidrelétricas Amador Aguiar I e II, construídas por meio de consórcio com parceiros privados. Incorporada pela Cemig GT em 2015;

- UTE Barreiro S.A. ("Barreiro") (controlada) - Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, por meio da implantação e exploração da Central Termelétrica, denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da V&M do Brasil S.A., no Estado de Minas Gerais;

- Cemig Trading S.A. ("Cemig Trading") (controlada) - Comercialização e intermediação de negócios relacionados à energia;

- Companhia Transleste de Transmissão ("Transleste") (controlada em conjunto) - Operação de linha de transmissão conectando a subestação localizada em Montes Claros à subestação da Usina Hidrelétrica de Irapé;

- Companhia Transudeste de Transmissão ("Transudeste") (controlada em conjunto) - Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Itutinga - Juiz de Fora;

- Companhia Transirapé de Transmissão ("Transirapé") (controlada em conjunto) - Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Irapé - Araçuaí;

- Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. ("Axxiom") (controlada em conjunto) – Conforme já mencionado na descrição das investidas da Light;

- Transchile Charrua Transmisión S.A. ("Transchile") (controlada em conjunto) - Implantação, operação e manutenção da LT Charrua - Nueva Temuco, e de duas seções de linha de transmissão nas SEs Charrua e Nueva Temuco, na região central do Chile. A Transchile é sediada na cidade de Santiago, no Chile. A Cemig alienou, em 2016, a totalidade da sua participação na Transchile, para a Ferrovial Transco Chile SpA., empresa controlada pela Ferrovial S.A..

- Companhia de Transmissão Centroeste de Minas ("Centroeste") (controlada em conjunto) - Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Furnas - Pimenta;

- Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica ("Parati") (controlada em conjunto) – Participação no Capital de outras Sociedades, Comerciais ou Civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista independente de sua atividade. A Parati detém 26,03% de participação na Light. A Parati foi extinta por meio de incorporação reversa pela RME e LEPSA, com participação da Cemig de 50% em cada empresa.

Os controles compartilhados (em conjunto) são decorrentes de acordos entre os acionistas das empresas investidas.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As Demonstrações Financeiras consolidadas da Companhia e as Demonstrações Financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas em um único conjunto de Demonstrações Financeiras por não haver diferença entre o Patrimônio Líquido e o Resultado do Exercício apresentados de forma consolidada e o Patrimônio Líquido e Resultado do Exercício da controladora.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 11 de abril de 2017, a Administração da Companhia autorizou a emissão destas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

2.2 Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos Balanços Patrimoniais:

- os instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- os ativos financeiros mantidos para negociação mensurados pelo valor justo;
- os ativos financeiros da concessão mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalente ao valor justo.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 8 – Ajuste para Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa;
- Nota 10 – Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido;
- Nota 14 – Ativos e Passivos Financeiros da Concessão;
- Nota 15 - Investimentos
- Nota 16 – Imobilizado;
- Nota 17 – Intangíveis;
- Nota 16 – Depreciação;
- Nota 17 – Amortização;
- Nota 22 – Obrigações Pós-Emprego;
- Nota 23 – Provisões;
- Nota 25 – Fornecimento não Faturado de Energia Elétrica; e
- Nota 30 – Mensuração pelo Valor Justo e Instrumentos Financeiros Derivativos.

2.5 Normas, interpretações e modificações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016

As seguintes normas e alterações de normas entraram em vigor no exercício de 2016:

- As alterações à IFRS 7/CPC 40 (R1) fornecem orientações adicionais para esclarecer se um contrato de serviços constitui envolvimento contínuo em um ativo transferido para fins das divulgações necessárias com relação a ativos transferidos;

- As alterações à IAS 19/CPC 33 (R1) esclarecem que a taxa utilizada para desconto de obrigações de benefício pós-aposentadoria deve ser determinada com base nos rendimentos de mercado no final do período de reporte com relação a títulos corporativos de alta qualidade.

- As alterações à IFRS 5/CPC 31 introduzem orientações específicas com relação a quando uma entidade reclassifica um ativo (ou grupo de alienação) de "mantido para venda" para "mantido para distribuição para titulares" (ou vice-versa).

- Alterações à IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) – Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis.

- Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1) – Iniciativa de Divulgação – oferecem orientações com relação à aplicação do conceito de materialidade na prática;

    - Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3), IFRS 12/CPC 45 e IAS 28/ CPC 18 (R2) – Entidades de Investimento: Aplicando a Exceção de Consolidação – esclarecem que a isenção de preparar demonstrações financeiras consolidadas é aplicável para uma entidade controladora que seja a controlada de uma entidade de investimento, mesmo que a entidade de investimento avalie todas as suas controladas ao valor justo de acordo com a IFRS 10.

- Alterações à IFRS 11/CPC 19 (R2) – Acordo contratual conjunto – fornecem instruções de como contabilizar a aquisição de um negócio em conjunto que constitua um "negócio", conforme a definição dada pela IFRS 3/CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios.;

A aplicação dessas alterações não teve impacto relevante sobre as divulgações ou os valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

2.6 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas com possíveis impactos para a Companhia

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017:

- Alterações ao IAS 12/CPC 32 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas;

- Iniciativa de Divulgação (Alterações ao IAS 7) - altera o IAS 7/CPC 03 (R2) Demonstração dos Fluxos de Caixa Para esclarecer que as entidades devem fornecer divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento. Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2017.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e IAS 28/CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture – tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture.

- IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros – estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo. Em relação ao impairment de ativos financeiros, o IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39/CPC 38.

- IFRS 15/ CPC 47 – Receitas de Contratos com clientes – em maio de 2014, a IFRS 15 foi emitida e estabeleceu um modelo com base em princípios para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. A IFRS 15 substituirá as orientações atuais de reconhecimento da receita presente no IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, quando se tornar efetiva.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16 – Arrendamento mercantil – com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, inclusive os atualmente classificados como arrendamentos operacionais;

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados a determinadas normas apresentadas acima, com data de adoção para 2018 e 2019. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

A Companhia ainda está avaliando os efeitos da aplicação dessas novas normas e alterações de normas existentes sobre os valores e divulgações apresentados nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

2.7 Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, em conformidade às normas e regulamentos descritos no ítem 2.1 – Declaração de conformidade.

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

a) Instrumentos Financeiros

Passivos financeiros referentes a opções de venda – as opções de venda de cotas do FIP Melbourne e FIP Malbec ("PUT SAAG") e as opções de venda de ações da RME e LEPSA ("PUT Parati") foram mensuradas pelo valor justo mediante a utilização do modelo de Black-Scholes-Merton (BSM). Ambas as opções eram calculadas utilizando-se o método de fluxo de caixa descontado, no caso da PUT SAAG até o terceiro trimestre e da PUT Parati até o primeiro trimestre de 2016, até as respectivas alterações, no quarto e segundo trimestres, respectivamemte, para o modelo BSM. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo dessas opções tendo como referência o preço das respectivas opções de venda obtidas pelo modelo BSM avaliadas na data de fechamento das demonstrações financeiras do exercício findo em 2016.

Capital Social – Os direitos de dividendos mínimos estabelecidos para as ações preferenciais estão descritos na Nota Explicativa nº 24 das Demonstrações Financeiras.

Instrumentos financeiros disponíveis para venda – Desde 31 de dezembro de 2012, encontram-se nesta categoria os ativos financeiros das concessões de transmissão e distribuição que foram abarcados pela Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Demonstrações Financeiras. A Companhia reconhece um Ativo Financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente, ou sob a direção do poder concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados.

Empréstimos e recebíveis – Os empréstimos e recebíveis abrangem Equivalentes de Caixa, Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, Ativos Financeiros da Concessão não abarcados pela Lei nº 12.783, Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, depósitos vinculados a litígios e Revendedores – Transações com Energia Livre.

Caixa e Equivalentes de Caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

b) <u>Consumidores e Revendedores, Concessionários - Transporte de Energia e Revendedores – Transações com Energia Livre</u>

As contas a receber de Consumidores, Revendedores e Concessionários – Transporte de Energia – são registradas inicialmente pelo valor faturado e não faturado, e mensuradas pelo custo amortizado. Inclui os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

O Ajuste para Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa, para os consumidores de baixa e média tensão, é registrado com base em estimativas da Administração, em valor suficiente para cobrir prováveis perdas. Os principais critérios definidos pela Companhia são: (i) consumidores com valores significantes, uma análise é feita do saldo a receber levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; (ii) para os outros consumidores os débitos vencidos há mais de 90 dias para consumidores residenciais, mais de 180 dias para os consumidores comerciais, ou mais de 360 dias para os demais consumidores, 100% do saldo é provisionado. Tais critérios não diferem daqueles estabelecidos pela ANEEL.

Para os grandes consumidores é feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

c) Investimentos

Os investimentos da Companhia incluem o ativo intangível de concessão identificado nas aquisições, líquido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

d) Ativos Vinculados à Concessão

Atividade de distribuição de energia – A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão.

A amortização reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, tendo como base a aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para a atividade de distribuição de energia elétrica.

A Companhia determina a parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão, registrando esse valor como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

A Companhia mensurou a parcela dos ativos que será integralmente amortizada até o final da concessão considerando a prorrogação por mais 30 anos do seu Contrato de Concessão, conforme descrito em maiores detalhes na Nota Explicativa nº 4.

Os novos ativos são registrados inicialmente no ativo intangível, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando da sua entrada em operação são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, conforme critério mencionado nos parágrafos anteriores, sendo que a parcela dos ativos que é registrada no ativo financeiro é avaliada com base no custo novo de reposição, tendo como referência os valores homologados pela ANEEL da Base de Remuneração de Ativos nos processos de revisão tarifária.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado em contrapartida ao resultado do exercício.

Atividade de transmissão – Para as novas concessões de transmissão, outorgadas após o ano 2000, os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando da sua apuração e registra-se uma Receita de Construção baseado no estágio de conclusão da obra realizada, incluindo os impostos incidentes sobre a receita e eventual margem de lucro.

Uma vez que os contratos de transmissão determinam que os concessionários possuem um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente, ou em nome, do poder concedente, para as novas concessões de transmissão, a companhia registra um ativo financeiro, durante o período da construção das linhas, a receita de transmissão a ser recebida durante todo o período da concessão, a valor justo.

Dos valores faturados de Receita Anual Permitida ("RAP"), a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é utilizada para a baixa do ativo financeiro.

As adições por expansão e reforço geram fluxo de caixa adicional e, portanto, esse novo fluxo de caixa é incorporado ao saldo do ativo financeiro.

Em função da aceitação dos termos de renovação das concessões de transmissão antigas, conforme descrito em mais detalhes na Nota Explicativa nº 4, a maior parte dos ativos de transmissão das concessões antigas serão objeto de indenização pelo Poder Concedente, sendo baixados em 31 de dezembro de 2012 e constituído um contas a receber correspondente à indenização estimada a ser recebida.

Atividade de distribuição de gás – A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um Ativo Intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão.

A amortização é calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, mediante aplicação das taxas de amortização que refletem a vida útil estimada dos bens.

A Companhia determina a parcela do valor dos ativos que não estará integralmente depreciada até o final da concessão, registrando esse valor como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Os novos ativos são registrados inicialmente no Ativo Intangível, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando da sua entrada em operação são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, conforme critério mencionado nos parágrafos anteriores. O valor contábil dos bens substituídos é baixado em contrapartida ao resultado do exercício.

e) Ativos Intangíveis

Os Ativos Intangíveis compreendem os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços e softwares. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às obras em andamento são apropriados ao ativo intangível em curso e consórcios durante o período de construção.

Para aqueles recursos que foram captados especificamente para determinadas obras, a alocação dos encargos é feita de forma direta para os ativos financiados. Para os demais empréstimos e financiamentos que não estão vinculados diretamente a obras específicas, é estabelecida uma taxa média ponderada para a capitalização dos custos desses empréstimos.

Para os Ativos Intangíveis vinculados à concessão, são adotados os procedimentos mencionados no item “ativos vinculados à concessão” acima.

f) Imobilizado

A depreciação e a amortização são calculadas sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL, que reflete a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica.

As principais taxas de depreciação dos ativos do Imobilizado estão demonstradas na Nota Explicativa nº 16 das Demonstrações Financeiras.

Os ativos não depreciados até o final da concessão serão revertidos para o Poder Concedente com a indenização dessa parcela não depreciada, que é classificada como Ativo Financeiro da Concessão.

Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às obras em andamento são apropriados às imobilizações em curso e consórcios durante o período de construção.

Para aqueles recursos que foram captados especificamente para determinadas obras, a alocação dos encargos é feita de forma direta para os ativos financiados. Para os demais empréstimos e financiamentos que não estão vinculados diretamente a obras específicas, é estabelecida uma taxa média ponderada para a capitalização dos custos desses empréstimos.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há indenização no final da concessão, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período da concessão. Mais detalhes na Nota Explicativa nº 14.

g) Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

h) Benefícios a Empregados

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada através de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano. Nos exercícios apresentados, as despesas relacionadas à dívida pactuada com o Fundo de Pensão foram registradas no resultado financeiro, por representarem juros e variação monetária. As demais despesas com o Fundo de Pensão foram registradas como despesas operacionais.

Benefícios de curto prazo a empregados – A Participação nos Lucros prevista no Estatuto Social é provisionada em conformidade ao acordo coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados na rubrica Participação dos Empregados e Administradores no Resultado.

i) Imposto de Renda e Contribuição Social

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

j) Receita Operacional

De forma geral, para os negócios da Companhia no setor elétrico, gás, telecomunicações e outros, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de mercadorias ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no faturamento do mês anterior e contabilizado no final do mês. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

O fornecimento de energia ao sistema nacional interligado é registrado quando ocorre o fornecimento e é faturado mensalmente, de acordo com o reembolso definido pelo contrato de concessão.

Para as concessões de transmissão antigas, outorgadas antes do ano 2000, é registrado no resultado mensalmente o valor justo da operação e manutenção das linhas de transmissão e a remuneração do ativo financeiro.

Os serviços prestados incluem encargos de conexão e outros serviços relacionados e as receitas são contabilizadas quando os serviços são prestados.

A receita de Parcela A e outros itens financeiros é reconhecida no resultado quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia. Para maiores detalhes, vide nota explicativa 14.

A Receita de ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição, decorrente da variação do valor justo da Base de Remuneração de Ativos, é apresentada como receita operacional, juntamente com as demais receitas relacionadas à atividade fim da Companhia.

k) Receitas e Despesas Financeiras

As Receitas Financeiras referem-se principalmente à receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios em contas de energia elétrica, juros sobre ativos financeiros da concessão e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As Despesas Financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

l) Informação por Segmento

Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pelo Presidente da Companhia (CEO) para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados ao CEO incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos e as despesas da sede.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de Ativo Financeiro da Concessão, Intangível, Imobilizado, e Ativos Intangíveis que não ágio.

m) Determinação do ajuste a valor presente

A Companhia aplicou o ajuste a valor presente sobre determinados contratos de concessão onerosa. Foram utilizadas taxas de desconto compatíveis com o custo de captação de recursos em operações com o mesmo prazo na data das operações, sendo 12,50% e 5,10% (PCH's e UHE's).

2.8 Reapresentações nas Demonstrações Financeiras de 2015

A Companhia e sua controlada de distribuição de energia elétrica, objetivando a melhor apresentação de seu desempenho operacional e financeiro concluíram que o ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessãode distribuição, originalmente apresentado na rubrica de receita financeira, no resultado financeiro, deve ser mais adequadamente classificado no grupo de receitas operacionais, juntamente com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim. Esta alocação reflete de forma mais acurada o modelo de negócio de distribuição de energia elétrica e propicia uma melhor apresentação quanto ao seu desempenho.

Tal conclusão está suportada no fato de que:

i. Investir em infraestrutura é a atividade indispensável do negócio de distribuição de energia elétrica, cujo modelo de gestão está suportado em construir, manter e operar essa infraestrutura;

ii. Parte da indústria de distribuição de energia, bem como a indústria de transmissão de energia, já adota tal classificação, dessa forma a companhia estaria aumentando a comparabilidade de suas demonstrações financeiras;

iii. iii. O aumento nas taxas de inflação experimentado nos últimos anos no país, que influenciam diretamente no acréscimo do valor do ativo financeiro da concessão, contribuíram para aumentar a relevância dessa receita no resultado do exercício

Conforme as orientações do CPC 23 / IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Companhia e suas Controladas alteraram sua política contábil anteriormente adotada por uma política contábil que melhor reflete o desempenho dos negócios da Companhia e suas controladas (pelos argumentos acima mencionados) e, portanto, procederam às reclassificações de forma retrospectiva em suas demonstrações do resultado e do valor adicionado, originalmente emitidas em 28 de março de 2016.

As reclassificações efetuadas não alteram o total dos ativos, o patrimônio líquido e o lucro líquido, a Demonstração de Resultados abrangentes nem a Demonstração do Fluxo de Caixa.

As demonstrações do resultado e do valor adicionado, para fins de comparabilidade, estão apresentadas a seguir:

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

	Consolidado		
	2015 Publicado	Reclassificações	2015 Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA	**21.292.211**	**575.631**	**21.867.842**
CUSTOS OPERACIONAIS			
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(9.541.940)	-	(9.541.940)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(998.756)	-	(998.756)
Gás Comprado para Revenda	(1.050.925)	-	(1.050.925)
	(11.591.621)	-	(11.591.621)
OUTROS CUSTOS			
Pessoal e Administradores	(1.143.290)	-	(1.143.290)
Materiais	(42.061)	-	(42.061)
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	(83.723)	-	(83.723)
Serviços de Terceiros	(739.768)	-	(739.768)
Depreciação e Amortização	(811.263)	-	(811.263)
Provisões Operacionais	(22.518)	-	(22.518)
Custo de Construção de Infraestrutura	(1.251.836)	-	(1.251.836)
Outras	(97.118)	-	(97.118)
	(4.191.577)	-	(4.191.577)
CUSTO TOTAL	**(15.783.198)**	**-**	**(15.783.198)**
LUCRO BRUTO	**5.509.013**	**575.631**	**6.084.644**
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com Vendas	(175.595)	-	(175.595)
Despesas Gerais e Administrativas	(673.802)	-	(673.802)
Ajustes para Perdas e Provisões Operacionais	(1.203.342)	-	(1.203.342)
Outras (Despesas) Receitas Operacionais	(482.053)	29.918	(452.135)
	(2.534.792)	29.918	(2.504.874)
Resultado de Equivalência Patrimonial	392.990	-	392.990
Resultado de Valor Justo em Operação Societária	729.442	-	729.442
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos	**4.096.653**	**605.549**	**4.702.202**
Receitas Financeiras	1.469.277	(605.549)	863.728
Despesas Financeiras	(2.204.344)	-	(2.204.344)
Resultado antes dos Impostos	**3.361.586**	**-**	**3.361.586**
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(881.045)	-	(881.045)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(11.538)	-	(11.538)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	**2.469.003**	**-**	**2.469.003**
Total do resultado do exercício atribuído a:			
Participação dos acionistas controladores	2.468.500	-	2.468.500
Participação de acionista não-controlador	503	-	503
	2.469.003	**-**	**2.469.003**
Lucro Básico e Diluído por ação preferencial	**1,96**	**-**	**1,96**
Lucro Básico e Diluído por ação ordinária	**1,96**	**-**	**1,96**

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Consolidado				
	2015 Publicado		Reclassificações	2015 Reapresentado	
RECEITAS					
Venda de Energia, Gás e Serviços	31.489.211		-	31.489.211	
Receita de Construção de Distribuição	1.105.806		-	1.105.806	
Receita de Construção de Transmissão	146.030		-	146.030	
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	-		575.631	575.631	
Receita de Indenização de Transmissão	100.529		-	100.529	
Investimento em Imobilizado	79.620		-	79.620	
Outras Receitas	3.657		-	3.657	
Ajuste para Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(175.595)		-	(175.595)	
	32.749.258		**575.631**	**33.324.889**	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(10.440.807)		-	(10.440.807)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(1.103.805)		-	(1.103.805)	
Serviços de Terceiros	(1.409.516)		-	(1.409.516)	
Gás Comprado para Revenda	(1.050.925)		-	(1.050.925)	
Materiais	(740.688)		-	(740.688)	
Outros Custos Operacionais	(1.595.280)		29.918	(1.565.362)	
	(16.341.021)		**-**	**(16.311.103)**	
VALOR ADICIONADO BRUTO	**16.408.237**		**605.549**	**17.013.786**	
RETENÇÕES					
Depreciação e Amortização	(834.830)		-	(834.830)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	**15.573.407**		**605.549**	**16.178.956**	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de Equivalência Patrimonial	392.990		-	392.990	
Receitas Financeiras	1.469.277		(605.549)	863.728	
Receita de Valor Justo em Operação Societária	729.442		-	729.442	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**18.165.116**		**-**	**18.165.116**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
		%			%
Empregados	**1.595.391**	**8,78**	**-**	**1.595.391**	**8,78**
Remuneração direta	1.196.656	6,59	-	1.196.656	6,59
Benefícios	330.008	1,81	-	330.008	1,81
FGTS	68.727	0,38	-	68.727	0,38
Impostos, Taxas e Contribuições	**11.640.835**	**64,09**	**-**	**11.640.835**	**64,09**
Federais	7.141.764	39,32	-	7.141.764	39,32
Estaduais	4.489.640	24,72	-	4.489.640	24,72
Municipais	9.431	0,05	-	9.431	0,05
Remuneração de Capitais de Terceiros	**2.459.887**	**13,54**	**-**	**2.459.887**	**13,54**
Juros	2.354.360	12,96	-	2.354.360	12,96
Aluguéis	105.527	0,58	-	105.527	0,58
Remuneração de Capitais Próprios	**2.469.003**	**13,59**	**-**	**2.469.003**	**13,59**
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos	1.256.497	6,92	-	1.256.497	6,92
Lucros Acumulados	1.212.003	6,67	-	1.212.003	6,67
Participação dos não-controladores nos Lucros Acumulados	503	-	-	503	-
	18.165.116	**100,00**	**-**	**18.165.116**	**100,00**

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das Demonstrações Financeiras das sociedades controladas e controladas em conjunto utilizadas para cálculo de consolidação e equivalência patrimonial coincidem com as da Companhia.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e as participações diretas da Cemig, incluídas na consolidação são como segue:

Sociedades Controladas	31/12/2016	31/12/2015
	Participação Direta (%)	Participação Direta (%)
Cemig Geração e Transmissão	100,00	100,00
Cemig Distribuição	100,00	100,00
Gasmig	99,57	99,57
Cemig Telecom	100,00	100,00
Rosal Energia	100,00	100,00
Sá Carvalho	100,00	100,00
Horizontes Energia	100,00	100,00
Usina Térmica Ipatinga	100,00	100,00
Cemig PCH	100,00	100,00
Cemig Trading	100,00	100,00
Efficientia	100,00	100,00
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	100,00	100,00
UTE Barreiro	100,00	100,00
Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica	100,00	100,00

a) Controladas e controladas em conjunto

As Demonstrações Financeiras de controladas são incluídas nas Demonstrações Financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Os ativos, passivos e resultados das controladas foram consolidados com base no método de consolidação integral. As políticas contábeis das controladas e controladas em conjunto são alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

As informações financeiras de controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

b) Consórcios

É registrada a quota-parte dos ativos, passivos e resultados das operações de consórcio na controlada que possui a correspondente participação, uma vez que estes investimentos são considerados "*joint operations*", de acordo com os requerimentos do IFRS 11.

c) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das Demonstrações Financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na Investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

- As Demonstrações Financeiras da Transchile, para fins de cálculo de equivalência patrimonial em 2015, foram convertidas de dólares norte-americanos (moeda funcional da Transchile) para reais com base na última cotação do ano, uma vez que a moeda funcional da Cemig é o real. As diferenças de moedas estrangeiras foram reconhecidas em outros resultados abrangentes, e apresentadas no Patrimônio Líquido até a data da alienação da Transchile. Após a conclusão da alienação, o valor reconhecido como outros resultados abrangentes, no Patrimônio Líquido, foram integralmente transferidos ao resultado. Em 2016, a participação acionária da Cemig na Transchile foi integralmente alienada à Ferrovial Transco Chile SpA., empresa controlada pela Ferrovial S.A.. Mais detralhes na nota explicativa nº 15.

As Demonstrações Financeiras consolidadas incluem os saldos e as transações dos fundos de investimento cujos únicos quotistas são a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, composto de títulos públicos, privados e debêntures de empresas com classificação de risco baixo, garantindo alta liquidez nos papéis.

Os fundos de investimento, cujas Demonstrações Financeiras são regularmente revisadas/auditadas, estão sujeitos às obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes, bem como ativos dos quotistas para garantir essas obrigações.

4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

A Cemig e suas controladas detêm junto à ANEEL, as seguintes concessões ou autorizações:

	Localização	Data da Concessão ou Autorização	Data de Vencimento
GERAÇÃO			
Usinas Hidrelétricas			
São Simão (1)	Rio Paranaíba	01/1965	01/2015
Emborcação	Rio Paranaíba	07/1975	07/2025
Nova Ponte	Rio Araguari	07/1975	07/2025
Jaguara (1)	Rio Grande	08/1963	08/2013
Miranda (1)	Rio Araguari	12/1986	12/2016
Três Marias	Rio São Francisco	01/2015	01/2045
Volta Grande	Rio Grande	02/1967	02/2017
Irapé	Rio Jequitinhonha	01/1999	02/2035
Salto Grande	Rio Santo Antônio	01/2015	01/2045
Queimado	Rio Preto	11/1997	01/2033
Itutinga	Rio Grande	01/2015	01/2045
Camargos	Rio Grande	01/2015	01/2045
Piau	Rio Piau / Pinho	01/2015	01/2045
Gafanhoto	Rio Pará	01/2015	01/2045
PCH Cachoeirão	Rio Manhuaçu	07/2000	07/2030
UHE Santo Antônio	Rio Madeira	06/2008	06/2043
UHE Baguari	Rio Doce	08/2006	08/2041
PCH Pipoca	Rio Manhuaçu	09/2001	09/2031
Outras	Diversas	Diversas	Diversas
Usina Eólica (2)			
Morro do Camelinho	Gouveia – MG	03/2000	01/2017
Praias do Parajuru	Berberibe – CE	09/2002	08/2029
Volta do Rio	Aracajú – CE	12/2001	08/2034
Praia de Morgado	Aracajú – CE	12/2001	08/2034
Usinas Termelétricas			
Igarapé	Juatuba – MG	01/2001	08/2024
Barreiro	Belo Horizonte – MG	02/2002	04/2023
TRANSMISSÃO			
Rede Básica	Minas Gerais	07/1997	07/2015
Subestação – SE Itajubá	Minas Gerais	10/2000	10/2030
DISTRIBUIÇÃO	Minas Gerais	01/2016	12/2045

(1) Não foi considerada a prorrogação da concessão conforme previsto no Contrato de Concessão. Vide detalhes nesta nota;
(2) Atividade de geração eólica é concedida mediante autorização.

Concessões de Geração

No negócio de geração, a Companhia vende energia através de leilões para as distribuidoras atenderem às demandas de seu mercado cativo e vende energia a consumidores livres no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"). No ACL, a energia é negociada através das concessionárias de geração, Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCH"), auto geradores, comercializadores e importadores de energia.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento tenha sido iniciado após julho de 1995.

Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao mercado regulado após o período de cinco anos da comunicação desta intenção ao distribuidor de sua região. Esta comunicação prévia procura assegurar à distribuidora um período necessário para comprar energia adicional para suprir a reentrada de consumidores livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas, diferentemente do que ocorre com geradores privados, são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão.

Leilão de Concessões de Geração de Energia Elétrica

Em novembro de 2015, a Cemig GT participou do Leilão 12/2015, sendo a vencedora do Lote D, que contemplava 18 usinas, conforme quadro demonstrativo abaixo, o que inclui 5 usinas cuja concessão era anteriormente pertencente a Furnas S.A.:

Central Geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Garantia Física (MWmed)
UHE Três Marias	Jan/2045	396,00	239,00
UHE Salto Grande	Jan/2045	102,00	75,00
UHE Itutinga	Jan/2045	52,00	28,00
UHE Camargos	Jan/2045	46,00	21,00
PCH Piau	Jan/2045	18,01	13,53
PCH Gafanhoto	Jan/2045	14,00	6,68
PCH Peti	Jan/2045	9,40	6,18
PCH Tronqueiras	Jan/2045	8,50	3,39
PCH Joasal	Jan/2045	8,40	5,20
PCH Martins	Jan/2045	7,70	1,84
PCH Cajuru	Jan/2045	7,20	2,69
PCH Paciência	Jan/2045	4,08	2,36
PCH Marmelos	Jan/2045	4,00	2,74
PCH Coronel Domiciano (1)	Jan/2045	5,04	3,59
PCH Dona Rita (1)	Jan/2045	2,41	1,03
PCH Ervália (1)	Jan/2045	6,97	3,03
PCH Neblina (1)	Jan/2045	6,47	4,66
PCH Sinceridade (1)	Jan/2045	1,42	0,35
		699,59	**420,27**

(1) Usinas cuja concessão era anteriormente pertencente a Furnas.

As informações referentes a Capacidade instalada, Garantia Física e outras informações operacionais, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Demonstrações Financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes".

Maiores informações na nota explicativa nº 14.

Renovação das concessões das Usinas Hidrelétricas de Jaguara, São Simão e Miranda

A Companhia entende que tem direito à renovação das concessões com base nos termos originais dos Contratos de Concessão e encontra-se atualmente em discussão judicial da questão.

Usina Hidrelétrica de Jaguara ("Usina Jaguara")

Conforme previsto no Contrato de Concessão da Usina Jaguara, a Companhia requereu a renovação da concessão, sendo que o Ministério das Minas e Energia ("MME") indeferiu o requerimento da Companhia por entender que a solicitação foi feita de forma intempestiva em relação aos prazos definidos na Lei nº 12.783/13.

Em 20 de junho de 2013, a Cemig GT obteve liminar no Mandado de Segurança nº 20.432/2013 interposto junto ao Superior Tribunal de Justiça ("STJ"), contra ato do MME que não analisou o requerimento de prorrogação do prazo de concessão da Usina Jaguara (424MW, com 336 MW de energia firme), previsto para expirar em 28 de agosto de 2013. A liminar foi deferida pelo Ministro Relator Sérgio Kukina para assegurar que a Cemig GT permanecesse à frente da concessão da Usina Jaguara até o julgamento final da ação. No dia 23 de agosto de 2013 o ministro Sérgio Kukina julgou prejudicado este Mandado de Segurança.

Em 30 de agosto de 2013, a Cemig GT obteve liminar, publicada no dia 03 de setembro de 2013, no novo Mandado de Segurança interposto no STJ, contra decisão do MME que, por meio do Despacho publicado em 23 de agosto de 2013, indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo da concessão da Usina Jaguara, nos termos de seu Contrato de Concessão. A referida liminar assegura que a Cemig GT permanecerá no controle da Usina Jaguara, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento do processo.

Em 24 de junho de 2015, foi concluído o julgamento do Mandado de Segurança que havia sido impetrado pela Cemig GT. Conforme manifestação dos Ministros que compõem a 1ª Seção do STJ, foram indeferidos os pedidos feitos pela Cemig GT por 6 votos a 2.

Em 22 de setembro de 2015, a Cemig GT ajuizou nova ação cautelar, perante o Supremo Tribunal Federal ("STF"), para manter a titularidade da concessão da usina de Jaguara, sob as bases iniciais do Contrato de Concessão.

No dia 03 de novembro de 2015 o Ministro Relator do STF publicou Despacho, por meio do qual solicitou às partes manifestação acerca do interesse na realização de audiência de conciliação, diante da complexidade e relevância na discussão do objeto da Ação Cautelar, tendo a Cemig protocolizado sua manifestação de interesse no dia 04 de novembro de 2015.

Em 21 de dezembro de 2015, o Ministro Dias Toffoli, Relator deste processo, deferiu o pedido liminar realizado pela Companhia para que sejam suspensos os efeitos do julgamento da 1ª Seção do STJ, mantendo a Cemig GT na titularidade da concessão da UHE Jaguara, sob as bases iniciais do Contrato de Concessão, até deliberação em sentido contrário do STF. Em 01 de fevereiro de 2016 foi publicada decisão deferindo a requerida liminar.

No dia 15 de fevereiro de 2016 foi publicado Acórdão no STJ contendo a decisão da 1ª Seção daquele Tribunal, que denegou a segurança e julgou prejudicado o agravo regimental.

Em 22 de fevereiro de 2016, no âmbito do STF, foi proferido despacho pelo Ministro Relator, adiando a continuidade da Audiência de Conciliação entre a Cemig GT e a União, aguardando as partes, neste momento, novo despacho para designação de nova data para a continuidade da aludida audiência de conciliação iniciada em 15 de dezembro de 2015.

Em 01 de março de 2016 a Companhia interpôs recurso ordinário ao STJ contra o Acórdão publicado em 15 de fevereiro de 2016, sendo que em 11 de abril de 2016, a Ministra Vice-Presidente do STJ proferiu decisão admitindo o processamento do referido recurso ordinário e determinando o encaminhamento dos autos ao STF.

Em 21 de março de 2017, o STF revogou a liminar na qual a Cemig GT requer, até julgamento definitivo de recurso ordinário pelo STF, a suspensão dos efeitos do julgamento da 1ª Seção do STF, cuja decisão denegou a ordem para manter a Cemig GT na titularidade da concessão da Usina de Jaguara sob as bases iniciais do Contrato de Concessão 007/97. Os autos foram enviados à Procuradoria Geral da República (PGR), para manifestação.

Em 31 de dezembro de 2016, o ativo, no valor contábil de R$40.678, encontra-se registrado no ativo imobilizado e a Companhia, reconheceu, em 2016, as receitas de vendas de energia e custos operacionais desta usina, tendo em vista que permaneceu no controle do ativo durante este período.

Em 29 de março de 2017, a Cemig GT interpôs Agravo Interno contra a decisão que revogou a liminar, requerendo juízo de retratação, de modo a conhecer e prover recurso especial.

Usina Hidrelétrica de São Simão (“Usina São Simão”)

Em 03 de junho de 2014, a Companhia protocolou pedido de prorrogação da concessão da Usina São Simão uma vez que entende que o respectivo Contrato de Concessão não se submete às novas regras editadas pela MP 579 (convertida em Lei nº 12.783/2013).

Em 05 de agosto de 2014, a Diretoria da ANEEL decidiu recomendar ao Ministério de Minas e Energia ("MME") que seja negada a renovação da Concessão da Usina São Simão.

Em 29 de agosto de 2014, o Ministro de Estado de Minas e Energia resolveu indeferir o requerimento de prorrogação do prazo de concessão da Usina São Simão, baseado no Parecer n° 559/2014/CONJURMME/CGU/AGU.

Em 10 de setembro de 2014, a Cemig GT protocolou Recurso Hierárquico perante o MME requerendo que o Ministro de Estado de Minas e Energia reconsidere sua decisão e defira o pleito da Companhia apenas com base no Contrato de Concessão, e, sucessivamente, que o recurso seja encaminhado à Presidência da República, para que emita decisão favorável ao pleito da Companhia nos mesmos termos. Este recurso ainda se encontra pendente de apreciação no MME.

Não obstante, em 15 de dezembro de 2014, a Cemig GT impetrou o Mandado de Segurança nº 21.465/2014, perante o Superior Tribunal de Justiça ("STJ"), com pedido de medida liminar, contra ato ilegal e violador de direito líquido e certo da impetrante, praticado pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, no intuito de obter a prorrogação do prazo de concessão da Usina São Simão com base no Contrato de Concessão.

Em 17 de dezembro de 2014, o Ministro Mauro Campbell deferiu liminar (publicada em 19 de dezembro de 2014) para que a Cemig GT permanecesse no controle da usina, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento definitivo do Mandado de Segurança referente à Usina Jaguara, ou, até reexame do pleito ora deferido.

Tendo sido concluído o julgamento do Mandado de Segurança referente à Usina Jaguara pela denegação da segurança, o Ministro Relator revogou a liminar concedida nos autos do Mandado de Segurança referente à Usina São Simão, cuja decisão foi publicada no dia 30 de junho de 2015.

No dia 03 de julho de 2015, a Companhia interpôs Agravo Regimental para que seja exercido o juízo de retratação da decisão agravada pelo Ministro Relator, ou, caso assim não entenda, que seja submetido referido recurso à apreciação da Egrégia 1ª Seção do STJ, para que seja concedida liminar preservando-se a Companhia na titularidade da concessão da Usina São Simão, sob as bases iniciais do Contrato de Concessão.

No dia 10 de julho de 2015, a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético oficiou a Cemig GT para se manifestar acerca do interesse da Companhia em permanecer à frente da Usina São Simão, sob as novas bases da Lei nº 12.783/13, até assunção pelo vencedor de nova licitação a ser promovida, tendo em vista a revogação da liminar.

Diante desse fato novo, no dia 22 de julho de 2015, a Cemig GT peticionou ao Exmo. Sr. Ministro Presidente do STJ requerendo o pedido de retratação formulado no bojo do Agravo Regimental, de forma que, reconsiderando a decisão agravada, seja concedida medida liminar, para manter a Companhia na titularidade da concessão da Usina São Simão, sob as bases iniciais do Contrato de Concessão, até que seja julgado definitivamente este Mandado de Segurança, ou, subsidiariamente, que, ao menos, seja atribuído efeito suspensivo ao Agravo Regimental.

No dia 20 de agosto de 2015, foi informado que o MME tomaria as providências para designar a Cemig GT como prestadora do serviço de geração de energia elétrica por meio da Usina São Simão, em regime de cotas, ao argumento de que a revogação da liminar concedida nos autos do Mandado de Segurança possui força executória imediata.

Como resposta, a Cemig GT manifestou interesse em permanecer responsável pela Prestação do Serviço de geração de energia elétrica da Usina São Simão, mas ressaltou que há dúvidas quanto à modalidade e a segurança jurídica desta prestação de serviços, uma vez que a matéria ainda se encontra pendente de decisões judicial e administrativa.

O MME, por meio da Portaria nº 432/2015, publicada no dia 15 de setembro de 2015, designou a Cemig GT como responsável pela prestação do serviço de geração de energia elétrica, por meio da Usina São Simão, em regime de quotas (sendo responsável pela operação e manutenção da usina, sem, no entanto, ter direito a sua produção de energia, que será alocada aos leilões de energia assegurada) até a assunção do concessionário vencedor da licitação.

Deve ser ressaltado que no âmbito judicial, a Cemig GT impetrou novo Mandado de Segurança em face do Exmo. Ministro do STJ Mauro Campbell Marques, com o fim de anular o ato coator, fazendo prevalecer a medida liminar que autorizou a impetrante, a permanecer à frente da concessão da Usina São Simão sob as bases iniciais do contrato, até que o Mandado de Segurança referente à Usina São Simão seja definitivamente julgado ou, subsidiariamente, até que seja apreciado o mérito do Agravo Regimental.

Em 8 de setembro de 2015, foi publicada decisão do Ministro Relator (Ministro Herman Benjamin) indeferindo o pedido de liminar pleiteado pela Companhia.

Ainda no dia 8 de setembro de 2015 foi interposto Agravo Regimental contra a decisão do Ministro Herman Benjamin que indeferiu o pedido de liminar formulado. Durante a Sessão da Corte Especial do STJ, realizada no dia 4 de novembro de 2015, foi, por unanimidade, negado provimento ao Agravo Regimental, nos termos do voto do Ministro Relator.

No dia 25 de novembro de 2015, o Agravo Regimental interposto pela Cemig GT contra a decisão que cassou a liminar, no auto MS nº 21.465/DF, foi, por unanimidade, indeferido pela 1ª Seção do STJ, tendo sido publicado o referido Acórdão no dia 01 de dezembro de 2015, restando pendente o julgamento de mérito deste Mandado de Segurança.

Em 06 de março de 2017, o Superior Tribunal de Justiça concedeu liminar para manter a Cemig GT na titularidade da concessão da usina hidrelétrica de São Simão nas bases iniciais do Contrato de Concessão nº 007/1997, até a conclusão do julgamento do mandado de segurança impetrado pela Companhia.

Em 28 de março de 2017, foi revogada a medida liminar na qual a Cemig GT requer, perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), a anulação da decisão do Ministério de Minas e Energia (MME), que indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo de concessão da UHE São Simão, nos termos se seu Contrato de Concessão 007/97.

Considerando a situação atual da discussão judicial, a Companhia:

- Reconheceu, até a data de 15 de setembro de 2015, as receitas e custos operacionais desta usina, em conformidade com as práticas contábeis vigentes, tendo em vista que permaneceu no controle do ativo até esta data;
- Considerando os requerimentos da Portaria 432/2015, a partir de 16 de setembro de 2015, cessou o reconhecimento das despesas de depreciação da Usina São Simão, e passou a reconhecer as receitas referentes a prestação de serviços de operação e manutenção da referida usina, de acordo com o regime de quotas;
- Transferiu, em 16 de setembro de 2015 o montante de R$219.869 do seu ativo imobilizado para a rubrica de “Outros ativos de longo prazo”, considerando que ainda está em discussão judicial. Este ativo, com base nos termos do contrato de concessão, é considerado como recuperável por montante superior ao registrado.

Concessão da UHE Miranda

No dia 10 de junho de 2016, a Cemig Geração e Transmissão protocolou requerimento na Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL visando a prorrogação, por 20 anos, do prazo da concessão da Usina Hidrelétrica Miranda (UHE Miranda). Em 12 de julho de 2016, a ANEEL, acolhendo o voto do diretor relator no processo, José Jurhosa Junior, decidiu pelo encaminhamento do processo *"ao Ministério de Minas e Energia – MME com a recomendação de não conhecer do pedido formulado pela Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT, com vistas à prorrogação do prazo de vigência da concessão da Usina Hidrelétrica Miranda, por ter sido formulado fora do prazo estipulado pela Lei 12.783/2013"*.

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) protocolou, junto ao Poder Concedente, pedido de prorrogação do prazo de concessão da UHE Miranda com base no Contrato de Concessão nº 007/1997, usina que teve o termo final de concessão em 23 de dezembro de 2016.

Considerando que esse pedido não foi aceito pelo Ministério de Minas e Energia (MME), a Cemig GT entrou com um pedido de liminar no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A liminar foi concedida em 22 de dezembro de 2016, mantendo o controle da UHE Miranda com a empresa, nas bases iniciais do Contrato de Concessão nº 007/1997, até a conclusão do julgamento do mandado de segurança impetrado pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2016, o ativo, no valor contábil de R$756.099, encontra-se registrado no ativo imobilizado e a Companhia reconheceu, em 2016, as receitas de vendas de energia e custos operacionais desta usina, tendo em vista que permaneceu no controle do ativo durante este período.

Processo Administrativo – Fato Relevante em 21 de fevereiro de 2017

De forma subsidiária ao pedido de prorrogação por 20 anos da concessão das UHE's de Jaguara, São Simão e Miranda, a Companhia requereu a instauração de processo administrativo para os efeitos do § 1º-C do art. 8º da Lei nº 12.783/2013, em benefício da Cemig GT.

Esse dispositivo legal, incluído pela Lei nº 13.360, de 17 de novembro de 2016, faculta à União outorgar contrato de concessão de geração de energia elétrica pelo prazo de 30 anos associado à transferência do controle da pessoa jurídica prestadora deste serviço (no caso, uma das subsidiárias da Cemig GT), sob controle direto ou indireto de Estado, do Distrito Federal ou de Município, desde que:

I - a licitação, na modalidade leilão ou concorrência, seja realizada pelo controlador até 28 de fevereiro de 2018;
II - a transferência de controle seja realizada até 30 de junho de 2018.

O pedido subsidiário se fundamentou, em síntese, no espírito conciliador e de cooperação que deve reger a relação entre concessionário e poder concedente e a busca constante de alternativas que apresentem, sempre, a melhor solução para os consumidores, para o país e para os acionistas da Companhia, dentre eles, o povo mineiro.

Assim, caso o Ministério entenda por manter seu posicionamento e mantidas todas as decisões que determinaram a prevalência da Lei nº 12.783/2013 em detrimento do disposto na Segunda Subcláusula da Cláusula Quarta do Contrato CEMIG n° 007/1997, a CEMIG GT solicitou, em benefício de uma das subsidiárias, a aplicação da regra constante do disposto no §1º-C do art. 8º da Lei nº 12.783/2013.

Salientou-se, por oportuno, que a simples apresentação do Requerimento Subsidiário não importa, por certo, renúncia da Cemig GT ao direito da Companhia discutido nas ações judiciais que move em face da União, ou seja, ao direito à garantia da prorrogação das concessões previsto na Cláusula Quarta do Contrato de Concessão nº 007/1997.

A Companhia protocolizou, na mesma data, junto ao MME resposta sobre questionamento acerca do interesse em permanecer como prestadora do serviço de geração de energia após o termo final da concessão da UHE Volta Grande, que ocorreu em 23 de fevereiro de 2017. Nesta resposta, e em requerimento próprio, a Companhia manifestou seu interesse em permanecer responsável pela Prestação do Serviço de geração de energia elétrica desta UHE, bem como requereu a instauração de processo administrativo para os efeitos do § 1º-C do art. 8º da Lei nº 12.783/2013, também em benefício de uma das subsidiárias da Cemig GT prestadora de serviço.

A Administração da Companhia permanece confiante em seu direito com relação às usinas de Jaguara, São Simão e Miranda, amparada em cláusula contratual, na legislação em vigor, e em pareceres emitidos por juristas de renome. A possibilidade de êxito nas discussões judiciais foi considerada possível, pelos assessores legais internos e externos da Companhia.

Concessões de Transmissão

De acordo com os contratos de concessão transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a tarifa de uso do sistema de transmissão - TUST. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas – RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kv, denominada Rede Básica.

Qualquer agente do setor elétrico, que produza, ou consuma energia elétrica, tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

Para as novas concessões de transmissão, outorgadas após o ano 2000, a parcela dos ativos que não será amortizada durante a concessão é registrada como um Ativo Financeiro, pois existe um direito incondicional de receber caixa ou outro Ativo Financeiro diretamente do poder concedente ao final da vigência do contrato.

As concessões de transmissão antigas, outorgadas antes do ano 2000, foram renovadas partir de 1º de janeiro de 2013 em conformidade com a Lei 12.783/13, onde os ativos são pertencentes ao Poder Concedente e a Companhia tem direito a receita, a partir de 2013, pela operação e manutenção desses ativos.

Concessões de Distribuição de Energia

A Cemig D detém junto à ANEEL a concessão para exploração da atividade de Distribuição de energia elétrica na maior parte do Estado de Minas Gerais, com vencimento em dezembro de 2045.

Conforme determina o contrato de concessão, todos os bens e instalações que estejam vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e que tenham sido realizados pela concessionária são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos ao poder concedente quando da extinção do contrato, procedendo-se às avaliações e determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de incorporação ao sistema elétrico.

A Companhia não possui obrigações de pagamentos compensatórios pela exploração das concessões de distribuição, sendo requerido o atendimento às exigências de qualidade e investimentos previstas nos contratos de concessão.

Os contratos de concessão e a legislação brasileira estabelecem um mecanismo de preços máximos que permite três tipos de reajustes de tarifas: (i) o reajuste anual; (ii) a revisão periódica; e (iii) a revisão extraordinária.

A Companhia tem o direito de requerer, a cada ano, o reajuste anual, o qual se destina a compensar os efeitos da inflação sobre as tarifas e permite repassar aos consumidores certas alterações nos custos que estejam fora do controle da Companhia, tais como o custo da energia elétrica comprada e encargos setoriais, incluindo encargos em função do uso das instalações de transmissão e distribuição.

Ademais, a ANEEL realiza uma revisão periódica de tarifas a cada cinco anos, que visa identificar as variações dos custos da Companhia, bem como estabelecer um fator com base nos ganhos de escala, que será aplicado nos reajustes de tarifas anuais, para compartilhar tais ganhos com os consumidores da Companhia.

A Companhia também tem o direito de solicitar a revisão extraordinária das tarifas, casos eventos imprevisíveis alterem significativamente o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A revisão periódica e a revisão extraordinária estão sujeitas, em certo grau, à discricionariedade da ANEEL, apesar de existirem regras pré-estabelecidas a cada ciclo revisional. Quando a Companhia solicita um reajuste tarifário anual, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, a Companhia está autorizada a cobrar de seus consumidores uma tarifa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (i) uma parcela referente aos custos com energia elétrica comprada para revenda, encargos de uso da rede básica de transmissão e encargos de uso do sistema de distribuição de energia não gerenciáveis ("Custos da Parcela A"); e (ii) uma parcela de custos operacionais ("Custos da Parcela B").

Renovação das Concessões

Em 21 de dezembro de 2015, a Companhia celebrou com o Ministério de Minas e Energia o Quinto Termo Aditivo aos contratos de concessão, prorrogando a concessão de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016.

As principais características e condições do Termo Aditivo estão relacionadas a seguir:

- O reajuste tarifário anual ocorrerá todo dia 28 de maio, a partir de 2016, sendo que para este reposicionamento tarifário foram aplicadas as regras previstas no contrato de concessão anterior. Para os reposicionamentos tarifários subsequentes serão aplicadas as regras previstas na cláusula sexta do Termo Aditivo;

- Limitação de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio ao valor mínimo estabelecido em lei, caso ocorra o descumprimento dos limites anuais de indicadores de continuidade coletivos por dois anos consecutivos ou por três vezes em cinco anos, até que os parâmetros regulatórios sejam restaurados;

- Exigência de aportes de capital do controlador em montante suficiente para atender à condição de sustentabilidade econômica e financeira mínimas;

- Exigência de cumprimento de critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão, respeitados o direito à ampla defesa e ao contratório em caso de descumprimento, considerando que: (i) pelo período de cinco anos a partir de 01 de janeiro de 2016, o eventual descumprimento por dois anos consecutivos, ou de quaisquer das condições ao final do período de cinco anos, acarretará a extinção da concessão; (ii) a partir de 01 de janeiro de 2021, eventual descumprimento por três anos consecutivos para os critérios de eficiência na continuidade do fornecimento e por dois anos consecutivos para os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira implicará a abertura de processo de caducidade da concessão;

Concessões para Distribuição de Gás

As concessões para distribuição de gás natural são estaduais e no Estado de Minas Gerais, as tarifas de gás natural são fixadas, pelo órgão regulador – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, de acordo com o segmento de mercado. As tarifas são compostas por uma parcela de custo de gás e uma parcela relativa à distribuição de gás. A cada trimestre as tarifas são reajustadas para repasse do custo de gás e uma vez ao ano para atualização da parcela destinada a cobrir os custos relativos à prestação do serviço de distribuição – remuneração do capital investido e cobrir todas as despesas operacionais, comerciais e administrativas realizadas pela Concessionária.

Além destes reajustes, em abril de 2015 a Secretaria de Desenvolvimento Econômico encaminhou à GASMIG o Ofício SEDE/GAB/Nº303/2014 informando o cronograma previsto para o 1º ciclo de Revisão Tarifária. O processo de definição ainda está em andamento, com a última previsão de encerramento estimada para o início do segundo semestre de 2017. Estas revisões deverão ocorrer a cada 5 (cinco) anos, a partir do final deste 1º ciclo, com o objetivo de avaliar as variações dos custos da Companhia e adequar às tarifas. No Contrato de Concessão também é prevista a possibilidade de revisão extraordinária das tarifas se ocorrerem motivações que ponham em risco o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão.

Em 26 de dezembro de 2014, foi assinado o “Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão”, entre a GASMIG e o Governo do Estado de Minas Gerais, prorrogando por mais 30 anos o prazo de concessão para a GASMIG explorar os serviços de gás canalizado industrial, comercial, institucional e residencial no Estado de Minas Gerais, passando seu vencimento de 10 de janeiro de 2023 para 10 de janeiro de 2053.

Concessões Onerosas

Na obtenção das concessões para construção de alguns empreendimentos de geração de energia, a Companhia se comprometeu a efetuar pagamentos à ANEEL, ao longo do prazo de vigência do contrato, como compensação pela exploração. As informações das concessões, com os valores a serem pagos, são como seguem:

Empreendimento	Percentual de Participação %	Valor Nominal em 2016	Valor Presente em 2016	Período de Amortização	Índice de Atualização
Irapé	100,00	34.634	14.398	03/2006 a 02/2035	IGPM
Queimado (Consórcio)	82,50	8.785	3.963	01/2004 a 12/2032	IGPM
PCH Salto Morais	100,00	109	100	06/2013 a 07/2020	IPCA
PCH Rio de Pedras	100,00	681	564	06/2013 a 09/2024	IPCA
Diversas PCH's (*)	100,00	3.667	2.978	06/2013 a 08/2025	IPCA

(*) Luiz Dias, Poço Fundo, São Bernardo, Xicão

As concessões a serem pagas ao Poder Concedente preveem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de custos, em função do entendimento que representam um ativo intangível relacionado ao direito de exploração, são registradas a partir da assinatura dos contratos pelo valor presente da obrigação de pagamento.

As parcelas pagas ao poder concedente em 2016, o valor presente e o valor nominal das parcelas a serem pagas no período de 12 meses são como seguem:

Empreendimento	Percentual de Participação %	Parcelas Pagas em 2016	Valor Presente das parcelas a serem pagas em 12 meses	Valor Nominal das parcelas a serem pagas em 12 meses
Irapé	100,00	1.790	1.784	1.893
Queimado (Consórcio)	82,50	507	423	544
PCH Salto Morais	100,00	30	30	30
PCH Rio de Pedras	100,00	87	85	87
Diversas PCH's (*)	100,00	422	412	423

(*) Luiz Dias, Poço Fundo, São Bernardo, Xicão.

As taxas utilizadas para desconto a valor presente pela CEMIG de seus passivos, de 12,50% e 5,10% (PCH's e UHE's), representam as taxa médias de captação de recursos em condições usuais na data do registro de cada concessão.

5. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Cemig refletem o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. A Companhia também atua nos mercados de gás, telecomunicações e outros negócios de menor impacto no resultado de suas operações.

Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.

Os custos e despesas operacionais referentes ao exercício de 2016 e 2015 estão apresentados de forma consolidada nas tabelas a seguir:

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			TELECOMU-NICAÇÕES	GÁS	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO					
ATIVOS DO SEGMENTO	**14.414.449**	**4.267.418**	**18.165.610**	**337.745**	**2.737.182**	**2.388.972**	**(275.523)**	**42.035.853**
ADIÇÕES AO SEGMENTO	**909.459**	**-**	**1.464.313**	**162.014**	**51.806**	**-**	**-**	**2.587.592**
ADIÇÕES AO ATIVO FINANCEIRO	**2.216.888**	**53.823**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.270.711**
INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	**5.291.892**	**1.669.849**	**1.754.342**	**17.741**	**-**	**19.264**	**-**	**8.753.088**
RECEITA LÍQUIDA	**5.874.926**	**1.112.853**	**10.596.503**	**125.170**	**1.180.537**	**116.210**	**(233.543)**	**18.772.656**
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(3.071.153)	-	(5.260.411)	-	-	(3)	58.656	(8.272.911)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(320.917)	(336)	(759.929)	-	-	-	133.703	(947.479)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	(877.118)	-	-	(877.118)
Total dos Custos Operacionais	**(3.392.070)**	**(336)**	**(6.020.340)**	**-**	**(877.118)**	**(3)**	**192.359**	**(10.097.508)**
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal	(271.462)	(111.070)	(1.146.685)	(22.811)	(46.666)	(44.559)	-	(1.643.253)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(585)	(208)	(9.790)	(640)	-	3.896	-	(7.327)
Obrigações Pós-Emprego	(54.387)	(22.647)	(230.630)	-	-	(36.895)	-	(344.559)
Materiais	(11.248)	(2.845)	(41.820)	(94)	(1.858)	(122)	32	(57.955)
Serviços de Terceiros	(129.250)	(30.354)	(673.823)	(22.997)	(15.987)	(31.881)	36.922	(867.370)
Depreciação e Amortização	(201.871)	-	(524.584)	(37.742)	(54.308)	(15.786)	-	(834.291)
Provisões (Reversões) Operacionais	(88.144)	(9.973)	(544.090)	(4.373)	-	(66.571)	-	(713.151)
Custos de Construção	-	(53.824)	(1.101.966)	-	(37.350)	-	-	(1.193.140)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(57.492)	(12.950)	(394.628)	10.740	(7.755)	313.406	4.230	(144.449)
Total do Custo de Operação	**(814.439)**	**(243.871)**	**(4.668.016)**	**(77.917)**	**(163.924)**	**121.488**	**41.184**	**(5.805.495)**
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	**(4.206.509)**	**(244.207)**	**(10.688.356)**	**(77.917)**	**(1.041.042)**	**121.485**	**233.543**	**(15.903.003)**
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESL. DE EQUIV. PATRIM. E FINANCEIRO	**1.668.417**	**868.646**	**(91.853)**	**47.253**	**139.495**	**237.695**	**-**	**2.869.653**
Resultado de Equivalência Patrimonial	(447.714)	362.286	(180.464)	(31.424)	-	(4.528)	-	(301.844)
Ajuste referente desvalorização em Investimentos	(762.691)	-	-	-	-	-	-	(762.691)
Resultado de Valor Justo em Operação Societária	-	-	-	-	-	-	-	-
Receitas Financeiras	190.338	6.659	742.972	3.999	14.987	82.349	-	1.041.304
Despesas Financeiras	(1.320.422)	(3.773)	(1.077.899)	(9.066)	(49.112)	(18.223)	-	(2.478.495)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	**(672.072)**	**1.233.818**	**(607.244)**	**10.762**	**105.370**	**297.293**	**-**	**367.927**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(24.269)	4.760	102.829	(5.929)	(7.680)	(102.884)	-	(33.173)
RESULTADO	**(696.341)**	**1.238.578**	**(504.415)**	**4.833**	**97.690**	**194.409**	**-**	**334.754**
Participação dos acionistas controladores	(696.341)	1.238.578	(504.415)	4.833	97.270	194.409	-	334.334
Participação de acionista não controlador	-	-	-	-	420	-	-	420
	(696.341)	**1.238.578**	**(504.415)**	**4.833**	**97.690**	**194.409**	**-**	**334.754**

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			TELECOMU-NICAÇÕES	GÁS	OUTRAS (*)	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO					
ATIVOS DO SEGMENTO	**13.381.523**	**4.880.161**	**17.738.194**	**317.346**	**2.529.757**	**2.986.477**	**(976.369)**	**40.857.089**
ADIÇÕES AO SEGMENTO	**577.330**	**-**	**1.043.806**	**42.488**	**62.000**	**-**	**-**	**1.725.624**
ADIÇÕES AO ATIVO FINANCEIRO	**-**	**146.030**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**146.030**
INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	**5.750.963**	**2.423.084**	**1.546.960**	**-**	**-**	**23.840**	**-**	**9.744.847**
RECEITA LÍQUIDA	**7.046.513**	**518.671**	**12.992.220**	**122.569**	**1.394.725**	**91.358**	**(268.296)**	**21.897.760**
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.669.371)	-	(6.992.822)	-	-	(29)	120.282	(9.541.940)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(297.423)	(305)	(813.313)	-	-	-	112.285	(998.756)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	(1.050.925)	-	-	(1.050.925)
Total dos Custos Operacionais	**(2.966.794)**	**(305)**	**(7.806.135)**	**-**	**(1.050.925)**	**(29)**	**232.567**	**(11.591.621)**
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal	(224.197)	(113.230)	(999.655)	(15.431)	(43.092)	(39.396)	-	(1.435.001)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(23.552)	(12.119)	(94.815)	(2.062)	-	(4.816)	-	(137.364)
Obrigações Pós-Emprego	(21.274)	(9.664)	(121.204)	-	-	(3.867)	-	(156.009)
Materiais	(95.381)	(4.969)	(50.651)	(129)	(1.830)	(310)	25	(153.245)
Serviços de Terceiros	(142.931)	(36.844)	(697.484)	(25.491)	(15.035)	(12.672)	30.987	(899.470)
Depreciação e Amortização	(273.053)	-	(443.766)	(48.968)	(54.177)	(14.866)	-	(834.830)
Provisões (Reversões) Operacionais	(108.728)	2.283	(209.072)	(1.181)	-	(1.084.757)	-	(1.401.455)
Custos de Construção	-	(146.030)	(1.043.806)	-	(62.000)	-	-	(1.251.836)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(60.692)	(15.983)	(312.434)	(18.566)	(8.808)	(45.393)	4.717	(457.159)
Total do Custo de Operação	**(949.808)**	**(336.556)**	**(3.972.887)**	**(111.828)**	**(184.942)**	**(1.206.077)**	**35.729**	**(6.726.369)**
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	**(3.916.602)**	**(336.861)**	**(11.779.022)**	**(111.828)**	**(1.235.867)**	**(1.206.106)**	**268.296**	**(18.317.990)**
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESL. DE EQUIV. PATRIM. E FINANCEIRO	**3.129.911**	**181.810**	**1.213.198**	**10.741**	**158.858**	**(1.114.748)**	**-**	**3.579.770**
Resultado de Equivalência Patrimonial	16.593	410.052	(6.408)	(27.769)	-	522	-	392.990
Resultado com Reorganização Societária	729.442		-	-	-	-	-	729.442
Receitas Financeiras	199.200	21.892	542.888	4.054	23.082	72.612	-	863.728
Despesas Financeiras	(984.018)	(6.875)	(1.129.969)	(5.794)	(41.531)	(36.157)	-	(2.204.344)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	**3.091.128**	**606.879**	**619.709**	**(18.768)**	**140.409**	**(1.077.771)**	**-**	**3.361.586**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(835.791)	(71.104)	(255.908)	(16.096)	(23.339)	309.655	-	(892.583)
RESULTADO	**2.255.337**	**535.775**	**363.801**	**(34.864)**	**117.070**	**(768.116)**	**-**	**2.469.003**
Participação dos acionistas controladores	2.255.337	535.775	363.801	(34.864)	116.567	(768.116)	-	2.468.500
Participação de acionista não controlador	-	-	-	-	503	-	-	503
	2.255.337	**535.775**	**363.801**	**(34.864)**	**117.070**	**(768.116)**	**-**	**2.469.003**

(*) A despesa de provisões operacionais registrada na coluna de outras, no valor de R$1.084.757 refere-se substancialmente a despesas com opção de compra de investimentos mantidos pela controladora e descritos na Nota Explicativa nº 15.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Contas Bancárias	101.419	51.939	4.414	4.161
Aplicações Financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários	523.673	722.738	17.098	234.754
Overnight	370.040	127.916	47.840	17.569
Letras Financeiras do Tesouro	-	5.659	-	-
Outros	-	16.380	-	-
	893.713	872.693	64.938	252.323
	995.132	**924.632**	**69.352**	**256.484**

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP) (que variam entre 75% a 106%, em 2016, e 75% a 111%, em 2015, conforme operação).

As operações de overnight consistem em aplicações com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada em aproximadamente 13,64% a.a., em 2016 (14,13% em 2015).

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 29 das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Aplicações Financeiras				
Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários	46.011	1.716.944	4.238	30.804
Letras Financeiras - Bancos	728.293	460.639	94.156	61.989
Letras Financeiras do Tesouro	192.995	87.938	24.951	12.588
Debêntures	45.289	160.332	9.403	21.590
Outros	1.600	893	611	419
	1.014.188	**2.426.746**	**133.359**	**127.390**
Não Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários	-	42.011	-	-
Letras Financeiras - Bancos	14.134	41.367	1.820	2.249
Debêntures	16.906	-	4.139	-
Outros	-	188	-	26
	31.040	**83.566**	**5.959**	**2.275**
	1.045.228	**2.510.312**	**139.318**	**129.665**

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP) (que variam entre 100,5% a 105,25%, em 2016, e 75% e 105%, em 2015, conforme operação).

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 112,7% do CDI, em 2016, e 105% a 116,7% do CDI, em 2015.

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 113% do CDI, em 2016, e 105,4% a 113% do CDI, em 2015.

A classificação destes títulos e valores mobiliários está apresentada na Nota Explicativa nº 29. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na Nota Explicativa nº 28.

8. CONSUMIDORES E REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTES DE ENERGIA

	Consolidado				
	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/12/2016	31/12/2015
Fornecimento Faturado	1.067.212	710.519	791.092	2.568.823	2.412.520
Fornecimento não Faturado	919.531	-	-	919.531	1.125.479
Suprimento a Outras Concessionárias	390.014	19.972	12.995	422.981	98.814
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	51	352	1.029	1.432	516.362
Concessionários – Transporte de Energia	233.026	10.509	75.188	318.723	370.438
(-)Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(660.105)	(660.105)	(625.445)
	2.609.834	**741.352**	**220.199**	**3.571.385**	**3.898.168**
Ativo Circulante				**3.425.018**	**3.764.477**
Ativo não Circulante				**146.367**	**133.691**

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 29.

O ajuste para Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Residencial	244.964	210.957
Industrial	132.586	135.925
Comércio, Serviços e Outras	152.297	116.684
Rural	23.764	18.877
Poder Público	9.672	11.546
Iluminação Pública	5.392	5.052
Serviço Público	15.408	9.783
Encargos de Uso de Rede - TUSD	67.733	111.513
Outros	8.289	5.108
	660.105	**625.445**

A movimentação do ajuste para Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) no exercício de 2016 e 2015 é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	**649.850**
Constituições (Reversões) de perdas	175.595
Baixas	(200.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**625.445**
Constituições (Reversões) de perdas	382.368
Baixas	(347.708)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**660.105**

Venda Antecipada de Energia Elétrica

A Cemig GT realizou operação, com grande cliente, de antecipação de venda de energia tendo recebido o valor de R$181.200, antecipadamente, referente à quantidade de energia contratada para o período de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

9. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Circulante				
ICMS a Recuperar	155.306	113.459	-	3.432
PIS-PASEP	12.480	9.477	-	-
COFINS	57.634	43.755	-	-
Outros	10.864	8.639	-	1.389
	236.284	175.330	-	4.821
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	170.551	182.504	-	4.754
PIS-PASEP	914	12.966	4	4
COFINS	4.597	60.155	16	16
Outros	2.226	2.226	1.796	1.796
	178.288	257.851	1.816	6.570
	414.572	**433.181**	**1.816**	**11.391**

Os créditos PIS-PASEP, COFINS e ICMS a Recuperar, registrados no Ativo Não Circulante, são decorrentes de aquisições de Ativo Imobilizado e podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o Não Circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após dezembro de 2017.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - DIPJ de anos anteriores e às antecipações em 2016 que serão compensadas com tributos federais a pagar, apurado para o ano de 2017, registrados na rubrica de Impostos e Contribuições.

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Circulante				
Imposto de Renda	436.167	225.638	78.174	-
Contribuição Social	153.352	80.191	-	-
	589.519	305.829	78.174	-
Não Circulante				
Imposto de Renda	98.132	191.978	98.132	191.978
Contribuição Social	13.928	13.642	13.928	13.642
	112.060	205.620	112.060	205.620
	701.579	**511.449**	**190.234**	**205.620**

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Cemig, suas controladas e controladas em conjunto possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Ativos Fiscais Diferidos				
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	290.272	236.168	202.797	234.529
Provisões	1.027.279	712.999	547.277	537.281
Obrigações Pós-Emprego	1.175.074	830.748	121.973	89.509
Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa	228.801	210.072	7.192	7.195
Tributos com exigibilidade suspensa (1)	201.711	199.571	-	-
Concessão Onerosa	8.262	9.000	-	-
Outros	22.096	54.378	190	2.214
Total	**2.953.495**	**2.252.936**	**879.429**	**870.728**
Passivos Fiscais Diferidos				
Custo de Captação	(44.835)	(20.532)	-	-
Custo atribuído	(268.009)	(279.575)	-	-
Custo de Aquisição de Participações Societárias	(481.488)	(499.403)	(90.111)	(92.608)
Encargos Financeiros Capitalizados	(148.559)	(107.676)	-	-
Tributos sobre rendas de aplicações financeiras não resgatadas – Lucro Presumido	(1.549)	(1.821)	-	-
Ganho indenização de ativos de transmissão	(516.985)	(261.521)	-	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	(270.553)	(273.155)	-	-
Outros	(6.270)	(21)	-	-
Total	**(1.738.248)**	**(1.443.704)**	**(90.111)**	**(92.608)**
Total Líquido	**1.215.247**	**809.232**	**789.318**	**778.120**
Total do Ativo	**1.797.453**	**1.498.479**	**789.318**	**778.120**
Total do Passivo	**(582.206)**	**(689.247)**	**-**	**-**

(1) Referente ao depósito judicial de PIS-PASEP/COFINS incidentes sobre ICMS;

A movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**634.257**	**362.408**
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	(11.538)	360.956
Efeito alocados às Demonstrações de Resultados Abrangentes	191.483	54.756
Realizações efetuadas	(4.970)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**809.232**	**778.120**
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	140.660	(11.053)
Efeito alocado às Demonstrações de Resultados Abrangentes	265.283	22.251
Variações de tributos ativos e passivos diferidos	72	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**1.215.247**	**789.318**

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 11 de abril de 2017, aprovou estudo técnico, elaborado pela Diretoria de Finanças e Relações com Investidores da Cemig, referente à projeção de lucratividade futura da Companhia. O referido estudo foi também submetido a exame do Conselho Fiscal em 11 de abril de 2017.

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Ativos fiscais diferidos foram reconhecidos com relação a estes itens, pois é provável, que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar os benefícios destes.

Conforme as estimativas individuais da Companhia e de suas controladas, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do Ativo Fiscal Diferido, existente em 31 de dezembro de 2016, conforme abaixo:

	Consolidado	Controladora
2017	394.315	123.242
2018	386.833	131.269
2019	436.630	140.412
2020	403.816	143.378
2021	597.532	148.210
2022 a 2024	490.449	168.525
2025 a 2026	243.920	24.393
	2.953.495	**879.429**

c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada na Demonstração de Resultado, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	367.927	3.361.586	421.490	2.145.792
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(125.095)	(1.142.768)	(143.307)	(729.569)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Resultado de Equivalência Patrimonial (líquido dos efeitos de Juros sobre Capital Próprio)	(132.192)	104.721	(88.332)	982.463
Juros sobre Capital Próprio	129.200	68.000	129.200	68.000
Ganho na formação da Aliança Geração	-	86.662	-	-
Dedução ativo intangível de concessão amortizado - Ganho de Capital TAESA	20.233		20.233	-
Contribuições e Doações Indedutíveis	(3.867)	(7.413)	(684)	(202)
Incentivo Fiscal	2.831	43.216	2.345	979
Créditos Fiscais não Reconhecidos	4.523	(734)	-	1
Diferença entre Lucro Presumido e Lucro Real	126.304	25.255	-	-
Multas Indedutíveis	(15.775)	(9.725)	(19)	(23)
Excedente de Reativos e Ultrapassagem de Demanda	(12.369)	(11.218)	-	-
Baixa de parcela de Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	(21.581)	(32.176)	-	-
Outros	(5.385)	(16.403)	(6.592)	1.059
Imposto de Renda e Contribuição Social – Receita (Despesa) Efetiva	**(33.173)**	**(892.583)**	**(87.156)**	**322.708**
Alíquota Efetiva	**9,02%**	**26,55%**	**20,68%**	**15,04%**
Imposto Corrente	**(173.833)**	**(881.045)**	**(76.103)**	**(38.248)**
Imposto Diferido	**140.660**	**(11.538)**	**(11.053)**	**360.956**

Incentivos Fiscais - Sudene

A Receita Federal do Brasil reconheceu o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir de 2014. O valor do incentivo registrado no resultado foi de R$7.068 em 2016 e R$20.696 em 2015, posteriormente transferido para a Reserva de Incentivos Fiscais.

11. FUNDOS VINCULADOS

O valor dos fundos vinculados, no montante de R$367.474, refere-se principalmente a valor depositado junto ao Banco Santander, em conformidade com acordo de acionistas da RME e Luce, como garantia para liquidação das opções de venda. O contrato da conta junto ao banco depositário possui vigência até 15 de dezembro de 2017.

12. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e a obrigações fiscais.

Os principais Depósitos Vinculados a Litígio, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao PASEP/COFINS – referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP e COFINS.

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Trabalhista	**381.249**	**367.440**	**37.081**	**36.996**
Fiscais				
Imposto de Renda sob JCP	14.774	14.774	-	-
PASEP/COFINS (1)	746.340	751.318	-	10.604
Créditos de ICMS sobre ativo Imobilizado	36.657	35.674	-	-
ITCD	45.620	33.848	45.181	42.711
IPTU	80.345	67.637	65.694	72.113
FINSOCIAL	37.399	23.343	37.399	29.962
Outros	201.897	185.439	35.624	15.029
	1.163.031	**1.112.033**	**183.898**	**170.419**
Outros				
Atualização monetária AFAC - Governo do Estado de Minas Gerais (2)	239.445	239.445	239.445	239.445
Regulatório	60.227	56.523	27.374	24.253
Responsabilidade Civil	13.484	9.810	6.015	5.757
Relações de Consumo	5.598	3.779	1.548	1.489
Bloqueio Judicial	7.877	11.783	3.118	3.288
Outros	15.967	12.528	1.389	1.617
	342.599	**333.868**	**278.889**	**275.849**
	1.886.879	**1.813.341**	**499.868**	**483.264**

(1) Os saldos de depósitos judiciais, relativos à PASEP/COFINS, referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP/COFINS, possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 19;

(2) Depósito administrativo para buscar a suspensão da exigibilidade do crédito cobrado pelo Governo do Estado de Minas Gerais relativo à diferença na atualização monetária de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 23.

13. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE)

Reembolso de subsídios tarifários

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados através dos repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Em 2016, o montante apropriado como receitas de subsídios foi de R$791.609 (R$801.235 em 2015). Dos valores provisionados, a Companhia tem a receber R$63.751 (R$71.695 em 2015), reconhecidos no ativo circulante.

Repasses da Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias ("CCRBT" ou "Conta Bandeira")

A Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias ("CCRBT" ou "Conta Bandeira") destina-se à administração dos recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias aos consumidores cativos das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), recolhidos em nome da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) diretamente à Conta Bandeira. Os recursos são repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e a cobertura tarifária vigente.

Em 2016, os repasses da Conta Bandeira totalizaram R$341.244 (R$1.124.377 em 2015) e foram reconhecidos como uma realização parcial da CVA constituída.

14. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Consolidado	31/12/2016	31/12/2015
Ativos Relacionados à Infraestrutura (a)		
Concessões de Distribuição	216.107	135.983
Concessões de Transmissão	482.281	401.139
Indenização a Receber – transmissão	1.805.230	1.054.129
Indenizações a Receber - geração	546.624	546.424
Ativos de Geração - Ativos Remunerados por Tarifa	-	46.173
Bonificação pela Outorga – Usinas Leilão 12/2015	2.253.765	-
	5.304.007	2.183.848
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" CVA e Outros Componentes Financeiros (b)	397.725	1.349.656
Total	**5.701.732**	**3.533.504**
Ativo Circulante	**730.488**	**873.699**
Ativo Não Circulante	**4.971.244**	**2.659.805**

Passivos Financeiros da Concessão - consolidado	31/12/2016	31/12/2015
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" CVA e Outros Componentes Financeiros (b)	804.975	-
Passivo Circulante	**481.835**	**-**
Passivo Não Circulante	**323.140**	**-**

a) Ativos Relacionados à Infraestrutura

Os contratos de distribuição, transmissão e gás da Companhia e suas controladas estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório dos segmentos e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig e suas controladas e os respectivos poderes concedentes.

Indenização a Receber - Transmissão

Os contratos de concessão de transmissão da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização pelo Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão.

A Resolução Normativa ANEEL nº 589, de 10 de dezembro de 2013, definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão, para fins de indenização.

Em 16 de agosto de 2016 a ANEEL, através do Despacho nº 2.181, homologou o valor de R$892.050, na data base de dezembro de 2012, correspondente à parcela dos ativos reversíveis ainda não amortizados para fins de indenização a Cemig GT.

Em 22 de abril de 2016 o Ministério de Minas e Energia – MME publicou a Portaria nº 120 definindo o prazo e a forma para pagamento do valor remanescente da indenização.

A Portaria determinou que os valores homologados pela ANEEL passem a compor a Base de Remuneração Regulatória e que o custo de capital seja adicionado às respectivas Receitas Anuais Permitidas ("RAP").

As parcelas de remuneração e depreciação não pagas desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário de 2017 deverão ser atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e remuneradas pelo custo do capital próprio, real, do segmento de transmissão definido pela ANEEL nas metodologias de Revisão Tarifária Periódica das Receitas das Concessionárias Existentes, atualmente 10,44% ao ano, a ser pago pelo prazo de 8 anos com ressarcimento pela RAP.

A Portaria ainda depende de definições, por isso em 14 de outubro de 2016 foi aberta a Audiência Pública nº 068/2016 para obter subsídios para o aprimoramento da regulamentação do cálculo do custo de capital a ser adicionado à RAP das concessionárias de transmissão.

Considerando que a Portaria nº120 prevê que custo de capital será composto por parcelas de Remuneração e Depreciação (QRR) a Companhia, com base nas melhores informações disponíveis, procedeu os ajustes necessários apurando os seguintes valores como indenização:

Base de Remuneração Regulatória - BRR - Despacho nº2.181/2016	1.177.488
Valor da Indenização já recebido	(285.438)
Valor Líquido dos Bens para Fins de Indenização	**892.050**
Atualização Portaria MME nº120/16 - IPCA/Custo Capital Próprio - Período 01/2013 a 12/2016	913.180
Total Indenização	**1.805.230**

Transmissão – Ativos Remunerados por tarifa

Para os novos ativos de melhorias e reforços implantados pelas concessionárias de transmissão, a ANEEL calcula parcela adicional de Receita Anual Permitida – RAP, conforme metodologia definida nos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET.

De acordo com o PRORET, a receita estabelecida nas Resoluções é devida às transmissoras a partir da data da entrada em operação comercial do empreendimento. No período entre revisões as receitas associadas às melhorias e aos reforços têm caráter provisório, sendo redefinidas no processo de revisão subsequente à entrada em operação comercial do empreendimento, com efeitos retroativos à data de entrada em operação comercial do reforço ou melhoria.

Ativos de Distribuição

Em 21 de dezembro de 2015, foi assinado o Quinto Termo Aditivo aos Contratos de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, prorrogando as Concessões por mais 30 anos, de 1º de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2045. Desta forma, para definição do Ativo Financeiro, foi utilizada como referência o novo Termo Aditivo assinado, com a transferência para o Ativo Intangível da parcela do Ativo Financeiro que será utilizada durante a vigência do novo prazo de concessão.

Indenização a Receber - Geração

Em julho de 2015, ocorreu o término do Contrato de Concessão nº 007/97 para diversas usinas operadas pela Companhia. A partir do término da concessão, a Companhia passou a ter direito a indenização dos ativos ainda não depreciados/amortizados, conforme previsto no contrato de concessão mencionado. Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos, incluindo o Custo Atribuído ("*Deemed Cost*"), foram transferidos do Imobilizado para o Ativo Financeiro na data do término da concessão e montam R$546.624.

Central Geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Histórico em 31/12/2016	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Atribuído em 31/12/2016
UHE Três Marias	jul/15	396	71.694	413.450
UHE Salto Grande	jul/15	102	10.835	39.379
UHE Itutinga	jul/15	52	3.671	6.589
UHE Camargos	jul/15	46	7.818	23.095
PCH Piau	jul/15	18,01	1.531	9.005
PCH Gafanhoto	jul/15	14	1.232	10.262
PCH Peti	jul/15	9,4	1.346	7.871
Dona Rita	set/13	2,41	534	534
PCH Tronqueiras	jul/15	8,5	1.908	12.323
PCH Joasal	jul/15	8,4	1.379	7.622
PCH Martins	jul/15	7,7	2.132	4.041
PCH Cajuru	jul/15	7,2	3.576	4.252
PCH Paciência	jul/15	4,08	728	3.936
PCH Marmelos	jul/15	4	616	4.265
		679,70	**109.000**	**546.624**

Conforme previsto na Resolução Normativa ANEEL 615/2014, os laudos de indenização dos ativos a serem indenizáveis foram entregues à ANEEL em dezembro de 2015. A administração entende, com base nas discussões e avaliações em curso, que o valor registrado refere-se a melhor estimativa de indenização considerando as informações disponíveis até a data base das Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016.

Do término do contrato de concessão e até 04 de janeiro de 2016, as usinas passaram a ser operadas pela Companhia em regime de cotas, com remuneração por tarifa apenas para cobrir custos de operação e manutenção dos ativos. A partir de 05 de janeiro de 2016, as usinas passaram a ser operadas em conformidade aos termos do Leilão vencido pela Cemig GT em 25 de novembro de 2015 ("Leilão 12/2015") conforme descrito em maiores detalhes a seguir:

Bonificação por outorga – leilão 12/2015

Devido à Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei n°12.783/2013, 14 usinas da Cemig GT (Cajuru, Camargos, Gafanhoto, Itutinga, Joasal, Marmelos, Martins, Paciência, Peti, Piau, Salto Grande, Três Marias, Tronqueiras e Volta Grande), além de Jaguara, São Simão e Miranda, tiveram suas concessões condicionadas a aceitação de tarifas pré-definidas e indenização dos investimentos ainda não amortizados para cada usina. A Cemig GT, à época, não aceitou os termos de renovação.

Em novembro de 2015 a Cemig GT participou do Leilão 12/2015, sendo a vencedora do Lote D, que contemplava 18 usinas, o que inclui 5 usinas cuja concessão era anteriormente pertencente à Furnas S.A..

A assinatura do contrato dessas usinas permite a exploração da concessão pelos próximos 30 anos e a energia será toda comercializada no Ambiente de Contratação Regulada –("ACR") no Sistema de Cota de Garantia Física – ("CGF" ou "regime de cotas" em 2016 e a partir de 2017 na proporção de 70% da energia no ACR e 30% no ambiente livre (ACL).

A bonificação pela outorga por 30 anos de concessão das 18 usinas hidrelétricas foi de R$2.216.353, sendo que 65% foram pagos em 04 de janeiro de 2016 e o valor restante de R$775.724, correspondente a 35%, foi pago em 1º de julho de 2016, no montante de R$827.921, atualizado pela taxa SELIC. O contrato foi assinado pela Cemig GT em 05 de janeiro de 2016, no Ministério de Minas e Energia.

Em junho de 2016 os Contratos de Concessão nº 08 ao 16/2016, referentes ao Leilão vencido pela Cemig GT em 25 de novembro de 2015, tiveram as suas titularidades transferidas para as respectivas Sociedades de Propósitos Específicos –SPE, subsidiárias integrais da Cemig GT, conforme demonstrado a seguir:

	Saldos transferidos em 31/05/2016	Atualização	Recebimento	Saldo em 31/12/2016
Cemig Geração Três Marias S.A.	1.260.400	191.681	(168.884)	1.283.197
Cemig Geração Salto Grande S.A.	395.523	60.377	(53.261)	402.639
Cemig Geração Itutinga S.A.	147.662	24.886	(22.644)	149.904
Cemig Geração Camargos S.A.	110.746	18.558	(16.857)	112.447
Cemig Geração Sul S.A.	144.603	25.668	(23.718)	146.553
Cemig Geração Leste S.A.	98.301	19.024	(18.010)	99.315
Cemig Geração Oeste S.A.	59.118	11.539	(10.947)	59.710
Total	**2.216.353**	**351.733**	**(314.321)**	**2.253.765**

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão.

A movimentação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura é como segue:

	Transmissão	Geração	Distribuição	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**1.272.986**	**-**	**5.943.682**	**7.216.668**
Adição	146.030	-	-	146.030
Baixas	(5.818)	-	(29.945)	(35.763)
Transferência Financeiro - Intangível pela Renovação das Concessões	-	-	(7.161.504)	(7.161.504)
Transferências	(2.035)	-	808.119	806.084
Geração - Indenização a receber	-	546.424	-	546.424
Recebimentos	(10.250)	-	-	(10.250)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	-	-	575.631	575.631
Atualização Financeira	100.528	-	-	100.528
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**1.501.441**	**546.424**	**135.983**	**2.183.848**
Adição	53.823	534	-	54.357
Adição - Bonificação pela Outorga - Usinas	-	2.216.353	-	2.216.353
Baixas	(2.943)	(334)	(349)	(3.626)
Recebimentos	(15.482)	(314.321)	-	(329.803)
Transferência Financeiro- Intangível	(429)	-	72.891	72.462
Atualização Bonificação Outorga	-	351.733	-	351.733
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	-	-	7.582	7.582
Atualização Financeira	751.101	-	-	751.101
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**2.287.511**	**2.800.389**	**216.107**	**5.304.007**

b) Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e Outros Componentes Financeiros

O Termo Aditivo que prorrogou o prazo de concessão da Cemig D garante que, no caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes (ativos e passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa também devam ser considerados pelo poder concedente para fins de indenização.

Os saldos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA), da Neutralidade dos Encargos Setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Seguem abaixo os saldos desses ativos e passivos financeiros, devendo ser ressaltado que nas Demonstrações Financeiras os saldos das rubricas estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados:

Saldos em 31/12/2016	Circulante		Não Circulante		Total do Ativo	Total do Passivo
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo		
Itens da "Parcela A"						
Quota de Recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	202.802	(144.864)	-	(99.977)	202.802	(244.841)
Tarifa de Uso das Instalações de Transmissão dos Integrantes da Rede Básica	6.717	-	3309	-	10.026	-
Tarifa de Transporte de Energia Elétrica Proveniente de Itaipu	7.577	-	1.603	-	9.180	-
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia – PROINFA	15.677	(84)	1.734	-	17.411	(84)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS e Encargo de Energia de Reserva - EER	-	(166.851)	-	(77.201)	-	(244.052)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.676.110	(1.299.953)	370.140	(402.366)	2.046.250	(1.702.319)
Outros Componentes Financeiros						
Sobrecontratação de Energia	-	(137.706)	-	(22.799)	-	(160.505)
Neutralidade da Parcela A	79.539	(46.470)	887	(32.070)	80.426	(78.540)
Outros Itens Financeiros	2.783	(265.775)	-	(66.401)	2.783	(332.176)
Bandeiras Tarifárias (1)	-	(13.611)	-	-	-	(13.611)
TOTAL	**1.991.205**	**(2.075.314)**	**377.673**	**(700.814)**	**2.368.878**	**(2.776.128)**

Saldos em 31/12/2015	Circulante		Não Circulante		Total do Ativo	Total do Passivo
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo		
Itens da "Parcela A"						
Quota de Recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	248.672	-	88.130	-	336.802	-
Tarifa de Uso das Instalações de Transmissão dos Integrantes da Rede Básica	41.901	(328)	3.123	-	45.024	(328)
Tarifa de Transporte de Energia Elétrica Proveniente de Itaipu	7.913	(2)	2.663	-	10.576	(2)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia – PROINFA	4.871	(1.168)	1.784	-	6.655	(1.168)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS e Encargo de Energia de Reserva - EER	323	(254.826)	-	(53.142)	323	(307.968)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.020.792	(738.578)	572.207	(204.410)	2.592.999	(942.988)
Outros Componentes Financeiros						
Sobrecontratação de Energia	-	(407.958)	-	(122.194)	-	(530.152)
Neutralidade da Parcela A	88.056	(1.834)	30.684	-	118.740	(1.834)
Outros Itens Financeiros	10.917	(699)	170.345	-	181.262	(699)
Bandeiras Tarifárias (1)	-	(157.586)	-	-	-	(157.586)
TOTAL	**2.423.445**	**(1.562.979)**	**868.936**	**(379.746)**	**3.292.381**	**(1.942.725)**

(1) Faturamento de Bandeiras Tarifárias ainda não homologado pela ANEEL.

BALANÇO PATRIMONIAL	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	31/12/2016	31/12/2015
Ativo	1.443.964	924.914	2.368.878	3.292.381
Passivo	(1.046.239)	(1.729.889)	(2.776.128)	(1.942.725)
	397.725	**(804.975)**	**(407.250)**	**1.349.656**

A movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros em 2016 e 2015 é conforme segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	**1.106.675**
(+) Constituição	2.284.168
(-) Amortização	(580.541)
(-) Repasse de recursos da Conta ACR e da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT (1)	(1.528.795)
(+) Atualização Selic	68.149
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**1.349.656**
(-) Constituição líquida de passivos financeiros	(858.003)
(-) Amortização	(597.054)
(-) Repasses da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT (1)	(341.244)
(-) Transferência (2)	(164.957)
(+) Atualização Selic (3)	204.352
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**(407.250)**

(1) Mais detalhes na Nota Explicativa nº 13.
(2) O componente financeiro constituído para ser repassado à tarifa no próximo reajuste tarifário, decorrente de decisões judiciais (liminares) que contestam parte do valor do encargo da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), foi reclassificado para Créditos junto à Eletrobras, e será amortizado em contrapartida às deduções das cotas mensais da CDE a serem pagas à Eletrobras, conforme Despacho emitido pela ANEEL em 2016.
(3) Inclui ajuste relativo à homologação da CVA pela ANEEL ocorrida em maio de 2016.

15. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto. As informações abaixo foram apresentadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Cemig Geração e Transmissão	-	-	4.583.195	4.683.812
Hidrelétrica Cachoeirão	50.411	40.844	-	-
Guanhães Energia	-	18.444	-	-
Hidrelétrica Pipoca	31.809	26.237	-	-
Retiro Baixo	161.848	147.905	-	-
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	527.498	354.284	-	-
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	643.890	675.983	-	-
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	677.182	703.403	-	-
Lightger	41.543	37.454	-	-
Baguari Energia	162.106	187.227	-	-
Renova	688.625	1.527.435	-	-
Aliança Geração	1.319.055	1.327.246	-	-
Central Eólica Praias de Parajuru	63.307	63.045	-	-
Central Eólica Volta do Rio	81.228	85.101	-	-
Central Eólica Praias de Morgado	59.586	62.071	-	-
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	781.022	495.768	-	-
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	2.782	-	-	-
Cemig Distribuição	-	-	2.499.867	2.695.848
Light	1.070.477	1.187.722	1.070.477	1.187.722
TAESA	1.582.633	2.242.186	1.582.633	2.242.186
Cemig Telecom	-	-	191.515	169.006
Ativas Data Center	17.741	-	-	-
Gasmig	-	-	1.419.492	1.406.371
Rosal Energia	-	-	141.038	121.822
Sá Carvalho	-	-	106.111	102.926
Horizontes Energia	-	-	52.396	70.539
Usina Térmica Ipatinga	-	-	4.009	3.898
Cemig PCH	-	-	91.969	84.956
LUCE	343.802	-	343.802	-
RME	340.063	-	340.063	-
Companhia Transleste de Transmissão	21.588	18.307	21.588	18.307
UTE Barreiro	-	-	39.266	29.703
Companhia Transudeste de Transmissão	20.505	17.536	20.505	17.536
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	-	-	20.154	9.120
Companhia Transirapé de Transmissão	23.952	19.298	23.952	19.298
Transchile	-	108.230	-	108.230
Efficientia	-	-	4.868	5.511
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	-	-	1.867	6.284
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	21.171	17.528	21.171	17.528
Cemig Trading	-	-	28.635	29.840
Axxiom Soluções Tecnológicas	19.264	23.840	19.264	23.840
Parati	-	357.753	-	357.753
Cemig Overseas (*)	-	-	20	45
Total do Investimento	**8.753.088**	**9.744.847**	**12.627.857**	**13.412.081**
Ativas Data Center – passivo a descoberto de controlada em conjunto	-	(27.769)	-	-
Guanhães – passivo a descoberto de controlada em conjunto	(59.071)	-	-	-
Total	**8.694.017**	**9.717.078**	**12.627.857**	**13.412.081**

(*) Cemig Overseas empresa constituída na Espanha para avaliação de oportunidades de investimentos no exterior.

As investidas da Companhia que não são consolidadas referem-se a controladas em conjunto, com exceção da participação na usina de Santo Antônio e Ativas Data Center, que referem-se a coligadas com influência significativa. A Ativas Data Center passou a ser investida com influência significativa a partir do 4º trimestre de 2016.

a) Direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das Controladas em Conjunto, foi identificado, basicamente, o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Este ativo está apresentado em conjunto com o valor histórico dos investimentos na tabela acima. A amortização destes ativos ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões de forma linear.

Controladora	31/12/2014	Adição	Amortização	31/12/2015	Adição	Amortização	Baixa	31/12/2016
Cemig Geração e Transmissão	1.119.124	59.968	(55.996)	1.123.096	-	(56.468)	(762.691)	303.937
Renova	848.226	-	(42.768)	805.458	-	(42.767)	(762.691)	-
Retiro Baixo	31.906	-	(1.200)	30.706	-	(1.181)	-	29.525
Central Eólica Praias de Parajuru	22.395	-	(1.527)	20.868	-	(1.527)	-	19.341
Central Eólica Volta do Rio	15.828	-	(1.010)	14.818	-	(1.011)	-	13.807
Central Eólica Praias de Morgado	31.517	-	(2.056)	29.461	-	(2.055)	-	27.406
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	169.252	-	(5.956)	163.296	-	(5.956)	-	157.340
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	-	59.968	(1.479)	58.489	-	(1.971)	-	56.518
TAESA	433.415	-	(18.641)	414.774	-	(17.371)	(109.257)	288.146
Light	253.526	-	(22.363)	231.163	-	(22.363)	-	208.800
Gasmig	220.102	-	(4.692)	215.410	-	(7.912)	-	207.498
LUCE	-	-	-	-	49.695	(1.266)	-	48.429
RME	-	-	-	-	49.694	(1.265)	-	48.429
	2.026.167	**59.968**	**(101.692)**	**1.984.443**	**99.389**	**(106.645)**	**(871.948)**	**1.105.239**

Consolidado	31/12/2014	Amortização	31/12/2015	Adição	Amortização	Baixa	31/12/2016
TAESA	433.415	(18.641)	414.774	-	(17.371)	(109.257)	288.146
Light	253.526	(22.363)	231.163	-	(22.363)	-	208.800
Gasmig	220.102	(4.692)	215.410	-	(7.912)	-	207.498
LUCE	-	-	-	49.695	(1.266)	-	48.429
RME	-	-	-	49.694	(1.265)	-	48.429
	907.043	**(45.696**	**861.347**	**99.389**	**(50.177)**	**(109.257)**	**801.302**

b) A movimentação dos Investimentos, em empresas controladas e controladas em conjunto, é a seguinte:

Controladora	31/12/2015	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Aportes	Vendas	Incorporação	Outros	31/12/2016
Cemig Geração e Transmissão	4.683.812	69.867	(72.526)	(97.958)	-	-	-	-	4.583.195
Cemig Distribuição	2.695.848	(323.950)	(379.834)	97.803	410.000	-	-	-	2.499.867
Cemig Telecom	169.006	5.965	(115)	-	16.660	-	-	(1)	191.515
Rosal Energia	121.822	43.669	-	(24.452)	-	-	-	(1)	141.038
Sá Carvalho	102.926	28.236	-	(25.051)	-	-	-	-	106.111
Gasmig	1.406.371	82.015	-	(68.894)	-	-	-	-	1.419.492
Horizontes Energia	70.539	11.033	-	(4.176)	-	-	-	(25.000)	52.396
Usina Térmica Ipatinga	3.898	447	-	(336)	-	-	-	-	4.009
Cemig PCH	84.956	13.779	-	(6.766)	-	-	-	-	91.969
LUCE	-	(17.890)	513	(57.185)	251.977	-	166.387	-	343.802
RME	-	(17.757)	510	(58.763)	247.941	-	168.132	-	340.063
Companhia Transleste de Transmissão	18.307	5.325	-	(2.044)	-	-	-	-	21.588
UTE Barreiro	29.703	12.167	-	(2.604)	-	-	-	-	39.266
Companhia Transudeste de Transmissão	17.536	3.783	-	(813)	-	-	-	(1)	20.505
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	9.120	37.997	-	(26.963)	-	-	-	-	20.154
Companhia Transirapé de Transmissão	19.298	4.654	-	-	-	-	-	-	23.952
Transchile	108.230	1.776	(22.988)	-	-	(87.018)	-	-	-
Efficientia	5.511	(643)	-	-	-	-	-	-	4.868
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	6.284	111	-	(528)	-	-	-	(4.000)	1.867
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	17.528	5.667	-	(2.024)	-	-	-	-	21.171
Light	1.187.722	(120.512)	2.948	320	-	-	-	(1)	1.070.477
Cemig Trading	29.840	60.374	-	(61.579)	-	-	-	-	28.635
Axxiom Soluções Tecnológicas	23.840	(4.527)	-	(49)	-	-	-	-	19.264
Parati	357.753	(24.305)	850	221	-	-	(334.519)	-	-
Taesa	2.242.186	341.081	-	(381.609)	-	(619.025)	-	-	1.582.633
Cemig Overseas	45	(15)	(10)	-	-	-	-	-	20
	13.412.081	**218.347**	**(470.652)**	**(723.450)**	**926.578**	**(706.043)**	**-**	**(29.004)**	**12.627.857**

Consolidado	31/12/2015	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Aportes / Aquisições	Vendas	Incorporação	Outros	31/12/2016
Companhia Transleste de Transmissão	18.307	5.325	-	(2.044)	-	-	-	-	21.588
Companhia Transudeste de Transmissão	17.536	3.783	-	(813)	-	-	-	(1)	20.505
Companhia Transirapé de Transmissão	19.298	4.654	-	-	-	-	-	-	23.952
Transchile	108.230	1.776	(22.988)	-	-	(87.018)	-	-	-
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	17.528	5.667	-	(2.024)	-	-	-	-	21.171
Light	1.187.722	(120.512)	2.948	320	-	-	-	(1)	1.070.477
Axxiom Soluções Tecnológicas	23.840	(4.528)	-	(49)	-	-	-	1	19.264
LUCE	-	(17.890)	513	(57.185)	251.977	-	166.387	-	343.802
RME	-	(17.757)	510	(58.763)	247.941	-	168.132	-	340.063
Hidrelétrica Cachoeirão	40.844	11.122	-	(1.555)	-	-	-	-	50.411
Guanhães Energia (1)	18.444	(102.108)		-	24.593	-	-	59.071	-
Hidrelétrica Pipoca	26.237	5.571	-	-	-	-	-	1	31.809
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	675.983	(71.093)	-	-	39.000	-	-	-	643.890
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	703.403	(63.755)	-	-	40.214	-	-	(2.680)	677.182
Lightger	37.454	4.088	-	-	-	-	-	1	41.543
Baguari Energia	187.227	41.037	-	(14.118)	-	-	-	(52.040)	162.106
Central Eólica Praias de Parajuru	63.045	287	-	(25)	-	-	-	-	63.307
Central Eólica Volta do Rio	85.101	(3.838)	-	(35)	-	-	-	-	81.228
Central Eólica Praias de Morgado	62.071	(2.440)	-	(45)	-	-	-	-	59.586
Amazônia Energia(Usina de Belo Monte)	495.768	(6.659)	-	-	291.913	-	-	-	781.022
Ativas Data Center (2)	-	(31.424)	-	-	98.900	-	-	(49.735)	17.741
Parati	357.753	(24.305)	850	221	-	-	(334.519)	-	-
Taesa	2.242.186	341.081	-	(381.609)	-	(619.025)	-	-	1.582.633
Renova (3)	1.527.435	(373.313)	19.330	-	277.864	-	-	(762.691)	688.625
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	-	-	-	-	2.782	-	-	-	2.782
Aliança Geração	1.327.246	103.849	-	(112.040)	-	-	-	-	1.319.055
Aliança Norte(Usina de Belo Monte)	354.284	(6.551)	-	-	179.765	-	-	-	527.498
Retiro Baixo	147.905	16.089	-	(2.146)	-	-	-	-	161.848
Total do Investimento	**9.744.847**	**(301.844)**	**1.163**	**(631.910)**	**1.454.949**	**(706.043)**	**-**	**(808.074)**	**8.753.088**
Ativas Data Center – passivo a descoberto de controlada em conjunto	(27.769)	-	-	-	-	-	-	-	(27.769)
Guanhães – passivo a descoberto de controlada em conjunto	-	-	-	-	-	-	-	(59.071)	(59.071)
Total	**9.717.078**	**(301.844)**	**1.163**	**(631.910)**	**1.604.709**	**(706.043)**	**-**	**(1.016.905)**	**8.694.017**

(1) Transferência para passivo a descoberto;

(2) O montante de R$49.735 refere-se à diluição de participação acionária decorrente de aporte de capital de novo acionista;

(3) O montante de R$762.691 refere-se ao ajuste para baixa do ativo intangível de concessão em função de dificuldades financeiras da Renova

Controladora	31/12/2014	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Aportes	Baixas	Outros	31/12/2015
Cemig Geração e Transmissão	3.486.611	2.316.273	(69.334)	(1.187.448)	137.710	-	-	4.683.812
Cemig Distribuição	2.482.227	370.209	(169.319)	(190.355)	100.000	-	103.086	2.695.848
Cemig Telecom	225.440	(56.116)	(318)	-	-	-	-	169.006
Rosal Energia	120.964	24.708	-	(23.850)	-	-	-	121.822
Sá Carvalho	106.601	13.722	-	(17.397)	-	-	-	102.926
Gasmig	1.436.815	100.735	-	(131.179)	-	-	-	1.406.371
Horizontes Energia	70.118	3.948	-	(3.965)	-	-	438	70.539
Usina Térmica Ipatinga	24.166	618	-	(6.886)	-	-	(14.000)	3.898
Cemig PCH	66.560	8.395	-	-	10.000	-	1	84.956
Cemig Capim Branco Energia	130.128	12.153	-	-	-	(142.281)	-	-
Companhia Transleste de Transmissão	13.588	7.595	-	(2.876)	-	-	-	18.307
UTE Barreiro	28.822	880	-	1	-	-	-	29.703
Companhia Transudeste de Transmissão	12.725	5.326	-	(515)	-	-	-	17.536
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	9.067	16.437	-	(16.384)	-	-	-	9.120
Companhia Transirapé de Transmissão	13.827	6.042	-	(571)	-	-	-	19.298
Transchile	66.141	6.106	35.983	-	-	-	-	108.230
Efficientia	4.935	576	-	-	-	-	-	5.511
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	6.042	241	-	-	-	-	1	6.284
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	20.985	2.188	-	(5.645)	-	-	-	17.528
Light	1.199.236	(10.730)	2.159	(2.943)	-	-	-	1.187.722
Cemig Trading	31.182	59.325	-	(60.667)	-	-	-	29.840
Axxiom Soluções Tecnológicas	23.633	521	-	(314)	-	-	-	23.840
Parati	370.359	2.838	325	(15.769)	-	-	-	357.753
Taesa	2.187.623	382.795	-	(328.232)	-	-	-	2.242.186
Cemig Overseas	366	(916)	263	-	332	-		45
	12.138.161	**3.273.869**	**(200.241)**	**(1.994.995)**	**248.042**	**(142.281)**	**89.526**	**13.412.081**

Consolidado	31/12/2014	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Aportes / Aquisições	Outros	31/12/2015 Reapresentado
Companhia Transleste de Transmissão	13.588	7.595	-	(2.876)	-	-	18.307
Companhia Transudeste de Transmissão	12.725	5.326	-	(515)	-	-	17.536
Companhia Transirapé de Transmissão	13.827	6.043	-	(571)	-	(1)	19.298
Transchile	66.141	6.106	35.983		-	-	108.230
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	20.985	2.188	-	(5.645)	-	-	17.528
Light	1.199.236	(10.730)	2.159	(2.943)	-	-	1.187.722
Axxiom Soluções Tecnológicas	23.633	521	-	(314)	-	-	23.840
Hidrelétrica Cachoeirão	34.296	6.548	-		-	-	40.844
Guanhães Energia	67.428	(48.984)	-		-	-	18.444
Hidrelétrica Pipoca	28.807	2.497	-	(5.067)	-	-	26.237
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	674.183	1.800	-	-	-	-	675.983
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	707.910	(4.507)	-	-	-	-	703.403
Lightger	38.900	(1.447)	-	-	-	1	37.454
Baguari Energia	193.351	11.527	-	(17.651)	-	-	187.227
Central Eólica Praias de Parajuru	61.999	1.848	-	(868)	-	66	63.045
Central Eólica Volta do Rio	84.023	1.728	-	(650)	-	-	85.101
Central Eólica Praias de Morgado	62.332	313	-	(574)	-	-	62.071
Amazônia Energia	394.238	(18.593)	-	-	120.123	-	495.768
Ativas Data Center	-	(27.769)	-	-	-	27.769	-
Epícares Empreendimentos (1)	92.641	1.342	-	-	-	(93.983)	-
Parati	370.359	2.838	325	(15.769)	-	-	357.753
Taesa	2.187.623	382.795	-	(328.232)	-	-	2.242.186
Renova	1.538.299	(25.387)	14.523	-	-	-	1.527.435
Aliança Geração	3.323	107.233	-	(93.866)	581.114	729.442	1.327.246
Aliança Norte	-	(13.058)	-	-	367.342	-	354.284
Retiro Baixo	149.944	(4.783)	-	-	2.744	-	147.905
Total do Investimento	**8.039.791**	**392.990**	**52.990**	**(475.541)**	**1.071.323**	**663.294**	**9.744.847**
Ativas Data Center – passivo a descoberto de controlada em conjunto	-	-	-	-	-	(27.769)	(27.769)
	8.039.791	**392.990**	**52.990**	**(475.541)**	**1.071.323**	**635.525**	**9.717.078**

(1) O montante de R$93.983 refere-se à ativo aportado para constituição da Aliança Geração.

Aquisição de Participações

No processo de alocação do preço de aquisição de investimentos, foram identificados ativos intangíveis referentes aos direitos de exploração de atividades reguladas, estando estes ativos suportados por laudos de avaliação econômico-financeira.

Esses valores, ajustados por efeitos tributários, serão amortizados pelo prazo remanescente das concessões e autorizações, pelo método linear, vinculadas à exploração dos empreendimentos.

As principais informações, sobre as controladas e controladas em conjunto, estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

Sociedades	Quantidade de Ações	31/12/2016			31/12/2015		
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	1.837.710	4.583.195	100,00	1.837.710	4.683.812
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	102.880	49,00	35.000	83.355
Guanhães Energia	137.608.000	49,00	185.647	-	49,00	137.608	37.641
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	64.916	49,00	41.360	53.545
Retiro Baixo	222.850.000	49,90	222.850	263.680	49,90	222.850	296.403
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	34.715.961.339	49,00	1.014.111	1.076.527	49,00	647.166	723.029
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	9.730.201.137	18,13	10.151.952	6.418.617	18,05	9.761.952	7.642.027
Lightger	79.078.937	49,00	79.232	84.781	49,00	79.232	76.439
Baguari Energia (1)	26.157.300.278	69,39	186.573	247.662	69,39	261.573	269.827
Renova (2)	360.815.313	34,15	2.856.255	1.955.598	27,37	2.526.253	5.580.690
Aliança Geração	1.291.582.500	45,00	1.291.488	1.972.519	45,00	1.291.450	2.949.436
Central Eólica Praias de Parajuru	70.560.000	49,00	70.560	88.897	49,00	70.560	128.663
Central Eólica Volta do Rio	117.230.000	49,00	117.230	136.886	49,00	117.230	173.676
Central Eólica Praias de Morgado	52.960.000	49,00	52.960	65.128	49,00	52.960	126.676
Amazônia Energia (1) (Usina de Belo Monte)	1.039.491.023	74,50	1.115.739	1.048.351	74,50	723.409	665.460
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	5.677.000	49,00	5.677	5.677	-	-	-
Cemig Distribuição	2.359.113.452	100,00	2.361.998	2.499.867	100,00	2.361.998	2.695.849
Light	203.934.060	26,06	2.225.822	3.353.796	26,06	2.225.822	4.557.644
Cemig Telecom	397.683.385	100,00	241.742	191.515	100,00	225.082	169.006
Rosal Energia	46.944.467	100,00	46.944	141.038	100,00	46.944	121.822
Sá Carvalho	361.200.000	100,00	36.833	106.111	100,00	36.833	102.926
Gasmig	409.255.483	99,57	665.429	1.425.622	99,57	665.429	1.408.036
Horizontes Energia	39.257.563	100,00	39.258	52.396	100,00	64.258	70.539
Usina Térmica Ipatinga	174.281	100,00	174	4.009	100,00	174	3.898
Cemig PCH	35.952.000	100,00	35.952	91.969	100,00	35.952	84.956
LUCE	1.379.839.905	66,62	437.638	443.370	-	-	-
RME	1.365.421.406	66,27	433.770	440.069	-	-	-
Companhia Transleste de Transmissão	49.569.000	25,00	49.569	81.293	25,00	49.569	73.228
UTE Barreiro	30.902.000	100,00	30.902	39.266	100,00	30.902	29.703
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	24,00	30.000	85.438	24,00	30.000	73.067
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	486.000	100,00	486	20.154	100,00	486	9.120
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	24,50	22.340	97.763	24,50	22.340	78.767
Transchile	-	-	-	-	49,00	236.861	220.878
Efficientia	6.051.994	100,00	6.052	4.868	100,00	6.052	5.510
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	1.000.000	100,00	1.000	1.867	100,00	5.000	6.284
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	28.000.000	51,00	28.000	41.512	51,00	28.000	34.366
Cemig Trading	1.000.000	100,00	1.000	28.635	100,00	160	29.840
Axxiom Soluções Tecnológicas	17.200.000	49,00	46.600	39.314	49,00	46.600	48.653
Parati	1.432.910.602		-	-	25,00	1.432.910	1.431.016
TAESA	1.033.496.721	31,54	3.042.034	4.307.588	43,36	3.042.034	5.171.093

(1) Controle compartilhado por acordo de acionistas;
(2) Devido ao aumento da participação na Renova, houve uma perda de R$2.300 em virtude desta empresa ter tido prejuízos ao longo do ano de 2016.

Em 31 de dezembro de 2016, o passivo circulante de algumas controladas indireta em conjunto estavam superior ao ativo circulante, conforme segue detalhe dos saldos mais relevantes:

Guanhães Energia: Isso ocorreu principalmente em função da emissão da 2ª série da 6ª nota promissória com vencimento de curto prazo. A Administração da Guanhães Energia tem obtido recursos a partir do mercado financeiro e recursos dos acionistas, destionando-os, principalmente, à administração de seu caixa para capital de giro, investimentos e compromissos financeiros.

Light: Em 31 de dezembro de 2016, a Light apresentou capital circulante negativo consolidado em R$1.258.928 (R$423.135 em 31 de dezembro de 2015). A Light apresentou uma melhora na geração operacional de caixa durante o exercício de 2016 em função dos ajustes tarifários obtidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e da performance operacional apresentada em 2016, conjuntamente com a redução de investimentos e com a melhora no cenário hidrológico. Adicionalmente, a Light vem negociando a renovação dos empréstimos e financiamentos de curto prazo e alongamento do seu perfil de dívida, assim como espera uma maior geração operacional de caixa a partir da revisão tarifária. A Administração da Light entende que o sucesso nessas etapas reverterá o cenário atual de capital circulante líquido negativo. Cabe destacar, também, que a Light apresentou fluxo de caixa operacional positivo consolidado nas suas operações de R$1.117.858 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (R$979.481 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015), o que permitiu parte da amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 no montante de R$319.305 (captação de R$160.260 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015). Além disso, em 14 de março de 2017, a Aneel aprovou o resultado da 4ª Revisão Tarifária Periódica (RTP) da controlada Light SESA, que resultou em um aumento médio das contas de energia elétrica de 10,45%, a partir de 15 de março de 2017, o que assegurará um reequilíbrio econômico-financeiro para a distribuidora.

Madeira Energia (“MESA”): O excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R$1.611.061, decorre, principalmente, da conta “Fornecedores”, “Outros Passivos”, “Empréstimos e financiamentos” e “Provisão para contingências”. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a MESA conta com a decisão favorável da ANEEL para reverter no passivo a conta FID (Fator Disponibilidade) e liberação de recursos da conta reserva do serviço da dívida que serão substituidos por fiança bancária, com a geração operacional de caixa e, se necessário, com aportes de recursos a serem efetuados pelos acionistas.

Renova Energia: No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Renova Energia incorreu em prejuízo de R$1.101.472 e os passivos circulantes excederam o total dos ativos circulantes no montante de R$3.211.041 (consolidado). Além disso, a Renova Energia tem apresentado geração operacional negativa de caixa. Os principais motivos para esse cenário são: i) operações de compra de energia para honrar os compromissos relacionados ao atraso da entrada em operação de determinados parques eólicos; ii) investimentos relevantes que estão sendo alocados na construção dos parques do complexo eólico Alto Sertão III; iii) atraso na liberação do financiamento de longo prazo com o BNDES; iv) o não atingimento de determinados indicadores de covenants e a não obtenção da anuência dos credores em 2016 fez com que determinados financiamentos de longo prazo fossem reclassificados para o circulante; e iv) perdas decorrentes da operação com a Terraform.

A Administração da Renova Energia vem executando diversas ações com o objetivo de reequilibrar sua estrutura de liquidez e de geração de caixa. Entre estas ações, estão a venda de determinados ativos, a redução da estrutura administrativa e operacional, com redução dos custos administrativos, empenho dos acionistas no suporte financeiro, contratação de financiamento de longo prazo junto ao BNDES, adiantamento de determinados projetos para equalização do fluxo de caixa, pedido de anuência aos credores, que possibilitará a reclassificação da dívida para o passivo não circulante que garanta a sua liquidez. A Administração da Renova Energia entende que, com o sucesso das medidas acima, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Renova Energia.

Aliança Geração: Isso ocorreu principalmente em função das operações de crédito com vencimento em curto prazo. A Administração da Aliança Geração vem conduzindo ações para o alongamento com o objetivo de melhorar a sua estrutura financeira e de capital de giro.

Os saldos integrais das controladas em conjunto, em 2016 e em 2015, são como segue:

2016	Parati	Transleste	Transirapé	Centroeste	Transudeste	LUCE	RME	Light	Taesa	Axxiom	Aliança Norte
Ativo											
Circulante	11.612	50.167	40.893	61.031	32.271	6.257	3.086	3.612.477	1.954.878	65.829	1.853
Caixa e Equivalentes de caixa	7.851	3.034	2.297	19.846	4.123	20	6	668.304	101.505	9.041	1.812
Não Circulante	1.327.798	122.568	122.559	634	78.107	437.188	437.110	10.717.752	6.455.739	13.480	1.075.009
Total do Ativo	**1.339.410**	172.735	163.452	**61.665**	110.378	**443.445**	**440.196**	**14.330.229**	**8.410.617**	**79.309**	**1.076.862**
Passivo											
Circulante	142	27.971	32.546	4.970	21.748	75	127	4.871.405	1.074.367	32.316	335
Fornecedores	79	190	395	88	122	18	85	1.341.800	36.991	908	96
Empréstimos e financiamentos - Circulante	-	18.196	19.467	3.040	19.067	-	-	1.5567.738	9.147	9.769	-
Não circulante	-	63.471	33.143	15.183	3.192	-	-	6.105.028	3.028.662	7.679	-
Patrimônio Líquido	1.339.268	81.293	97.763	41.512	85.438	443.370	440.069	3.353.796	4.307.588	39.314	1.076.527
Total do Passivo	**1.339.410**	172.735	163.452	**61.665**	110.378	**443.445**	**440.196**	**14.330.229**	**8.410.617**	**79.309**	**1.076.862**
Demonstração do Resultado											
Receita Líquida de Vendas	-	34.011	44.729	13.387	22.325	-	-	9.645.237	1.391.074	57.217	-
Custo das Vendas	-	(2.095)	(18.642)	(2.457)	(1.332)	-	-	(8.042.026)	(149.196)	(63.842)	-
Depreciação e Amortização	-	-	-	(1.422)		-	-	(452.260)	(706)	(1.783)	-
Lucro Bruto	**-**	31.916	26.087	**10.930**	20.993	**-**	**-**	**1.603.211**	**1.241.878**	**(6.625)**	-
Despesas Gerais e Administrativas	(5.511)	(329)	(1.090)	-	(808)	(741)	(1.170)	(752.243)	(106.492)	(7.853)	(2.554)
Receitas Financeiras	3.716	1.547	736	4.296	877	179	1.217	147.533	58.364	616	182
Despesas Financeiras	(60.642)	(10.196)	(5.089)	(2.961)	(4.284)	(41.380)	(41.386)	(1.281.476)	(223.412)		(6.942)
Resultado Operacional	**(62.437)**	22.938	20.644	**12.265**	16.778	(41.942)	**(41.339)**	**(282.975)**	**970.338**	**(13.862)**	**(9.314)**
Imposto de Renda e Contribuição Social	228	(1.636)	(1.650)	(1.153)	(1.017)	(78)	(78)	(29.962)	(108.272)	4.621	-
Resultado Líquido do Exercício	**(62.209)**	21.302	18.994	**11.112**	15.761	(42.020)	**(41.417)**	**(312.937)**	**862.066**	**(9.241)**	**(9.314)**
Resultado Abrangente do Exercício											
Resultado Líquido do Exercício	**(62.209)**	21.302	18.994	**11.112**	15.761	**(42.020)**	**(41.417)**	**(312.937)**	**862.066**	**(9.241)**	**(9.314)**
Ganho na conversão de demonstrações financeiras	**-**	-	-	**-**	-	**-**	**-**	**(85.872)**	**-**	**-**	**-**
Ganho/perdas atuariais	**-**	-	-	**-**	-	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Resultado Abrangente do Exercício	**(62.209)**	21.302	18.994	**11.112**	15.761	**(42.020)**	**(41.417)**	**(398.809)**	**862.066**	**(9.241)**	**(9.314)**

2016	Hidrelétrica Cachoeirão	Baguari Energia	Guanhães Energia	Madeira Energia	Hidrelétrica Pipoca	Retiro Baixo	Renova	Central Eólica de Parajuru	Central Eólica de Morgado	Central Eólica de Volta do Rio	Lightger	Amazônia Energia	Aliança Geração
Ativo													
Circulante	43.367	45.076	15.923	1.519.965	20.175	30.220	135.860	38.546	23.976	36.630	34.912	77	388.100
Caixa e Equivalentes de caixa	39.620	11.110	1.185	57.974	17.311	19.222	35.786	17.748	17.385	26.568	31.817	51	146.601
Não Circulante	86.131	219.998	65.142	23.557.118	97.855	376.648	5.765.276	127.585	142.499	244.961	152.301	1.048.369	2.511.543
Total do Ativo	**129.498**	**265.074**	**81.065**	**25.077.083**	**118.030**	**406.868**	**5.901.136**	**166.131**	**166.475**	**281.591**	**187.213**	**1.048.446**	**2.899.643**
Passivo													
Circulante	10.038	12.225	190.672	3.131.026	8.150	24.743	3.346.901	19.137	27.248	36.761	16.019	95	592.394
Fornecedores	1.660	6.212	261	661.726	67	745	546.911	804	526	801	5.611	-	100.640
Não circulante	16.580	5.187	10.946	15.527.440	44.964	118.445	598.637	58.097	74.099	107.944	86.413	-	334.730
Patrimônio Líquido	102.880	247.662	(120.553)	6.418.617	64.916	263.680	1.955.598	88.897	65.128	136.886	84.781	1.048.351	1.972.519
Total do Passivo	**129.498**	**265.074**	**81.065**	**25.077.083**	**118.030**	**406.868**	**5.901.136**	**166.131**	**166.475**	**281.591**	**187.213**	**1.048.446**	**2.899.643**
Demonstração do Resultado													
Receita Líquida de Vendas	33.469	64.985	-	2.802.554	24.714	61.985	483.137	27.276	22.268	28.617	35.600	-	803.732
Custo das Vendas	(9.562)	(11.652)	-	(1.844.691)	(6.164)	(29.225)	(453.613)	(16.794)	(16.997)	(26.981)	(16.884)	-	(313.518)
Depreciação e Amortização	(2.658)	(8.808)	-	(673.009)	(3.081)	(9.406)	(93.459)	(9.505)	(9.997)	(16.820)	(10.510)	-	(124.704)
Lucro Bruto	23.907	53.333	-	957.863	18.550	32.760	29.524	10.482	5.271	1.636	18.716	-	490.214
Despesas Gerais e Administrativas	(134)	(1.160)	-	(145.908)	(2.067)	-	(40.558)	(797)	(877)	(2.016)	(1.619)	(1.435)	(57.976)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	-	-	-	-	-	-	(281.030)	-	-	-	-	-	-
Ajuste para perdas em investimento	-	-	-	-	-	-	(455.427)	-	-	-	-	-	-
Receitas Financeiras	4.183	14.765	261	146.200	1.845	1.922	16.170	2.790	2.659	4.618	3.489	20	46.252
Despesas Financeiras	(2.672)	(681)	(208.645)	(1.551.719)	(5.503)	(14.802)	(423.784)	(7.217)	(9.668)	(14.062)	(9.931)	(7.523)	(58.588)
Resultado Operacional	25.284	66.257	(208.384)	(593.564)	12.825	19.880	(1.155.105)	5.258	(2.615)	(9.824)	10.655	(8.938)	419.902
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.586)	(7.117)	-	(23.636)	(1.455)	(2.680)	53.633	(1.769)	896	3.049	(2.312)	-	(127.214)
Resultado Líquido do Exercício	**22.698**	**59.140**	**(208.384)**	**(617.200)**	**11.370**	**17.200**	**(1.101.472)**	**3.489**	**(1.719)**	**(6.775)**	**8.343**	**(8.938)**	**292.688**
Resultado Abrangente do Exercício													
Resultado Líquido do Exercício	22.698	59.140	(208.384)	(617.200)	11.370	17.200	(1.101.472)	3.489	(1.719)	(6.775)	8.343	(8.938)	292.688
Ganho na conversão de demonstrações financeiras	-	-	-	-	-	-	(182.011)	-	-	-	-	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	**22.698**	**59.140**	**(208.384)**	**(617.200)**	**11.370**	**17.200**	**(1.283.483)**	**3.489**	**(1.719)**	**(6.775)**	**8.343**	**(8.938)**	**292.688**

2015	Parati	Transleste	Transirapé	Centroeste	Transudeste	Transchile	Light	Taesa	Axxiom	Aliança Norte
Ativo										
Circulante	59.415	46.846	34.314	58.032	32.152	39.282	3.976.236	2.082.212	73.977	586
Caixa e Equivalentes de caixa	46.202	7.968	5.638	15.668	5.996	36.108	447.441	132.441	6.885	586
Não Circulante	1.407.394	127.903	113.458	517	80.866	298.491	11.817.765	7.574.274	14.321	725.956
Total do Ativo	**1.466.809**	**174.749**	**147.772**	**58.549**	**113.018**	**337.773**	**15.794.001**	**9.656.486**	**88.298**	**726.542**
Passivo										
Circulante	35.793	17.961	20.322	4.240	17.151	21.445	4.399.371	1.008.424	33.827	17
Fornecedores	-	132	192	112	115	351	1.449.642	33.712	1.544	17
Empréstimos e financiamentos - Circulante	-	5.693	2.927	2.351	-	10.340	1.629.166	628.281	5.005	-
Não circulante	-	83.560	48.683	19.943	22.800	95.450	6.836.986	3.476.969	5.818	3.496
Patrimônio Líquido	1.431.016	73.228	78.767	34.366	73.067	220.878	4.557.644	5.171.093	48.653	723.029
Total do Passivo	**1.466.809**	**174.749**	**147.772**	**58.549**	**113.018**	**337.773**	**15.794.001**	**9.656.486**	**88.298**	**726.542**
Demonstração do Resultado										
Receita Líquida de Vendas	-	33.004	34.057	14.336	22.159	28.021	1.221.609	1.973.412	65.644	-
Custo das Vendas		(3.925)	(12.766)	(3.930)	(2.204)	(10.402)	(459.401)	(287.104)	(58.459)	-
Depreciação e Amortização	-	(172)	(21)	(1.422)	(19)	(8.669)	(411.647)	(14.774)	(835)	-
Lucro Bruto	**-**	**29.079**	**21.291**	**10.406**	**19.955**	**17.619**	**762.208**	**1.686.308**	**7.185**	-
Despesas Gerais e Administrativas							(90.412)		(6.014)	-
Resultado Financeiro Líquido	11.370	(9.235)	(5.139)	(2.774)	(4.671)	(5.158)	(672.460)	(562.375)	(42)	(26.649)
Receitas Financeiras	48.454	1.674	752	1.900	936	-	1.370.588	769.115	711	6
Despesas Financeiras	(37.084)	(10.909)	(5.891)	(4.674)	(5.607)	(5.158)	(2.043.048)	(1.331.490)	(753)	(26.655)
Resultado Operacional	**11.370**	**19.844**	**16.152**	**7.632**	**15.284**	**12.461**	**(664)**	**1.123.933**	**1.129**	**(26.649)**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(14)	(1.633)	(1.299)	(1.174)	(1.019)	-	(40.510)	(241.103)	(66)	-
Resultado Líquido do Exercício	**11.356**	**18.211**	**14.853**	**6.458**	**14.265**	**12.461**	**(41.174)**	**882.830**	**1.063**	**(26.649)**
Resultado Abrangente do Exercício										
Resultado Líquido do Exercício	**11.356**	**18.211**	**14.853**	**6.458**	**14.265**	**3.219**	**(41.174)**	**882.830**	**1.063**	**(26.649)**
Ganho na conversão de demonstrações financeiras										
Ganho/perdas atuariais	**1.300**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**8.288**	**-**	**-**	**-**
Resultado Abrangente do Exercício	**12.656**	**18.211**	**14.853**	**6.458**	**14.265**	**3.219**	**(32.886)**	**882.830**	**1.063**	**(26.649)**

2015	Hidrelétrica Cachoeirão	Baguari Energia	Guanhães Energia	Madeira Energia	Hidrelétrica Pipoca	Retiro Baixo	Renova	Central Eólica de Parajuru	Central Eólica de Morgado	Central Eólica de Volta do Rio	Lightger	Amazônia Energia	Aliança Geração
Ativo													
Circulante	27.957	71.640	2.019	1.608.219	13.199	9.546	550.630	21.416	30.664	46.420	23.254	463	242.623
Caixa e Equivalentes de caixa	22.777	9.443	1.468	299.963	116	924	66.147	12.088	11.858	19.863	13.962	453	69.764
Não Circulante	88.764	220.273	247.608	23.753.692	100.940	443.893	8.425.606	191.978	209.755	289.351	160.944	665.090	3.093.682
Total do Ativo	**116.721**	**291.913**	**249.627**	**25.361.911**	**114.139**	**453.439**	**8.976.236**	**213.394**	**240.419**	**335.771**	**184.198**	**665.553**	**3.336.305**
Passivo													
Circulante	10.012	15.918	211.986	2.151.457	10.020	25.353	1.497.006	18.113	28.165	35.735	14.456	93	112.720
Fornecedores	1.723	5.886	304	384.393	149	5.845	570.006	347	412	858	4.144	93	35.894
Não circulante	23.354	6.168	-	15.568.427	50.574	131.683	1.898.539	66.618	85.578	126.360	93.303	-	274.149
Patrimônio Líquido	83.355	269.827	37.641	7.642.027	53.545	296.403	5.580.691	128.663	126.676	173.676	76.439	665.460	2.949.436
Total do Passivo	**116.721**	**291.913**	**249.627**	**25.361.911**	**114.139**	**453.439**	**8.976.236**	**213.394**	**240.419**	**335.771**	**184.198**	**665.553**	**3.336.305**
Demonstração do Resultado													
Receita Líquida de Vendas	29.928	59.220	-	2.604.869	22.020	53.450	457.615	31.060	33.815	46.597	32.468	-	797.097
Custo das Vendas	(14.416)	(45.948)	-	(1.102.473)	(11.306)	(40.529)	(4.699)	(16.515)	(18.257)	(27.162)	(25.215)	-	(442.546)
Depreciação e Amortização	(2.654)	(8.809)	-	(471.020)	(3.093)	(8.513)	(4.399)	(9.508)	(9.985)	(16.817)	(10.490)	-	(68.688)
Lucro Bruto	15.512	13.272	-	1.502.396	10.714	12.921	452.916	14.545	15.558	19.435	7.253	-	354.551
Despesas Gerais e Administrativas		(286)	(86.240)	(816.096)	(1.047)	(11.136)	-	(4.142)	(5.715)	(2.962)	(2.012)	(1.523)	(68.041)
Resultado Financeiro Líquido	(200)	8.838	(13.728)	(966.941)	(3.203)	(13.124)	(355.176)	(5.366)	(7.706)	(10.647)	(6.505)	(23.434)	(18.395)
Receitas Financeiras	2.698	9.554	284	949.834	1.858	1.039	40.600	1.704	1.674	2.797	1.949	34	9.164
Despesas Financeiras	(2.898)	(716)	(14.012)	(1.916.775)	(5.061)	(14.163)	(395.776)	(7.070)	(9.380)	(13.444)	(8.454)	(23.468)	(27.559)
Resultado Operacional	15.312	21.824	(99.968)	(280.641)	6.464	(11.339)	97.740	5.037	2.137	5.826	(1.264)	(24.957)	268.115
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.949)	(5.162)	-	265.644	(1.368)	1.754	(190.495)	(1.266)	(1.498)	(2.299)	(1.687)	-	(29.819)
Resultado Líquido do Exercício	**13.363**	**16.662**	**(99.968)**	**(14.997)**	**5.096**	**(9.585)**	**(92.755)**	**3.771**	**639**	**3.527**	**(2.951)**	**(24.957)**	**238.296**
Resultado Abrangente do Exercício													
Resultado Líquido do Exercício	13.363	16.662	(99.968)	(14.997)	5.096	(9.585)	(92.755)	3.771	639	3.527	(2.951)	(24.957)	238.296
Ganho na conversão de demonstrações financeiras	-	-	-	-	-	-	53.972	-	-	-	-	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	**13.363**	**16.662**	**(99.968)**	**(14.997)**	**5.096**	**(9.585)**	**(38.783)**	**3.771**	**639**	**3.527**	**(2.951)**	**(24.957)**	**238.296**

Investimentos em Controladas em Conjunto e Coligadas

Investimento na usina de Santo Antônio através da Madeira Energia S.A. (MESA) e do FIP Melbourne

A Companhia possui investimento direto e indireto na Madeira Energia S.A. (que possui investimento na Santo Antônio Energia S.A.) de R$1.321.072 em 31 de dezembro de 2016 (R$1.379.386 em 2015).

A Madeira Energia S.A. ("MESA") e sua controlada Santo Antônio Energia S.A. ("SAESA") estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. O ativo imobilizado e intangível constituídos pelos referidos gastos totalizava, em 31 de dezembro de 2016, R$22.440.401 (consolidado), os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos por meio das receitas futuras geradas a partir de janeiro de 2017, quando entraram em operação todas as unidades geradoras da entidade.

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas indiretos da Madeira Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas indiretos.

Procedimento de arbitragem

Em 2014, a SAAG Investimentos S.A. (SAAG) e a Cemig GT iniciaram procedimento arbitral sigiloso na Câmara de Arbitragem do Mercado questionando: (a) aumento de capital aprovado na MESA parcialmente destinado ao pagamento de pleitos do Consórcio Construtor Santo Antônio ("CCSA"), no valor de aproximadamente R$750 milhões, com fundamento na falta de apuração dos valores supostamente devidos e de aprovação prévia pelo Conselho de Administração, como exigem o Estatuto e o Acordo de Acionistas da MESA, bem como na existência de créditos desta contra o CCSA, passíveis de compensação, em montante superior aos pleitos, e (b) contra o ajuste para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) promovido pela Diretoria da MESA, no valor de R$750 milhões, referente a determinados créditos da MESA contra o CCSA, com fundamento em que tais créditos, por força de disposição contratual expressa, são devidos em sua totalidade. Essa constituição do *impairment* contribuiu para a apresentação de Capital Circulante Líquido pela MESA em 31 de dezembro de 2016, conforme já descrito anteriormente.

A SAAG e Cemig GT obtiveram ação cautelar, onde foi suspenso o prazo para exercício por esses acionistas do direito de preferência para subscrição e integralização de sua parcela proporcional do aumento de capital da MESA, no valor de R$174,7 milhões, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da MESA, realizada em 21 de outubro de 2014. Foram também suspensos todos os efeitos das deliberações relativamente à SAAG e Cemig GT e às suas participações em MESA, inclusive no que diz respeito à diluição e às penalidades previstas no Acordo de Acionistas da MESA.

Em 2016, a sentença da Câmara de Arbitragem do Mercado reconheceu integralmente o direto da Cemig e da SAAG e determinou a anulação dos atos impugnados. SAAG e CEMIG estão em vias de adotar medidas para implementar a decisão mencionada.

Investimento na usina de Belo Monte através da Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte

A Amazônia Energia e a Aliana Norte são acionistas da Norte Energia S.A. ("NESA"), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará e administrar essa participação.

A participação indireta da Cemig GT na NESA, através das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,74%.

A NESA ainda dependerá de quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da usina, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras.

Em 7 de abril de 2015, a NESA obteve decisão liminar que determinou à ANEEL que, "até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da ANEEL e no Contrato de Concessão da UHE Belo Monte". O valor da perda estimada em Belo Monte até 31 de dezembro de 2016 é de R$73.911.

Com base nessa liminar foram suspensos todos os registros e as provisões contábeis inerentes ao cumprimento das determinações do contrato de Concessão, porém, a Aliança Norte Energia continua comprando a energia no mercado de curto prazo para evitar quaisquer penalidades futuras.

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da Norte Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas.

Quaisquer alterações no cenário existente terão seus impactos refletidos nas Demonstrações Financeiras.

Resumo das conclusões da investigação independente

A Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobras") detém participação de 49,98% no capital social da NESA e contratou escritório de advocacia especializado para realizar uma investigação interna independente com o propósito de apurar eventuais irregularidades em empreendimentos em que possua participação societária, incluindo a NESA. Esse procedimento foi motivado por investigações que estavam sendo realizadas pelo Ministério Público sobre irregularidades envolvendo alguns dos empreiteiros e fornecedores em investimentos onde a Eletrobras era acionista, incluindo a NESA.

Os relatórios finais da investigação interna independente incluem certos achados com impactos estimados nas demonstrações financeiras da NESA, tendo sido determinado que certos contratos com alguns empreiteiros e fornecedores do projeto UHE Belo Monte contém impactos estimados de 1% do preço do contrato, mais algumas outras estimativas de montantes fixos determinados, para incluir subornos e atividades de manipulação de propostas consideradas de natureza ilícita.

Com base nas conclusões e resultados identificados pela investigação interna independente, a Administração da NESA avaliou o CPC27 – Ativo Imobilizado, correlacionado às Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 16 – Ativo e Equipamentos e concluiu que, o montante de R$183.000 atribuíveis a eventual superfaturamento devido a subornos e/ou para licitações fraudulentas e atividades consideradas de natureza ilícita, não deveriam ter sido incluídas no custo histórico de seus ativos, pois não seriam necessários para colocar os ativos na localização e condição necessária para seu funcionamento.

A Administração da NESA concluiu também ser impraticável identificar de forma precisa os períodos de demonstrações financeiras anteriores em que possam ter ocorrido o excesso de custos capitalizados, devido ao fato das informações disponibilizadas pela investigação interna independente não especificarem individualmente os contratos, os pagamentos e os períodos de divulgação em que possam ter ocorrido tais excessos. Ressalta-se adicionalmente que os alegados pagamentos indevidos não foram feitos pela NESA, mas por empreiteiros e fornecedores da UHE de Belo Monte, o que também impede a identificação dos valores e períodos precisos dos pagamentos.

Dessa forma, a NESA aplicou o procedimento previsto no IAS-8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro, ajustando os valores estimados de excessos de custos capitalizados, no montante de R$183.000, referentes a pagamentos ilegais no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 devido à impraticabilidade da identificação dos ajustes por cada período anterior afetado.

Como consequência do ajuste registrado pela NESA, a Cemig reconheceu, em 31 de dezembro de 2015, um ajuste no montante de R$ 22.875, na conta investimentos em contrapartida ao resultado com equivalência patrimonial, sendo R$21.390 decorrentes do ajuste feito pela Cemig GT e R$1.485 feito pela Light S.A., em atendimento às determinações do IAS-8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro.

Investimento na Guanhães Energia S.A. – Ajuste para perdas por desvalorização

Em função da analise do fluxo de caixa esperado para o investimento, a Guanhães Energia efetuou um ajuste para perdas por desvalorização no valor de R$138.888. O impacto na Cemig GT foi uma despesa de R$68.055, correspondente à sua participação de 49% na Guanhães, reconhecido no resultado por equivalência patrimonial, em dezembro de 2016.

Investimento na Renova

Contrato de opção

Em 18 de setembro de 2015, foi celebrado um contrato de opção de venda em que, a partir de 31 de março de 2016, a Renova teria a opção de alienar para a SunEdison até 7 milhões das ações da TerraForm Global ("TerraForm") recebidas pela Renova em decorrência do fechamento da primeira fase da operação de alienação e permuta de ativos.

O preço de venda das ações foi determinado em R$50,48 ou US$15,00 convertidos à taxa da data, a escolha da SunEdison. O contrato estabeleceu, também, opção de compra pela SunEdison das mesmas 7 milhões de ações da TerraForm com as mesmas características acima mencionadas.

A Renova informou ainda que notificou a SunEdison e a TerraForm sobre a sua intenção de exercer a opção de venda de 7 milhões de ações de emissão da TerraForm de sua titularidade, conforme previsto em contrato e conforme informado em Fato Relevante publicado pela Renova no dia 18 de setembro de 2015.

Em abril de 2016 houve estruturação de capital da empresa, que alterou a participação da Cemig GT na Companhia.

Em 21 de abril de 2016, a SunEdison pediu recuperação judicial nos Estados Unidos.

Em 1º de junho de 2016, findou-se o prazo para pagamento da opção pela SunEdison.

A Renova precificou a opção considerando o modelo Black-Scholes-Merton e a expectativa futura da taxa de câmbio, bem como o risco de crédito.

A Renova reconheceu em 2016, uma perda de R$111.402, pela variação do valor justo da opção considerando o risco de crédito. Adicionalmente, reconheceu uma perda de R$62.995 relativa à extinção da opção e entrou com processo arbitral requerendo, dentre outras demandas, indenização pelas perdas.

Os valores mencionados acima correspondem ao impacto integral nas Demonstrações Financeiras da Renova, sendo que o impacto para a Cemig foi proporcional a sua participação de 34,15% na investida, avaliada pelo método de equivalência patrimonial, no montante de R$59.557.

Investimento na Terraform – precificação das ações

A Renova Energia possui investimentos em ações classe A (GLBL) da TerraForm ("Ações TERG"), designadas como ativos financeiros disponíveis para venda. A Renova Energia adota essa designação, pois a natureza do investimento não está compreendida em nenhuma das demais categorias de instrumentos financeiros (empréstimos, contas a receber, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado). O ativo está classificado, na Renova Energia, como um ativo não circulante sob a rubrica de investimento e está registrado ao valor justo, baseado na cotação de preço de mercado em bolsa de valores (NASDAQ). De acordo com a política da Renova Energia, os ganhos e perdas decorrentes da variação da cotação das ações são registrados diretamente no patrimônio líquido na rubrica de outros resultados abrangentes. Considerando a volatilidade nas cotações das Ações TERG, a Renova Energia avalia trimestralmente se existem evidências objetivas de perda no valor recuperável desses ativos financeiros, ou seja, a administração da Renova Energia avalia se a queda no valor de mercado das Ações TERG deve ser considerada significativa ou prolongada. Esta avaliação, por sua vez, exige julgamento com base em política da Renova Energia, elaborada segundo práticas usadas no mercado nacional e internacional, e consiste na análise, instrumento por instrumento, baseada em informação quantitativa e qualitativa disponível no mercado a partir do momento que um instrumento demonstra uma queda igual ou superior a 20% no seu valor de mercado ("Queda Significativa") ou a partir de uma queda inferior à Queda Significativa, porém superior à 5% do seu valor de mercado em comparação com seu custo de aquisição por mais de 12 meses ("Queda Prolongada"). Se uma Queda Significativa ou uma Queda Prolongada no valor de mercado do instrumento for apurada, a correspondente parcela acumulada classificada anteriormente em outros resultados abrangentes deve ser registrada no resultado do exercício a título de impairment.

As perdas por redução ao valor recuperável, anteriormente reconhecidas no resultado, não são revertidas por meio do resultado. Qualquer aumento no valor justo após uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecido em outros resultados abrangentes.

Em 2016 os ajustes negativos nos valores justos ocorridos no primeiro e no quarto trimestre no montante de R$281.030 (R$95.972 de impacto na Cemig) foram reconhecidos no resultado e o ajuste positivo de R$99.019 (R$33.815 de impacto na Cemig), referente ao segundo e terceiro trimestres, foi reconhecido em outros resultados abrangentes na Renova Energia.

Rescisão de contrato de compra e venda de ações

Em 01 de abril de 2016, a Renova Energia S.A. ("Renova") informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que o contrato de compra e venda de ações para a alienação dos ativos do projeto ESPRA ("Contrato ESPRA") de titularidade da Renova para TerraForm Global, Inc. ("TerraForm Global") foi rescindido. Dessa maneira, os ativos do projeto ESPRA, correspondentes a três pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) que comercializam energia no âmbito do Proinfa, com 41,8 MW de capacidade instalada, continuam na Renova e voltam a compor o portfólio de ativos operacionais da Renova. Em função do cancelamento, em 1 de abril de 2016, a TerraForm Global pagou à Renova uma multa no valor de R$35.790 (R$12.240 de impacto na Cemig).

O Contrato ESPRA estava contemplado na primeira fase da operação com a TerraForm Global e a SunEdison, Inc. ("SunEdison") anunciada no dia 15 de julho de 2015.

Ajuste para redução ao valor recuperável de ativos

A Renova realizou estudos para avaliar o saldo do Ativo Imobilizado em relação a geração esperada de benefícios econômicos desses ativos em 31 de dezembro de 2016 e efetuou um ajuste para redução ao valor recuperável de ativos, no valor de R$264.246 (R$90.240 de impacto na Cemig), reconhecido em rubrica específica no resultado do exercício de 2016. Esse resultado foi decorrente da projeção do fluxo de caixa desses ativos descontada em 31 de dezembro de 2016.

A Cemig tinha registrado em suas demonstrações financeiras o valor líquido de R$762.691 referente mais valia das concessões, apurada quando dos aportes de capital na Renova. Em função dos estudos para avaliação da recuperabilidade dos valores registrados em relação ao fluxo de caixa descontado da investida, a Administração da Cemig GT entendeu ser necessário um ajuste integral do valor mencionado acima, com o efeito no resultado do exercício de 2016.

<u>Investimento na Light através da Parati, RME e Lepsa</u>

Reorganização Societária da Parati

Em 2016, os acionistas decidiram implementar uma série de medidas visando simplificação societária do grupo Parati, conforme segue:

- Extinção da Redentor Energia S.A., por meio da incorporação reversa pela Rio Minas Energia Participações S.A. ("RME");
- Cisão total da Parati, com incorporação do acervo cindido pela RME e Luce Empreendimentos e Participações S.A. ("LEPSA");

- Extinção da Parati, por meio da incorporação reversa pela RME e LEPSA;

Em novembro de 2016, RME e LEPSA declararam, ao todo, R$463 milhões a título de dividendos com utilização de reservas de lucros acumuladas em anos anteriores. No mesmo mês, foi realizada chamada de capital pelas duas companhias, totalizando um aporte de R$446 milhões, integralizado exclusivamente pela Cemig.

Em função dessas alterações, a Cemig passou a ter a seguinte participação acionária nessas empresas:

- RME – 50,00% das ações ordinárias e 50,00% das ações preferenciais, representando 66,27% do capital social total.
- LEPSA – 50,00% das ações ordinárias e 50,00% das ações preferenciais, representando 66,62% do capital social total.

Exercício de Opção de Venda

A Cemig recebeu, em 06 de setembro de 2016, Notificação de Intenção de Exercício de Opção de Venda – Primeira Janela, do Banco BTG Pactual ("BTG Pactual"), comunicando o exercício, em caráter irrevogável e irretratável, do seu direito de vender para a CEMIG 153.634.195 ações preferenciais ("Ações Objeto da Opção de Venda") representativas de sua participação acionária na Parati.

Em outubro de 2016, em função da extinção da Parati, a Opção de Venda foi desdobrada para RME e LEPSA na proporção de 50% para cada, mantidas todas as condições previstas na Opção de Venda original, exceto os itens modificados nos aditivos, incluindo alteração nos seus Estatutos Sociais.

Em 30 de novembro de 2016, a Cemig pagou R$221,8 milhões pela parcela do BTG Pactual na RME e LEPSA, pelo exercício da primeira janela da PUT.

Ver maiores detalhes da opção de venda na sequência desta Nota Explicativa.

<u>Alienação de ações da TAESA de propriedade da CEMIG</u>

Em 29 de setembro de 2016, a Taesa divulgou o início da oferta pública secundária com esforços restritos de colocação de certificados de depósito de ações, nominativos, escriturais e sem valor nominal, sendo cada um representativo de uma ação ordinária e duas ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Units"), de emissão da Taesa e de titularidade do Fundo de Investimento em Participações Coliseu ("FIP Coliseu") e Cemig.

A Oferta compreendeu a distribuição pública secundária, com esforços restritos de colocação de 65.702.230 Units de titularidade dos Acionistas Vendedores, ao preço de R$19,65 por Unit, resultando em um montante total de R$1.291 milhões. A efetiva liquidação da Oferta ocorreu em 24 de outubro de 2016.

Por se tratar de uma oferta pública com esforços restritos exclusivamente de distribuição secundária, não houve ingresso de recursos para a Taesa, sendo que os Acionistas Vendedores receberam a totalidade dos recursos líquidos dos custos da oferta, resultantes da venda das Units no montante de R$1.276 milhões, dos quais R$791 milhões foram recebidos pela Cemig, representando um ganho bruto de R$180.774, reconhecidos no resultado da Companhia em outubro de 2016.

Com a liquidação da Oferta, a Cemig passou ser titular de 252.369.999 ações ordinárias de emissão da Taesa, representativas de 42,72% do capital social votante, e 73.646.184 ações preferenciais da Taesa, que somadas às ações ordinárias, representam 31,54% do capital social total da Taesa.

Contrato de Investimento para aporte de capital na Ativas

A Cemig Telecom S.A., subsidiária integral da Cemig, celebrou, em 25 de agosto de 2016, Contrato de Investimento com a empresa Sonda Procwork Outsourcing Informática Ltda., integrante do grupo chileno Sonda S.A., para um aporte de capital na Ativas Data Center, em parceria com a Ativas Participações S.A, empresa controlada do Grupo Asamar.

A Sonda é a principal empresa de serviços de Tecnologia da Informação da América Latina, com presença em dez países e 17.000 colaboradores.

Em 19 de outubro de 2016, após cumpridas as condições precedentes previstas no Contrato de Investimento, foi realizado o fechamento da operação.

A Sonda, por meio de aporte no valor de R$114 milhões, passa a deter 60% de participação acionária na Ativas, ficando Cemig Telecom e Ativas Participações com 19,6% e 20,4% do capital total da empresa, respectivamente, o que representou um ganho de R$24.717 no resultado da Cemig Telecom.

Alienação de participação societária vinculada à Transchile

A Cemig celebrou, em 12 de setembro de 2016, Contrato para a alienação da totalidade de sua participação societária vinculada à Transchile Charrúa Transmisión S.A. correspondente a 49% do capital total, para a Ferrovial Transco Chile SpA., empresa controlada pela Ferrovial S.A., pelo valor de US$56,6 milhões. Em 06 de outubro de 2016, a totalidade das ações detidas pela Cemig na Transchile Charrúa Transmisión S.A., correspondente a 49% (quarenta e nove por cento) do capital total, foram transferidas e a venda concretizada para a Ferrovial Transco Chile SpA., empresa controlada pela Ferrovial S.A. no montante de R$180.204, representando um ganho de R$94.438.

Opções de Venda

No cálculo do valor justo da opção com base no modelo BSM as seguintes variáveis são contempladas: preço de exercício da opção; preço de fechamento do ativo objeto na data de 31 de dezembro de 2016; taxa de juros livre de risco; volatilidade do preço do ativo objeto; e o tempo até o vencimento da opção.

Analiticamente, o cálculo do preço de exercício das opções, da taxa de juros livre de risco e do tempo até o vencimento é primariamente determinístico, de modo que a principal divergência entre as PUT's se dá na mensuração do preço de fechamento e na volatilidade do ativo objeto.

Opção de Venda de ações da Parati

A Cemig concedeu ao Fundo de Participações Redentor, que é acionista da Parati S.A. - Participações em Ativos de Energia Elétrica ("Parati"), uma opção de venda da totalidade das ações da Parati de propriedade do Fundo, exercível em maio de 2016. O preço de exercício da opção é calculado através da soma do valor dos aportes do Fundo na Parati, acrescidos das despesas de custeio do Fundo e deduzindo-se os juros sobre capital próprio e dividendos distribuídos pela Parati.

Sobre o preço de exercício haverá atualização pelo CDI acrescido de remuneração financeira de 0,9% ao ano.

O Fundo de Participação possui ações ordinárias e preferencias emitidas pela Light, e, atualmente, exerce o controle em conjunto com a Companhia sobre as atividades dessa companhia. Desta maneira, esta opção foi considerada instrumento derivativo que deve estar contabilizada pelo seu valor justo através dos resultados.

Para fins de determinação da metodologia a ser utilizada na mensuração do valor justo da referida opção, a Companhia, até o primeiro trimestre de 2016, observou o volume das ações da Light negociadas diariamente em bolsa de valores, e o fato de que tal opção, se exercida pelo Fundo, iria requerer a venda para a Companhia, de uma única vez, das ações da referida empresa em uma quantidade superior às médias diárias de negociação em bolsa. Desta forma, a Companhia havia adotado o método de fluxo de caixa descontado para mensuração do valor justo das ações. O valor justo dessa opção foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de exercício deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente até 31 de março de 2016, à taxa efetiva de 7,5% ao ano (descontados os efeitos inflacionários). Em decorrência das alterações no acordo de acionistas da Parati no segundo trimestre de 2016, descritas abaixo, com reflexo nas condições e prazos para exercício da opção de venda, a Companhia passou a utilizar o método Black-Scholes-Merton para mensuração do valor justo das opções.

No segundo trimestre de 2016, foram assinados Termos de Aditamento ao Acordo de acionistas da Parati, sendo descritas abaixo as principais alterações decorrentes desses aditamentos:

1) Postergação do vencimento da Opção de Venda outorgada em 2011 pela Cemig em favor dos cotistas do FIP Redentor, inicialmente previsto para ocorrer em 31 de maio de 2016, para duas datas de exercício distintas:

    a) Primeira janela de exercício: a intenção de exercício poderia ser manifestada por acionista(s) direto(s), independentemente do exercício da Opção de Venda pelos demais acionistas diretos, até o dia 23 de setembro de 2016, inclusive, e englobaria apenas ações preferenciais de emissão da Parati, no limite de até 153.634.195 ações, representativas de 14,30% da totalidade das ações da Parati detidas pelos demais acionistas diretos. O pagamento pela Cemig deveria ocorrer até 30 de novembro de 2016;

    b) Segunda janela de exercício: a intenção de exercício poderá ser manifestada pelo(s) acionista(s) direto(s) que decidir(em) por exercê-la, independentemente do exercício da Opção de Venda pelos demais acionistas diretos, até o dia 23 de setembro de 2017, inclusive, e poderá englobar a totalidade das ações de emissão da Parati, sendo independente do exercício ou não da Opção de Venda na primeira janela de exercício. O pagamento pela Cemig deverá ocorrer até 30 de novembro de 2017;

2) A Opção de Venda passou a poder ser exercida não apenas pelo FIP Redentor, mas também pelos acionistas diretos da Parati, incluindo, mas não se limitando, aos cotistas e/ou suas afiliadas do FIP Redentor, que passará a ser titular de uma Opção de Venda e/ou dos direitos dela decorrentes, por meio do qual cada um dos acionistas diretos terá individualmente o direito de vender quaisquer ações de emissão da Parati de suas respectivas titularidades;

3) Inclusão de condições de adiantamento da data de exercício da opção de venda: em caso de ocorrência de qualquer evento de adiantamento de opção previsto, qualquer dos acionistas diretos poderá apresentar à Cemig uma notificação de adiantamento de opção, momento no qual será considerada exercida por todos os acionistas diretos, sobre a totalidade de suas ações; e,

4) Para garantir o pagamento integral da Opção de Venda a Cemig ofereceu aos detentores da Opção de Venda, em 31 de maio de 2016, 55.234.637 ações ordinárias e 110.469.274 ações preferenciais, ambas de emissão da Transmissora Aliança de Energia S.A. (Taesa), e, como reforço de garantia, 53.152.298 ações de emissão da Light, de sua titularidade direta.

Valor da exposição da Companhia

A movimentação do valor das opções, correspondente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício correspondente, é como segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	**1.245.103**	**165.801**
Adições	54.538	1.079.302
Baixas	(149.760)	-
Saldo Final	**1.149.881**	**1.245.103**

No cálculo do valor justo da opção com base no Black-Scholes-Merton as seguintes variáveis são contempladas: preço de exercício da opção; preço de fechamento da ação da Light na data de 31 de dezembro de 2016 (como referência para o valor da participação indireta detida pelos acionistas diretos da RME e LEPSA na Light); taxa de juros livre de risco; volatilidade do preço do ativo objeto; e o tempo até o vencimento da opção.

A RME e a LEPSA são Holdings não-operacionais e tem como finalidade primária a gestão de sua participação direta na Light. Consequentemente, as receitas das referidas Holdings são oriundas de suas participações nos resultados da Light e de forma residual pela receita financeira obtida pela aplicação dos valores disponíveis em caixa. Adicionalmente, considerando que: i) é do interesse dos acionistas de ambas empresas a distribuição de todo o resultado do exercício, e ii) que o resultado operacional, financeiro e a evolução das contas de reserva da RME e LEPSA são imateriais para o cálculo da opção de venda; tem-se que a única incerteza no fluxo dessas empresas está associada à incerteza da própria Light, de modo que as ações das referidas empresas são avaliadas como se participações diretas na Light o fossem. Assim, o ativo adjacente das opções é a Light S.A., tendo como preço de fechamento do ativo objeto o mensurado para uma ação da Light no último dia útil do exercício findo de 2016 multiplicado pelo número de ações equivalentes da participação indireta dos detentores da PUT Parati na Light. Já a volatilidade é calculada utilizando-se um modelo de volatilidade condicional com base na série de retornos capitalizados em tempo contínuo da Light S.A.

A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade do preço de exercício da opção variando a taxa de juros livre de risco e a volatilidade, mantendo-se todas as demais variáveis do modelo constantes. Nesse contexto, utilizou-se cenários de taxa de juros livre de risco de 6,6% a 16,4% ao ano e volatilidade entre 15% e 63,2% ao ano, resultando em estimativas de preço mínimo e máximo da opção de venda de R$1.126.176 e R$1.259.623, respectivamente.

Opção de Venda de Cotas do FIP Melbourne e FIP Malbec

No cálculo do valor justo da opção com base no modelo BSM as seguintes variáveis são contempladas: preço de exercício da opção; preço de fechamento do ativo objeto na data de 31 de dezembro de 2016; taxa de juros livre de risco; volatilidade do preço do ativo objeto; e o tempo até o vencimento da opção.

Foram assinados, entre a Cemig GT e as entidades de previdência complementar que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas das entidades que compõe a Estrutura de Investimento (“Opções de Venda”), que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014.

O preço de exercício das Opções de Venda é correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar. Esta opção foi considerada instrumento derivativo que deve estar contabilizada pelo seu valor justo através dos resultados.

No quarto trimestre de 2016 a Companhia alterou a metodologia utilizada na mensuração do valor justo da opção de venda da SAAG, passando a adotar o modelo BSM em detrimento do modelo de fluxo de caixa descontado decrescido do preço de exercício da opção de venda. Essa modificação ocorre em linha com as melhores práticas do mercado, uma vez que a metodologia de Black-Scholes-Merton não só calcula a diferença entre o preço de exercício da opção e o valor da ação, trazidos à valor presente, mas também incorpora um importante componente aleatório que pondera esses valores.

Partimos da hipótese de que os dispêndios futuros do FIP Malbec e FIP Melbourne são imateriais, de modo que as opções são avaliadas como se participações diretas na MESA o fossem. Contudo, nem SAAG e nem MESA são negociadas em bolsa de valores, de forma que algumas adaptações são necessárias para cálculo do preço do ativo objeto e de sua volatilidade para aplicação do modelo BSM. O preço de fechamento da ação da MESA em 31 de dezembro de 2016 é auferido via *Free Cash Flow to Equity* (FCFE), com sua equivalência em participação indireta detidas pelos FIP's. A volatilidade, por sua vez, é mensurada como uma média da volatilidade histórica (hipótese de que a série da diferença dos retornos capitalizados em tempo contínuo segue uma distribuição normal) de empresas comparáveis do setor de geração de energia elétrica com ações negociadas na Bovespa.

Com base nos estudos realizados, encontra-se registrado nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia um passivo no valor de R$196.173, referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício.

A movimentação do valor das opções é como segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	**147.614**	**29.029**
Ajuste a Valor Justo	48.559	118.585
Saldo Final	**196.173**	**147.614**

A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade do preço de exercício da opção variando a taxa de juros livre de risco e a volatilidade, mantendo-se todas as demais variáveis do modelo constantes. Nesse contexto, utilizou-se cenários de taxa de juros livre de risco de 6,6% a 16,4% ao ano e volatilidade entre 15% e 63,2% ao ano, resultando em estimativas de preço mínimo e máximo da opção de venda de R$126.307 e R$321.181, respectivamente.

Opções Sonda

Como parte do processo de reestruturação societária, foram assinados, entre a Cemig Telecom e Sonda, Contrato de Outorga de Opção de Compra (emitido por CEMIGTelecom) e Venda (emitido por Sonda).

Assim, a Cemig Telecom encontra-se simultaneamente com um direito (opção de venda) e uma obrigação (opção de compra). O preço de exercício da opção de venda será equivalente a quinze vezes o lucro líquido ajustado da Ativas do exercício fiscal anterior à data de exercício. O preço de exercício da opção de compra, por sua vez, será equivalente a dezessete vezes o lucro líquido ajustado da Ativas do exercício fiscal anterior à data de exercício. Ambas as opções, se exercidas, resultam na venda das ações da Ativas atualmente detida pela Companhia e o exercício de uma das opções resulta na nulidade da outra. As opções serão exercíveis a partir de 1º de janeiro de 2021.

As opções de compra e venda de ações da Ativas ("Opções Ativas") foram mensuradas a valor justo e registradas pelo seu valor líquido, i.e. pela diferença entre os valores justos das duas opções na data de fechamento das demonstrações financeiras do exercício findo em 2016. De acordo com o valor das opções, o valor líquido das Opções Ativas pode constituir um ativo ou um passivo da Companhia.

A mensuração foi efetuada mediante a utilização do modelo de Black-Scholes-Merton (BSM). No cálculo do valor justo das Opções Ativas com base no modelo BSM, as seguintes variáveis são contempladas: preço de fechamento do ativo objeto na data de 31 de dezembro de 2016, taxa de juros livre de risco, volatilidade do preço do ativo objeto, tempo até o vencimento da opção, preços de exercício na data de exercício.

O preço de fechamento do ativo objeto embasou-se no valor da transação de ações da Ativas pela Sonda, ocorrida em 19 de outubro de 2016. O cálculo da taxa de juros livre de risco foi embasado em rendimentos de Letras do Tesouro Nacional. O tempo até o vencimento foi calculado assumindo a data de exercício em 31 de março de 2021. Considerando que os preços de exercício das opções são contingentes aos resultados contábeis futuros da Ativas, a estimativa dos preços de exercício na data de vencimento embasou-se em análises estatísticas e em informações de empresas comparáveis com ações listadas em bolsa.

O efeito líquido do cálculo das opções de compra e venda de ações da Ativas representou um efeito credor de R$4.586 no resultado do exercício de 2016.

Constituição da Aliança Geração de Energia

Em função da constituição da Aliança Geração de Energia, a Companhia transferiu, em 2015, para essa nova empresa os saldos referentes as suas participações nos consórcios de geração de energia elétrica, bem como as participações da controlada Capim Branco Energia S.A., conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2015
Ativo	
Consórcio da Hidroelétrica de Aimorés	404.215
Consórcio da Usina Hidroelétrica de Funil	123.609
Consórcio da Usina Hidroelétrica de Igarapava	37.144
Consórcio UHE Porto Estrela	34.509
	599.477
Passivo	
Concessão Onerosa Porto Estrela - corrente	(15.654)
Concessão Onerosa Porto Estrela – não corrente	(134.071)
	(149.725)
Acervo Líquido da Cemig GT	**449.752**
Acervo Líquido da Capim Branco	**131.362**
	581.114

A Cemig GT reconheceu em suas Demonstrações Financeiras o ganho referente a avaliação ao valor justo do investimento na Aliança, excluindo os efeitos da avaliação ao valor justo dos ativos próprios da Companhia que foram aportados na Aliança.

Dessa forma, segue abaixo demonstrativo dos efeitos da operação nas Demonstrações Financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2015:

	Cemig	Vale	Total
Valor justo dos ativos aportados na Aliança	1.866.981	2.331.177	4.198.158
Valor contábil dos ativos aportados na Aliança	581.114	1.276.668	1.857.782
Participação das empresas na Aliança	45%	55%	100%
Participação da Cemig avaliada pelo valor justo	1.889.171	-	-
Valor contábil dos ativos aportados (Nota 14)	(581.114)	-	-
Mais valia dos negócios aportados na Aliança (100%)	1.308.057	-	-
Parcela da mais valia não reconhecida, referente a participação detida pela Companhia (45%)	(578.615)	-	-
Ganho da transação registrado no resultado do exercício de 2015 (55% da mais valia)	729.442	-	-

Empresas de geração constituídas – lote D do Leilão 12/2015 vencido pela Companhia em 2015

Conforme descrito em maiores detalhes na nota explicativa nº 14, em função da Cemig GT ter vencido o lote D do leilão 12/2015, que contemplou 18 usinas, a Companhia transferiu, em junho de 2016, a titularidade das concessões dessas usinas para 7 novas SPEs de geração, subsidiárias integrais da Cemig GT, que passaram a ser consolidadas a partir do segundo trimestre de 2016.

16. IMOBILIZADO

Consolidado	2016			2015		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço						
Terrenos	286.368	(7.718)	278.650	286.633	(8.024)	278.609
Reservatórios, Barragens e Adutoras	5.347.448	(3.586.435)	1.761.013	4.866.922	(3.036.877)	1.830.045
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	1.789.111	(1.370.631)	418.480	1.576.926	(1.139.615)	437.311
Máquinas e Equipamentos	4.518.403	(3.347.214)	1.171.189	3.862.311	(2.670.212)	1.192.099
Veículos	28.816	(24.586)	4.230	29.000	(20.918)	8.082
Móveis e Utensílios	15.781	(12.373)	3.408	15.685	(11.212)	4.473
	11.985.927	**(8.348.957)**	**3.636.970**	**10.637.477**	**(6.886.858)**	**3.750.619**
Em Curso	**138.106**	**-**	**138.106**	**189.704**	**-**	**189.704**
Imobilizado Líquido	**12.124.033**	**(8.348.957)**	**3.775.076**	**10.827.181**	**(6.886.858)**	**3.940.323**

A movimentação do Ativo Imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2015	Adição	Baixa	Depreciação	Transfe-rências/ Capitalizações	Saldo em 31/12/2016
Em Serviço						
Terrenos	278.609	-	(356)	306	91	278.650
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1.830.045	-	(3)	(98.567)	29.538	1.761.013
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	437.311	-	(734)	(23.137)	5.040	418.480
Máquinas e Equipamentos	1.192.099	-	(42.343)	(110.202)	131.635	1.171.189
Veículos	8.082	-	(58)	(2.277)	(1.517)	4.230
Móveis e Utensílios	4.473	-	(4)	(398)	(663)	3.408
	3.750.619	-	(43.498)	(234.275)	164.124	3.636.970
Em Curso	**189.704**	**119.843**	**(12.862)**		**(158.579)**	**138.106**
Imobilizado Líquido	**3.940.323**	**119.843**	**(56.360)**	**(234.275)**	**5.545**	**3.775.076**

Consolidado	Saldo em 31/12/2014	Adição	Baixa	Aporte na Aliança Geração de Energia	Indenização a Receber	Depreciação	Transferência para Outros Ativos de Longo Prazo	Transfe-rências/ Capitali-zações	Saldo em 31/12/2015
Em Serviço									
Terrenos	373.002	-	(12.322)	(40.796)	(16.277)	(3.384)	(16.575)	(5.039)	278.609
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2.260.282	-	-	(163.123)	(45.819)	(126.986)	(101.988)	7.679	1.830.045
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	609.572	-	(718)	(115.659)	(16.633)	(32.352)	(12.953)	6.054	437.311
Máquinas e Equipamentos	2.053.249	-	(3.499)	(308.207)	(465.851)	(149.454)	(69.054)	134.915	1.192.099
Veículos	9.244	-	-	(335)	-	(2.827)	-	2.000	8.082
Móveis e Utensílios	4.207	-	(11)	(199)	-	(338)	-	814	4.473
	5.309.556	-	(16.550)	(628.319)	(544.580)	(315.341)	(200.570)	146.423	3.750.619
Em Curso	**234.064**	**125.708**	**(4.208)**	**(3.077)**	**(1.801)**	**-**	**(19.299)**	**(141.683)**	**189.704**
Imobilizado Líquido	**5.543.620**	**125.708**	**(20.758)**	**(631.396)**	**(546.381)**	**(315.341)**	**(219.869)**	**4.740**	**3.940.323**

A taxa de depreciação média anual é de 3,51%. As taxas médias anuais de depreciação, por atividade são as seguintes:

Geração Hidrelétrica	Geração Termelétrica	Administração e Outras	Telecomunicações
3,30%	3,85%	10,04%	4,61%

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia. A Administração acredita que a indenização destes ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração e transmissão do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do Ativo Imobilizado.

De forma geral, a depreciação dos itens do ativo imobilizado, incluindo os consórcios, é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica e refletem a vida útil estimada dos bens. O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há ou existe incerteza relacionada à indenização no final da concessão, como geração térmica e geração hidráulica em regime de produção independente, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão.

A Companhia transferiu para o Ativo Financeiro os saldos contábeis remanescentes das usinas que tiveram o seu vencimento em julho de 2015 e que deverão ser objeto de indenização pelo poder Concedente. Maiores informações na nota explicativa nº 14.

Consórcios

A Companhia participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, onde não foi constituída empresa com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles no Ativo Imobilizado e Intangível. A parcela da Companhia no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas naturezas de ativo Imobilizado e Intangível apresentadas. Os investimentos acumulados no consórcio, que tem a participação de 17,50% da Companhia Energética de Brasília, são como segue:

Controladora e Consolidado	Participação na energia gerada (%)	Taxa Média Anual de Depreciação (%)	31/12/2016	31/12/2015
Em serviço				
Usina de Queimado	82,5	3,73	217.061	212.784
Depreciação acumulada			(90.524)	(74.248)
Total em operação			**126.537**	**138.536**
Em curso				
Usina de Queimado	82,5	-	233	3.894
Total em construção			**233**	**3.894**

17. INTANGÍVEIS

Ativos da concessão

Em conformidade a Interpretação Técnica ICPC 01, contabilidade de concessões, foi registrada no Ativo Intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será amortizada durante a concessão, composta pelos ativos de distribuição, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de distribuição do setor elétrico, estabelecendo periodicamente uma revisão na avaliação dessas taxas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para avaliação e amortização do ativo intangível.

Os ativos intangíveis de Servidão, Concessão Onerosa, Direito de Exploração de Concessão e Outros são amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida.

a) Composição de saldo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Consolidado	2016			2015		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço						
Com Vida Útil Definida						
Servidão	11.749	(1.315)	10.434	11.749	(1.315)	10.434
Concessão Onerosa	19.169	(10.572)	8.597	19.169	(9.894)	9.275
Ativos de Concessão	16.287.763	(7.039.840)	9.247.923	15.607.708	(6.642.234)	8.965.474
Outros	76.864	(59.434)	17.430	69.041	(53.751)	15.290
	16.395.545	(7.111.161)	9.284.384	15.707.667	(6.707.194)	9.000.473
Em Curso	1.535.296	-	1.535.296	1.274.631	-	1.274.631
Intangível Líquido	**17.930.841**	**(7.111.161)**	**10.819.680**	**16.982.298**	**(6.707.194)**	**10.275.104**

Controladora	Taxa Média de Amortização	2016			2015		
		Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço							
Com Vida Útil Definida							
Direito de uso de softwares	20%	3.789	(3.649)	140	3.789	(3.550)	239
Marcas e Patentes	10%	9	(7)	2	9	(6)	3
		3.798	(3.656)	142	3.798	(3.556)	242
Em Curso		1.710	-	1.710	1.676	-	1.676
Intangível Líquido		**5.508**	**(3.656)**	**1.852**	**5.474**	**(3.556)**	**1.918**

b) Movimentação do Ativo Intangível

Consolidado	Saldo em 31/12/2015	Adição	Baixa Obrigação Especial (1)	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo em 31/12/2016
Em Serviço							
Com Vida Útil Definida							
Servidão	10.434	-	-	-	-	-	10.434
Concessão Onerosa	9.275	-	-	-	(678)	-	8.597
Ativos de Concessão	8.965.474	5.412	98.236	(31.878)	(593.399)	804.078	9.247.923
Outros	15.290	-	-	-	(5.939)	8.079	17.430
	9.000.473	5.412	98.236	(31.878)	(600.016)	812.157	9.284.384
Em Curso	1.274.631	1.157.466	-	(6.637)	-	(890.164)	1.535.296
Intangível Líquido - Consolidado	**10.275.104**	**1.162.878**	**98.236**	**(38.515)**	**(600.016)**	**(78.007)**	**10.819.680**

(1) A baixa de Obrigação Especial decorre da celebração de contratos de Confissão de Dívida e Reconhecimento de Débito com a Eletrobrás, no montante de R$98.236, a título de restituição dos valores apurados pelo processo de encerramento dos Contratos de Financiamento e Concessão de Subvenção do Programa Luz Para Todos, com recursos oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), e devolução dos recursos relacionados à Reserva Global de Reversão (RGR).

Consolidado	Saldo em 31/12/2014	Adição	Aporte na Aliança Geração de Energia	Indenização Usinas não Renovadas	Baixa	Amor-tização	Transferência Financeiro - Intangível pela Renovação das Concessões (*)	Transfe-rência	Saldo em 31/12/2015
Em Serviço									
Com Vida Útil Definida									
Servidão	11.862	-	(1.202)	(43)	-	(205)	-	22	10.434
Concessão Onerosa	23.743	-	(12.517)	-	-	(1.951)	-	-	9.275
Ativos de Concessão	2.223.034	7.651	-	-	(20.910)	(512.379)	7.161.504	106.574	8.965.474
Outros	17.345	8	-	-	-	(4.954)	-	2.891	15.290
	2.275.984	7.659	(13.719)	(43)	(20.910)	(519.489)	7.161.504	109.487	9.000.473
Em Curso	1.103.312	1.108.361	-	-	(16.731)	-	-	(920.311)	1.274.631
Intangível Líquido - Consolidado	**3.379.296**	**1.116.020**	**(13.719)**	**(43)**	**(37.641)**	**(519.489)**	**7.161.504**	**(810.824)**	**10.275.104**

(*) Vide comentários na Nota Explicativa nº 13.

A taxa de amortização média anual é de 3,51%. As taxas médias anuais de amortização, por atividade, determinadas na legislação do setor, são as seguintes:

Geração Hidrelétrica	Geração Termelétrica	Distribuição	Administração e Outras	Telecomunicações
20,00%	19,35%	3,85%	23,29%	11,56%

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida. No montante de adições de R$1.162.878 está contemplado R$142.014 (R$159.222 em 2015) a título de Encargos Financeiros Capitalizados, conforme apresentado na Nota Explicativa 20.

18. FORNECEDORES

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Energia de curto prazo - CCEE	167.860	307.631
Encargos de uso da rede elétrica	78.407	81.211
Energia elétrica comprada para revenda	676.563	647.149
Itaipu binacional	206.827	314.859
Gás comprado para revenda	461.589	235.537
Materiais e serviços	348.347	314.766
	1.939.593	**1.901.153**

19. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos, Taxas e Contribuições

As obrigações não circulante de Pasep/Cofins referem-se ao questionamento da constitucionalidade da inclusão do ICMS, na base de cálculo dessas contribuições, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia e suas Controladoras Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão obtiveram liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento para os fatos geradores ocorridos até julho de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente as contribuições.

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Circulante				
ICMS	501.535	462.336	-	18.091
COFINS	128.030	156.657	32.332	26.895
PASEP	27.701	33.332	6.987	5.708
INSS	24.865	22.464	1.933	1.740
Outros	111.456	65.324	42.382	689
	793.587	**740.113**	**83.634**	**53.123**
Não Circulante				
COFINS	594.866	608.503	-	-
PASEP	129.056	131.208	-	-
	723.922	**739.711**	**-**	**-**
	1.517.509	**1.479.824**	**83.634**	**53.123**

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Circulante

	Consolidado	
	2016	2015
Circulante		
Imposto de Renda	18.380	7.619
Contribuição Social	8.485	3.027
	26.866	**10.646**

20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Consolidado			
				31/12/2016			31/12/2015
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
Banco do Brasil S.A. – Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US$	1.398	21.651	23.049	32.109
KFW	2016	4,50	EURO	-	-	-	2.803
KFW	2018	1,78	EURO	3.619	3.797	7.416	11.627
Dívida em Moeda Estrangeira				**5.017**	**25.448**	**30.465**	**46.539**
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2017	108,33% do CDI	R$	72.242	-	72.242	143.937
Banco do Brasil S.A.	2017	108,00% do CDI	R$	150.683	-	150.683	433.877
Banco do Brasil S.A.	2018	112,00% do CDI	R$	284.748	270.000	554.748	924.666
Banco do Brasil S.A (6)	2018	128,00% do CDI	R$	-	-	-	803.698
Banco do Brasil S.A	2017	111,00% do CDI	R$	50.308	-	50.308	99.759
Banco do Brasil S.A	2020	114,00% do CDI	R$	7.579	493.773	501.352	499.017
Banco do Brasil S.A	2018	132,90% do CDI	R$	291.447	291.596	583.043	-
BNDES	2026	TJLP+2,34	R$	7.892	66.203	74.095	81.339
BNDES	2020	TJLP+2,48	R$	-	-	-	11.323
CEF	2018	119,00% do CDI	R$	100.459	8.333	108.792	200.876
CEF	2020	132,14% do CDI	R$	65.245	616.172	681.417	-
ELETROBRÁS	2023	UFIR, RGR + 6,00 a 8,00	R$	18.515	49.528	68.043	184.764
Grandes Consumidores	2018	Diversas	R$	3.727	2.590	6.317	7.866
FINEP	2018	TJLP + 5 e TJLP + 2,5	R$	3.154	2.351	5.505	8.651
Consórcio Pipoca	2018	IPCA	R$	-	185	185	185
Nota Promissória – 8ª Emissão (3)	2016	111,70 do CDI	R$	-	-	-	1.889.352
Nota Promissória – 6ª Emissão (2)	2016	120,00% do CDI	R$	-	-	-	1.440.907
Nota Promissória – 7ª Emissão (2)	2017	128,00% do CDI	R$	667.143	-	667.143	-
BASA	2018	CDI+1,9	R$	2.097	119.504	121.601	121.172
SONDA(4)	2021	110% do CDI	R$	45.617	37.621	83.238	-
7Nota Promissória-1ª Emissão (4)	2016	120,0% do CDI	R$	-	-	-	22.601
Dívida em Moeda Nacional				**1.770.856**	**1.957.856**	**3.728.712**	**6.873.990**
Total de Empréstimos e Financiamento				**1.775.873**	**1.983.304**	**3.759.177**	**6.920.529**
Debêntures - 2ª Emissão (3)	2017	IPCA + 7,96	R$	235.136	-	235.136	441.462
Debêntures - 1ª série – 3ª Emissão (2)	2017	CDI + 0,90	R$	543.208	-	543.208	539.943
Debêntures - 3ª série – 3ª Emissão (2)	2022	IPCA + 6,20	R$	50.734	932.772	983.506	922.328
Debêntures - 2ª série – 3ª Emissão (2)	2019	IPCA + 6,00	R$	14.657	278.465	293.122	274.892
Debêntures - 2ª série - 3ª Emissão (3)	2021	IPCA + 4,70	R$	59.050	1.436.058	1.495.108	1.402.391
Debêntures - 3ª série - 3ª Emissão (3)	2025	IPCA + 5,10	R$	38.290	856.628	894.918	839.429
Debêntures - 1ª série - 3ª Emissão (3)	2018	CDI + 0,69	R$	53.085	410.795	463.880	461.258
Debêntures - 1ª série - 6ª Emissão (2)	2018	CDI+1,6	R$	552.557	485.416	1.037.973	1.037.256
Debêntures - 2ª série - 6ª Emissão (2)	2020	IPCA+8,07	R$	1.063	30.054	31.117	29.185
Debêntures - 1ª série - 7ª Emissão (2)	2021	140,0% do CDI	R$	(7.323)	2.204.164	2.196.841	-
Debêntures - 4ª Emissão (3)	2018	CDI + 4,05	R$	804.508	793.182	1.597.690	-
Debêntures - 2ª série - 4ª Emissão (2)	2016	CDI+085	R$	-	-	-	501.398
Debêntures - 1ª série - 5ª Emissão (2)	2018	CDI+1,70	R$	711.295	700.000	1.411.295	1.411.646
Debêntures (5)	2016	TJLP+3,12	R$	-	-	-	41.009
Debêntures (5)	2018	CDI + 1,60	R$	629	100.000	100.629	102.862
Debêntures (5)	2018	CDI+0,74	R$	33.366	33.340	66.706	100.111
Debêntures (5)	2022	TJLP+7,82 (75%) e Selic+1,82(25%)	R$	20.274	113.228	133.502	124.416
Debêntures - 1ª série - 1ª Emissão(4)	2018	TJLP+2,62	R$	-	-	-	8.099
Debêntures - 2ª série - 1ª Emissão(4)	2018	TJLP+3,32	R$	-	-	-	3.004
Debêntures - 3ª série - 1ª Emissão(4)	2018	TJLP+1,72	R$	-	-	-	1.121
Debêntures - 4ª série - 1ª Emissão(4)	2018	TJLP+2,62	R$	-	-	-	2.437
Debêntures - 5ª série - 1ª Emissão(4)	2018	TJLP+3,32	R$	-	-	-	1.002
Debêntures - 6ª série - 1ª Emissão(4)	2018	TJLP+1,72	R$	-	-	-	759
(-)FIC Pampulha-Títulos de empresas controladas (7)				(49.479)	(15.049)	(64.528)	-
Total de Debêntures				**3.061.050**	**8.359.053**	**11.420.103**	**8.246.008**
Total Geral Consolidado				**4.836.923**	**10.342.357**	**15.179.280**	**15.166.537**

(1) As taxas de juros variam de 2,00% a 8,00 % ao ano. Libor semestral mais spread de 0,81% a 0,88% ao ano;
(2) Cemig Geração e Transmissão;
(3) Cemig Distribuição;
(4) Cemig Telecom;
(5) Gasmig;
(6) A Cemig D celebrou, em 22 de abril de 2016, termos aditivos a duas Cédulas de Crédito Bancário, emitidas em favor do Banco do Brasil, no valor total de R$ 600 milhões de reais, cuja finalidade consiste em rolagem de dívidas da companhia. A taxa de juros é de 128,00% do CDI a.a. e os recursos serão pagos em 4 parcelas semestrais com vencimento final em abril/2018.
(7) O FIC Pampulha possui aplicações financeiras em títulos emitidos por empresas controladas. Mais informações e características do fundo vide Nota Explicativa nº 28.

Garantias

O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2016, é garantido da seguinte forma:

	Valores em reais
Nota Promissória, Aval e Fiança	11.023.266
Recebíveis	3.840.438
Sem Garantia	315.576
TOTAL	**15.179.280**

A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	1.398	-	-	-	-	-	-	21.651	23.049
Euro	3.619	3.797	-	-	-	-	-	-	7.416
Total por Moedas	**5.017**	**3.797**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**21.651**	**30.465**
Indexadores									
IPCA (1)	398.934	138.954	628.042	796.676	796.245	531.428	214.241	428.572	3.933.092
UFIR/RGR (2)	18.514	16.357	12.912	11.210	3.407	3.264	2.379	-	68.043
CDI (3)	4.379.413	3.685.579	1.154.325	953.684	755.260	-	-	-	10.928.261
URTJ/TJLP (4)	31.319	33.845	31.494	31.687	31.242	26.171	7.631	19.713	213.102
IGP-DI (5)	1.936	846	846	397	-	-	-	-	4.025
TR (6)	1.790	402	100	-	-	-	-	-	2.292
Total por Indexadores	**4.831.906**	**3.875.983**	**1.827.719**	**1.793.654**	**1.586.154**	**560.863**	**224.251**	**448.285**	**15.148.815**
Total Geral	**4.836.923**	**3.879.780**	**1.827.719**	**1.793.654**	**1.586.154**	**560.863**	**224.251**	**469.936**	**15.179.280**

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
(2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR);
(3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
(4) Unidade de Referência de Taxa de Juros (URTJ);
(5) Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna (IGP-DI);
(6) Taxa Referencial (TR).

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	Variação % Acumulada em 2016	Variação % Acumulada em 2015	Indexador	Variação % Acumulada em 2016	Variação % Acumulada em 2015
Dólar Norte-Americano	(16,54)	47,01	IPCA	6,29	10,67
Euro	(19,10)	31,71	CDI	14,06	13,23

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**13.508.738**
Empréstimos e Financiamentos obtidos	5.817.472
Custos de Captação	(78.009)
Financiamentos Obtidos líquidos dos Custos de Captação	5.739.463
Variação monetária e cambial	400.325
Encargos financeiros provisionados	1.545.293
Encargos financeiros pagos	(1.331.292)
Amortização de financiamentos	(4.695.990)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**15.166.537**
Empréstimos e Financiamentos obtidos	5.878.054
Custos de Captação	(141.278)
Financiamentos Obtidos líquidos dos Custos de Captação	5.736.776
Variação monetária e cambial	230.859
Encargos financeiros provisionados	2.070.411
Encargos financeiros pagos	(2.369.244)
Amortização de financiamentos	(5.591.531)
(-)FIC Pampulha-Títulos de empresas controladas	(64.528)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**15.179.280**

Encargos Capitalizados

A Companhia transferiu para o Ativo Intangível os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	31/12/2016	31/12/2015
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	2.070.411	1.545.293
Encargos Financeiros Transferidos para o Intangível	(142.014)	(159.222)
Efeito Líquido no Resultado	**1.928.397**	**1.386.071**

Os valores dos encargos capitalizados no montante de R$142.014 (R$159.222 em 2015) foram excluídos na Demonstração do Fluxo de Caixa, nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

A taxa média de capitalização dos empréstimos e financiamentos cujos custos foram transferidos para as obras foi de 18,02% em 31 de Dezembro de 2016 e 15,25% no mesmo período de 2015.

Captações de Recursos

As captações de recursos no consolidado durante o exercício de 2016 estão demonstradas abaixo:

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor Captado *
Moeda Nacional			
Caixa Econômica Federal (Cemig D)	2020	132,14% do CDI	675.008
Debêntures(Cemig D)	2018	CDI+4,05%	1.574.625
KFW(Cemig GT)	2018	1,78%	1.965
Nota Promissória – 7ª emissão (Cemig GT)	2017	128% do CDI	605.740
Debêntures 4ª emissão 7ª série(Gasmig)	2020	TJLP	23.850
Debêntures 7ª emissão (Cemig GT)	2021	140% do CDI	2.195.200
Banco do Brasil	2018	132,90% do CDI	579.546
SONDA(Cemig Telecom)	2021	110% do CDI	80.842
Financiamentos Obtidos líquidos dos Custos de Captação			**5.736.776**

7ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais

Em 01 de julho de 2016, A Cemig GT concluiu a sua 7ª emissão de notas promissórias comerciais, totalizando R$ 620.000. Os recursos obtidos foram destinados ao pagamento da 2ª parcela da bonificação pela outorga de concessões de usinas hidrelétricas referentes ao Lote D do Leilão ANEEL 12/2015, bem como reforço de capital de giro da empresa. As notas promissórias têm prazo de 360 dias, com vencimento em 26 de junho de 2017 e pagam juros remuneratórios correspondentes a 128% da variação acumulada das taxas média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia – DI, over extra grupo, que serão pagos na data de vencimento. Esta emissão possui aval da controladora Cemig.

Emissão de Cédula de Crédito Bancário

A Cemig GT emitiu, em 24 de outubro de 2016, uma Cédula de Crédito Bancário em favor do Banco do Brasil, no valor total de R$600 milhões de reais, com a finalidade de efetuar pagamento e/ou amortização de operações junto ao próprio Banco. Esse empréstimo possui taxa de juros de 132,90% do CDI a.a. e será pago em 4 parcelas semestrais, com vencimento final em outubro de 2018.

7ª Emissão de Debêntures

A Cemig Geração e Transmissão S.A realizou, em 29 de dezembro de 2016 sua 7ª emissão de Debêntures simples no valor de R$2.240 milhões, não considerando os custos de captação, em série única, com prazo de vigência de 5 anos. As debêntures contam com garantias reais e garantia adicional fidejussória. Os juros serão pagos, sem carência, mensalmente, à taxa de juros de 140% CDI a.a. até o 23º mês. A partir do 24º mês haverá pagamento do principal + juros e vencimento final em 29 de dezembro de 2021. Os recursos captados foram utilizados para o pagamento da 6ª Nota Promissória da Cemig GT e também para recomposição do caixa da Companhia.

Debêntures

As debêntures de emissão da Companhia são do tipo "simples", não conversíveis em ações, e possuem as seguintes características:

Empresa Emissora	Tipo garantia	Encargos Anuais (%)	Vencimento	31/12/2016	31/12/2015
CEMIG GT 1ª Série – 3ª Emissão	Quirografária	CDI + 0,90	2017	543.208	539.943
CEMIG GT 3ª Série – 3ª Emissão	Quirografária	IPCA + 6,20	2022	983.506	922.328
CEMIG GT 2ª Série – 3ª Emissão	Quirografária	IPCA + 6,00	2019	293.122	274.892
CEMIG GT 4ª Emissão	Quirografária	CDI + 0,85	2016	-	501.398
CEMIG GT 5ª Emissão	Quirografária	CDI+1,70	2018	1.411.295	1.411.646
CEMIG D - 1º Série 3ª Emissão	Fiança	CDI + 0,69	2018	463.880	461.258
CEMIG D - 2º Série 3ª Emissão	Fiança	IPCA + 4,70	2021	1.495.108	1.402.391
CEMIG D - 3º Série 3ª Emissão	Fiança	IPCA + 5,10	2025	894.918	839.429
CEMIG GT 1º Série 6ª Emissão	Fiança	CDI+1,6	2018	1.037.973	1.037.256
CEMIG GT 2º Série 6ª Emissão	Fiança	IPCA+8,07	2020	31.117	29.185
CEMIG D 2ª Emissão	Não há	IPCA + 7,96	2017	235.136	441.462
CEMIG D 4ª Emissão	Fiança	CDI + 4,05	2018	1.597.690	-
Debêntures - 1ª série - 7ª Emissão (2)	Recebíveis(Receita)	140,0% do CDI	2021	2.196.841	-
GASMIG	Quirografária	TJLP+3,12	2016	-	41.009
GASMIG	Quirografária	CDI + 1,60	2018	100.629	102.862
GASMIG	Quirografária	CDI+0,74	2018	66.706	100.111
GASMIG	Quirografária	TJLP+7,82 (75%) e Selic+1,82(25%)	2022	133.502	124.416
CEMIG TELECOM -1ªSérie-1ª Emissão	Recebíveis(Receita)	TJLP+3,62	2018	-	8.099
CEMIG TELECOM -2ªSérie-1ª Emissão	Recebíveis(Receita)	TJLP+4,32	2018	-	3.004
CEMIG TELECOM -3ªSérie-1ª Emissão	Recebíveis(Receita)	TJLP+1,72	2018	-	1.121
CEMIG TELECOM -4ªSérie-1ª Emissão	Recebíveis(Receita)	TJLP+3,62	2018	-	2.437
CEMIG TELECOM -5ªSérie-1ª Emissão	Recebíveis(Receita)	TJLP+4,32	2018	-	1.002
CEMIG TELECOM -6ªSérie-1ª Emissão	Recebíveis(Receita)	TJLP+1,72	2018	-	759
Subtotal				**11.484.631**	**8.246.008**
(-)FIC Pampulha-Títulos de empresas controladas				(64.528)	
TOTAL				**11.420.103**	**8.246.008**

Para as Debêntures emitidas pela Companhia, não há cláusulas de repactuação e debêntures em tesouraria. Há cláusula de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado, da Cemig GT ou sua controladora Cemig, superior a R$50 milhões ("*cross default*").

Cláusulas Contratuais Restritivas - "*Covenants*"

A Companhia possui contratos com Cláusulas Restritivas ("*Covenants*") atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido Emissora	Índice Requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
Financiamento BNDES – Cemig GT (1)	Patrimônio Líquido da Garantidora / Ativo Total da Garantidora	-	Manter índice de capitalização de no mínimo 30%	Anual
Cédula de Crédito Bancário Banco do Brasil – Cemig GT (2)	Dívida Líquida da Avalista / EBITDA da Avalista	-	Manter índice igual ou inferior a: 6,00 em 2016 5,26 em 2017 5,00 em 2018	Trimestral, a partir de dezembro de 2016
7ª emissão de debêntures - Cemig GT (3)	Dívida Líquida / (Ebitda + Dividendos Recebidos)	Manter índice igual ou inferior a: 5,5 em 2017 5,0 em 2018 4,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Manter índice igual ou inferior a: 4,5 em 2017 4,25 em 2018 3,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Semestral, a partir de junho de 2017
Debêntures GASMIG (4)	Endividamento Geral (Exigível Total/Ativo Total) EBITDA/Serviço da Dívida	Menor que 0,6 Igual ou maior que 1,30	-	Anual

(1) Caso não consiga atingir o índice requerido, a Companhia terá seis meses, contados do fim do exercício social em que o índice foi apurado, para: (i) constituir garantias reais que, segundo avaliação do BNDES, representem 130,00% do valor do saldo devedor do contrato; ou (ii) apresentar balancete, auditado por auditor cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que indique o retorno do índice requerido;
(2) Cédula de Crédito Bancário emitida em favor do Banco do Brasil, em outubro de 2016, no valor de R$600 milhões. Se for acordado com outros credores covenants financeiros adicionais ou mais restritivos, eles serão automaticamente incorporados na CCB;
(3) 7ª emissão de debêntures da Cemig GT, em dezembro de 2016, no montante de R$2.240 milhões;
(4) Caso não consiga atingir o índice requerido, a Gasmig constituirá, no prazo de 120 dias, contados das data da comunicação por escrito da BNDESPAR ou do BNDES, garantias aceitáveis aos debenturistas pelo valor total da dívida, observadas as normas do Conselho Monetário Nacional, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os índices requeridos. Determinadas situações previstas contratualmente podem provocar vencimento antecipado de outras dívidas (*cross default*).

Em 31 de dezembro de 2016, todas as cláusulas restritivas, referentes a índices financeiros daCompanhia foram atendidas.

21. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	2016	2015
Ativo		
Reserva Global de Reversão – RGR (1)	48.379	-
	48.379	-
Passivo		
Reserva Global de Reversão - RGR	34.659	47.780
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	189.330	281.552
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	-	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	2.877	2.968
Eficiência Energética	287.571	207.162
Pesquisa e Desenvolvimento	233.560	159.510
Pesquisa Expansão Sistema Energético	2.724	1.765
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	5.146	3.251
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	7.720	6.550
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	23.404	-
Encargo de Capacidade Emergencial	30.996	30.996
Encargos Consumidor - Bandeiras Tarifárias	17.224	655
	835.211	**743.396**
Ativo Circulante	**48.379**	**-**
Passivo Circulante	**380.586**	**516.983**
Passivo Não Circulante	**454.625**	**226.413**

(1) A Cemig GT solicitou à Aneel a revisão dos valores pagos, em exercícios anteriores, referentes à RGR em função da base de cálculo utilizada na época para cálculo do encargo. Somente após a conclusão da Aneel, em 2016, que julgou procedente o pedido da Cemig GT, conforme Nota Técnica Aneel 162/2016, é que a Cemig GT reconheceu o direito de recuperar o valor de R$119.264, a ser compensado com RGR a pagar.

22. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

A Cemig é patrocinadora da Fundação Forluminas de Seguridade Social ("Forluz"), pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários ("Plano B") – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários ("Plano A") – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

A Cemig, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

Amortização das Obrigações Atuariais e Reconhecimento nas Demonstrações Financeiras

A Companhia demonstra nesta Nota Explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 R1/IAS 19 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes com base em 31 de dezembro de 2016.

Foi reconhecida pela Companhia uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao fundo de pensão no montante de R$787.003 em 31 de dezembro de 2016 (R$811.573 em 31 de dezembro de 2015). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar pela Cemig e suas controladas Cemig D e Cemig GT e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Informações atuariais

As informações atuariais consolidadas são conforme segue:

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Valor Presente das Obrigações	9.743.558	1.710.787	37.549	813.921	12.305.815
Valor Justo dos Ativos do Plano	(8.128.251)	-	-	-	(8.128.251)
Passivo Líquido inicial	1.615.307	1.710.787	37.549	813.921	4.177.564
Ajuste ao Teto de Ativo (*Asset Ceiling*)	63.847	-	-	-	63.847
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	**1.679.154**	**1.710.787**	**37.549**	**813.921**	**4.241.411**

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Obrigação de Benefício Definido em 31 de dezembro de 2014	**8.124.131**	**1.120.185**	**31.946**	**680.034**	**9.956.296**
Custo do Serviço Corrente	5.120	7.381	229	3.491	16.221
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	933.443	134.645	3.840	80.848	1.152.776
Perdas (Ganhos) Atuariais:					
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	8.036	42.718	962	(71.018)	(19.302)
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	(822.276)	127.533	(753)	(121.526)	(817.022)
Decorrentes de ajustes com base na experiência	533.679	(32.322)	(3.868)	68.104	565.593
	(280.561)	137.929	(3.659)	(124.440)	(270.731)
Alterações no plano - Serviço Passado	-	-	-	(74.425)	(74.425)
Benefícios Pagos	(733.266)	(76.624)	(2.266)	(12.131)	(824.287)
Obrigação de Benefício Definido em 31 de dezembro de 2015	**8.048.867**	**1.323.516**	**30.090**	**553.377**	**9.955.850**
Custo do Serviço Corrente	5.372	8.520	194	2.628	16.714
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	1.013.091	173.886	3.953	72.252	1.263.182
Perdas (Ganhos) Atuariais:					
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	(920)	-	-	53	(867)
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	1.253.472	390.951	8.806	174.832	1.828.061
Decorrentes de ajustes com base na experiência	230.666	(86.909)	(3.422)	21.608	161.943
	1.483.218	304.042	5.384	196.493	1.989.137
Benefícios Pagos	(806.990)	(99.177)	(2.072)	(10.829)	(919.068)
Obrigação de Benefício Definido em 31 de dezembro de 2016	**9.743.558**	**1.710.787**	**37.549**	**813.921**	**12.305.815**

As mudanças no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2014	**8.051.319**
Retorno real dos investimentos	(732.124)
Contribuições do Empregador	116.550
Benefícios pagos	(733.266)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2015	**6.702.479**
Retorno real dos investimentos	2.105.599
Contribuições do Empregador	127.163
Benefícios pagos	(806.990)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2016	**8.128.251**

Os valores reconhecidos na Demonstração de Resultado de 2016 e 2015 são como segue:

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	5.372	8.520	194	2.628	16.714
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	1.013.091	173.886	3.953	72.252	1.263.182
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(832.741)	-	-	-	(832.741)
Despesa (Recuperação de Despesa) Total em 2016 conforme cálculo atuarial	**185.722**	**182.406**	**4.147**	**74.880**	**447.155**

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	5.120	7.381	229	3.491	16.221
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	933.443	134.645	3.840	80.848	1.152.776
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(931.302)	-	-	-	(931.302)
Custo do serviço passado	-	-	-	(74.425)	(74.425)
Despesa Conforme Cálculo Atuarial	**7.261**	**142.026**	**4.069**	**9.914**	**163.270**
Ajuste Referente à Dívida com a Forluz	121.375	-	-	-	121.375
Despesa Total em 2015	**128.636**	**142.026**	**4.069**	**9.914**	**284.645**

A Companhia realizou modificações no seguro de vida, em 2015, que implicaram em alterações no limite máximo do capital segurado. A alteração mencionada implicou em uma redução nas obrigações pós-emprego, em contrapartida ao resultado de 2015, no montante de R$74.425.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Controladora	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2014	**39.335**	**63.185**	**1.986**	**38.577**	**143.083**
Despesa Reconhecida no Resultado	6.329	7.843	249	4.692	19.113
Contribuições Pagas	(5.734)	(4.498)	(133)	(770)	(11.135)
Alterações no plano - Serviço Passado	-	-	-	(8.917)	(8.917)
Perdas (Ganhos) atuariais (*)	159.253	7.504	(144)	(5.566)	161.047
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2015	**199.183**	**74.034**	**1.958**	**28.016**	**303.191**
Despesa Reconhecida no Resultado	27.756	10.138	275	3.775	41.944
Contribuições Pagas	(6.255)	(6.116)	(131)	(612)	(13.114)
Perdas atuariais (*)	37.249	17.599	350	10.245	65.443
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2016	**257.933**	**95.655**	**2.452**	**41.424**	**397.464**
				2016	**2015**
Passivo Circulante				11.143	9.139
Passivo Não Circulante				386.321	294.052

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2014	**799.487**	**1.120.185**	**31.946**	**680.034**	**2.631.652**
Despesa Reconhecida no Resultado	128.636	142.026	4.069	84.339	359.070
Contribuições Pagas	(116.550)	(76.624)	(2.266)	(12.131)	(207.571)
Alterações no plano - Serviço Passado	-	-	-	(74.425)	(74.425)
Perdas (Ganhos) atuariais (*)	534.815	137.929	(3.659)	(124.440)	544.645
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2015	**1.346.388**	**1.323.516**	**30.090**	**553.377**	**3.253.371**
Despesa Reconhecida no Resultado	185.722	182.406	4.147	74.880	447.155
Contribuições Pagas	(127.163)	(99.177)	(2.072)	(10.829)	(239.241)
Perdas atuariais (*)	274.207	304.042	5.384	196.493	780.126
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2016	**1.679.154**	**1.710.787**	**37.549**	**813.921**	**4.241.411**
				2016	**2015**
Passivo Circulante				198.867	166.990
Passivo Não Circulante				4.042.544	3.086.381

(*) Reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido

Em 2016 e 2015, as despesas relacionadas à dívida com a Forluz foram registradas no resultado financeiro, por representarem juros e variação monetária. As demais despesas com o Fundo de Pensão e com os planos de saúde, odontológico e seguro de vida foram registradas como despesas operacionais.

A estimativa para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2017 é como segue:

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	4.480	11.268	264	3.760	19.772
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	979.746	177.995	3.907	84.869	1.246.517
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(810.265)	-	-	-	(810.265)
Despesa Total em 2017 conforme laudo atuarial	**173.961**	**189.263**	**4.171**	**88.629**	**456.024**

A expectativa de pagamento de benefícios para o exercício de 2017 é como segue:

Consolidado	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Estimativa de pagamento de benefícios	843.305	103.640	2.165	11.316	960.426

A Companhia têm a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão no exercício de 2017 no montante de R$132.885 para amortização da dívida pactuada e de R$107.148 para o plano de Contribuição Definida (registro diretamente no resultado do exercício).

Os prazos médios de vencimento das obrigações dos planos de benefício, em anos, são os seguintes:

Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Plano A	Plano B			
9,58	11,83	13,38	13,38	11,83

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	Cemig, Cemig GT e Cemig D	
	2016	2015
Ações de empresas brasileiras	3,84%	6,90%
Títulos de Renda Fixa	74,96%	66,38%
Imóveis	8,14%	9,66%
Outros	13,06%	17,06%
Total	**100,00%**	**100,00%**

Os ativos do Plano de Pensão incluem os seguintes ativos, avaliados pelo valor justo, da Cemig, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição:

	2016	2015
Debêntures não conversíveis emitidas pela Patrocinadora e Controladas	397.443	418.656
Ações emitidas pela Patrocinadora	6.642	5.505
Imóveis da Fundação ocupados pelas Patrocinadoras	710.000	230.000
	1.114.085	**654.161**

As principais premissas atuariais são conforme segue:

	Cemig, Cemig GT e Cemig D	
	2016	2015
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	10,50%	13,20%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	10,50%	13,20%
Taxa anual de inflação de longo prazo	4,50%	5,50%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	6,59%	7,61%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Álvaro vindas	Álvaro vindas
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT 49	AT 49

A seguir, apresenta-se uma análise de sensibilidade considerando os efeitos de mudanças nas principais premissas atuariais utilizadas para determinar a obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2016:

Efeitos na obrigação de benefício definido - consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Desagravamento da Tábua de Mortalidade em 1 ano	278.788	25.608	561	-	304.957
Agravamento da Tábua de Mortalidade em 1 ano	-	-	-	30.378	30.378
Decréscimo de 1% na taxa de desconto	981.683	221.514	4.826	153.192	1.361.215

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado utilizando-se o método do Crédito Unitário Projetado, mesmo método utilizado para calcular a obrigação de benefício definido reconhecida no Balanço Patrimonial. A Companhia não realizou alterações nos métodos utilizados para calcular suas obrigações pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

23. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

A Companhia e suas controladas constituíram Provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Consolidado				
	31/12/2015	Adições	Reversões	Liquidações	2016
Trabalhistas	289.841	124.706	(4.811)	(60.463)	349.273
Cíveis					
Relações de Consumo	17.378	14.779	(2.640)	(14.776)	14.741
Outras ações cíveis	28.792	18.116	(114)	(6.351)	40.443
	46.170	**32.895**	**(2.754)**	**(21.127)**	**55.184**
Tributárias	69.014	2.981	(1.310)	(763)	69.922
Ambientais	60	39	(60)	-	39
Regulatórias	45.180	2.633	(2.702)	(2.011)	43.100
Societárias (1)	268.953	-	(29.508)	-	239.445
Outras	35.355	35.560	(3.920)	(8.941)	58.054
Total	**754.573**	**198.814**	**(45.065)**	**(93.305)**	**815.017**

	Consolidado				
	31/12/2014	Adições	Reversões	Liquidações	2015
Trabalhistas	322.525	38.799	(34.928)	(36.555)	289.841
Cíveis					
Relações de Consumo	19.215	13.731	(2.452)	(13.116)	17.378
Outras ações cíveis	24.272	10.476	(99)	(5.857)	28.792
	43.487	24.207	(2.551)	(18.973)	46.170
Tributárias	73.059	5.408	(8.878)	(575)	69.014
Ambientais	1.215	9	(1.164)	-	60
Regulatórias	35.385	13.390	(3.097)	(498)	45.180
Societárias (1)	239.445	29.508	-	-	268.953
Outras	39.859	5.606	(8.828)	(1.282)	35.355
Total	**754.975**	**116.927**	**(59.446)**	**(57.883)**	**754.573**

	Controladora				
	31/12/2015	Adições	Reversões	Liquidações	2016
Trabalhistas	29.169	12.505	-	(6.746)	34.928
Cíveis					
Relações de Consumo	3.294	14	(1.863)	(10)	1.435
Outras ações cíveis	1.289	2.181	(114)	(118)	3.238
	4.583	2.195	(1.977)	(128)	4.673
Tributárias	10.306	416	(1.172)	(681)	8.869
Regulatórias	21.696	89	(88)	(83)	21.614
Societárias (1)	268.953	-	(29.508)	-	239.445
Outras	427	78	(14)	(25)	466
Total	**335.134**	**15.283**	**(32.759)**	**(7.663)**	**309.995**

	Controladora				
	31/12/2014	Adições	Reversões	Liquidações	2015
Trabalhistas	31.688	6.814	(2.519)	(6.814)	29.169
Cíveis					
Relações de Consumo	3.250	474	(425)	(5)	3.294
Outras ações cíveis	171	1.927	-	(809)	1.289
	3.421	2.401	(425)	(814)	4.583
Tributárias	9.828	2.685	(1.564)	(643)	10.306
Ambientais	313	-	(313)	-	-
Regulatórias	23.065	238	(1.369)	(238)	21.696
Societárias (1)	239.445	29.508	-	-	268.953
Outras	1.007	301	(794)	(87)	427
Total	**308.767**	**41.947**	**(6.984)**	**(8.596)**	**335.134**

1. A discussão acerca da diferença na atualização monetária do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital realizado pelo Governo do Estado de Minas Gerais foi provisionada em contrapartida ao resultado financeiro. Mais detalhes vide Nota Explicativa nº 27 destas Demonstrações Financeiras.

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e a sua posição financeira.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível.

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R$1.543.946 (R$971.908 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R$349.273 foram provisionados (R$289.841 em 31 de dezembro de 2015), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

O aumento no valor da contingência deve-se, dentre outros fatores, ao maior volume de ações movidas por ex-empregados, decorrente dos desligamentos realizados nos últimos anos, bem como ao maior volume de ações onde se discute a periculosidade sobre a remuneração, em função de novas teses que surgiram após alterações legislativas recentes.

Relações de Consumo

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R$33.178 (R$18.049 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R$14.741 (R$17.378 em 31 de dezembro de 2015) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações Cíveis

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R$227.043 (R$185.048 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R$40.443 (R$28.792 em 31 de dezembro de 2015) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), ao Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R$295.373 (R$257.334 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R$69.922 foram provisionados (R$69.014 em 31 de dezembro de 2015), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Ambientais

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R$34.031 (R$25.720 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R$39 foram provisionados (R$60 em 31 de dezembro de 2015), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente: (i) os encargos tarifários cobrados nas faturas relativas ao uso do sistema de distribuição por auto-produtor; (ii) a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica; (iii) a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R$235.886 (R$201.871 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R$43.100 (R$45.180 em 31 de dezembro de 2015) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Societárias

Diferença na atualização monetária do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) realizado pelo Governo do Estado de Minas Gerais

Em 19 de dezembro de 2014, a Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais encaminhou Ofício à Cemig solicitando o recálculo dos valores relativos ao AFAC realizado em 1995, 1996 e 1998, devolvidos ao Estado de Minas Gerais em dezembro de 2011, para que o critério utilizado para a correção monetária fosse revisto pela Companhia, argumentando que a aplicação da taxa Selic seria a mais adequada, em substituição ao IGP-M.

Em 29 de dezembro de 2014, a Companhia realizou um depósito administrativo para buscar a suspensão da exigibilidade do crédito cobrado pelo Estado, bem como a não inscrição do débito em dívida ativa e no Cadastro Informativo de Inadimplência em Relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais (CADIN).

Baseada na opinião de nossos assessores jurídicos, a probabilidade de perda foi avaliada como provável e o valor provisionado, em contrapartida ao resultado financeiro foi de R$239.445 (R$268.953 em 31 de dezembro de 2015), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar a discussão.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Quebra de Contrato – Prestação de Serviço de Limpeza de Faixas de Servidão e Aceiros

A Companhia é parte em discussões quanto alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros. O valor provisionado foi de R$28.389 (R$23.653 em 31 de dezembro de 2015), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.

Outras Ações

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R$179.359 (R$126.444 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R$29.665 foram provisionados (R$11.702 em 31 de dezembro de 2015), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R$177.686, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R$121.834, que atualizado representa o valor de R$255.127 (R$236.671 em 31 de dezembro de 2015), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R$290.216 (R$263.819 em 31 de dezembro de 2015) e, com base nos argumentos acima, a Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados - PLR, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxilio alimentação, Adicional Aposentadoria Especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R$1.509.940 (R$1.361.429 em 31 de dezembro de 2015), e classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e na jurisprudência relativa.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e/ou DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R$317.032 (R$662.878 em 31 de dezembro de 2015) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

A Receita Federal ajustou o saldo devedor, na Cemig GT e Cemig D, dos processos onde se discute o alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS sendo o valor atual de R$121.150 (R$447.851 em 31 de dezembro de 2015) tendo sido este o principal fator da redução do valor da contingência.

Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) – restituição e compensação

A Companhia era parte em processo administrativo que envolvia pedidos de restituição e compensação de créditos decorrentes de saldos negativos apontados nas DIPJ's dos anos calendário de 1997 a 2000, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e DCTF's correspondentes. Diante do esgotamento recursal na via administrativa foi proposta ação ordinária no valor aproximado de R$535.465 (R$482.032 em 31 de dezembro de 2015), classificada com probabilidade de perda possível em decorrência de nulidades na condução dos processos administrativos e no entendimento de que foram utilizadas premissas equivocadas pela fiscalização no julgamento administrativo, bem como análise da argumentação e documentação comprobatória da Companhia.

Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre ganho de capital em operação societária

Receita Federal do Brasil autuou a Cemig, na condição de responsável solidária de sua controlada, em conjunto com Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica (Parati), relativamente a Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre o ganho de capital em operação societária correspondente à compra, pela Parati, e venda, pela Enlighted, em 07 de julho de 2011, de 100% das participações na LUCE LLC (empresa com sede em Delaware, EUA), proprietária de 75,00% das quotas do Luce Brasil Fundo de Investimento em Participações (FIP Luce), detentor indireto, através da Luce Empreendimentos e Participações S.A., de, aproximadamente, 13,03% do capital total e votante de emissão da Light S.A. (Light). O valor da contingência é de, aproximadamente, R$197.911 (R$202.081 em 31 de dezembro de 2015), e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida da base de cálculo da CSLL dos valores referentes às parcelas de: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R$279.914 (R$226.579 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa.

Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercardorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)

A Receita Estadual de Minas Gerais instaurou diversos processos administrativos contra a Cemig D, onde se discute suposta divergência na classificação, para fins fiscais, de determinados consumidores ocorrida no período de 2011 a 2015. O montante desta contingência é de R$82.130. A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível por acreditar ter argumentos de mérito para defesa na esfera judicial, bem como pela ausência de precedentes jurisprudenciais.

Questões Regulatórias

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo em vista que a cobrança atualmente feita é fundamentada na Resolução Normativa da ANEEL nº 456/2000, e, portanto, não constituiu provisão para esta contingência, estimada em R$1.304.705 (R$1.231.644 em 31 de dezembro de 2015), tendo classificado a probabilidade de perda como possível em decorrência da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, sendo que a Cemig atendeu ao disposto nas Resoluções 414 e 456 da ANEEL, que tratam do assunto.

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R$263.847 (R$230.346 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE.

A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de se tratar de ação única, sem similar já julgada, bem como se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema (ESS) por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN), inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE), da qual a Companhia é associada, obteve liminar sustando os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

Em decorrência da Liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira de abril a dezembro de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores à Resolução mencionada. Dessa forma, a Companhia efetuou o registro dos custos do ESS em conformidade aos critérios de liquidação financeira divulgados pela CCEE, sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

Os pedidos da Autora (APINE) foram julgados procedentes em primeira instância, confirmando o provimento liminar concedido às suas associadas, dentre elas a Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias. Esta decisão foi objeto de Recurso de Apelação distribuído à 7ª Turma do TRF – 1ª Região, que aguarda julgamento.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R$182.232 (R$155.251 em 31 de dezembro de 2015). Apesar da decisão favorável em 1ª instância, os assessores jurídicos da Associação ainda consideraram o risco de perda desta contingência como possível, com o que a Companhia concorda uma vez que ainda não há elementos que permitam prever o resultado do julgamento do Recurso de Apelação interposto pela União Federal.

Ativo Imobilizado em Serviço - AIS

Em agosto de 2014, a ANEEL lavrou auto de infração em razão da Companhia não ter atendido a todos os requisitos no que se refere à apropriação de custos nas obras e demais procedimentos adotados e seu atendimento à legislação em vigor. Trata-se de uma fiscalização em relação à aplicação do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico. A ANEEL considerou, parcialmente, o recurso interposto pela Companhia e reduziu o valor da multa, sendo o montante desta contingência de R$2.628 (R$66.170 em 31 de dezembro de 2015).

A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, em virtude da regularidade e legalidade dos atos normativos expedidos pela ANEEL, os quais norteiam as ações da Companhia, bem como em razão da conformidade das Resoluções Normativas da ANEEL em relação ao ordenamento jurídico, além da existência de interesse público na transferência dos ativos de energia elétrica, e, portanto, não constituiu provisão para esta ação.

Majoração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R$253.731 (R$222.449 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente (AMPROCOM) impetrou ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que teriam sido lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Trata-se de uma ação com potencialidade para impactar todas as concessionárias de Distribuição, o que poderia ensejar um novo Acordo do Setor Elétrico. O valor, estimado, da contingência é de R$316.675 (R$276.321 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação.

Ambientais

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

Determinada associação do meio ambiente requereu, por meio de ação civil pública, indenização por suposto dano ambiental coletivo em função da construção e operação da usina hidrelétrica de Nova Ponte.

Em decorrência de alterações promovidas na legislação ambiental e uniformização da jurisprudência, a Companhia, reavaliou os valores dos pedidos requeridos na ação para R$375.534 (R$314.015 em 31 de dezembro de 2015). Com base na decisão de primeira instância, que julgou improcedente os pedidos formulados pela parte contrária, a Administração reavaliou a probabilidade de perda classificando-a como remota.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, determinada associação e particulares distribuíram Ações Civis Públicas (ACP's) e Ações Populares requerendo que a Companhia invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual das usinas Emborcação, Pissarrão, Funil, Volta Grande, Poquim, Paraúna, Miranda, Nova Ponte, Rio de Pedras e Peti, desde 1997, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos existentes nos municípios onde estão localizadas as usinas, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/1997. A Companhia interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF). A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que se trata de discussão de matéria de índole infraconstitucional (existência de Lei Federal com objeto análogo) e matéria constitucional no que se refere à constitucionalidade ou não da norma estadual, a decisão final compete ao STJ e ao STF. Nenhuma provisão foi constituída, uma vez que a Administração classificou a probabilidade de perda como possível e o valor da contingência é de R$112.704 (R$99.000 em 31 de dezembro de 2015).

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R$73.169 (R$64.338 em 31 de dezembro de 2015).

Outros Passivos Contingentes

Quitação Antecipada da CRC – Contas de Resultado a Compensar

A Companhia é parte em um processo administrativo junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais no qual está sendo questionada uma diferença de valores relativa ao desconto oferecido pela Cemig para antecipação da quitação de Contrato de Cessão do Crédito que a companhia detinha na Conta de Resultados a Compensar (CRC) para o Estado de Minas Gerais, concluída no primeiro trimestre de 2013, bem como à possível oneração indevida do Estado após a assinatura de Termos Aditivos que visaram a restabelecer o equilíbrio econômico financeiro do Contrato. O valor da contingência é de, aproximadamente, R$390.307 (R$363.452 em 31 de dezembro de 2015) e a Companhia acredita ter atendido aos requisitos legais, baseando-se no Parecer do Ministério Público de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Dessa forma, a probabilidade de perda foi avaliada como possível, uma vez que a Companhia acredita que o ajuste se deu em fiel observância à legislação aplicável à espécie.

Desequilíbrio Contratual

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos por terceiros decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos, o que ocasionou desequilíbrio econômico dos contratos. O montante estimado é de R$236.703 (R$202.145 em 31 de dezembro de 2015) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise realizada da argumentação e documentação utilizadas pelos contratados ao responsabilizá-la por eventuais prejuízos apresentados.

Adicionalmente, a Companhia é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R$71.396 (R$33.097 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

Irregularidades em Procedimentos Licitatórios

A Companhia é parte em discussão quanto a supostas irregularidades em procedimentos licitatórios, regidos por edital de pregão eletrônico. O montante estimado, em 31 de dezembro de 2015, é de R$25.650 (R$23.885 em 31 de dezembro de 2015) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

O valor estimado da diferença entre os índices de correção monetária dos processos trabalhistas é de R$175.839 (R$139.508 em 31 de dezembro de 2015), e nenhuma provisão adicional foi constituída, em decorrência da Companhia, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, ter avaliado a probabilidade de perda como possível, em decorrência da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Capital Social da Companhia é de R$6.294.208, representado por 420.764.708 ações ordinárias e 838.076.946 preferenciais, ambas com valor nominal de R$5,00, assim distribuídas:

Acionistas	Quantidade de Ações em 2016					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	214.414.739	51	-	-	214.414.739	17
Outras Entidades do Estado	56.703	-	4.860.228	1	4.916.931	1
AGC Energia S.A.	84.357.856	20	-	-	84.357.856	7
Outros						
No País	112.584.011	27	252.478.755	30	365.062.766	28
No Exterior	9.351.399	2	580.737.963	69	590.089.362	47
Total	**420.764.708**	**100**	**838.076.946**	**100**	**1.258.841.654**	**100**

Acionistas	Quantidade de Ações em 2015					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	214.414.739	51	-	-	214.414.739	17
Outras Entidades do Estado	56.703	-	10.418.812	1	10.475.515	1
AGC Energia S.A.	138.700.848	33	42.671.763	5	181.372.611	15
Outros						
No País	58.127.167	14	179.358.041	21	237.485.208	18
No Exterior	9.465.251	2	605.628.330	73	615.093.581	49
Total	**420.764.708**	**100**	**838.076.946**	**100**	**1.258.841.654**	**100**

(a) Lucro por ação

O número de ações utilizado no cálculo do lucro básico e diluído por ação é como segue:

Quantidade de ações	2016	2015
Ações ordinárias	420.764.708	420.764.708
Ações em Tesouraria	(69)	(69)
	420.764.639	420.764.639
Ações preferenciais	838.076.946	838.076.946
Ações em Tesouraria	(560.649)	(560.649)
	837.516.297	837.516.297
Total	**1.258.280.936**	**1.258.280.936**

Lucro Básico por ação

As ações preferenciais da Companhia tem direito a um dividendo mínimo obrigatório, conforme demonstrado em maiores detalhes no ítem "c".

O cálculo do lucro básico por ação é como segue:

	2016	2015
Lucro do Exercício	334.334	2.469.003
Dividendo mínimo obrigatório para as ações preferenciais oriundo do lucro do exercício (item c)	203.986	421.969
Lucro não distribuído oriundo do lucro do exercício – ações preferenciais	86.760	1.221.399
Total do lucro para as ações preferenciais (A)	290.746	1.643.368
Dividendo mínimo obrigatório para as ações ordinárias	-	211.999
Lucro não distribuído oriundo do lucro do exercício – ações ordinárias	43.588	613.636
Total do lucro para as ações ordinárias (B)	43.588	825.635
Luro básico por ação preferencial (A/nº ações preferenciais)	0,35	1,96
Lucro básico por ação ordinária (B/nº ações ordinárias)	0,10	1,96

Lucro Diluído por ação

As opções de compra e venda de ações de investidas, descritas em maiores detalhes na nota explicativa nº 15, tem potencial de diluição das ações da Companhia. Seguem abaixo o cálculo do lucro diluído por ação:

	2016	2015
Lucro do Exercício	334.334	2.469.003
Total lucro básico para as ações preferenciais	290.746	1.643.368
Efeito dilutivo referente a opção - RME/LEPSA	(21.627)	-
Efeito dilutivo referente a opção - Ativas	(4.682)	-
Lucro diluído para as ações preferenciais (C)	264.437	1.643.368
Total lucro do ano para as ações ordinárias (B)	43.588	825.635
Efeito dilutivo referente a opção - RME/LEPSA	(10.866)	-
Efeito dilutivo referente a opção - Ativas	(2.352)	-
Lucro diluído para as ações ordinárias (D)	30.370	825.635
Luro diluído por ação preferencial (C/nº ações preferenciais)	0,32	1,96
Lucro diluído por ação ordinária (D/nº ações ordinárias)	0,07	1,96

Acordo de Acionistas

Em 01 de agosto de 2011, o Governo do Estado de Minas Gerais assinou com a AGC Energia S.A. um Acordo de Acionistas, com interveniência e anuência do BNDES Participações S.A. com vigência de quinze anos. O acordo mantém o Estado de Minas Gerais como controlador hegemônico, isolado e soberano da Companhia e atribui à AGC Energia algumas prerrogativas com a finalidade de contribuir para a continuidade do crescimento sustentável da Companhia, dentre outras disposições.

(b) Reservas

A composição das contas Reservas de Capital e Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

Reservas de Capital e Ações em Tesouraria	2016	2015
Doações e Subvenções para Investimentos	1.856.628	1.856.628
Ágio na Emissão de Ações	69.230	69.230
Correção Monetária do Capital	7	7
Ações em Tesouraria	(1.362)	(1.362)
	1.924.503	**1.924.503**

A Reserva de Doações e Subvenções para investimentos refere-se, basicamente, à compensação pelo Governo Federal, da diferença entre a lucratividade obtida pela Cemig até março de 1993 e o retorno mínimo garantido pela legislação vigente à época.

As Ações em Tesouraria referem-se ao repasse pelo FINOR, de ações oriundas dos recursos aplicados nos projetos da Cemig na área da SUDENE, em função de incentivo fiscal.

Reservas de Lucros	2016	2015
Reserva Legal	853.018	853.018
Reserva Estatutária	57.214	57.214
Reserva de Retenção de Lucros	2.812.943	2.905.409
Reserva de Incentivos Fiscais	56.834	49.766
Reserva Obrigatória Dividendo não Distribuído	1.419.846	797.316
	5.199.855	**4.662.723**

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia deixou de constituir em 2016 a Reserva Legal por ter atingido os limites legais.

Reserva Estatutária

A Reserva Estatutária destina-se ao pagamento futuro de dividendos extraordinários, conforme artigo 28 do Estatuto Social.

Reserva de Retenção de Lucros

As Reservas de Retenção de Lucros referem-se aos lucros não distribuídos em exercícios anteriores para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia e amortizações de empréstimos e financiamentos previstos para o exercício de 2016. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos períodos em referência.

Reserva de Incentivos Fiscais

A Receita Federal do Brasil reconheceu o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir do ano-calendário de 2014. O valor do incentivo registrado foi de R$56.834 (R$49.766 em 2015). Esta reserva não pode ser utilizada para o pagamento de dividendos.

(c) Dividendos

Dividendos ordinários

Do Lucro Líquido do Exercício, 50,00% devem ser utilizados para distribuição como dividendo obrigatório aos acionistas da Companhia, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

As ações preferenciais gozam de preferência na hipótese de reembolso de capital e participam dos lucros em igualdade de condições com as ações ordinárias. As ações preferenciais têm direito a um dividendo mínimo anual igual ao maior valor entre 10% sobre o seu valor nominal e 3% do valor do Patrimônio Líquido das ações.

As ações do Capital Social da Cemig emitidas até 5 de agosto de 2004, de propriedade de particulares, têm, estatutariamente, assegurado o direito a dividendos mínimos de 6% ao ano sobre o valor nominal de suas ações, nos exercícios em que a Cemig não obtiver lucros suficientes para pagar dividendos a seus acionistas, garantia dada pelo Estado de Minas Gerais, nos termos do artigo 9º da Lei Estadual nº 828, de 14 de dezembro de 1951 e da Lei Estadual nº 15.290, de 4 de agosto de 2004.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, caso a Companhia seja capaz de pagar dividendos acima do mínimo obrigatório exigido para os acionistas preferenciais, e o restante do lucro líquido seja suficiente para oferecer dividendos iguais para ambas as ações ordinárias e preferenciais, então o dividendo por ação será o mesmo para ambos os detentores de ações ordinárias e preferenciais. Os dividendos declarados serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

O cálculo dos dividendos mínimos propostos para distribuição aos acionistas em função do resultado do exercício está demonstrado a seguir:

	Controladora	Controladora
	2016	2015
Cálculo dos Dividendos Mínimos Estatutários das Ações Preferenciais		
Valor Nominal das Ações Preferenciais	4.190.385	4.190.385
Percentual sobre o Valor Nominal das Ações Preferenciais	10,00%	10,00%
Valor dos Dividendos de acordo com o 1º critério de pagamento	419.039	419.039
Valor do Patrimônio Líquido	12.930.281	12.983.698
Percentual das Ações Preferenciais sobre o Patrimônio Líquido (liquido de ações em tesouraria)	66,58%	66,58%
Participação das Ações Preferenciais no Patrimônio Líquido	8.608.981	8.644.546
Percentual sobre o Valor do Patrimônio Líquido das Ações	3,00%	3,00%
Valor dos Dividendos de acordo com o 2º critério de pagamento	258.269	259.336
Dividendos Estatutários Mínimos Obrigatórios das Ações Preferenciais	419.039	419.039
Cálculo dos Dividendos Mínimos Estatutários com base no lucro líquido do exercício		
Dividendos Obrigatórios		
Resultado do Exercício	334.334	2.468.500
Dividendo Obrigatório – 50,00% do lucro líquido	167.167	1.234.250

Em 2016, os dividendos estatutários mínimos obrigatórios para as ações preferenciais, demonstrados na tabela acima, são de R$419.039.

Em dezembro de 2016 a Companhia declarou o pagamento de R$380.000 na forma de Juros sobre o Capital Próprio ("JCP"), a serem pagos em duas parcelas iguais, sendo a primeira até 30 de junho de 2017 e a segunda até 30 de dezembro de 2017, fazendo jus os acionistas possuidores de ações preferenciais e ordinárias que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas em 26 de dezembro de 2016. O valor total do JCP terá como contrapartida a conta reserva de retenção de lucros.

Juros sobre o Capital Próprio	Controladora
	2016
Juros sobre o Capital Próprio – ações preferenciais e ordinárias	
- ações ordinárias	126.996
- ações preferenciais	253.004
	380.000

A Deliberação CVM 683/2012 estabelece no seu inciso III, que os juros pagos ou creditados, a título de remuneração do capital próprio, somente poderão ser imputados ao dividendo obrigatório pelo seu valor líquido do imposto de renda na fonte.

Com base no exposto acima, segue abaixo a proposta de destinação do resultado, com a garantia de dividendos mínimos para as ações preferenciais:

Cálculo dos dividendos a serem distribuídos	Controladora
	2016
Juros sobre o Capital Próprio pagos para as ações preferenciais	253.004
Dividendos adicionais para garantir o pagamento mínimo para as ações preferenciais	
- dividendos para atender ao montante mínimo previsto no Estatuto	166.035
- IRRF sobre o JCP destinado às ações preferenciais (253.004 x 15%)	37.951
	203.986
Total dos Juros sobre o Capital Próprio pago para as ações preferenciais oriundo das reservas de lucros	253.004
Total dos Dividendos adicionais para garantir o pagamento mínimo para as ações preferenciais oriundo do lucro do exercício	203.986
	456.990
Dividendos por valor unitário – R$	
Dividendos Mínimos Estatutários para as Ações Preferenciais	0,50
Dividendos Propostos – ações preferenciais (líquido do IRPF)	0,50

Destinação do Resultado de 2016 - Proposta da Administração

O Conselho de Administração deliberou encaminhar à Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada em 12 de maio de 2017, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido de 2016, no montante de R$334.334 e do saldo de Lucros Acumulados de R$37.258:

- R$203.986 sejam destinados como dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas da Companhia, a serem pagos em duas parcelas iguais, sendo a primeira até 30 de junho de 2017 e a segunda até 30 de dezembro de 2017, fazendo jus os acionistas das ações preferenciais que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas na data da realização da AGO;

- R$160.538 sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir os investimentos consolidados da Companhia previstos para o exercício de 2017, conforme orçamento de capital;

- R$7.068 sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Incentivos Fiscais referente aos incentivos fiscais obtidos em 2016 em função dos investimentos realizados na região da Sudene.

(d) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Ajustes de Avaliação Patrimonial	Consolidado	
	2016	2015
Ajustes de Passivos Atuarias – Benefícios a Empregados	(169.719)	(120.514)
Resultado Abrangente em Controlada e Controlada em Conjunto		
Custo Atribuído de Ativos Imobilizados	685.339	720.203
Variação de valor justo de ativo financeiro disponível para venda de controlada em conjunto	38.273	18.087
Ajustes de Conversão de Balanço	398	62.843
Ajustes de Passivos Atuariais – Benefícios a Empregados	(1.042.663)	(578.647)
Instrumentos Financeiros de Hegde de Fluxo de Caixa	87	292
	(318.566)	222.778
Ajustes de Avaliação Patrimonial	**(488.285)**	**102.264**

Os valores registrados como custo atribuído dos ativos de geração devem-se a avaliação dos ativos de geração, com a definição do seu valor justo pelo custo de reposição na adoção inicial das normas contábeis internacionais em 1º de janeiro de 2009. A avaliação dos ativos de geração implicou em um aumento no valor desses ativos, com o registro na conta específica do Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos fiscais.

Segue abaixo a movimentação dos ajustes de conversão de balanço:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	**26.706**
Ajuste de conversão de equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes da Transchile	35.874
Ajuste de conversão de operações no exterior	263
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**62.843**
Ajuste de conversão de equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes da Transchile	(22.988)
Reclassificação para o resultado em função da alienação da Transchile	(39.447)
Ajuste de conversão de operações no exterior	(10)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**398**

25. RECEITA

	Consolidado	
	2016	2015 Reapresentado
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (a)	23.429.713	22.526.275
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD (b)	1.705.420	1.465.399
CVA e Outros Componentes Financeiros (c)	(1.455.057)	1.703.627
Receita de Transmissão		
Receita de Concessão de Transmissão (d)	311.889	261.470
Receita de Construção de Transmissão (e)	53.824	146.030
Receita de Indenização de Transmissão (g)	751.101	100.528
Receita de Construção de Distribuição (e)	1.139.316	1.105.806
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição (i)	7.582	575.631
Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga (f) *	299.537	-
Transações com energia na CCEE (h)	160.763	2.424.567
Fornecimento de Gás	1.444.166	1.666.688
Outras Receitas Operacionais (j)	1.421.074	1.441.186
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita (k)	(10.496.672)	(11.549.365)
Receita Operacional Líquida	**18.772.656**	**21.867.842**

* Líquida da atualização financeira da parcela remanescente a pagar pela Outorga

a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do Fornecimento de Energia Elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (1)		R$	
	2016	2015	2016	2015
Residencial	9.915.807	9.829.992	7.819.174	7.297.557
Industrial	19.494.391	22.968.931	5.395.586	5.780.660
Comércio, Serviços e Outros	6.572.980	6.433.728	4.358.938	3.956.344
Rural	3.574.724	3.379.734	1.463.470	1.406.590
Poder Público	885.748	892.368	544.554	547.707
Iluminação Pública	1.350.405	1.325.525	528.378	532.603
Serviço Público	1.252.043	1.204.461	546.763	540.388
Subtotal	**43.046.098**	**46.034.739**	**20.656.863**	**20.061.849**
Consumo Próprio	37.140	37.661	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	(198.785)	256.753
	43.083.238	**46.072.400**	**20.458.078**	**20.318.602**
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	12.508.453	10.831.194	2.713.083	2.358.466
Suprimento Não Faturado Líquido	-	-	258.552	(150.793)
Total	**55.591.691**	**56.903.594**	**23.429.713**	**22.526.275**

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes;
(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) e contratos bilaterais com outros agentes.

b) Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD

Parcela representativa dos Grandes Consumidores Industriais na área de concessão da Cemig Distribuição estão na condição de "livres", com a venda de energia para estes consumidores realizada, por meio da Cemig Geração e Transmissão e outras geradoras. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição ("TUSD") desses consumidores livres, são cobrados, separadamente com o registro nesta rubrica.

c) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros

O resultado decorrente das variações da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros refere-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. Os montantes reconhecidos decorrem das constituições e realizações no período corrente homologadas ou a serem homologadas nos processos de reajuste tarifário. Mais informações na nota explicativa nº 14.

d) Receita de Concessão de Transmissão

A Receita de Transmissão é composta da seguinte forma:

- Receita de Concessão de Transmissão, que inclui a parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente à operação e manutenção das linhas de transmissão;

- Receita de Sistema de Conexão de Geração, decorrente dos ativos de transmissão pertencentes às unidades geradoras.

e) Receita de Construção

A Receita de Construção é substancialmente compensada pelos custos de construção e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos das concessões de transmissão e distribuição.

f) Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão do lote D do Leilão 12/2015. Mais detalhes vide nota explicativa nº 14.

g) Receita de Indenização da Transmissão

Em 2016 a Companhia reconheceu receita no valor de R$751.101, conforme eventos descritos a seguir:

- R$20.381 referente à diferença entre o valor da revisão preliminar da ANEEL, que foi de R$1.157.106 em 23 de fevereiro de 2015, do Laudo enviado pela Companhia, e a revisão final;
- R$43.735 referente à atualização pelo IGP-M, até maio de 2016, do saldo de indenização a receber;
- R$90.442 referente à diferença entre as variações dos índices IGP-M e IPCA, considerando que a companhia havia atualizado o saldo a receber, até maio de 2016, pelo IGP-M;
- R$437.911 referente ao custo de capital próprio considerando a taxa de 10,44% a.a..
- R$158.632 referente à atualização do saldo de indenização a receber, pelo IPCA, conforme Portaria MME nº120, no período de julho a dezembro de 2016.

h) Receita de Transações com energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A receita com transações com energia na CCEE corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo, no âmbito da CCEE.

i) Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição

Receita de Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição decorrente da atualização monetária da Base de Remuneração de Ativos.

j) Outras Receitas Operacionais

	Consolidado	
	2016	2015
Serviço Taxado	5.628	13.504
Serviço de Telecomunicações	137.498	133.894
Prestações de Serviços	167.272	130.687
Subvenções (*)	1.000.745	995.616
Aluguel e Arrendamento	105.156	93.119
Outras	4.775	74.366
	1.421.074	**1.441.186**

(*) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, que são reembolsados pela ELETROBRAS.

k) Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

	Consolidado	
	2016	2015
Tributos sobre a Receita		
ICMS (1)	5.211.015	4.487.169
COFINS	2.040.659	2.262.748
PIS-PASEP	443.035	491.227
Outros	7.528	6.273
	7.702.237	7.247.417
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	(17.720)	36.232
Programa de Eficiência Energética – PEE	58.056	45.151
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	2.073.858	2.869.668
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	47.858	47.201
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	47.858	47.193
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	23.929	23.600
Encargos do Consumidor - PROINFA	42.827	27.460
Taxa Fiscalização Serviços Energia Elétrica	34.610	37.105
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos	123.147	101.478
Encargos do Consumidor - Bandeiras Tarifárias	360.012	1.066.860
	2.794.435	**4.301.948**
	10.496.672	**11.549.365**

(1) A partir de 01 de janeiro de 2016, a alíquota dos consumidores comerciais, serviços e outras atividades foi alterada de 18% para 25% (Decreto nº 46.924, de 29 de dezembro de 2015).

26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015 Reapresentado	2016	2015
Pessoal (a)	1.643.253	1.435.001	35.576	31.895
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	7.327	137.364	(3.992)	4.816
Obrigações Pós-Emprego - *nota 22*	344.559	156.009	36.896	3.867
Materiais	57.915	69.522	89	262
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	40	83.723	-	-
Serviços de Terceiros (b)	867.370	899.470	31.263	10.991
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	8.272.911	9.541.940	-	-
Depreciação e Amortização	834.291	834.830	520	1.601
Provisões (Reversões) e ajustes para perdas Operacionais (d)	703.979	1.401.455	66.570	1.084.757
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	947.479	998.756	-	-
Gás Comprado para Revenda	877.118	1.050.925	-	-
Custos de Construção de Infraestrutura (e)	1.193.140	1.251.836	-	-
Outras Despesas (Receitas) Operacionais Líquidas (f)	153.621	427.241	(314.654)	19.336
	15.903.003	**18.288.072**	**(147.732)**	**1.157.525**

a) Despesas com Pessoal

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Remunerações e Encargos	1.349.864	1.272.568	23.664	29.862
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	100.112	85.293	5.598	4.744
Benefícios Assistenciais	175.227	142.029	3.304	2.865
	1.625.203	1.499.890	32.566	37.471
Provisão Prêmio Aposentadoria (Reversão)	(11.681)	2.162	(145)	(1)
Programa de Desligamento Voluntário de Empregados	92.919	-	5.323	-
(-) Custos com Pessoal Transferidos para o ativo	(63.188)	(67.051)	(2.168)	(5.575)
	18.050	(64.889)	3.010	(5.576)
	1.643.253	**1.435.001**	**35.576**	**31.895**

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP)

Em abril de 2016, a Companhia criou o Programa de Desligamento Voluntário de Empregados (PDVP), sendo elegíveis para requerer a adesão os empregados que tivessem tempo de serviço na Cemig igual ou superior a 25 anos até 31 de dezembro de 2016. O PDVP previa o pagamento das verbas rescisórias previstas em lei, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação.

b) Serviço de Terceiros

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Leitura de Medidores/Entrega de Contas	140.310	121.906	-	-
Comunicação	54.815	64.320	480	446
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	245.552	237.727	67	66
Conservação e Limpeza de Prédios	97.278	99.736	805	480
Mão de Obra Contratada	12.869	5.514	-	-
Fretes e Passagens	7.302	10.151	2.331	2.483
Hospedagem e Alimentação	12.539	17.374	237	301
Vigilância	25.293	27.684	-	-
Consultoria	15.061	16.874	5.076	1.502
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	52.508	46.379	1.011	646
Manutenção e Conservação de Veículos	8.398	10.985	95	46
Corte e Religação	7.417	25.756	-	-
Meio Ambiente	18.534	21.695	-	-
Serviços Advocatícios	25.974	21.564	7.401	1.932
Custas Processuais	3.591	2.354	57	83
Poda de Árvores	13.655	23.034	-	-
Limpeza de Faixa	7.733	29.804	-	-
Reprografia e Publicações Legais	16.139	14.326	176	179
Inspeção de Unidades Consumidoras	799	3.602	-	-
Impressão de Notas Fiscais e Contas de Energia Elétrica	3.372	4.638	-	-
Outras Despesas	98.231	94.047	13.527	2.827
	867.370	**899.470**	**31.263**	**10.991**

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado	
	2016	2015
Energia de Itaipu Binacional	1.143.974	1.734.227
Contratos por Cotas de Garantia Física	537.482	252.485
Cotas das Usinas de Angra I e II	216.906	199.731
Energia de curto prazo	761.288	935.316
PROINFA	323.446	252.639
Contratos Bilaterais	292.455	326.156
Energia adquirida através de Leilão no Ambiente Regulado	2.540.217	3.978.073
Energia adquirida no Ambiente Livre	3.279.153	2.762.181
Créditos de PASEP-COFINS	(822.010)	(898.868)
	8.272.911	**9.541.940**

d) Provisões (Reversões) e Ajustes para Perdas Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD	382.368	175.595	-	-
Provisão (Reversão) para Contingências (1)				
Trabalhistas	119.895	3.871	12.505	4.295
Cíveis	30.141	21.656	218	1.976
Tributárias	1.671	(3.470)	(756)	1.121
Ambientais	(21)	(1.155)	-	(313)
Regulatórias	(69)	10.293	7	(1.131)
Outras	31.640	(3.222)	58	(493)
	183.257	27.973	12.032	5.455
	565.625	**203.568**	**12.032**	**5.455**
Ajustes para perdas				
Outros Créditos a Receber	39.843	-	-	-
Opção de venda Parati (Nota 15)	54.538	1.079.302	54.538	1.079.302
Opção de venda SAAG (Nota 15)	48.559	118.585	-	-
Opção de venda Sonda (Nota 15)	(4.586)	-	-	-
	138.354	1.197.887	54.538	1.079.302
	703.979	**1.401.455**	**66.570**	**1.084.757**

(1) As provisões para contingências da controladora são apresentadas na demonstração de resultado do exercício consolidada como despesas operacionais.

e) Custo de Construção

	Consolidado	
	2016	2015
Pessoal e Administradores	58.148	65.375
Materiais	534.474	520.535
Serviços de Terceiros	448.370	503.882
Outros	152.148	162.044
	1.193.140	**1.251.836**

f) Outras Despesas (Receitas) Operacionais Líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015 Reapresentado	2016	2015
Arrendamentos e Aluguéis	111.629	102.000	2.199	722
Propaganda e Publicidade	13.477	11.334	194	543
Consumo Próprio de Energia Elétrica	22.170	21.397	-	-
Subvenções e Doações	17.190	30.641	2.246	757
Concessão Onerosa	2.889	7.181	-	-
Seguros	9.425	9.064	3.689	3.889
Anuidade CCEE	7.686	8.181	2	3
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	112.063	30.376	2	11
FORLUZ – Custeio Administrativo	25.422	22.240	1.257	1.212
Agentes Arrecadadores	70.377	70.720	-	-
Ganho na Alienação da Taesa	(180.774)	-	(180.774)	-
Ganho na Alienação da Transchile	(133.885)	-	(133.885)	-
Outras Despesas (Receitas)	66.780	114.107	(9.584)	12.199
	144.449	**427.241**	**(314.654)**	**19.336**

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia.

27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015 Reapresentado	2016	2015
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	317.171	251.013	65.709	27.038
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	277.241	229.802	-	-
Variações Cambiais	61.665	76.294	1	16
Variação Monetária	106.005	36.121	11.934	17.867
Variação Monetária - CVA	204.352	68.149	-	-
Variação Monetária de Depósitos Vinculados a Litígios	45.724	211.578	7.877	53.644
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(87.859)	(84.404)	(49.745)	(40.634)
Multas Contratuais	12.303	15.548	-	34
Ajuste ao Valor Presente	-	1.544	-	-
Outras	104.702	58.083	37.154	7.215
	1.041.304	**863.728**	**72.930**	**65.180**
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(1.928.397)	(1.386.071)	-	-
Variações Cambiais	(35.377)	(171.792)	(1.138)	(12)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(245.409)	(387.067)	-	-
Variação Monetária – Concessão Onerosa	(3.383)	(11.081)	-	-
Encargos e Variação monetária de Obrigação Pós-Emprego	(102.596)	(128.636)	(5.048)	(6.329)
Variação Monetárias – Obrigações com a CCEE	(9.562)	-	-	-
Ajuste a Valor Presente	(107)	-	-	-
Outras	(153.664)	(119.697)	(11.998)	(29.683)
	(2.478.495)	**(2.204.344)**	**(18.184)**	**(36.024)**
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	**(1.437.191)**	**(1.340.616)**	**54.746**	**29.156**

As despesas com PASEP/COFINS são incidentes sobre os juros sobre o capital próprio.

28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Controlador								
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (1)	71.340	18.674	-	-	152.016	149.813	-	-
Financiamentos – BDMG	-	-	3.863	8.619	-	-	(958)	(2.286)
Não Circulante								
Financiamentos – BDMG	-	-	22.655	50.067	-	-	-	-
Controlada em conjunto								
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	7.037	10.519	-	-	(142.432)	(105.700)
Prestação de Serviços (3)	3.706	199	-	-	13.518	6.499	-	-
Baguari Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	710	1.478	-	-	(6.944)	(6.365)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	5.788	-	-	-	-	-	-
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	17.636	15.639	7.790	-	(573.610)	(638.100)
Adiantamento para entrega futura de energia (4)	-	86.941	-	-	-	12.274	-	-
Norte Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	130	130	3.755	-	1.606	120	(49.346)	-
Hidrelétrica Pipoca								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	1.228	1.481	-	-	(16.002)	(11.120)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	593	-	-	-	-	-	-
Retiro Baixo								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	2.146	-	-	-	-	-	-	-
Guanhães Energia								
Circulante								
Ajuste para perdas (5)	-	-	59.071	-	-	-	-	-
Renova								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	-	1.518	-	-	(159.368)	(12.387)
Não Circulante								
Contas a Receber (6)	73.722	-	-	-	13.722	-	-	-
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (7)	229.053	60.000	-	-	17.053	-	-	-
TAESA								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	10.326	11.234	-	-	(110.144)	(93.859)
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	2.751	2.897	-	-	(24.667)	(28.092)
Light								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	464	593	472	470	58.863	46.980	(836)	(657)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	6.852	43.972	-	-	-	-	-	-
Parati								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	8.807	-	-	-	-	-	-
Axxiom								
Circulante								
Prestação de Serviços (8)	-	-	6.980	5.925	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	144	96	-	-	-	-	-	-

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Outras partes relacionadas								
FIC Pampulha								
Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	1.455.052	1.030.612	-	-	197.092	115.489	-	-
(-) Títulos emitidos por empresas controladas (9)	(49.479)	-	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	46.092	16.905	-	-	-	-	-	-
(-) Títulos emitidos por empresas controladas (9)	(15.049)	-	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (10)	-	-	86.156	75.970	-	-	(185.722)	(128.636)
Despesa com pessoal (11)	-	-	-	-	-	-	(100.112)	(85.293)
Custeio Administrativo (12)	-	-	-	-	-	-	(25.422)	(22.240)
Arrendamento Operacional (13)	-	-	9.630	1.544	-	-	(39.360)	(18.318)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (10)	-	-	1.592.998	1.270.418	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (14)	-	-	101.756	78.889	-	-	(186.553)	(146.095)
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (14)	-	-	1.646.580	1.274.717	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

(1) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da companhia;

(2) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Estas operações ocorrem em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes;

(3) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usina;

(4) Realizado em fevereiro de 2015, conforme condição do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica firmado entre a Cemig GT e SAESA em 19 de março de 2009. Para efeito de quitação, este valor será atualizado a uma taxa de 135% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e será compensado com os faturamentos que serão realizados pela SAESA, em função do suprimento de energia. A compensação foi concluída em 15 de março de 2016;

(5) Foi reconhecido um passivo correspondente à participação da Companhia no Capital Social da Guanhães em função de seu Patrimônio Líquido negativo (vide Nota Explicativa nº 15);

(6) A Cemig GT possui um contas a receber junto à Renova Energia, no montante de R$60.000 que será liquidado através de um pagamento inicial de R$6 milhões, a ser realizado até 10 de janeiro de 2018, e 11 parcelas mensais sucessivas, com o vencimento final em dezembro de 2018, com atualização pela variação de 150% do CDI;

(7) Em junho de 2016, foram antecipados pela Cemig GT à Renova Comercializadora, no âmbito do Contrato, R$94.000, tendo sido constituídas garantias com determinados ativos da Renova. Posteriormente, foram realizadas novas antecipações, nos montantes de R$40.000 em setembro e R$15.000, R$25.000 e R$38.000 em 03, 17 e 27 de outubro de 2016, respectivamente. Para efeito de quitação, este valor será atualizado a uma taxa de 155% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e compensado com os faturamentos que serão realizados pela Renova, em função do suprimento de energia;

(8) Refere-se a obrigações e despesas com desenvolvimento de software de gestão;

(9) O FIC Pampulha possui aplicações financeiras em títulos emitidos por empresas controladas. Mais informações e características do fundo no texto descritivo abaixo;

(10) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (vide Nota Explicativa nº 22) e serão amortizados até o exercício de 2024;

(11) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais (vide Nota Explicativa nº 26) em conformidade ao regulamento do Fundo;

(12) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;

(13) Aluguel do edifício sede;

(14) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide Nota Explicativa nº 22).

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas 8, 18 e 25.

Garantias: aval e fiança de empréstimos, financiamentos e debêntures

A Cemig figura como avalista e fiadora de empréstimos, financiamentos e debêntures das seguintes partes relacionadas não consolidadas nas informações contábeis, por se tratarem de controladas em conjunto ou coligadas:

Parte relacionada	Vínculo	Tipo	Objeto	2016	Vencimento
Norte Energia (NESA)	Coligada	Fiança	Financiamento	2.356.603	2042
Light*	Controlada em conjunto	Contragarantia	Financiamento	683.615	2042
Santo Antônio Energia (SAESA)	Controlada em conjunto	Aval	Financiamento	1.995.458	2034
Santo Antônio Energia (SAESA)	Controlada em conjunto	Fiança	Debêntures	736.427	2037
Guanhães	Controlada em conjunto	Aval	Nota Promissória	66.568	2016
Centroeste	Controlada em conjunto	Fiança	Financiamento	9.294	2023
				5.847.965	

*Relacionado à execução de garantias do financiamento Norte Energia

Em 31 de dezembro de 2016, a Administração acredita que não são necessárias provisões a serem reconhecidas nas informações contábeis da Companhia para cumprir com eventuais obrigações oriundas destes avais e fianças.

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha da Cemig e suas controladas e coligadas

A Cemig e suas controladas e coligadas aplicam parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica "Títulos e Valores Mobiliários" no ativo circulante e não circulante, ou apresentados deduzindo a rubrica de "Debêntures" no passivo circulante e não circulante, em 31 de dezembro de 2016.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	31/12/2016				
				Cemig 10,12%	Cemig GT 20,86%	Cemig D 24,94%	Demais controladas 22,39% *	Total
Axxiom	Debêntures	109,00% do CDI	29/01/2017	579	1.194	1.427	1.282	4.482
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	1.024	2.110	2.522	2.265	7.921
				1.603	**3.304**	**3.949**	**3.547**	**12.403**

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	31/12/2015				
				Cemig 10,12%	Cemig GT 20,86%	Cemig D 24,94%	Demais controladas 22,39% *	Total
Axxiom	Debêntures	109,00% do CDI	29/01/2017	1.154	3.369	2.520	4.297	11.340
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	2.213	6.461	4.832	8.242	21.748
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	2.766	8.076	6.041	10.303	27.186
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	1.023	2.988	2.235	3.812	10.058
Brasnorte	Debêntures	108,00% do CDI	22/06/2016	289	845	632	1.077	2.843
				7.445	**21.739**	**16.260**	**27.731**	**73.175**

(*) Referem-se às demais empresas consolidadas pela Cemig, que também possuem participação nos fundos de investimentos.

Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, nos exercícios de 2016 e 2015, são demonstrados na tabela abaixo:

	2016	2015
Remuneração	25.159	19.906
Participação nos Resultados (reversão)	(709)	1.530
Benefícios Assistenciais	1.555	1.032
Total	**26.005**	**22.468**

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas controladas estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura, Investimentos em Infraestrutura, Fundos Vinculados, Depósitos Vinculados a Litígios, Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com concessões a pagar e fornecedores, Obrigações Pós-Emprego, sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, de acordo com o Regime de Competência.

Vide nota explicativa nº 1 sobre as diversas iniciativas da Companhia que têm por objetivo aumentar a liquidez através da celebração de novos contratos de financiamento ou refinanciamento das obrigações existentes e possível alienação de ativos que não fazem parte da atividade-fim. Qualquer rebaixamento adicional das notas de crédito pode ter consequências negativas sobre a capacidade da Companhia de obter financiamento ou pode impactar o custo do financiamento, dificultando ou onerando ainda mais o refinanciamento das obrigações a vencer. Qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia pode ser contratado com base em taxas de juros maiores e pode exigir que a Companhia cumpra cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia restringir ainda mais as atividades operacionais.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos incialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados, Ativos Financeiros relacionados à Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Subvenção de Baixa Renda, Reembolso Subsídios Tarifários e Outros Créditos com a Eletrobrás, Depósitos Vinculados a Litígios, Ativos Financeiros da concessão não abarcados pela Lei 12.783/13 e Ativos Financeiros relacionados ao Leilão 12/2015 das usinas de geração. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;

- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários mantidos para negociação. São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;

- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários, no montante de R$49.888 em 31 de dezembro de 2016 e R$224.860 em 31 de dezembro de 2015, incluído na nota explicativa nº 7. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. O valor justo, no montante de R$49.738 em 31 de dezembro de 2016 e R$223.873 em 31 de dezembro de 2015, foi mensurado considerando informações do Nível 2;

- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: encontram-se nesta categoria os Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de distribuição abarcados pela Lei 12.783/13. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Demonstrações Financeiras;

- Outros passivos financeiros - passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ), concessões a pagar e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa de 140% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures com taxas anuais entre IPCA + 6,00% a 8,07%, CDI + 2,00% a 4,05%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente similar ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo conceitualmente é similar ao saldo contábil, devido às características específicas das operações.

- Passivos mensurados a valor justo - passivos financeiros referentes a opções de venda: as opções de venda de cotas do FIP Melbourne e FIP Malbec ("PUT SAAG"), as opções de venda de ações da RME e LEPSA ("PUT Parati") e as opções da Sonda foram mensuradas pelo valor justo mediante a utilização do modelo de Black-Scholes-Merton (BSM). Ambas as opções eram calculadas utilizando-se o método de fluxo de caixa descontado, no caso da PUT SAAG até o terceiro trimestre e da PUT Parati até o primeiro trimestre de 2016, até as respectivas alterações, no quarto e segundo trimestres, respectivamemte, para o modelo BSM. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo dessas opções tendo como referência o preço das respectivas opções de venda obtidas pelo modelo BSM avaliadas na data de fechamento das demonstrações financeiras do exercício findo em 2016.

Os saldos contábeis são similares aos valores justos dos instrumentos financeiros, exceto quanto aos empréstimos, cujo saldo contábil é de R$15.179.280 (R$15.166.537 em 31 de dezembro de 2015) e valor justo de R$14.711.130 (R$15.543.680 em 31 de dezembro de 2015), sendo a mensuração de Nível 2 utilizando como referência passivos similares.

Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de Gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção *(hedge)* aos Riscos de Câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos e Financiamentos e Fornecedores e no fluxo de caixa.

A exposição líquida, às taxas de câmbio, é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	2016		2015	
	Moeda Estrangeira	R$	Moeda Estrangeira	R$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 20)	7.072	23.049	8.223	32.109
Fornecedores (Itaipu Binacional)	62.320	206.827	82.983	314.859
	69.392	229.876	91.206	346.968
Euro				
Empréstimos e Financiamentos – Euro (nota 20)	2.157	7.416	3.395	14.430
Passivo Líquido Exposto		**237.292**		**361.398**

(*) Unidade Monetária do BNDES – reflete a média ponderada das variações cambiais existentes na Cesta de Moedas do BNDES

Análise de sensibilidade

A Companhia estima, com base em nossos consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 31 de dezembro de 2017 será uma valorização de 2,82% para o dólar (R$3,351) e uma valorização de 1,95% para o Euro (R$3,505). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 31/12/2016	Cenário Provável Dólar R$3,351 Euro R$3,505	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00% Dólar R$4,189 Euro R$4,381	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00% Dólar R$5,027 Euro R$5,258
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 20)	23.049	23.700	29.627	35.554
Fornecedores (Itaipu Binacional)	206.827	212.666	265.848	319.031
	229.876	236.366	295.475	354.585
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (nota 20)	7.416	7.561	9.451	11.343
Passivo Líquido Exposto	**237.292**	**243.927**	**304.926**	**365.928**
Efeito Líquido da Variação Cambial		**6.635**	**67.634**	**128.636**

Risco de Taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos Empréstimos e Financiamentos, em moeda estrangeira, com taxas de juros flutuantes, principalmente *Libor*, no montante de R$60.066 (R$71.852 em 31 de dezembro de 2015).

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia ocorre em função do Passivo Líquido, indexado à variação da SELIC e CDI, conforme demonstrado a seguir:

Exposição às Taxas de Juros Nacionais	Consolidado	
	2016	2015
Ativos		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (Nota 6)	893.713	872.693
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 7)	1.045.228	2.510.312
Fundos Vinculados	367.474	162
CVA e Outros Componentes Financeiros – SELIC * *(nota 14)*	397.725	1.349.656
Créditos junto à Eletrobrás	138.444	-
	2.842.584	4.732.823
Passivos		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – CDI (Nota 20)	(10.928.261)	(10.734.336)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – TJLP (Nota 20)	(213.102)	(283.160)
CVA e Outros Componentes Financeiros – SELIC (Nota 14)	(804.975)	-
	(11.946.338)	(11.017.496)
Passivo Líquido Exposto	**(9.103.754)**	**(6.284.673)**

(*) Montantes de CVA e Outros Componentes Financeiros indexados à SELIC.

Análise de sensibilidade

A Companhia estima que , em um cenário provável em 31 de dezembro de 2017, as taxas SELIC e TJLP serão de 9,00% e 6,75%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários da Companhia, com base nos seus consultores financeiros.

Risco - Alta nas Taxas de Juros Nacionais	31/12/2016	31 de dezembro de 2017		
	Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 9,00% TJLP 6,75%	Cenário Possível SELIC 11,25% TJLP 8,44%	Cenário Remoto SELIC 13,50% TJLP 10,13%
Ativos				
Equivalentes de Caixa (Nota 6)	893.713	974.147	994.256	1.014.364
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 7)	1.045.228	1.139.299	1.162.816	1.186.334
Fundos Vinculados	367.474	400.547	408.815	417.083
CVA e Outros Componentes Financeiros - SELIC	397.725	433.520	442.469	451.418
Créditos junto à Eletrobrás	138.444	150.904	154.019	157.134
	2.842.584	3.098.417	3.162.375	3.226.333
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos – CDI (Nota 20)	(10.928.261)	(11.911.804)	(12.157.690)	(12.403.576)
Empréstimos e Financiamentos – TJLP (Nota 20)	(213.102)	(227.486)	(231.088)	(234.689)
CVA e Outros Componentes Financeiros (Nota 14)	(804.975)	(877.423)	(895.535)	(913.647)
	(11.946.338)	**(13.016.713)**	**(13.284.313)**	**(13.551.912)**
Ativo (Passivo) Exposto Líquido	**(9.103.754)**	**(9.918.296)**	**(10.121.938)**	**(10.325.579)**
Efeito Líquido da Variação das Taxas de Juros		**(814.542)**	**(1.018.184)**	**(1.221.825)**

Risco de Elevação da Inflação

A exposição líquida da Companhia às taxas de inflação está demonstrada a seguir:

Exposição da Companhia à Elevação da Inflação	2016	2015
Ativos		
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Distribuição – IPCA (nota 14)*	128.071	120.853
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Transmissão – IPCA (nota 14)*	1.805.230	1.054.129
Bonificação de Outorga – IPCA (Nota 14)	2.253.765	-
	4.187.066	1.174.982
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 20)	(3.933.092)	(3.909.872)
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ) - IPCA	(787.003)	(811.573)
	(4.720.095)	(4.721.445)
Ativo (Passivo) Líquido Exposto	**(533.029)**	**(3.546.463)**

(*) Valor do Ativo Financeiro da Concessão homologado pela ANEEL.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2017, a taxa IPCA será de 4,70%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Elevação da inflação	31/12/2016	31 de dezembro de 2017		
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 4,70%	Cenário Possível IPCA 5,88%	Cenário Remoto IPCA 7,05%
Ativos				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Distribuição – IPCA (nota 14)	128.071	134.090	135.602	137.100
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Transmissão – IPCA (nota 14)	1.805.230	1.890.076	1.911.378	1.932.499
Bonificação de Outorga – IPCA (Nota 14)	2.253.765	2.359.692	2.386.286	2.412.655
	4.187.066	**4.383.858**	**4.433.266**	**4.482.254**
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 20)	(3.933.092)	(4.117.947)	(4.164.358)	(4.210.375)
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ) - IPCA	(787.003)	(823.992)	(833.279)	(842.487)
	(4.720.095)	**(4.941.939)**	**(4.997.637)**	**(5.052.862)**
Ativo (Passivo) Líquido Exposto	**(533.029)**	**(558.081)**	**(564.371)**	**(570.608)**
Efeito Líquido da Variação do IPCA e IGP-M		**(25.052)**	**(31.342)**	**(37.579)**

Risco de Liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, aprovada pelo Comitê de Riscos Financeiros, manejando seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios destas usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode pressionar os custos da aquisição de energia pelas distribuidoras, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros, fato já ocorrido pela Revisão Tarifária Extraordinária concedida às distribuidoras em Março de 2015.

Na data base destas demonstrações financeiras, a Companhia (controladora e consolidado) apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes.

Na nota explicativa nº 1 são mencionadas as diversas iniciativas da Companhia para aumentar a sua liquidez através de novos financiamentos, pelo refinanciamento das atuais obrigações ou através de potencial desinvestimento de ativos que não fazem parte dos negócios básicos da Companhia. Qualquer redução nos *ratings* da Companhia podem ter como consequencia uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dividas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia adicionalmente causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, podem ser observadas na tabela a seguir:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	49.669	1.225.724	4.834.284	11.274.800	2.203.358	19.587.835
Concessões a pagar	241	728	1.871	9.616	14.709	27.165
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	10.853	32.953	89.275	596.285	430.616	1.159.982
	60.763	**1.259.405**	**4.925.430**	**11.880.701**	**2.648.683**	**20.774.982**
- Pré-fixadas						
Fornecedores	1.771.067	168.526	-	-	-	1.939.593
	1.831.830	**1.427.931**	**4.925.430**	**11.880.701**	**2.648.683**	**22.714.575**

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	534	1.621	4.392	29.337	21.186	57.070
- Pré-fixadas						
Fornecedores	20.936	-	-	-	-	20.936
	21.470	**1.621**	**4.392**	**29.337**	**21.186**	**78.006**

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Cemig e suas controladas incorrerem em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento, buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso. Adicionalmente, o risco de crédito é reduzido em função da grande pulverização de clientes.

O saldo das perdas para Créditos de Liquidação Duvidosa em 31 de dezembro de 2016, considerado como adequado em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas, foi de R$660.105.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004.

A Cemig Holding administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Demonstrações Financeiras.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R$400 milhões
3. Índice de Basiléia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL)*
A1	Superior a R$3,5 bilhões	Mínima de 80%	Entre 6% e 9%
A2	Entre R$1 bilhão e R$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5% e 8%
B	Entre R$400 milhões e R$1 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5% e 7%

* O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

As Companhia possui contratos de empréstimos com cláusulas restritivas (“covenant”), normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índice financeiro. O não atendimento destas cláusulas pode implicar na aceleração do vencimento da dívida. Vide nota explicativa nº20.

Em 31 de dezembro de 2016, a Cemig Telecom não possuía cláusulas restritivas em seus contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures. Aqueles contratos que possuíam estas cláusulas durante o ano de 2016, foram integralmente liquidados.

Em 31 de dezembro de 2016, todas as cláusulas restritivas, referentes a índices financeiros daCompanhia foram atendidas.

Administração de Capital

As comparações do passivo líquido da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido ao final em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são apresentadas a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Total do Passivo	29.151.172	27.869.413
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(995.132)	(924.632)
(-) Fundos Vinculados	(367.474)	(162)
Passivo Líquido	**27.788.566**	**26.944.619**
Total do Patrimônio Líquido	**12.934.371**	**12.987.676**
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	**2,15**	**2,07**

30. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

A companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

	Saldo em 31 de dezembro de 2016	Valor justo em 31 de dezembro de 2016		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	32.782	-	32.782	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	192.995	192.995	-	-
Letras Financeiras - Bancos	724.274	-	724.274	-
Debêntures	45.289	-	45.289	-
	995.340	**192.995**	**802.345**	**-**
Empréstimos e Recebíveis				
Bonificação de Outorga	2.253.765		2.253.765	
Fundos Vinculados	367.474	-	367.474	-
	2.621.239		**2.621.239**	
Disponíveis para venda				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura	216.107	-	-	216.107
	3.832.686	**192.995**	**3.423.584**	**216.107**
Passivos				
Valor justo por meio do resultado				
Opções de venda (1)	(1.341.468)	-	(1.149.881)	(191.587)
	2.491.218	**192.995**	**2.273.703**	**24.520**

(1) A partir de 2016, a Companhia passou a utilizar o método Black-Scholes-Merton para mensuração do valor justo das opções. Mais detalhes na Nota Explicativa Nº 15.

	Saldo em 31 de dezembro de 2015	Valor justo em 31 de dezembro de 2015		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	1.577.172	-	1.577.172	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	87.398	87.938		-
Letras Financeiras - Bancos	460.010		460.010	-
Debêntures	160.332	-	160.332	-
	2.285.452	**87.938**	**2.197.514**	**-**
Empréstimos e Recebíveis				
Fundos Vinculados	162	-	162	-
Disponíveis para venda				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura	135.983	-	-	135.983
	2.421.597	**87.938**	**2.197.676**	**135.983**
Passivos				
Valor justo por meio do resultado				
Opções de venda	(1.392.717)	-	-	(1.392.717)
	1.028.880	**87.938**	**2.197.676**	**(1.256.734)**

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na Nota Explicativa nº 14 destas Demonstrações Financeiras.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Opções de venda: a Companhia adotou o método o método Black-Scholes-Merton para mensuração do valor justo das opções da SAAG, Parati e Sonda. O valor justo dessas opções foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de vencimento da opção deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data das Demonstrações Financeiras. A movimentação das opções de venda e outras informações estão demonstradas na Nota Explicativa nº 15 destas Demonstrações Financeiras.

31. SEGUROS

A Cemig e suas controladas mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação abaixo (item referente a apólice da Cemig H), levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Demonstrações Financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada (**)	Prêmio Anual (**)
Cemig Geração e Transmissão				
Aeronáutico - Aeronaves / Equipamentos Guimbal	Casco Responsabilidade Civil	29/04/2016 a 29/04/2017	US$ 4.675 US$ 14.000	US$ 84
Almoxarifados	Incêndios	02/10/2016 a 02/10/2017	R$ 16.921	R$ 25
Instalações prediais	Incêndios	08/01/2017 a 08/01/2018	R$ 451.860	R$ 98
Equipamentos de telecomunicações (1)	Incêndios	08/01/2017 a 08/01/2018	R$ 11.514	R$ 5
Risco Operacional	-	07/12/2016 a 07/12/2017	R$ 1.438.338	R$ 1.795
Cemig Distribuição				
Aeronáutico – Aeronaves / Equipamentos Guimbal	Casco Responsabilidade Civil	29/04/2016 a 29/04/2017	US$ 3.613 US$ 14.000	US$ 60
Almoxarifados	Incêndios	02/10/2016 a 02/10/2017	R$ 94.930	R$ 143
Instalações Prediais	Incêndios	08/01/2017 a 08/01/2018	R$ 1.073.416	R$ 232
Equipamentos de telecomunicações	Incêndios	08/01/2017 a 08/01/2018	R$ 17.208	R$ 7
Risco Operacional - Transformadores acima de 15 MVA e demais equipamentos de potência da distribuição de valor acima de R$1.000 mil (2)	Total	07/12/2016 a 07/12/2017	R$ 563.637	R$ 703
Gasmig				
Rede de Distribuição de Gás/Terceiros	Responsabilidade Civil	15/12/16 a 15/12/17	R$ 60.000	R$ 429
Automotivo Frota Própria (Operação)	Cobertura Apenas de Danos a Terceiros	07/07/16 a 07/07/17	R$ 400	R$ 4
Automotivo Frota Própria (Diretoria)	Cobertura Total	25/10/16 a 25/10/17	R$ 100	R$ 1
Multirrisco Instalações (3)	Roubo, Furto e Incêndios	01/01/17 a 01/01/18	R$ 41.375	R$ 50

(**) Valores expressos em R$ Mil ou US$ Mil.

(1) A nova vigência é de 08 de janeiro de 2017 a 08 de janeiro de 2018.
(2) A nova vigência é de 07 de dezembro de 2016 a 07 de dezembro de 2017.
(3) A Apólice do Seguro Multirrisco Instalações com vigência até o dia 31/12/2015 foi renovada para data de vigência de 01/01/2016 a 31/12/2016, no valor de R$36.020.420,66 de importância segurada e de R$22.428,46 de prêmio anual.

A Cemig não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros, exceto para suas aeronaves, e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a Cemig não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios.

A companhia não tem sofrido perdas significativas em função dos riscos acima mencionados.

32. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Cemig e suas controladas possuem obrigações contratuais e compromissos que incluem, principalmente, a amortização de empréstimos e financiamentos, contratos com empreiteiros para a construção de novos empreendimentos, compra de energia elétrica de Itaipu e outros, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2017	2018	2019	2020	2021	2022 em diante	Total
Empréstimos e Financiamentos	4.836.923	3.879.780	1.827.719	1.793.654	1.586.154	1.255.050	15.179.280
Compra de Energia Elétrica de Itaipu	1.266.453	1.425.841	1.578.041	1.753.946	1.829.219	98.573.526	106.427.026
Compra de Energia - Leilão	3.009.686	3.084.450	3.478.314	3.667.217	4.294.665	101.895.479	119.429.811
Compra de Energia - Bilaterais	297.538	313.824	327.844	345.632	360.926	1.348.181	2.993.945
Cotas Usinas Angra 1 e Angra 2	238.545	250.853	258.525	277.288	284.144	11.377.438	12.686.793
Cotas de Garantias Físicas	580.284	611.830	640.140	670.918	700.292	28.051.569	31.255.033
Transporte de Energia Elétrica de Itaipu	162.400	231.834	238.123	242.603	226.196	8.129.088	9.230.244
Outros contratos de compra de energia	3.735.672	3.410.828	2.776.296	2.887.451	3.200.697	30.267.208	46.278.152
Compra de gás para revenda	1.005.577	1.197.833	1.469.512	1.817.433	2.098.403	-	7.588.758
Concessão Onerosa	2.977	2.560	2.307	2.070	1.854	10.235	22.003
Dívida com Plano de Pensão - Forluz	86.155	91.325	96.804	102.612	108.769	301.338	787.003
Arrendamentos Operacionais	96.172	91.394	91.394	91.394	91.394	91.394	553.142
Total	**15.318.382**	**14.592.352**	**12.785.019**	**13.652.218**	**14.782.713**	**281.300.506**	**352.431.190**

33. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante os exercícios de 2016 e 2015, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, que não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

	31/12/2016	31/12/2015
Transferência de Imobilizado para Outros Ativos de Longo Prazo (Usina de São Simão)	-	219.869
Ativos aportados na aliança Geração de Energia S.A.	-	581.114
Encargos Financeiros Capitalizados	142.014	159.222

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Homologação da Receita Anual de Geração (RAG) da UHE Volta Grande

Em 21 de março de 2017, através da Resolução nº 2.208, a Aneel homologou a RAG da UHE Volta Grande em regime de cotas, em prestação temporária de serviço de geração de energia elétrica pela Cemig GT até a assunção do concessionário vencedor da licitação da usina.

Requerimentos de Instauração de Processos Administrativos no Ministério de Minas e Energia – Concessões das UHE's de Volta Grande, Jaguara, São Simão e Miranda

A Cemig GT reiterou, em fevereiro de 2017, junto ao Ministério de Minas e Energia ("MME"), seu pedido de prorrogação, por 20 (vinte) anos, nos termos da Cláusula Quarta do Contrato de Concessão 007/97, dos prazos de concessão das UHE's de Jaguara, São Simão e Miranda, e, subsidiariamente, requereu a instauração de processo administrativo para os efeitos do § 1º-C do art. 8º da Lei nº 12.783/2013, em benefício de uma das subsidiárias da Cemig GT prestadora de serviço.

Esse dispositivo legal, incluído pela Lei nº 13.360, de 17/11/2016, faculta à União outorgar contrato de concessão de geração de energia elétrica pelo prazo de 30 (trinta) anos associado à transferência do controle da pessoa jurídica prestadora deste serviço (no caso, uma das subsidiárias da Cemig GT), sob controle direto ou indireto de Estado, do Distrito Federal ou de Município, desde que: I - a licitação, na modalidade leilão ou concorrência, seja realizada pelo controlador até 28 de fevereiro de 2018; II - a transferência de controle seja realizada até 30 de junho de 2018.

O pedido subsidiário se fundamentou, em síntese, no espírito conciliador e de cooperação que deve reger a relação entre concessionário e poder concedente e a busca constante de alternativas que apresentem, sempre, a melhor solução para os consumidores, para o país e para os acionistas da Companhia, dentre eles, o povo mineiro. Assim, caso o Ministério entenda por manter seu posicionamento e mantidas todas as decisões que determinaram a prevalência da Lei nº 12.783/2013 em detrimento do disposto na Segunda Subcláusula da Cláusula Quarta do Contrato CEMIG n° 007/1997, a Cemig GT solicitou, em benefício de uma das subsidiárias, a aplicação da regra constante do disposto no §1º-C do art. 8º da Lei nº 12.783/2013.

Salientou-se, por oportuno, que a simples apresentação do Requerimento Subsidiário não importa, por certo, renúncia da Cemig GT ao direito da Companhia discutido nas ações judiciais que move em face da União, ou seja, ao direito à garantia da prorrogação das concessões previsto na Cláusula Quarta do Contrato de Concessão 007/1997.

Nesta mesma data, a Companhia protocolizou junto ao MME resposta sobre questionamento acerca do interesse em permanecer como prestadora do serviço de geração de energia após o termo final da concessão da UHE Volta Grande, que ocorrerá em 23 de fevereiro de 2017. Nesta resposta e em requerimento próprio, a Companhia manifestou seu interesse em permanecer responsável pela Prestação do Serviço de geração de energia elétrica desta UHE, bem como requereu a instauração de processo administrativo para os efeitos do § 1º-C do art. 8º da Lei nº 12.783/2013, também em benefício de uma das subsidiárias da Cemig GT prestadora de serviço.

Decisão Liminar no Mandado de Segurança da Usina de São Simão

O Superior Tribunal de Justiça ("STJ") concedeu a liminar para manter a Cemig Geração e Transmissão S/A ("Cemig GT") na titularidade da concessão da Usina Hidrelétrica de São Simão ("UHE São Simão"), em Minas Gerais, nas bases iniciais do Contrato de Concessão n.º 007/97, até a conclusão do julgamento do mandado de segurança nº 21.465, no STJ, impetrado pela Companhia.

Conforme movimentação processual no sítio do STJ (06/03/2017, às 20h14) e certidão STJ nº 1783814 (gerada em 07/03/2017, às 06h47), foi "concedida a medida liminar de CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S/A até a conclusão do julgamento do presente mandado de segurança, para permitir que a ora impetrante permaneça na titularidade da concessão da Usina de São Simão, sob as bases iniciais do Contrato de Concessão n° 007/97".

Em 28 de março de 2017, foi revogada a medida liminar nos autos do Mandato de Segurança nº 21.465/DF, que tramita perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), impetrado pela Companhia, com o objetivo de anular a decisão do Ministério de Minas e Energia (MME) que indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo de concessão da UHE de São Simão, nos termos se seu Contrato de Concessão 007/97.

Revogação da liminar na Ação Cautelar 3980/STF - Usina Jaguara

O Supremo Tribunal Federal ("STF") denegou a ordem para manter a Cemig GT na titularidade da concessão da Usina de Jaguara ("UHE Jaguara") sob as bases iniciais do Contrato de Concessão 007/97.

Conforme movimentação processual no sítio do STF (21/03/2017), foi "revogada a liminar anteriormente concedida, determinando o seguimento da demanda, com envio dos autos à d. PGR, para manifestação de estilo nos autos do RMS nº 34.203".

Revogação de Medida Liminar – Usina de Miranda

Em 29 de março de 2017, foi revogada a medida liminar nos autos do Mandato de Segurança nº 23.042/DF, que tramita perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), impetrado pela Companhia, com o objetivo de anular a decisão do Ministério de Minas e Energia (MME) que indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo de concessão da UHE de Miranda, nos termos se seu Contrato de Concessão 007/97.

Alienação de Parques Eólicos pela Renova

A Renova Energia S.A. em atendimento à Instrução CVM nº 358/2002, conforme alterada, informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que acordou nesta data com a AES Tietê Energia S.A. ("AES") oferta vinculante ("Oferta AES") para alienação do conjunto de parques eólicos que constituem o complexo Alto Sertão II ("Alto Sertão II"). O aceite desta proposta pela Renova está sujeito à aprovação do Conselho de Administração, a ser convocado oportunamente para este fim.

Dentre os termos descritos na Oferta AES, o preço base da transação é de R$ 650 milhões ("Preço") e envolve a compra das ações da Renova Eólica Participações S.A. ou da Nova Energia Holding S.A., empresas que controlam as 15 sociedades de propósito específico ("SPEs") que compõem o Alto Sertão II, além da concessão, à AES, do direito de exclusividade durante um período de 45 (quarenta e cinco) dias ("Transação"). O Preço estará sujeito a ajustes caso sejam satisfeitas determinadas condições da Transação.

A Renova esclarece que a conclusão da Transação deverá ocorrer apenas após (I) a assinatura do contrato de compra e venda de ações ("CCVA"), cujos termos ainda estão sendo discutidos e negociados entre as partes e, consequentemente, (II) o cumprimento de condições precedentes usuais em operações dessa natureza que constarão do referido CCVA.

A administração da Renova ressalta que a Transação está integralmente alinhada com a estratégia de readequação da estrutura de capital, que visa garantir a sustentabilidade dos negócios da Companhia no longo prazo e manterá o mercado informado sobre quaisquer eventos ou desdobramentos relacionados à transação.

Alterações no Estatuto Social da Light ("Reforma Estatutária")

O Conselho de Administração da Light S.A. aprovou, em 28 de março de 2017, a convocação de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("AGE") para: (i) deliberar sobre alterações no seu estatuto social ("Reforma Estatutária"); e (ii) considera a possibilidade de realização de uma oferta pública primária de ações, com esforços restritos de distribuição, no Brasil, com base na Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada e, no exterior para investidores institucionais qualificados nos Estados Unidos da América e para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos da América, com base nas disposições da Rule 144A e do Regulation S, nos termos do U.S. Securities Act of 1933, conforme alterado ("Securities Act") ("Oferta"), a qual poderá ter ainda uma parcela secundária com a eventual participação de acionistas da Light.

A Light informa que este Fato Relevante não tem o propósito de ser publicado ou distribuído, direta ou indiretamente, nos Estados Unidos da América e não constitui uma oferta de venda de valores mobiliários nos Estados Unidos da América. Os valores mobiliários mencionados neste Fato Relevante não foram e não serão registrados ao abrigo do Securities Act, ou qualquer outra lei referente a valores mobiliários, e não devem ser oferecidos ou vendidos nos Estados Unidos da América sem o devido registro ou uma isenção de registro aplicável nos termos do Securities Act.. Nesta data, não há nenhuma oferta pública sendo conduzida no Brasil ou nos Estados Unidos da América.

Nenhum valor mobiliário deve ser vendido em nenhum estado ou jurisdição, incluindo no Brasil ou nos Estados Unidos da América, nos quais a oferta, solicitação ou venda de tal valor mobiliário seja considerada ilegal antes do registro ou enquadramento nas leis sobre valores mobiliários de tal estado ou jurisdição.

Este Fato Relevante tem caráter meramente informativo e não deve, em nenhuma circunstância, ser interpretado como, nem constituir, uma recomendação de investimento ou uma oferta de venda, ou uma solicitação ou uma oferta de compra de quaisquer valores mobiliários da Companhia no Brasil, incluindo as ações de sua emissão.

Pagamento de Debêntures da Cemig GT

Em 15 de fevereiro de 2017, a Cemig GT amortizou integralmente a 1ª série da 3ª Emissão de debêntures, no valor de R$553 milhões (principal, acrescidos de juros) calculados até a data da efetiva amortização. Nesta mesma data, foram pagos também os juros da 2ª e 3ª séries da 3ª Emissão de debêntures no valor de R$76 milhões. Estes pagamentos foram realizados com recursos próprios.

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2017)

Em março de 2017, a Companhia aprovou o Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2017), sendo elegíveis para requerer a adesão os empregados que tiverem tempo de serviço na Cemig igual ou superior a 25 anos até 31 de dezembro de 2017. O PDVP 2017 terá o seu período de adesão entre 03 de abril de 2017 e 29 de setembro de 2017 e prevê o pagamento de um prêmio adicional de 5 remunerações para os empregados que fizerem a adesão em abril de 2017, cujo desligamento ocorrerá em maio de 2017, sendo o prêmio reduzido de forma progressiva de acordo com o mês de adesão. Portanto, para o empregado que fizer a adesão em agosto de 2017, cujo desligamento ocorrerá em setembro de 2017, terá direito a um prêmio correspondente a uma remuneração. Não existirá prêmio para os empregados que se desligarem a partir de 1º de setembro de 2017. Também ocorrerá o pagamento das verbas rescisórias previstas em lei, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação.

Considerando o período de adesão dos empregados, não é possivel estimar os efeitos nas demonstrações financeiras da Cemig em 2017.

Autorização para Ultrapassagem de Covenants Estatutários da Cemig

O Estatuto Social da Companhia estabelece determinadas metas de endividamento e investimentos que deverão ser cumpridas pela Administração da Companhia. Entretanto, na Assembleia Geral Extraordinária de 31 de março de 2017 foi autorizada a ultrapassagem desses indicadores excepcionamente para o exercício de 2017, conforme tabela abaixo:

	Meta do Estatuto	Ultrapassagem autorizada na AGO
Endividamento consolidado/Lajida	2,00	4,44
Dívida Líquida/Dívida Líquida + Patrimônio Líquido	40,00%	55,00%
Investimento de capital e aquisição de quaisquer ativos/Lajida	40,00%	192,00%

Os novos limites aprovados para 2017 deverão ser revistos quando da aprovação do orçamento de 2017 pelo Conselho de Administração e deverão ser submetidos novamente aos acionistas reunidos em Assembleia Geral.

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Em 10 de fevereiro de 2017, o Conselho de Administração deliberou autorizar o aporte de capital, na Cemig GT, no montante de R$100.000, na forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, o qual será capitalizado, por meio de deliberação específica em Assembleia Geral Extraordinária.

Aditivos Contratuais da GASMIG

Em 10 de fevereiro de 2017, a Gasmig assinou o aditivo de número 07 ao contrato de suprimento adicional de gás – CSA e o aditivo número 02, normas gerais, com a Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS, alterando as regras contratuais e, consequentemente, a expectativa de resultados futuros da Gasmig. Os principais elementos do novo contrato de suprimento de gás, e suas consequências nos resultados da Gasmig, são apresentados a seguir:

- Vigência a partir de 01 de janeiro de 2017 e com final em dezembro de 2021.
- Alteração da Quantidade Diária Contratada e dos compromissos de retirada diária de gás, com adequação às expectativas de consumo do mercado mineiro até dezembro de 2021.
- Compromisso de Retirada Mínima Anual (*Take or Pay*) passa a ser apurado mensalmente, com recuperação automática do volume de gás já pago e ainda não retirado.
- Parcelamento do compromisso de *Take or Pay* relativo ao ano de 2015, com previsão de pagamento em até 36 parcelas, com possibilidade de antecipação das parcelas.

- Ajuste do preço de aquisição do gás fornecido pela Petrobras.
- Cláusulas de programação de retirada de gás mais restritivas.
- Não será apurado/pago o compromisso de Retirada Mínima Anual (*Take or Pay*) relativo ao ano de 2016.

Por força da vigência do contrato anterior, a Gasmig registrou R$225.394 na conta de adiantamento a fornecedor – direito de retirada de gás, no ativo não circulante, e sua contrapartida na conta de fornecedores de gás, no passivo circulante. Esse registro provocou impacto no capital circulante líquido da Gasmig, que ficou negativo em R$354.011. Com a assinatura do novo aditivo contratual, o compromisso de retirada mínima anual do ano 2016 foi extinto.

Adicionalmente Gasmig e Petrobras negociaram a rescisão do Contrato de Serviço de Distribuição para atendimento à Unidade de Fertilizantes Nitrogenados (UFN-V), sem ônus para as partes envolvidas.

Assinatura dos contratos de concessão, pela Taesa, do Leilão ANEEL nº 13/2015 (2ª etapa).

No dia 10 de fevereiro de 2017 foram assinados, pela Taesa, os contratos de concessão 17/2017 (Janaúba), 04/2017 (Aimorés), 03/2017 (Paraguaçú) e 19/2017 (ESTE), com prazo de vigência de 30 anos.

* * * * * * * * * * * *

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga
Diretor-Presidente

Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga
Diretor Vice-Presidente (cumulativamente)

Adézio de Almeida Lima
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Luís Fernando Paroli Santos
Diretor de Distribuição e Comercialização

Franklin Moreira Gonçalves
Diretor de Geração e Transmissão

Maura Galuppo Botelho Martins
Diretor de Relações e Recursos Humanos

José de Araújo Lins Neto
Diretor de Gestão Empresarial

Luís Fernando Paroli Santos
Diretor de Relações Institucionais e Comunicação

Dimas Costa
Diretor Comercial

César Vaz de Melo Fernandes
Diretor de Desenvolvimento de Negócios

Raul Lycurgo Leite
Diretor Jurídico

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

Leonardo Felipe Mesquita
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG-85.260

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Paraiba, 1.122 -
20º e 21º andares
30130-141- Belo Horizonte - MG
Brasil

Tel: +55 (31) 3269-7400
Fax: +55 (31) 3269-7470
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Energética de Minas Gerais ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB).*

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Renovação das concessões das usinas hidrelétricas de Jaguara e São Simão e Miranda

Conforme descrito nas notas explicativas nº 4 e 34 às demonstrações financeiras, a Companhia está discutindo judicialmente a renovação dos contratos de concessão das usinas hidrelétricas de Jaguara, São Simão e Miranda, que tiveram seus vencimentos em agosto de 2013, janeiro de 2015 e dezembro de 2016, respectivamente. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2017 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Riscos relacionados a leis e regulamentos

Conforme mencionado nas notas explicativas n° 1 e 15 às demonstrações financeiras, a Companhia possui participação não controladora direta e indireta na Madeira Energia S.A. (que possui investimento na Santo Antônio Energia S.A.). Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas indiretos da Madeira Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas indiretos. Nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.

Conforme mencionado nas notas explicativas n° 1 e 15 às demonstrações financeiras, a Companhia possui participação não controladora indireta na Norte Energia S.A. Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da Norte Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas. Nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.

Risco de continuidade da investida Renova Energia S.A.

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 1, 15 e 34 às demonstrações financeiras, a Companhia possui participação não controladora na Renova Energia S.A. cujas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Renova Energia S.A.. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, em decorrência da mudança de política contábil adotada pela Companhia, referente a classificação do ajuste da expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão, os valores correspondentes das demonstrações financeiras relativos às demonstrações do resultado e do valor adicionado (informação suplementar) consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo reapresentados conforme previsto no CPC 23 e IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Compromissos financeiros de curto prazo

Conforme mencionado na nota explicativa n° 1 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R$3.162 mil. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, pois o processo para a conclusão de que não existe incerteza relevante em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia envolveu julgamento por parte Administração em decorrência da necessidade de avaliação da capacidade da Companhia em honrar seus compromissos financeiros de curto prazo, em especial as alternativas disponíveis para acesso ao mercado financeiro nacional e internacional para emissão de títulos de dívida de longo prazo, plano de desinvestimento e geração futura de caixa.

© 2017 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Nossos procedimentos de auditoria para endereçar este principal assunto de auditoria incluíram: (i) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes e especializados na avaliação do tema, incluindo nossos especialistas em normas técnicas e profissionais de contabilidade para auxiliar na avaliação da operação e do adequado tratamento contábil; (ii) avaliação da capacidade de geração de fluxo de caixa operacional decorrente das concessões existentes, (iii) avaliação do histórico de captações, captações planejadas, estágio atual dos processos de captação iniciados e avaliações das agências de rating, e (iv) avaliação das vendas de ativos realizadas, bem como a valorização de ativos passiveis de alienação e (v) avaliação se as divulgações efetuadas pela Administração estão apropriadas.

Reconhecimento de receita

Conforme mencionado nas notas explicativas n° 2 e 25 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia decorre substancialmente do fornecimento e suprimento de energia elétrica. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, em função da existência de um risco presumido de fraude no reconhecimento da receita tendo em vista a possibilidade da Administração burlar os controles internos implementados na Companhia para registro de transações com o intuito de melhorar a apresentação ou divulgação das condições financeiras ou dos resultados da Companhia. A Administração está em uma posição privilegiada para burlar os controles internos da Companhia, se assim desejar. Dado o potencial impacto que tal ação poderia acarretar sobre as demonstrações financeiras, este foi considerado por nós como um assunto principal de auditoria.

Nossos procedimentos para endereçar este principal assunto de auditoria incluíram: (i) avaliação dos controles internos relevantes para garantir o registro adequado das transações de receita, (ii) obtenção da totalidade de lançamentos contábeis com o objetivo de selecionar lançamentos contábeis nas contas de receita com características de interesse específicas (lançamentos contábeis manuais) com o intuito de identificar eventuais lançamentos potencialmente indevidos, (iii) exame documental para lançamentos contábeis selecionados com o objetivo de avaliar sua substancia econômica, relação com as atividades de Companhia e o adequado tratamento contábil, e (iv) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados.

Opção de venda do Fundo de Participações Redentor

Conforme mencionado na nota explicativa nº 15 às demonstrações financeiras, a Companhia concedeu ao Fundo de Participações Redentor, acionista da Parati S.A., que por sua vez possui ações ordinárias e preferencias emitidas pela Light S.A., uma opção de venda da totalidade das ações da Parati S.A. de propriedade do Fundo. A Parati S.A. foi posteriormente incorporada pela Luce Empreendimentos E Participações S.A. e RME - Rio Minas Energia Participações S.A. Esta opção de venda foi considerada instrumento derivativo que deve estar contabilizada pelo seu valor justo através dos resultados. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria por envolver julgamento por parte da Administração da Companhia, principalmente relacionado a metodologia de precificação.

Nossos procedimentos para endereçar este principal assunto de auditoria incluíram: (i) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes e especializados na avaliação do tema, incluindo nossos especialistas em normas técnicas e profissionais de contabilidade para auxiliar na avaliação da operação e do adequado tratamento contábil; (ii) avaliação da adequação da metodologia de precificação adotada pela Administração para a mensuração do instrumento derivativo a valor justo e impactos provocados pelo fracionamento da opção de venda original, passando a opção de venda a ser equivalente a cada ação da Parati S.A. e (v) avaliação se as divulgações efetuadas pela Administração estão apropriadas.

© 2017 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVAs), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

© 2017 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados à circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

© 2017 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Deloitte.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos, também, aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 11 de abril de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011.609/O-8 F/MG

Marcelo Salvador
Contador
CRC nº 1 MG 089.422/O-0

© 2017 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Companhia Energética de Minas Gerais

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig, infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2016 e os respectivos documentos complementares. Após verificarem que os documentos acima mencionados refletem a situação econômico-financeira da Companhia e considerando, também, os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e, em especial, a manifestação dos seus auditores independentes, opinam os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, favoravelmente à aprovação dos mesmos nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária a realizarem-se, cumulativamente, em 12-05-2017, às 11 horas.

Belo Horizonte, 11 de abril de 2017.

aa.) Charles Carvalho Guedes
Edson Moura Soares
Manuel Jeremias Leite Caldas
Newton Brandão Ferraz Ramos
Rafael Amorim de Amorim

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELOS DIRETORES

Companhia Energética de Minas Gerais

DECLARAÇÃO

Nós declaramos, para os devidos fins, sob a responsabilidade dos nossos cargos, que, na 2937ª reunião da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig, realizada em 11-04-2017, aprovamos a conclusão, em 11-04-2017, das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social de 2016; bem como o encaminhamento ao Conselho de Administração, para deliberação e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2016 e dos respectivos documentos complementares. Sobre tais documentos, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as citadas Demonstrações Financeiras.

Belo Horizonte, 11 de abril de 2017.

aa.) Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga - Diretor-Presidente e, temporária e cumulativamente, Diretor Vice-Presidente
Adézio de Almeida Lima - Diretor de Finanças e Relações com Investidores
César Vaz de Melo Fernandes - Diretor de Desenvolvimento de Negócios
Dimas Costa - Diretor Comercial
Franklin Moreira Gonçalves - Diretor de Geração e Transmissão
José de Araújo Lins Neto - Diretor de Gestão Empresarial
Maura Galuppo Botelho Martins - Diretora de Relações e Recursos Humanos
Luis Fernando Paroli Santos - Diretor de Distribuição e Comercialização e, temporária e cumulativamente, Diretor de Relações Institucionais e Comunicação.
Raul Lycurgo Leite - Diretor Jurídico

DECLARAÇÃO DE REVISÃO PELOS DIRETORES DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Companhia Energética de Minas Gerais

DECLARAÇÃO

Nós declaramos, para os devidos fins, sob a responsabilidade dos nossos cargos, que, na 2937ª reunião da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig, realizada em 11-04-2017, aprovamos a conclusão, em 11-04-2017, das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social de 2016; bem como o encaminhamento ao Conselho de Administração, para deliberação e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2016 e dos respectivos documentos complementares. Sobre tais documentos, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas pelos representantes dos Auditores Independentes.

Belo Horizonte, 11 de abril de 2017.

aa.) Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga - Diretor-Presidente e, temporária e cumulativamente, Diretor Vice-Presidente
Adézio de Almeida Lima - Diretor de Finanças e Relações com Investidores
César Vaz de Melo Fernandes - Diretor de Desenvolvimento de Negócios
Dimas Costa - Diretor Comercial
Franklin Moreira Gonçalves - Diretor de Geração e Transmissão
José de Araújo Lins Neto - Diretor de Gestão Empresarial
Maura Galuppo Botelho Martins - Diretora de Relações e Recursos Humanos
Luis Fernando Paroli Santos - Diretor de Distribuição e Comercialização e, temporária e cumulativamente, Diretor de Relações Institucionais e Comunicação.
Raul Lycurgo Leite - Diretor Jurídico